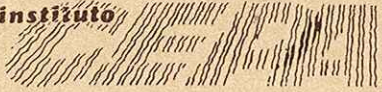


instituto  sc

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
UNIDADE ESTADUAL DO SISTEMA NACIONAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA-SNPA/MA

VOLUME 1

SANTA CATARINA ANUAL

**DA AGRICULTURA
DE SANTA CATARINA 1984 - 85**

DESEMPENHO

PERSPECTIVAS



INSTITUTO CEPA/SC - BIBLIOTECA

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

**INSTITUTO CEPA/SC - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA
AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA**

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1984 - 85

Volume 1

FLORIANÓPOLIS

— 1985 —

INSTITUTO CEAR/SC - ECONOMIA AGRICOLA

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
INSTITUTO CEAR/SC - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRICOLA DE SANTA CATARINA

Síntese Anual

da

Agricultura

de

Santa Catarina, 1984-85

Instituto de Planejamento e Economia Agrícola
de Santa Catarina.

Síntese anual da agricultura de Santa Catarina, 1984-85.
Florianópolis, 1985.

2. v

1. Agricultura - Santa Catarina. I. Título.

FLORIANÓPOLIS CDU 631(816.4)

É permitida a reprodução total ou parcial deste trabalho desde que citada a fonte.

APRESENTAÇÃO

A edição da SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA, feita pelo Instituto CEPA/SC, representa uma iniciativa de maior importância para o setor rural do estado.

Cumprido, o presente documento, um papel particularmente importante quando se propõe levar — a todos os segmentos do setor — informações, dados e um razoável acervo analítico sobre essa área estadual. Os aspectos conjunturais, contidos no volume I, ora editado, permitem avaliar o desempenho recente e as perspectivas futuras da atividade agrícola catarinense. Os componentes estruturais do setor compõem o volume II do documento, cuja edição está prevista para o segundo semestre do ano.

Ao fazer, assim, a apresentação da 9ª edição atualizada da SÍNTESE ANUAL, desejo expressar os agradecimentos a todos os que contribuíram para a sua elaboração, na certeza de que a Pasta da Agricultura de Santa Catarina, ao patrocinar essa iniciativa, está contribuindo — através da informação — para um melhor conhecimento do setor e, conseqüentemente, para o desenvolvimento agrícola catarinense.

Florianópolis, fevereiro de 1985

VILSON PEDRO KLEINÜBING
Secretário da Agricultura e do Abastecimento

SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA, 1984 – 85

ELABORAÇÃO:

Econ. Luiz Marcelino Vieira -- GERENTE DO PROJETO
Engº Agrº Cesar Augusto Freyesleben Silva

Engº Agrº Geraldo Buôgo
Engº Agrº Guido Boeing
Engº Agrº Osmar Alcides da Conceição
Engº Agrº Simão Brugnago Neto
Engº Agrº Tabajara Marcondes
Acad. Agrº Carlos Eduardo Arns -- Supervisionado pelo Gerente do Projeto
Acad. Econ. Jaqueline Tonera Soares -- Supervisionado pelo Gerente do Projeto
Méd. Vet. José Eláudio Deila Giustina
Méd. Vet. Jurandi Soares Machado

-- banana/mel/peixe
-- Desempenho da safra 1983/84 e perspectivas para 1984/85
-- fumo/mandioca/trigo
-- batata-inglesa/maçã/tomate
-- alho/arroz/cebola
-- feijão/milho/soja
-- Produção florestal

-- cana-de-açúcar

-- uva
-- bovinos de leite
-- avicultura/bovinos de corte/suínos

TRABALHOS DE REVISÃO

Engº Agrº José Maria Paul
Fil. Joarez A. Segalin

PARTICIPAÇÃO (Bolsistas – convênio INSTITUTO CEPA/SC – UFSC)

Carlos Eduardo Arns
Eliane Serafim
Jaqueline Tonera Soares
Mauri Cardoso
Rosana Porath
Uwe Stortz

COLABORAÇÃO

EMATER-SC/ACARESC
ACARPESC
EMPASC
FETAESC
FECOAGRO
DFA/SC
Cacex do Banco do Brasil
SUDEPE/PDP
CEASA/SC
CIDASC
IASC
CFP
IBGE/GCEA-SC
IBDF
COOPERBELO

DATILOGRAFIA

Jocenir Miriam Cardoso de Sousa
Sidaura Lessa

REPRODUÇÃO

João Manoel Anderson
Aldo Cesar Machado Cruz

ERRATA

PÁGINA	PARÁGRAFO	LINHA	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
15	2	1	tabela 3	tabela 1
19	2	1	primeira	segunda
19	2	4	na safra 1985/86	a partir de jan/85
38	1	4	o mercado	a produção
44	1	2	vendas	guias
53	2	6	AFP	CFP
55	3	1	preços	prazos
73	3	3	causou	acusou
77	6	4	condição	condução
88	3	1	24.794.782 t	244.794.782 t
140	2	1	díficeis	definir
161	5	2	ficando	fixado
173	3	10	à não	a uma menor
180	3	2	retirados	retidos
181	5	1	julho, permitindo	julho, ter permitido
205	2	4	ritmo	retorno
216	4	2	recente	crecente
239	1	2	detêm	obtem
240	2	4	Colégio	Código
240	6 e 7	3 e 1	Pinus tarda	Pinus taeda
240	7	4	pagamento	pagamento
241	2	7	setores	fatores
242	1	10	postos mecânicos	pastas mecânicas
245	1	2	reflorestada	projetada
253	1	9	venda	renda
263	3	15	venda média ao	renda média do
281	1	6	(col. 1)	(tabela 152-col.1)
285	2	3	para	pouca
307	2	10	800	300
312	3	5	conseqüências. Apesar	conseqüências. A nível nacional, apesar

OBSERVAÇÕES:

- Os dados válidos sobre a área plantada de milho são os da página 168, tabela 82, e não os da página 27, tabela 12.
- Nos gráficos 3 e 4 da página 122, no gráfico 7 da página 187, e no gráfico 8 da página 208, onde se lê "valor nominal", leia-se "valor real de outubro de 1984".
- Na nota de rodapé (1) da página 88 leia-se:

(1) LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro, IBGE, out. 1984.

SUMÁRIO

	p.
1. INTRODUÇÃO	09
2. DESEMPENHO DA SAFRA 1983/84 E PERSPECTIVAS PARA 1984/85	13
3. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL	29
3.1. Alho	31
3.2. Arroz	47
3.3. Banana	63
3.4. Batata-inglesa	73
3.5. Cana-de-açúcar	87
3.6. Cebola	95
3.7. Feijão	107
3.8. Fumo	124
3.9. Maçã	132
3.10. Mandioca	152
3.11. Milho	167
3.12. Soja	188
3.13. Tomate	209
3.14. Trigo	221
3.15. Uva	231
3.16. Produção florestal	238
4. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL	247
4.1. Avicultura	249
4.2. Bovinos de corte	261
4.3. Bovinos de leite	276
4.4. Mel de abelha	285
4.5. Pescado	291
4.6. Suínos	303
5. INFORMAÇÕES BÁSICAS	321
6. LISTA DE GRÁFICOS	335
7. LISTA DE MAPAS	339
8. LISTA DE TABELAS	343
9. FONTES CONSULTADAS	357

1. INTRODUÇÃO

Dando continuidade à publicação da Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina através da versão 1984-85, pelo Instituto CEPA/SC, está sendo colocado à disposição do usuário o volume I, uma vez que o documento é formado, em seu conjunto, por 2 volumes, tendo o último sua publicação programada para julho/agosto próximos. Esta divisão foi feita em função da intensa massa de informações contidas no documento, facilitando, de um lado, a análise técnica dos dados estatísticos disponíveis e, do outro, possibilitando ao público interessado o acesso às informações e aos assuntos com mais detalhes.

O volume I contempla duas partes, sendo que a primeira faz uma análise geral resumida do desempenho e das perspectivas do setor agrícola nas safras de 1983/84 e 1984/85, respectivamente, enquanto a segunda apresenta o desempenho e as perspectivas dos principais produtos nessas mesmas safras.

O item referente ao Desempenho da Safra 1983/84 e Perspectivas Para 1984/85, procura mostrar a evolução da política agrícola do mercado e dos fatores climáticos interagindo sobre os resultados finais da produção. O segundo item referente ao Desempenho da Exploração Vegetal e Animal, enfoca, sob a mesma ótica os principais produtos agropecuários do estado.

A análise geral é suficiente para se ter uma noção rápida do que foi a última safra e o que está acontecendo com a atual; a análise específica é essencial para que se possa entender a situação particular de cada produto.

Este volume é complementado com outras informações úteis aos interessados na agropecuária estadual no item Informações Básicas.

O volume II contemplará informações de caráter mais informativo que analítico, relativos à infra-estrutura, aos recursos naturais, ao crédito agrícola, aos insumos e fatores, à oferta e demanda e ao valor bruto da produção.

**2 - DESEMPENHO DA SAFRA 1983/84 E
PERSPECTIVAS PARA 1984/85**

2. DESEMPENHO DA SAFRA 1983/84 E PERSPECTIVAS PARA 1984/85

2.1. Contexto Econômico das Últimas Safras

A economia brasileira, como um todo, tem experimentado leve expansão, a partir de começos do ano recém findo. Esta situação talvez possa ser explicada, fundamentalmente, pelo desempenho das exportações, em geral, e das de produtos industrializados em particular. Vários fatores agindo conjugadamente têm sido responsabilizados por esse crescimento. Entre eles, pode-se contar o aumento simultâneo das quantidades exportadas e de seu preço unitário, e da queda real dos valores de importação.

Porém, não foi - e não tem sido - desprezível a contribuição da agricultura na consecução desse resultado. Essa importância sobrelevou-se por suceder a uma série de safras em que se alternaram (ou até mesmo se sobrepuseram) a tendência declinante dos preços de seus produtores, (especialmente os de mercado interno) e a ocorrência de distúrbios climáticos de monta.

Tais condições, agravadas pelo aprofundamento da recessão e pela redução do nível de renda da população, fizeram intensificar as quedas reais de preços desses produtos. Essa situação, por sua vez, redundou na contração da oferta de produtos agrícolas no mercado interno, o que, na seqüência, culminou com a forte elevação dos preços dos produtos agrícolas, todavia não a ponto de permitir aos produtores que recuperassem seus níveis de rentabilidade, anteriormente alcançados. Além dos produtores de milho e arroz, que não tiveram os preços de seus produtos muito corroídos pela inflação, só os sojicultores conseguiram alguma recuperação no segundo semestre de 1983. E o fizeram, graças, sem dúvida, à alta dos preços da bolsa de Chicago, face à quebra de safra norte americana da leguminosa. Seus reflexos foram fortes e imediatos no mercado interno. Essa euforia de preços é que explica, em boa parte, os novos investimentos em máquinas e equipamentos agrícolas realizados então e, até mesmo, a leve reativação do comércio de alguns bens de consumo durável, tais como, os eletrodomésticos e os automóveis.

Mas, isto não quer dizer que os investimentos realizados pudessem compensar integralmente a descapitalização do setor - que veio acontecendo ao longo do período recessivo que se está vivenciando. Na realidade, a principal forma de compensação dessa perda - aliás, usual em períodos críticos - tem sido o melhor aproveitamento, por parte do produtor rural, de sua capacidade instalada. Em outras palavras, a crise tem instigado os agricultores a elevar sua eficiência empresarial.

Contudo, essa possibilidade somente se concretizou, em Santa Catarina, quando da realização da última safra (1983/84) porque os preços de boa parte dos produtos agrícolas tinham atingido patamares elevados, já por ocasião do transcorrer do plantio da mesma safra (pela primeira vez nos últimos anos). Explicação para tal situação talvez se encontre na confluência de alguns fatores, tais como:

- os distúrbios naturais que se registraram durante a safra 1982/83 e que terminaram por acarretar níveis de perda de alguma importância;

- a inexpressividade dos estoques reguladores que pudessem compensá-la;

- a aceleração ainda maior do ritmo inflacionário brasileiro em processo no período;

- a pequena expansão da produção não acompanhando o crescimento vegetativo da população, tornando a oferta menor que a procura.

A elevação dos preços daí decorrente, especialmente dos alimentos, tem sido superior ao índice inflacionário (pelo menos, no que se refere aos preços ao consumidor).

Porém, a nível de produtor rural, os preços dos 5 (cinco) principais produtos da agricultura catarinense mostraram evolução de sentido diverso. Assim é que, o arroz, o milho e a soja chegaram ao fim de 1983 com seus preços elevados a níveis supe-

riores ao da inflação (tabela 2). O mesmo não ocorreu com o feijão e a mandioca, que tiveram seus preços deteriorados mais fortemente após a melhora registrada em 1980.

Ao se observar (tabela 3), ainda, uma maior sucessão (desde 1977) de safras de um maior número de produtos, obtém-se a confirmação da tendência acima. Com efeito, além dos 3 (três) produtos mencionados, verifica-se um aumento real dos preços de dois outros produtos - batata e tomate. O que ocorre, de modo geral, é uma recuperação real de preços da safra 1983/84 em relação às anteriores mais próximas.

Outro fator diretamente incidente sobre a produção e o produtor rural é o conjunto de custos necessários ao deslanchar do processo produtivo. Este conjunto, no entanto, vem-se sujeitando, ainda hoje, a uma dupla e contraditória tendência. Por um lado, a aceleração dos níveis de inflação e a ocorrência de distúrbios naturais o pressionam para cima. Por outro lado, as atuais restrições de demanda tendem a produzir exatamente o efeito oposto.

Nesse sentido, é fácil verificar que a evolução dos custos de produção sofreu expansão nas primeiras etapas do processo crítico que vem assolando a vida deste país. Sua intensificação está associada, certamente, à alta dos custos dos insumos - devido à retirada dos subsídios do petróleo - e à alta dos custos financeiros do agricultor - face à retirada gradual, mas rápida, dos subsídios embutidos no crédito rural. No entanto, na etapa presente, esses mesmos custos apresentam evolução um tanto diferente. Com efeito, de 1981 a 1984, a estimativa de custos de produção em Santa Catarina elaborada por este Instituto mostra evolução oscilante, mas tendendo à queda real, exceto nos casos da cebola, da soja produzida com tecnologia mais sofisticada e das carnes bovinas em mais alto grau (tabela 4).

Na realidade, a interação entre esses dois elementos do processo produtivo (preços dos produtos da safra anterior e custos de produção da presente safra) em sua tendência atual, indicam a possibilidade, antes mencionada, de realização de investi-

mentos produtivos (principalmente no cultivo da soja) por parte do agricultor - em que pese o, também já citado, encarecimento dos custos financeiros do produto rural.

Como é sabido, esse encarecimento é uma das respostas suscitadas pelo elenco de medidas governamentais, cujos propósitos últimos continuam sendo o de suplantar o déficit externo e conter o ímpeto inflacionário. As restrições creditícias às atividades econômicas em geral - e à agricultura em particular incidiram diretamente sobre seu volume global. Não só o Governo liberou menos recursos para crédito, como também os agricultores vêm reagindo às altas taxas de juros racionalizando seus custos de produção. Ou não é isto que vem acontecendo a partir de 1983, onde a menor oferta de crédito rural nas suas 3(três) grandes modalidades vem acompanhada da queda substancial do valor médio global captado pelos agricultores? E se o crédito de custeio no mesmo ano, em Santa Catarina, mostra até um aumento do número de contratos, mas com menor valor médio, o mesmo não deve acontecer em 1984. Além disso, a modalidade de investimentos, que já vinha sendo desestimulada desde as medidas econômicas de 1979, restringiu-se ainda mais, tanto em número de contratos efetuados como em valor médio. De sua parte, o crédito para comercialização também passa a apresentar uma curva descendente quanto ao número de contratos concretizados. Porém, seu valor médio vem acelerando sua caminhada em direção oposta, rumo à concentração (tabelas 5 e 6).

De outro ângulo, o das grandes atividades econômicas em que se costuma dividir a agricultura, observa-se que o grande aumento do número de contratos de crédito vem-se dando na atividade lavoureira. É exatamente nessa atividade que os valores médios dos contratos de financiamento agrícola, notadamente os de custeio e investimento, mostram maior redução. O mesmo não aconteceu com o crédito de comercialização, tanto de produtos da lavoura como, principalmente, da pecuária que mantiveram seus altos índices de crescimento, ocasionado pela relativa baixa taxa de juros para comercialização agropecuária em relação às taxas de juros observados no setor comercial.

A evolução dos recursos de crédito para custeio e in-

vestimento para a pecuária não apresenta diferenças a não ser de magnitude em relação à atividade anterior - lavoura, (tabela 6).

No tocante ao tamanho do produtor, conforme classificação adotada pelo Governo Federal, pode-se deduzir que, ao contrário da intenção explicitada, vem incidindo mais gravemente sobre o pequeno produtor o aumento do uso de seus recursos próprios. Tal aumento se deve à própria restrição dos recursos creditícios à disposição da agricultura, restrição esta aliada ao interesse bancário não só em termos de segurança do retorno como, até mesmo, de simplificação operacional, além da já citada elevação dos custos financeiros do crédito rural.

Outro reflexo do esvaziamento da política creditícia rural brasileira é a perda de importância dos valores básicos de custeio na orientação da tomada de decisões de produção do agricultor. Apesar disso, os VBCs foram reajustados para a safra 1983/84 a níveis mais próximos - conquanto inferiores - aos níveis de inflação registrados em idênticos períodos. Porém, essa afirmação não é verdadeira para as culturas do alho e do trigo, cujos VBCs foram elevados em percentuais muito pequenos face à acentuação da curva inflacionária - na casa dos 70% e dos 80%, respectivamente, para uma inflação nas proximidades de 200% (tabela 7).

Os acréscimos imputados aos VBCs para as safras 1982/83 e 1983/84 não denotam, de pronto, disparidade no tratamento dos estabelecimentos rurais de diversos tamanhos econômicos. Na realidade, houve até um certo favorecimento aos pequenos produtores de alho e aos grandes produtores de feijão. Situação que se altera na presente safra quando são claramente favorecidos os grandes produtores em geral, com exceção aos de alho nobre e feijão (tabela 8).

Além do mais, verifica-se que os VBCs de alguns dos primeiros produtores da agricultura catarinense na safra passada, à exceção do feijão, ou foram claramente inferiores aos custos variáveis de produção ou ficaram muito próximos a eles. Para a safra em andamento, além do feijão, o milho recebeu estímulos de

plântio via VBC (tabela 9).

Outra faceta da intervenção governamental na atividade econômica do setor rural é o estabelecimento de preços básicos visando a não só estabilizar os preços de mercados dos produtos abrangidos pela Política de Preços Mínimos como também impedir seu aviltamento. Esses preços que, entre as safras 1981/82 e 1982/83, foram acrescidos em 90%, passaram a ter tratamento diferenciado por produto nas safras seguintes. Assim é que na safra 1983/84 foi o arroz quem recebeu maiores incentivos ao ter reajustado seus preços-base a níveis inferiormente próximos (arroz de sequeiro) ou significativamente superiores aos níveis inflacionários (arroz irrigado).

No entanto, se comparados aos custos totais médios de produção, verifica-se, desde logo, a nítida superioridade da evolução dos preços-base no período indicado (tabela 4 e 10). Mesmo reajustado com base nas ORTNs, os preços básicos ainda sofriam uma certa defasagem, pelo hiato entre o período de fixação do preço mínimo e o de maior densidade de comercialização dos produtos por eles abrangidos.

Mesmo assim, esses preços, que em seu conjunto decepcionaram os agricultores na safra 1982/83, sofreram julgamento oposto na safra seguinte. Com efeito, expressaram uma variação média de 147,6% contra uma inflação de 127,2% no período. Mas, é bom que se diga: tais preços vêm tendo bastante comprometido o seu papel de orientador das tomadas de decisões econômica dos produtores rurais. Entre outros fatores que contribuem para essa condição estão as limitações econômico-financeiras das instituições governamentais e a inviabilidade política de as mesmas procederem à reversão da tendência à oligopolização do mercado de produtos agrícolas.

Apesar de todo esse contexto de marcada instabilidade em todas as esferas de atuação do Governo (econômica, social e política) seus reflexos no meio rural não se têm traduzido por restrições da atividade produtiva dos agricultores. Dessa forma, as reduções ocorridas, têm-se derivado bem mais da incidência de

fenômenos naturais do que das incoerências da política agrícola e das vicissitudes do mercado de produtos. Prova disso, é que os produtores rurais vêm, praticamente, mantendo a área cultivada dos principais produtos da lavoura catarinense (tabela 11) à exceção do alho e da maçã que vêm crescendo.

2.2. Perspectivas da Atual Safra

A safra ora em andamento, na realidade, é a primeira a se concretizar com o crédito rural à correção plena. A essa antecipação da vigência das taxas de juros creditícias isentas de subsídios (foi programada para vigorar na safra 1985/86) somaram-se as alterações no VBC - tanto na classificação do produtor - que na prática suprime a categoria de médio produtor ⁽¹⁾ - quanto na redução do seu percentual financiável ⁽²⁾. Tais medidas acabaram por esmaecer os reflexos positivos dos resultados da última safra. Mas não só. Contribuíram para penalizar uma vez mais o pequeno produtor. Não é outra a evolução da parcela financiável do VBC por categoria de produtor para as safras 1983/84 e 1984/85 (Tabela 8). O que se observa é um acréscimo médio substancialmente maior dos limites de adiantamento do VBC para os grandes produtores, com exceção do alho e feijão.

Dos mesmos dados é possível ainda se observar o ritmo de variação dos VBCs para os produtos típicos de mercado interno, que, aliás, são típicos também da pequena produção. Nesses produtos (exceto o feijão) é acentuadamente maior o ritmo de crescimento da parcela financiável dos grandes produtores, o que redundará em desestímulo à pequena produção para o abastecimento interno. Além do mais, esses mesmos pequenos agricultores vêm tendo dificultado seu acesso ao crédito pelo simples fato de ter sido aumentado seu contingente via incorporação de parcela daqueles antes classificados como médios produtores.

(1) Os médios produtores com faturamento de até 2.000 MVR passam a ser enquadrados como pequenos. Em contrapartida, os médios produtores cujo faturamento seja superior a esse índice serão incluídos entre os grandes produtores.

(2) Limites de adiantamento dos VBC para 1984/85: Pequenos Produtores: de 90% a 80% para os seguintes produtos - amendoim, arroz (sequeiro e irrigado), feijão, mandioca, milho e sorgo; de 90% a 60% - algodão, soja e os demais Grandes Produtores: de 60% para 40% - todos os produtos.

Ao mesmo tempo, o aumento das taxas de variação dos VBCs destinados ao financiamento das safras 1983/84 e 1984/85, concretizou-se em escala inferior ao dos custos variáveis de produção (tabela 9) de 4 (quatro) dos principais produtos da agricultura deste estado, felizmente, excetuando-se o feijão e o milho.

Os preços mínimos básicos, da mesma forma que os VBCs, foram reajustados a níveis superiores aos da inflação, o que os distanciou positivamente do crescimento dos custos totais médios de produção. Não foi por outro motivo que foram considerados satisfatórios pelos agricultores. Estes também viram com bons olhos a ampliação de opção de cobertura do PROAGRO já em vigor desde a última safra ⁽³⁾.

Porém, tais medidas não têm dado segurança aos produtores, uma vez que sempre apresentam um cunho conjuntural, não deixando a certeza de que as mesmas terão continuidade nas safras seguintes. Esta situação, bastante nociva para o desenvolvimento da agropecuária brasileira, e conseqüência da característica ausência de políticas de longo prazo no seio da administração federal, nos últimos tempos. Por essa razão, pelos preços não remunerados que vêm recebendo por seus produtos, num mercado tendente à oligopolização, e pela forte alta nos preços dos insumos ocorrida no segundo semestre do ano que findou, os agricultores tendem a racionalizar o uso dos seus meios de produção.

Em conseqüência, se nenhum desses fatores afasta, como parece não ter afastado, os produtores rurais, notadamente os de abastecimento interno, contudo não os incentiva a que ampliem sua produção. É o que se pode depreender da evolução da área plantada que, para 15 (quinze) das mais importantes culturas do estado, em linhas gerais, não apresenta variação substancial entre a safra próxima passada e a que está em curso.

(3) O produtor rural passa a poder optar pela pura e simples cobertura do financiamento do crédito com respectiva correção, ou pela cobertura do crédito mais a de recursos próprios (com a correção de ambas).

Tabela 1

PREÇOS MÉDIOS UNITÁRIOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES DE SANTA CATARINA, 1977 A 1984 (1)

(Cr\$/Kg - a Preços correntes)

PRODUTO \ ANO	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984 (2)
ARRÓZ	1,80	3,20	5,62	10,61	15,68	39,87	95,56	213,81
BATATA	2,17	3,64	3,44	16,86	26,66	29,66	173,48	241,37
CANA	0,15	0,16	0,26	0,63	1,11	2,45	4,69	12,65
CEBOLA	-	-	-	19,12	14,90	78,73	156,11	377,88
FEIJÃO	5,06	5,53	7,91	33,30	61,96	68,68	165,04	521,25
FUMO	10,99	16,61	20,84	34,60	77,91	184,74	336,96	983,37
MANDIOCA	0,72	0,57	0,78	2,76	4,52	5,48	11,97	65,14
MILHO	1,05	2,03	3,32	6,83	11,24	18,50	73,90	168,99
SOJA	2,45	3,20	5,47	9,27	16,06	30,21	118,68	330,88
TOMATE	3,28	4,12	7,33	18,07	35,49	59,08	168,33	343,94
TRIGO	2,43	3,15	4,65	8,23	22,05	40,72	89,48	244,03
BANANA	1,05	1,50	2,29	5,20	3,17	16,55	36,35	114,40
MAÇÃ (PROFIT)	4,57	5,60	7,61	13,30	27,77	69,54	126,16	356,00
UVA VINÍFERA	2,28	3,00	4,96	14,49	21,05	42,17	162,84	262,16
AVES (cabeça)	9,50	13,58	24,25	43,67	75,94	132,55	365,87	1.220,41
BOVINOS (cabeça)	5,85	10,10	22,41	41,70	57,97	182,47	509,44	1.709,47
LEITE (litro)	2,75	3,74	5,34	11,09	24,39	39,64	94,40	251,61
SUÍNOS (cabeça)	10,21	12,42	23,57	40,00	62,47	141,67	368,97	1.198,94
OVOS (dúzia)	7,36	10,16	15,21	26,34	50,96	101,73	245,53	841,09
MEL	16,26	21,85	36,94	71,25	162,76	332,74	1.376,73	3.163,23

(1) Média Anual - Considerou-se a soma de janeiro a dezembro

(2) 1984 - Média aritmética de janeiro a outubro

Fonte: EMATER-SC / ACARESC e FGV

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 2

PREÇOS MÉDIOS REAIS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES CATARINENSES,
PERÍODO - 1977 A 1984

(Cr\$/kg - a preços médios de out/84)

PRODUTOS \ ANO	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Alho	-	-	-	-	-	-	-	-
Arroz	346,15	443,52	506,12	477,28	336,09	437,22	411,72	323,14
Batata	417,31	504,50	309,80	758,43	571,44	325,26	747,43	364,79
Cana	28,85	22,18	23,41	28,34	23,79	26,88	20,21	19,12
Cebola	-	-	-	860,10	319,37	863,37	672,60	571,11
Feijão	973,08	766,46	712,36	1.497,98	1.328,07	753,16	711,07	787,79
Fumo	2.113,46	2.302,15	1.876,80	1.556,46	1.669,95	2.025,90	1.451,78	1.486,22
Mandioca	138,46	79,00	70,24	124,16	96,88	60,09	51,57	98,45
Milho	201,92	281,36	298,99	307,24	240,92	202,88	318,40	255,40
Soja	471,15	443,52	492,62	417,00	344,24	331,29	511,33	500,08
Tomate	630,77	571,03	660,12	812,87	760,71	647,89	725,24	519,81
Trigo	467,31	436,59	418,77	370,22	472,63	446,55	385,52	368,81
Banana	201,92	207,90	206,23	233,92	196,55	181,49	156,61	172,90
Maçã	878,85	776,16	685,34	598,29	595,23	762,59	543,56	538,04
Uva vinífera	438,46	415,80	446,69	651,82	451,19	462,45	701,59	396,22
Aves (cabeça)	1.826,92	1.882,19	2.183,90	1.964,46	1.627,73	1.453,57	1.576,34	1.844,47
Bovinos (cabeça)	1.125,00	1.399,86	2.018,19	1.875,84	1.242,55	2.001,01	2.194,91	2.583,61
Leite (litro)	528,85	518,36	480,91	498,88	522,78	434,70	406,72	380,27
Suínos (cabeça)	1.963,46	1.721,41	2.122,66	1.799,37	1.339,01	1.553,59	1.589,70	1.812,02
Ovos (dúzia)	1.415,38	1.408,18	1.369,78	1.184,89	1.092,30	1.115,60	1.057,86	1.271,18
Mel	3.126,92	3.028,41	3.326,73	3.205,13	3.488,66	3.648,91	5.931,60	4.780,75

Fonte dos dados brutos: Tabela 1 e FGV

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 3

ÍNDICE DE CRESCIMENTO DOS PREÇOS DOS PRINCIPAIS
PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SC, 1977 A 1984

(1977 = 100)

ANO	ARROZ	FEIJÃO	MANDIOCA	MILHO	SOJA
1978	128	79	57	139	94
1979	146	73	51	148	105
1980	138	154	90	152	89
1981	97	136	70	119	73
1982	126	77	43	100	70
1983	118	73	37	158	109
1984	93	81	71	126	106

Fonte dos dados básicos: Tabela 2

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 4

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS REAIS DE PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS CATARINENSES,
DE JULHO DE 1981 A JUNHO DE 1984

CUSTOS TO- TAIS P/ PRODUTOS ha	(Cr\$/kg-a preços de out/84)						
	VALORES ABSOLUTOS				Nºs ÍNDICES (JUL/81 = 100)		
	Jul/81	Jun/82	Jun/83	Jun/84	Jun/82	Jun/83	Jun/84
ALMO	9.626.980,5	12.281.638,0	9.347.115,9	7.877.554,8	127,6	97,1	81,8
ARROZ							
· Irrigado (4.000 kg/ha)	1.657.897,0	1.722.979,5	1.473.043,5	1.562.956,5	103,9	88,9	95,5
· Sequeiro (2.000 kg/ha)	738.688,4	791.978,3	733.067,0	801.665,8	107,2	99,2	108,5
CEBOLA	2.604.770,3	3.126.081,2	2.978.964,1	3.491.648,0	120,0	114,4	134,0
FEIJÃO							
· Tração animal (800 kg/ha)	730.088,12	619.120,6	572.537,4	605.752,0	84,8	78,4	83,0
· Tração animal (900 kg/ha)	1.124.830,5	824.101,2	770.033,4	821.366,9	73,3	68,5	73,0
MANDIOCA							
· Tração Animal (18.000 kg/ha)	1.229.156,0	1.127.410,3	984.129,0	1.071.771,4	91,7	80,1	87,2
· Tração Animal (25.000 kg/ha)	1.701.109,9	1.583.179,4	1.311.046,7	1.360.047,7	93,1	77,1	80,0
MILHO							
· Tração Animal (3.000 kg/ha)	712.421,6	734.400,3	671.962,0	587.907,6	103,1	94,3	82,5
· Tração Animal (4.800 kg/ha)	1.102.991,0	1.122.274,2	1.037.447,1	938.707,6	101,7	94,1	85,1
SOJA							
· Tração Animal (1.620 kg/ha)	808.528,2	821.747,2	821.487,9	782.028,6	101,6	101,6	96,7
· Tração Motora (1.800 kg/ha)	827.529,2	860.203,6	635.168,1	947.449,3	106,4	100,9	114,5
BOVINO DE CARNE	31.768.513,0	27.538.745,0	26.781.676,0	35.231.005,0	86,7	84,3	110,9
BOVINO DE LEITE	10.471.593,0	11.185.765,0	10.195.290,0	10.840.913,0	106,8	97,4	103,5
SUÍNOS	32.663.510,0	30.281.199,0	35.889.041,0	33.341.937,0	92,7	109,9	102,1

Fonte dos dados básicos: Instituto CEPA/SC e FGV

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 7

VARIAÇÃO DOS VBCs DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA, EM VALORES ABSOLUTOS
E RELATIVOS, SAFRAS DE 1981/82 A 1984/85

FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	1981/82 (a)	1982/83 (b)	1983/84 (c)	1984/85 (d)	REAJUSTE % (b/a)	REAJUSTE % (c/b)	REAJUSTE % (d/c)
ALHO NOBRE							
Até 3.500	138.100	268.900	453.700	1.208.100	94,71	68,72	166,28
3.501 a 4.500	167.800	327.200	552.100	1.447.100	94,99	68,73	162,11
4.501 a 5.500	195.000	381.700	691.300	1.816.600	95,74	81,11	162,78
5.501 a 6.500	225.400	449.900	796.300	2.069.600	99,60	76,99	159,90
Acima de 6.501	240.500	474.700	843.300	2.223.900	97,38	77,65	163,71
Média Aritmética	-	-	-	-	96,48	74,44	162,96
ARROZ SEQUEIRO							
Até 1.000	12.700	24.300	56.200	206.000	91,34	131,28	266,55
1.001 a 1.300	16.000	31.900	74.200	274.000	99,38	132,60	269,77
1.301 a 1.600	20.600	40.500	95.700	356.000	96,60	136,30	272,00
Acima de 1.601	26.100	49.000	114.700	445.000	87,74	134,08	287,97
Média Aritmética	-	-	-	-	93,76	133,56	273,95
ARROZ IRRIGADO (Mecânica)							
Até 3.000	40.100	76.400	187.400	751.000	96,52	145,29	300,75
3.001 a 3.600	47.300	88.800	214.900	870.000	87,74	142,00	304,84
3.601 a 4.200	56.400	104.300	251.900	971.000	84,93	141,51	285,47
4.201 a 5.000	64.100	118.000	287.900	1.106.000	84,09	143,98	284,16
Acima de 5.001	-	120.700	299.900	1.155.000	-	148,47	285,13
Média Aritmética	-	-	-	-	88,32	144,25	292,07
FEIJÃO							
Até 400	8.700	16.000	37.000	127.000	83,91	131,25	243,24
401 a 600	18.200	33.700	75.800	283.000	85,16	124,93	273,35
601 a 800	20.700	40.200	90.600	345.000	94,20	125,37	280,79
801 a 1.000	24.900	49.600	112.900	450.000	99,20	127,62	298,58
Acima de 1.001	29.800	62.700	146.000	575.000	110,40	132,85	293,83
Média Aritmética	-	-	-	-	94,57	128,40	277,96
MANDIOCA (1º ciclo)							
Até 10.000	17.800	33.900	78.300	246.000	90,45	130,97	214,17
10.001 a 15.000	20.500	38.800	93.400	293.000	89,27	140,72	213,70
15.001 a 20.000	27.900	54.300	129.000	427.000	94,62	137,57	231,00
20.001 a 25.000	30.800	60.200	142.500	476.000	95,45	136,71	234,03
Acima de 25.001	33.800	66.800	160.700	561.000	97,63	140,57	249,09
Média Aritmética	-	-	-	-	93,48	137,31	228,40
MILHO							
Até 900	7.700	14.100	35.100	108.000	83,12	148,94	207,69
901 a 1.300	11.700	20.100	45.900	154.000	71,79	128,36	235,51
1.301 a 1.700	13.400	25.800	61.100	218.000	92,54	136,82	256,79
1.701 a 2.100	16.200	29.700	71.300	265.000	83,33	140,07	271,67
2.101 a 2.500	18.900	34.300	84.200	309.000	81,48	145,48	266,98
2.501 a 3.000	21.800	41.000	100.500	370.000	88,07	145,12	268,16
3.001 a 3.500	24.700	45.000	111.200	406.000	82,19	147,11	265,11
3.501 a 4.000	28.400	50.800	127.000	472.000	28,87	150,00	271,65
4.001 a 5.000	32.800	57.900	149.400	547.000	76,52	158,03	266,13
Acima de 5.001	-	68.000	172.300	633.000	-	153,33	267,38
Média Aritmética	-	-	-	-	81,99	145,33	257,07
SOJA							
Até 1.250	17.000	31.700	74.500	280.000	86,47	135,02	275,84
1.251 a 1.500	20.000	35.000	80.100	304.000	73,27	128,86	279,53
1.501 a 1.750	22.000	41.200	98.200	374.000	87,27	138,35	280,86
1.751 a 2.000	25.200	46.900	106.700	407.000	86,11	127,51	281,44
2.001 a 2.400	27.000	54.100	124.600	475.000	100,37	130,31	281,22
Acima de 2.401	-	59.700	131.300	500.000	-	119,93	280,81
Média Aritmética	-	-	-	-	86,70	130,00	279,95
TRIGO							
Até 600	-	19.000	35.100	105.200	-	84,74	199,72
601 a 800	-	25.200	46.500	139.800	-	84,52	200,65
801 a 1.000	-	29.800	55.200	166.800	-	85,32	202,17
1.001 a 1.200	-	34.200	63.700	193.800	-	86,26	204,24
1.201 a 1.400	-	41.200	77.100	239.500	-	87,14	210,64
1.401 a 1.601	-	46.800	88.000	274.200	-	88,03	211,59
Média Aritmética	-	-	-	-	-	85,99	204,84

Fonte dos dados básicos: CFP
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 9

COMPARATIVO ENTRE VBC'S E CUSTOS VARIÁVEIS DE PRODUÇÃO SC, PARA AS SAFRAS 1983/84 E 1984/85

(Em Cr\$ 1.000,00/ha correntes)

PRODUTO	PRODUTIVIDADE DE (kg/ha)	SAFRA 1983/84			SAFRA 1984/85		
		CUSTOS VARIÁVEIS (A)	VBC (B)	VARIÇÃO % (B/A)	CUSTOS VARIÁVEIS (C)	VBC (D)	VARIÇÃO % (D/C)
ALHO NOBRE NÃO CURADO	5.000	1.537,9	691,3	-58	4.531,1	1.816,6	-60
ARROZ IRRIGADO							
MECÂNICA	4.000	246,7	251,9	2	913,2	971,0	6
ARROZ SEQUEIRO	2.000	116,6	114,7	-2	454,3	445,0	-2
FEIJÃO							
TRAÇÃO ANIMAL (800 kg/ha)	1.020	116,3	146,0	26	409,3	575,0	40
TRAÇÃO ANIMAL (900 kg/ha)	800	79,5	90,6	14	283,5	345,0	22
MANDIOCA							
SOLO ARGILOSO	25.000	211,4	129,0	-39	630,9	427,0	-32
SOLO ARENOSO	18.000	156,2	142,5	-9	504,9	476,0	-6
MILHO							
TRAÇÃO ANIMAL	3.000	94,8	100,5	6	289,5	370,0	28
TRAÇÃO MOTORA	4.800	178,3	149,4	-16	449,2	547,0	22
SOJA							
TRAÇÃO ANIMAL	1.620	130,7	98,2	-25	412,8	374,0	-9
TRAÇÃO MOTORA	1.800	137,4	106,7	-22	529,9	407,0	-123

Fonte: Instituto CEPA/SC

Tabela 10

PREÇOS MÍNIMOS (BASE) DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1981/82 a 1984/85

(a Cr\$ 1.000,00 Correntes)

SAFRA PRODUTO	1981/82 (a)	1982/83 (b)	1983/84 (c)	1984/85 (d)	VARIÇÃO (%)		
					(b)/(a)	(c)/(b)	(d)/(c)
ARROZ (Cr\$/sc 50 Kg)							
renda 40 x 28 sequeiro	1.000	1.900	5.600	18.000	90	194,74	221,43
renda 50 x 18 irrigado	1.000	1.900	6.664	21.400	90	250,74	221,13
FEIJÃO (Cr\$/sc 60 Kg)	3.150	5.985	14.400	54.200	90	140,60	276,39
MANDIOCA (Cr\$/t)	3.055	5.804	14.400	51.800	90	90,00	370,00
MILHO (Cr\$/sc 60 Kg)	735	1.392	3.700	13.000	90	89,39	351,35
SOJA (Cr\$/sc 60 Kg)	945	1.800	4.338	20.000	90	30,48	461,04

Fonte: CFP

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 11

PREÇOS MÍNIMOS REAIS (BASE) E ÍNDICE DE CRESCIMENTO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS
DE SC, SAFRAS DE 1981/82 A 1984/85

PRODUTO \ SAFRA	PREÇOS MÍNIMOS - Cr\$ 1.000,00 / OUT - 84				ÍNDICE DE CRESCIMENTO - 1981/82 = 100		
	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1982/83	1983/84	1984/85
ARROZ (Cr\$/sc 50 kg)							
.SEQUEIRO	21.182,9	20.177,3	24.496,8	24.772,7	95	116	117
.IRRIGADO	21.182,9	20.177,3	29.151,2	29.452,0	95	138	139
FEIJÃO (Cr\$/sc 60 kg)	66.726,0	63.558,6	62.991,9	74.593,5	95	94	112
MANDIOCA (Cr\$/ t)	64.713,6	61.636,5	62.991,9	71.290,5	95	97	110
MILHO (Cr\$/sc 60 kg)	15.569,4	14.782,6	16.185,4	17.891,4	95	104	115
SOJA (Cr\$/sc 60 kg)	20.017,8	19.115,4	18.976,3	27.525,3	96	95	138

Fonte dos dados brutos: Tabela 10, EMATER-SC/ACARESC E FGV
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 12

ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1976/77 A 1984/85

PRODUTO \ SAFRA	(hectare)								
	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85*
ALHO	239	247	528	1.299	3.544	2.507	2.588	2.568	2.140
ARROZ	148.164	133.330	156.074	153.491	148.920	148.168	144.987	140.711	142.000
BATATA-INGLESA	15.964	16.555	19.903	20.114	18.313	19.064	17.132	17.241	17.031
CANA-DE-AÇUCAR	19.664	20.913	20.124	24.667	19.809	19.641	18.499	20.779	21.077
CEBOLA	6.846	5.724	10.736	12.307	16.920	11.380	12.338	12.267	13.384
FEIJÃO	188.874	197.106	227.777	276.011	291.100	373.000	422.087	395.538	406.940
FUMO	80.533	90.527	76.190	76.642	61.250	71.384	89.369	86.000	90.000
MANDIOCA	82.962	77.528	66.879	60.995	75.066	79.033	76.480	82.277	90.000
MILHO	1.063.584	1.005.633	1.078.025	1.128.441	1.150.000	1.108.615	1.095.886	936.231	945.630
SOJA	350.642	408.785	504.570	520.401	483.880	445.000	404.300	420.246	410.000
TOMATE	926	997	1.100	1.260	1.389	1.426	1.545	1.570	1.500
TRIGO	37.522	11.620	4.587	34.749	19.255	8.953	25.812	17.319	20.000
BANANA	14.998	17.134	18.366	18.643	21.484	21.500	21.550	23.000	23.000
MAÇÃ	3.815	5.287	6.337	7.154	8.031	9.036	10.035	10.808	11.808
UVA	4.270	4.043	4.946	5.086	5.255	5.080	5.322	6.500	5.684

* Estimativas: IBGE / GCEA - SC

Fonte: IBGE / GCEA - SC

3 - DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL

**Alho, Arroz, Banana, Batata-inglesa,
Cana-de-açúcar, Cebola, Feijão, Fumo,
Maçã, Mandioca, Milho, Soja, Tomate,
Trigo, Uva e Produção Florestal**

3. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL

3.1. Alho

O emprego de tecnologias modernas na produção de alhos em Santa Catarina é coisa recente. Começou a partir de 1976 com a introdução de cultivares de ciclo tardio através de imigrantes japoneses no Planalto de Curitibanos. Desse período em diante a cultura do alho começou a tomar expressão econômica, principalmente após a implantação do Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Alho em 1978, e que tem como objetivo mais importante a redução das importações a níveis que complementem as necessidades internas do país, sem comprometer a produção nacional.

Os alhos comuns são tradicionalmente cultivados em todo o estado. Já os alhos considerados nobres necessitam de condições especiais de clima e de solo para poderem ser explorados com bons resultados econômicos. Essas condições são satisfeitas nas regiões de maior altitude, quais sejam: Campos de Curitibanos, Campos de Lages, Planalto de Canoinhas e Colonial do Rio do Peixe. Até que essa cultura pudesse ser considerada viável técnica e economicamente, muitos problemas foram enfrentados. Hoje os alhos tardios do Sul, principalmente os de Santa Catarina, desfrutam de excelente conceito junto ao mercado brasileiro; entretanto, esse cultivo se ressentia de alguns entraves no campo da tecnologia de produção. Porém, o problema mais grave está relacionado às políticas de apoio à produção e, principalmente, às garantias para escoamento e comercialização das safras.

Atualmente são cultivados no estado cerca de 2.140 ha nos quais se espera uma produtividade média em torno de 3.833 kg/ha que deverão perfazer uma produção bruta da ordem de 8.447 t. No quadro da evolução da cultura do alho se ressalta a safra de 1980/81 como a de maior área cultivada em Santa Catarina. Esses dados podem ser observados na tabela 13.

Tabela 13

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO ALHO EM SANTA CATARINA -
SAFRAS DE 1979/80 A 1984/85 (*)

SAFRA	ÁREA (ha)	ÍNDICE	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE	RENDIMENTO (kg/ha)	ÍNDICE
1979/80	1.299	100	4.724	100	3.637	100
1980/81	3.544	173	6.720	42	1.896	52
1981/82	2.490	92	7.905	67	3.175	87
1982/83	2.588	99	8.589	82	3.319	91
1983/84	2.568	98	9.724	106	3.803	105
1984/85	2.140	65	8.200	74	3.832	105

(*) Estimativa: IBGE/GCEA-SC (dez/84)

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Após o "boom" ocorrido no plantio 80/81 e da respectiva frustração daquela safra, as áreas de plantio se comportaram com pequenas variações até a safra 1983/84, quando então sofreram um recuo da ordem de 16,66% em relação à safra anterior. As perspectivas anteriormente favoráveis à produção de alhos foram frustradas devido ao pouco amparo oferecido à comercialização da safra 1983/84.

A cultura do alho apresenta grande importância no aproveitamento da mão-de-obra rural no estado, principalmente por se tratar de uma cultura de inverno - poucas são as culturas que oferecem essa opção. Mesmo assim, o desestímulo foi sentido na safra em andamento, cujos efeitos foram mais diretos para o cultivo de alhos nobres devido ao elevado custo de produção desses alhos - em outubro girava em torno de Cr\$ 6.477.949,00/ha.

É altamente relevante para a economia do país o efeito do Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Alhos sobre a balança de pagamento. Com efeito, desde a implantação do Plano Nacional as reduções de importação foram sensíveis, como pôde ser visualizado na tabela 14.

Tabela 14

EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ALHO
- PERÍODO DE 1978 A 1984 -

ANO	QUANTIDADE (kg)	VALOR EM	
		US\$ 1.000 FOB	US\$ 1.000 CIF
1978	33.427.412	37.503	40.606
1979	33.843.715	30.381	31.857
1980	30.705.700	36.029	39.830
1981	21.063.346	31.960	34.851
1982	21.475.000	42.027	45.444
1983	16.318.420	12.775	14.303
1984 (*)	17.253.730	9.104	10.946

(*) Corresponde ao período de janeiro a agosto/84

Fonte: Gerência de Hortigranjeiros/SNAB-MA

Quando se compara o ano de 1978 com o de 1983, se nota que houve uma redução de 51% no volume e de 65% no valor das importações. Foram economizados 26,3 milhões de dólares, o que, na atual conjuntura econômica do país, assume proporções ainda mais relevantes.

Na safra 1983/84 a produção bruta de alhos nacionais foi de 58.551 t obtida numa área de 15.579 ha. Já na safra desenvolvida em 1984/85, cujos dados ainda não são considerados definitivos, a área deverá ser reduzida em 24,35% e a produção deverá cair 26,06% em relação ao ano anterior. Essa retração de plantio reflete a insatisfação dos produtores pela má remuneração obtida com a comercialização da safra. É de se estranhar, no entanto, justamente no ano em que as importações sofreram a maior redução, que os preços internos se tenham comportado de maneira tão desestimulante. Atribui-se esse efeito, fundamentalmente, aos baixos preços dos alhos ofertados aos importadores brasileiros, os quais servem de parâmetro para formação de preço dos nacionais. Além disso, houve uma retração por parte dos atacadistas, cuja maioria preferia não comercializar alhos nacionais. Desta forma, a oferta dos alhos brasileiros se concentrou em cima de poucos compradores que, habilmente, souberam manipular o mercado em prejuízo dos produtores brasileiros.

Apresenta-se a seguir o quadro evolutivo da cultura do alho no Brasil desde o ano de implantação do Plano Nacional de Produção e Abastecimento de alho até a safra em andamento:

Tabela 15

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO ALHO NO BRASIL -
SAFRAS DE 1977/78 A 1984/85 (*)

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	ÍNDICE	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE	RENDIMENTO (kg/ha)
1977/78	6.351	100	22.155	100	3.488
1978/79	7.060	112	23.975	108	3.396
1979/80	8.472	133	31.291	141	3.693
1980/81	12.352	194	40.303	182	3.263
1981/82	12.651	199	48.134	217	3.805
1982/83	18.356	289	63.941	289	3.505
1983/84	15.579	245	58.551	264	3.758
1984/85 (*)	11.786	186	43.292	195	3.673

(*) Avaliação em set/84

Fonte: Fundação IBGE

No Brasil três grandes regiões destacam-se como produtoras de alho. A região Sudeste, que representa 41% da produção brasileira, a região Centro-Oeste, 11%, e a região Sul, 39%.

O plantio de alhos no Brasil está distribuído nas Unidades da Federação da seguinte maneira:

Tabela 16

PLANTIO, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DO ALHO NOS
ESTADOS DO BRASIL - SAFRA 1984/85 (*)

ESTADO PRODUTOR	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)	PARTICIP. % SOBRE A PRO- DUÇÃO
Minas Gerais	3.052	12.124	3.972	28,00
Santa Catarina	2.140	8.200	3.832	18,94
Goiás	926	4.167	4.500	9,63
Rio Grande do Sul	2.000	5.848	2.924	13,51
Bahia	651	2.007	3.083	4,64
Paraná	900	2.700	3.000	6,24
Espírito Santo	247	1.195	4.838	2,76
Mato Grosso do Sul	231	231	1.000	0,53
São Paulo	925	4.348	40.701	10,04
Pernambuco	81	245	3.025	0,57
Brasília	33	173	5.242	0,40
Piauí	156	694	4.449	1,60
Ceará	133	599	4.504	1,383
Outros	311	761	2.447	17,57
TOTAL	11.786	43.292	3.673	100

(*) Previsão em setembro/84

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

O Estado de Santa Catarina se constitui no segundo maior produtor nacional de alhos, participando com aproximadamente 19% da produção global. Entretanto, seu maior mérito está na produção de bulbos de alta qualidade capazes de competir no mercado com os importados. As cultivares nobres plantadas no estado são o Roxo Pérola de Caçador, que hoje ocupa cerca de 40% da área total cultivada e a Chonan ocupando 35%. No restante da área prevalecem os alhos comuns, apesar de já existirem outras cultivares, algumas em caráter experimental como Quitéria e Chines além do Lavínia que já é bastante conhecido e vem perdendo área para os alhos tardios.

A cultura do alho em Santa Catarina está distribuída no estado de acordo com as microrregiões, conforme tabela 17.

Tabela 17

DISTRIBUIÇÃO DA CULTURA DO ALHO EM SANTA CATARINA,
POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - SAFRA 1984/85 (*)

MRH	ÁREA DE CULTIVO (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Campos de Curitibanos	1.230	4.845
Col. do Rio do Peixe	251	999
Campos de Lages	172	1.091
Planalto de Canoinhas	114	301
Col. Serrana Catarinense	114	399
Col. Oeste Catarinense	84	294
Col. Alto Itajaí	81	256
Carbonífera	36	108
Lit. Sul Catarinense	18	44
Colonial de Blumenau	15	45
Florianópolis	10	18
Outras	15	47
TOTAL	2.140	8.447

(*) Previsão em dezembro/84

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Da produção esperada, somente parte dos alhos nobres são remetidos para outros estados. Os alhos comuns são comercializados no próprio estado, destinando-se ao consumo regional in-natura e às agroindústrias frigoríficas espalhadas no território catarinense.

No Balanço de Oferta e Demanda de Alhos, estimado pelo Instituto CEPA/SC, a destinação para a safra 1984/85 deverá ser a seguinte:

(em toneladas)

PRODUÇÃO BRUTA (1)	PERDAS DIVERSAS (2)	RESERVAS SEMENTE (3)	CONSUMO APARENTE (4)	INDUSTRIALIZAÇÃO	COMÉRCIO FORA DE SC (5)
8.447	1.297	1.500	750	900	4.000

OBS.: Previsão em dez/84

- (1) Compreende alhos semi-curados (meia-cura)
- (2) Consideram-se as quebras de armazenagem, na propriedade, em torno de 15%.
- (3) Considerou-se a utilização média de 600 kg/ha entre alhos nobres e comuns.
- (4) Refere-se ao consumo interno para um período de 6 meses.
- (5) Refere-se ao volume líquido de alhos prontos para mercado.

Após um período de otimismo com relação às perspectivas futuras do alho em Santa Catarina, hoje essa atividade se ressent, como já foi dito, de maior apoio governamental, principalmente quanto a garantias de comercialização. Na safra 1983/84, foram produzidas 9.724 t em Santa Catarina (13% a mais que as perspectivas da atual safra). Os alhos colhidos naquela safra foram de excelente qualidade, pois as condições climáticas transcorreram muito bem, inclusive durante o período de colheita. Os bulbos colhidos foram, na sua maioria, de tamanho médio e grande, e de fitossanidade muito boa. Em que pesem as características citadas do produto, o mercado não recompensou o esforço dos produtores catarinenses. No período de comercialização da safra dos alhos tardios do Sul, o mercado encontrava-se bem abastecido com estoques remanescentes da Espanha e com grande oferta de alhos do sudeste. Afora isso, os preços não reagiram em consequência do baixo valor de aquisição dos alhos importados, que servem de parâmetro para as cotações dos alhos nacionais, aspectos já enfocados anteriormente. A par dessa situação, uma boa parte dos produtores catarinenses - associados da COOPERPLAC - decidiram posicionar-se contra a comercialização de suas produções enquanto o mercado não reagisse, fixando seus alhos acima das cotações no mercado nacional, fazendo exatamente o jogo que interessava aos compradores de São Paulo, uma vez que os mesmos se encontravam abastecidos. Como consequência, retardaram o período de oferta enquanto outros produtores, não associados, já haviam efetuado seus negócios. Como o

período de comercialização dos alhos tardios é muito curto (janeiro a março), e como já estava se aproximando a data para entrada de alhos da Argentina, os produtores que estavam segurando o mercado tiveram de entrar nas regras de mercado vendendo seus alhos abaixo dos preços que esperavam. No mês de janeiro os preços líquidos recebidos pelos produtores que comercializaram através da COOPERPLAC foram os seguintes:

Alho tamanho 5 e 6	-	Cr\$ 1.600,00/kg
Alho tamanho 4	-	Cr\$ 1.400,00/kg
Alho tipo ramaneio	-	Cr\$ 1.500,00/kg
Alho tamanho 3	-	Cr\$ 1.000,00/kg
Alho tamanho 2	-	Cr\$ 580,00/kg
Alho tipo industrial	-	Cr\$ 300,00/kg

Já no mês de fevereiro, o preço líquido recebido pelo produtor para o tipo mais comercializado (tamanho 4) ficou em torno de Cr\$ 1.150,00/kg. Nessa mesma época, no mercado de São Paulo, os alhos nacionais estavam cotados entre Cr\$ 1.800,00 a 2.500,00/kg enquanto os espanhóis eram vendidos entre Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 2.700,00/kg. Na realidade outros fatores, além dos citados, também contribuíram para que os preços não atingissem os níveis desejados, quais sejam:

- presença de grande número de atravessadores no comércio do alho na região produtora;
- entrada de alhos clandestinos, principalmente para o mercado do Rio de Janeiro;
- valor de pauta do ICM sobre o alho muito elevado;

As remessas de alhos catarinenses para o mercado nacional, tiveram seu fluxo normal prejudicado pelas circunstâncias de mercado; mesmo assim, no ano de 1984 verificou-se um incremento que pode ser constatado na tabela 18:

Tabela 18

EVOLUÇÃO DE ESCOAMENTO DE ALHOS EM SANTA CATARINA
PARA O MERCADO NACIONAL - 1979 A 1984

(em cx de 100 kg)

SAFRA	ANO COMERCIAL	VOLUME COMERCIALIZADO	OBSERVAÇÕES
1978/79	1979	800	Inclui os alhos destinados ao comércio "in natura" e os destinados à industrialização
1979/80	1980	15.300	
1980/81	1981	278.000	
1981/82	1982	320.000	
1982/83	1983	350.000	
1983/84 (*)	1984	380.000	

(*) Estimativa: Instituto CEPA/SC

Fonte: COOPERPLAC e Instituto CEPA/SC

Na Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina - CEASA/SC, durante o ano de 1984 foram movimentadas 24.537 kg dos quais 15.727 kg foram produzidos no estado e os demais 8.810 kg constituíram-se, em sua maioria, de alhos nacionais repassados pelas CEASAs de outros estados além dos alhos importados.

As ofertas mensais e os preços médios praticados no atacado e no varejo durante o ano de 1984 no entreposto da CEASA/SC estão demonstrados na tabela 19:

Tabela 19

VOLUME COMERCIALIZADO E PREÇOS MÉDIOS PRATICADOS
NO MERCADO DA CEASA/SC EM 1984

MÊS	VOLUME OFERTADO (kg)			PREÇOS MÉDIOS PRATICADOS (Cr\$ 1,00)	
	Do Estado	Importado ^(*)	Total	Atacado	Varejo
Jan	2.452	300	2.752	886,46	1.095,35
Fev	1.931	600	2.531	1.260,78	1.295,90
Mar	1.139	100	1.239	1.267,51	1.559,24
Abr	958	-	958	1.524,54	1.810,14
Mai	869	400	1.269	1.735,46	2.009,95
Jun	1.408	350	1.758	2.066,00	2.296,00
Jul	800	560	1.360	2.212,58	2.499,46
Ago	486	3.810	4.296	3.240,75	3.500,00
Set	1.881	2.590	4.471	2.850,68	3.476,16
Out	1.231	100	1.331	2.090,00	2.581,00
Nov	1.781	-	1.781	2.107,00	2.313,00
Dez	793	-	793	2.612,00	3.000,00
TOTAL	15.727	8.810	24.537	-	-

(*) Estão incluídos alhos importados de outros estados e de outros países.

Fonte: CEASA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Com relação à safra 1984/85, ora em andamento, aconteceu o que já se previa nos primeiros prognósticos. Foram deixados de ser cultivados cerca de 428 ha em relação à safra 1983/84, significando o segundo ano consecutivo de redução de área cultivada. Os motivos já explicitados para esse posicionamento, por parte dos produtores, foram agravados pelos altos valores dos investimentos e pelos elevados custos para implantação das lavouras. No VI Encontro Nacional sobre Produção e Abastecimento realizado no mês de julho em Goiânia, os produtores, técnicos e representantes de entidades ligadas ao setor, pleitearam, em documento enviado ao Ministro da Agricultura, as seguintes medidas:

- que as importações de alho, tanto da ALADI como de países Extra-zona, sejam estritamente complementares à disponibilidade do consumo nacional através de quotas mensais administradas visando à reserva de mercado para os alhos nacionais;

- que o Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Alho seja revisto imediatamente, definindo as políticas de produção e de abastecimento, o crescimento da produção nacional e as políticas de importação, para melhor orientar o produtor brasileiro;

- que seja estabelecido em todo o território nacional um crédito presumido de 80% sobre o ICM calculado na primeira operação;

- que a política de preços mínimos seja executada em sua plenitude com operações de AGF e/ou EGF com opção de venda para o alho;

- que no sistema de classificação em mini, médios e grandes produtores seja adotada outra fórmula de avaliação que não seja a renda bruta para culturas de alto valor de produção como a do alho;

- que a Associação Nacional de Produtores de Alho seja ouvida por ocasião das negociações para importações complementares.

Em agosto a Associação Nacional de Produtores de Alhos, reunida em Brasília com diversos órgãos envolvidos na produção e abastecimento do alho, formulou diversas propostas com vistas a subsidiar as negociações no acordo bilateral Brasil e Argentina. Entre as propostas foram destacadas as seguintes:

- manutenção do controle das importações através do sistema de quotas administrativas;

- importações complementares no período de março a agosto de cada ano com redução de alíquota a zero, visando não

e elevar os preços a nível de consumidor e não favorecer a prática do contrabando;

- estabelecimento, durante um período de cinco anos, de um sistema de quotas, cuja proposição para o ano de 1985, seria o de quotas mensais iguais a 2.500 t no período de março a agosto.

Em fins de setembro, quando parte da safra do Sudeste, do Nordeste e do Centro-Oeste, já estava entrando no mercado, aconteceu a primeira tentativa do comércio atacadista de São Paulo visando à liberação de nova quota de importação de alhos espanhóis. As alegações eram de que o retardamento da safra de Goiás e a aparente diminuição da produtividade iria provocar um intervalo considerável entre o abastecimento através de alhos da Espanha e o ingresso no mercado do produto dos estados centrais. Felizmente, a pressão exercida pelos atacadistas junto ao Governo, não surtiu o efeito desejado, graças ao empenho da ANAPA, justificando tecnicamente a não necessidade de tal medida.

Aparentemente, o sistema de quotas previamente estabelecido estava assegurado. No entanto, apesar de justificada ao governo a não necessidade de importações complementares, a CACEX, desconhecendo as justificativas dos produtores, resolveu liberar novas quotas, para internalizar 420 mil caixas de alhos espanhóis. Essa medida causou revolta entre os produtores catarinenses, que a classificaram de "medida que entrava o desenvolvimento da alhicultura nacional".

Os alhicultores, através da Associação Nacional de produtores de Alho - ANAPA, e da Associação catarinense de Produtores de Alho - ACAPA, protestaram contra a decisão da CACEX. Essa atitude do governo refletiu negativamente sobre o setor rural, que no caso do alho se reveste de um agravante mais sério: põe em risco todo o esforço para superar a dependência ao produto estrangeiro.

De qualquer forma, a medida tinha se tornado irreversível, pois, apesar dos apelos, a CACEX já havia emitido guias para 350 mil caixas além das quotas normais; exatamente no pique da

safra do Sudeste e às portas da safra do Sul.

Algumas medidas foram sugeridas mesmo, pleiteadas, na época, para que a comercialização da safra do alho brasileiro não esbarre em problemas mais sérios em decorrência da liberação das quotas extras. A SNAB preparou voto ao CMN no sentido de a CFP voltar a operar EGF com opção de venda para o alho. Outro empenho da SNAB é o de utilizar a COBAL no processo de aquisição de alhos nacionais "in natura" ou industrializados, em volume equivalente ao montante de alho ingressados no país além das quotas pré-estabelecidas. Uma outra proposição do MA. ao Conselho de Política Aduaneira foi a elevação da alíquota de importação de 70% para 130%. Os produtores de alhos através de suas associações sugeriram adiar as importações em 1985 de março para abril, ampliando assim o período de comercialização dos alhos do Sul.

Até dezembro, apenas havia sido conseguido, junto à SEPLAN, a concordância de que os tomadores de EGF pudessem transformar esses empréstimos em AGF - Aquisição do Governo Federal. Mesmo sendo esta uma medida positiva, a expectativa de transformar-se em realidade gera dúvidas quanto à disponibilidade de recursos em tempo hábil para essas operações. De qualquer forma, os produtores associados da COOPERPLAC encaminharam à CFP solicitação de recursos para EGF da ordem de 12 bilhões de cruzeiros.

Os preços mínimos para os alhos nobres, em vigor nesta safra (tipo base), são os seguintes: alho curado-Cr\$ 2.940,00/kg; alho meia-cura - Cr\$ 1.956,00/kg.

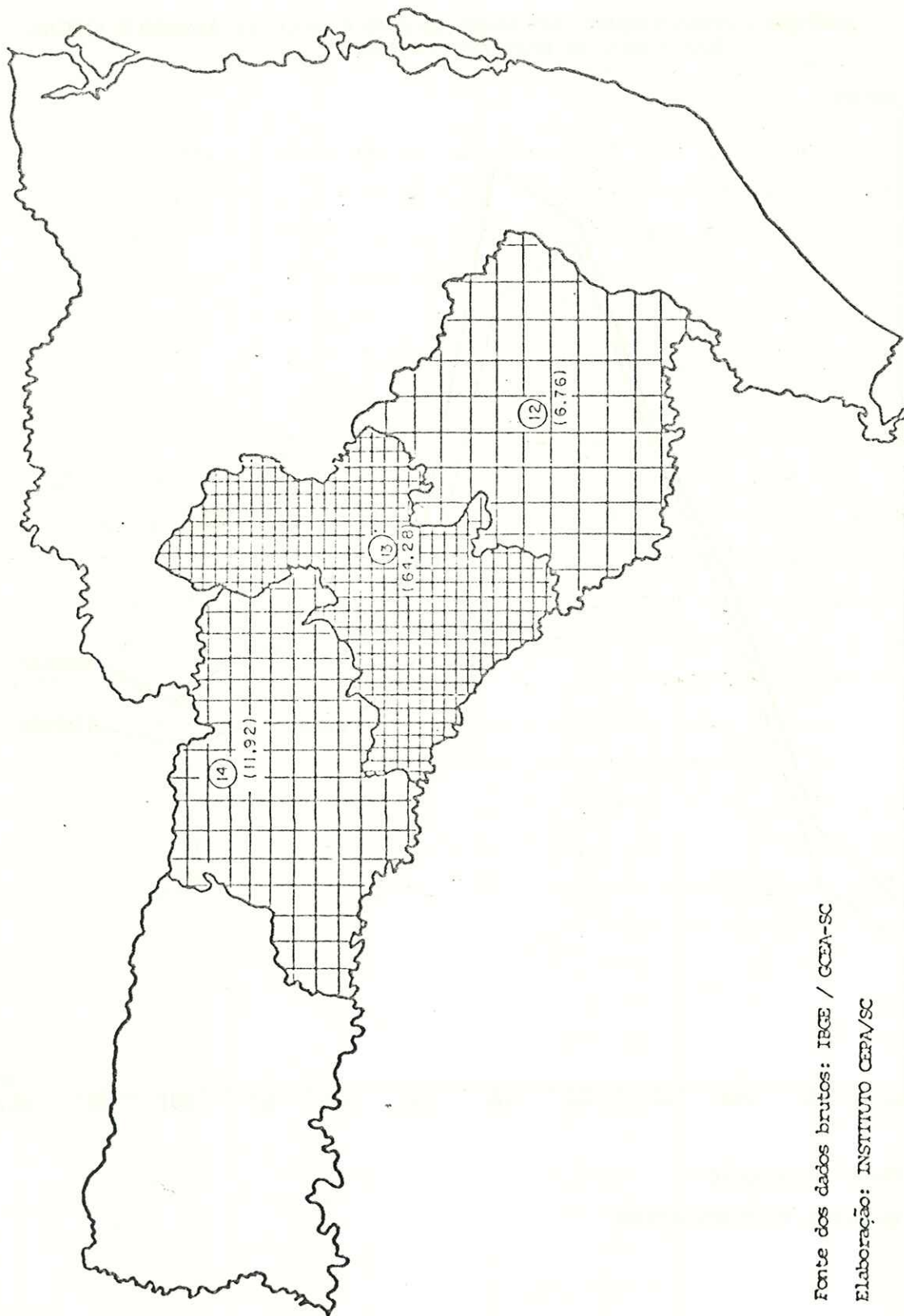
Os alhos tardios da safra 1984/85, que começaram a ser colhidos em novembro, apresentam excelente qualidade e a maioria dos bulbos são de tamanho médio a grande. A colheita foi encerrada em meados de dezembro, enquanto o processamento de cura deverá se estender até o mês de janeiro. A comercialização, por sua vez, deverá ser iniciada em janeiro, devendo encerrar-se em março.

Sobre o abastecimento nacional, nos meses de novembro e dezembro notava-se uma certa retração no consumo do alho espanhol, devido às notícias da possível existência de resíduos can-

cerígenos que, mesmo não sendo constatados, provocaram dificuldades nas vendas. Esse fato, aliado ao atraso na liberação das vendas do alho espanhol provocou um retardamento das vendas desse alho, o que poderá contribuir como mais um fator desfavorável à comercialização dos alhos tardios.

A delegação brasileira responsável pelas negociações com os Argentinos na reunião da ALADI em novembro/84, não chegou a lograr êxito diante das recusas das propostas de ambos os lados representados. A proposta dos brasileiros foi a seguinte: de janeiro a fevereiro os países latinos receberiam tratamento idêntico aos terceiros países, ou seja, alíquota de 130% de acordo com a resolução do CPA; de março a 15 de junho - importação de 6 mil toneladas sem alíquota (0%), podendo chegar a 8 mil toneladas; de 15 de julho a 31 de dezembro - tratamento idêntico aos terceiros países (130% de alíquota). Os argentinos declararam que a proposta brasileira estava muito longe das pretensões do seu país e apresentaram como proposta a liberação de importações a partir de dezembro até julho. Diante dos diferentes pontos de vista propostos pelas duas delegações, inviabilizou-se a possibilidade de fechamento dos acordos para esse produto. Após esse resultado os argentinos esperam obter concessões do governo brasileiro através de "lobby" político, uma vez que passa a vigorar o acordo de Montevideu de 1980, reforçado pelo encontro entre os Presidentes do Brasil e Argentina a ser mantido em janeiro de 1985.

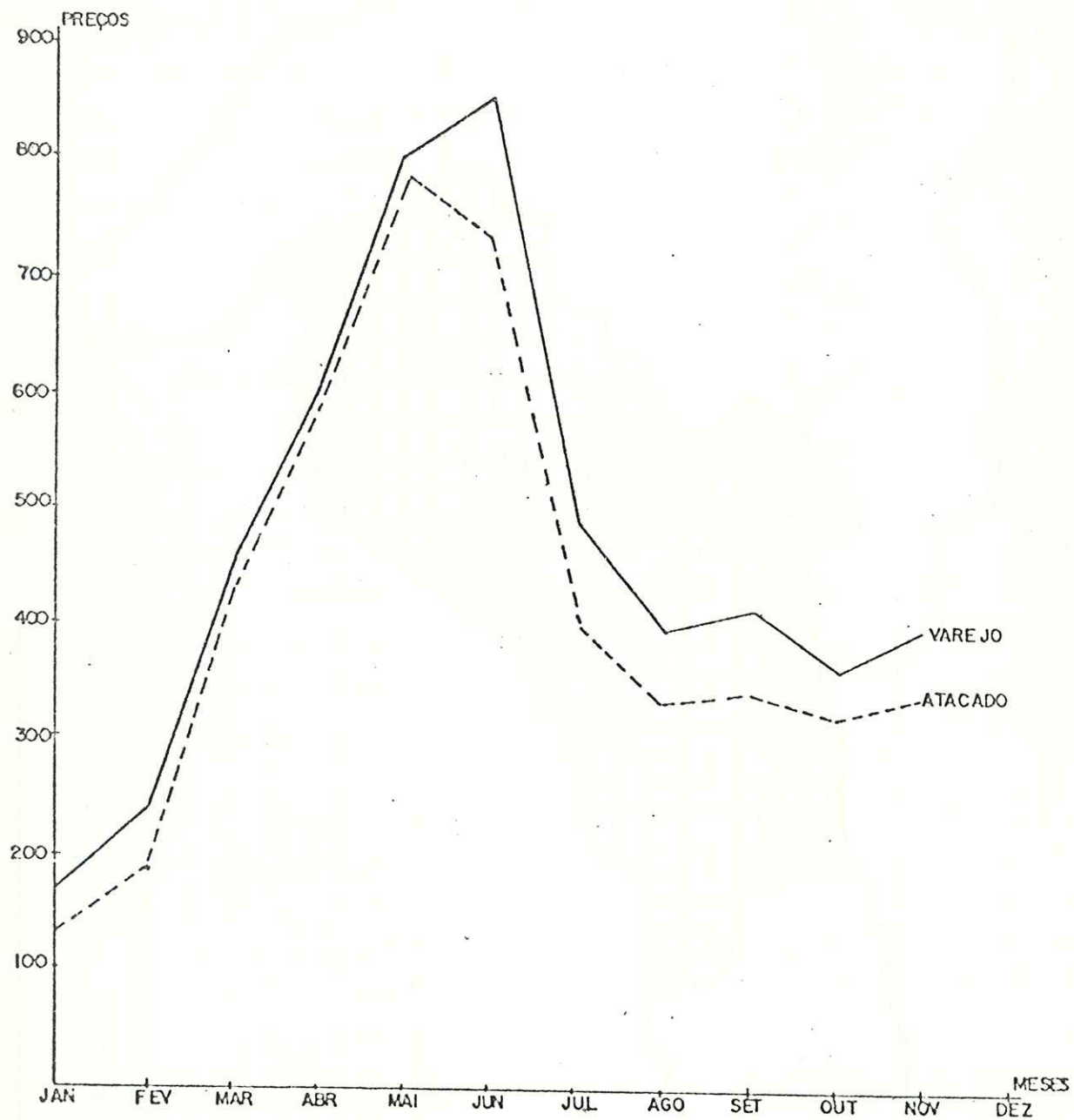
Mapa 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MEH NA PRODUÇÃO DE ALHO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84



Fonte dos dados brutos: IBGE / CCEA-SC

Elaboração: INSTITUTO CEAR/SC

GRÁFICO I - COMPORTAMENTO DOS PREÇOS DO ALHO A NÍVEL DE ATACADO E VAREJO, CONSTATADOS NA CEASA/SC EM 1984



Fonte: CEASA/SC

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

3.2. Arroz

De acordo com o Censo Agropecuário de Santa Catarina, a cultura do arroz envolve 90.570 produtores rurais dos quais 74.334 são proprietários (82%). Do total de orizicultores, cerca de 25% possuem áreas com menos de 10 ha, 32% possuem áreas entre 10 e 20 ha e 33% possuem áreas entre 20 e 50 ha. Estes perfazem 90% dos produtores do arroz em Santa Catarina e são responsáveis por 70,7% da produção do grão. Portanto, o arroz, no estado, é uma cultura eminentemente conduzida por pequenos agricultores, por isso, além do relevante caráter de cunho econômico a cultura reveste-se de grande importância no aspecto social.

As perspectivas atuais da cultura, no estado, são de leve crescimento para a área de arroz irrigado e de estabilidade na área de arroz de sequeiro, haja vista que nos últimos cinco anos o arroz irrigado manteve uma certa estabilidade, enquanto o de sequeiro apresentou um significativo recuo na área plantada. Por outro lado, dependendo de medidas governamentais que vierem a ser adotadas visando a estimular a produção, acredita-se que as áreas de cultivo consideradas tradicionais poderão ser ampliadas, mesmo oferecendo limitações quanto à expansão de fronteiras.

Com relação ao aproveitamento de várzeas, dos 250 mil hectares existentes no estado cerca de 100 mil já estão ocupados, ou com arroz irrigado, ou com cana-de-açúcar. O restante, cerca de 150 mil hectares, apresentam um enorme percentual produtivo. Entretanto, oferecem sérias limitações, uma vez que, para poderem ser ocupadas com culturas, necessitam de grandes obras de saneamento básico, quais sejam: retificações de leitos de rios; construções de grandes canais para enxugamento de lençóis d'água e drenagens de grandes áreas. Tais obras necessitam de grande soma de recursos e ações do Ministério do Interior através do DNOS. Diante das grandes somas necessárias para esses investimentos, os recursos do estado são escassos e, por isso, há necessidade imperiosa de participação efetiva do Governo Federal.

As áreas exploradas com arroz no sistema irrigado e de sequeiro, apresentaram a seguinte evolução nos últimos cinco

anos:

Tabela 20

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO ARROZ EM SANTA CATARINA
- SAFRAS DE 1979/80 A 1984/85 -

SAFRA	ÁREA (ha)	ÍNDICE	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE	RENDIMENTO (kg/ha)	ÍNDICE
1979/80						
. Irrigado	86.397	100	302.045	100	3.495	100
. Sequeiro	67.094	100	126.826	100	1.891	100
1980/81						
. Irrigado	83.693	96,87	270.294	89,49	3.230	92,42
. Sequeiro	65.227	97,22	133.774	105	2.509	133
1981/82						
. Irrigado	86.261	99,84	310.918	103	3.604	103
. Sequeiro	61.907	92,26	63.060	49,72	1.019	53,89
1982/83						
. Irrigado	86.620	100	290.087	96,04	3.329	95,25
. Sequeiro	59.605	88,84	105.230	83,36	1.795	94,92
1983/84						
. Irrigado	88.742	103	358.034	119	4.035	115
. Sequeiro	51.969	77,46	92.533	72,96	1.780	94,13
1984/85 (*)						
. Irrigado	90.000	104	364.500	121	4.050	116
. Sequeiro	52.000	77,50	95.160	75,03	1.830	96,77

(*) Previsão em dez/84

Fonte: Fundação IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

A redução da área de plantio com arroz de sequeiro se deve basicamente à expansão do cultivo de outros grãos (soja, milho e feijão), uma vez que neste sistema o arroz é cultivado quase que exclusivamente para auto-consumo. Já o arroz no sistema irrigado é considerado cultura de tradição e os pequenos incrementos que se têm verificado nas duas últimas safras são devidos, inequivocamente, às boas produtividades obtidas.

A introdução de cultivares de arroz irrigado mais produtivas no estado, tais como: BR IRGA 409 e 410, IR 841 e EMPASC

101, foi a principal responsável pelo incremento verificado na produtividade das últimas safras. Mesmo assim, ainda julgamos possível melhorar a produtividade das lavouras. Para tanto, o Instituto CEPA/SC listou uma série de medidas para melhoria da cultura em nosso estado, em atendimento às solicitações do Ministério da Agricultura que visava a dar maior apoio ao setor orizícola. Foram feitas as seguintes proposições:

- alocação de mais recursos para sistematização de várzeas inundadas (aproveitamento de novas áreas e melhoramento do nível tecnológico na exploração das áreas irrigadas já existentes);

- aumento de produtividade através do maior uso de sementes melhoradas com cultivares de alto potencial genético recomendadas pela pesquisa;

- intensificar a orientação técnica para o manejo correto do solo e da água de irrigação, bem como para o perfeito controle de pragas, doenças e inços;

- orientação técnica quanto ao plantio em época adequada de acordo com as exigências de cada cultivar;

- intensificar a orientação técnica no sentido de minimizar as perdas na lavoura e na colheita através da ceifa em época certa de maturação e do equipamento regulado adequadamente;

- minimizar as perdas no recebimento da safra através da ampliação da capacidade de beneficiamento e secagem;

- estimular o plantio através da garantia de preços mínimos renumeradores e corrigidos mensalmente durante todo o ano, e,

- ampliar a disponibilidade de crédito para custeio, investimento e comercialização e liberar em época oportuna.

A safra 1983/84 teve um desempenho muito bom, em que

pese as adversidades climáticas verificadas no período de plantio e as perspectivas de dificuldades no recebimento da produção. Os plantios foram encerrados no mês de janeiro, em face do atraso das sementeiras no sul do estado, como tradicionalmente ocorre. Esse problema é crônico na maioria dos municípios da região sulina, ante às limitações quanto à drenagem daqueles solos. Contudo, os orizicultores do sul catarinense que sistematizaram suas arrozeiras e aderiram ao plantio com sementes pré-germinadas não enfrentaram dificuldades para implantar suas lavouras.

Durante o desenvolvimento das lavouras, com exceção de algumas áreas de arroz de sequeiro e no transcorrer da colheita, as condições climáticas foram altamente favoráveis. A preocupação quanto à concentração da colheita e seus efeitos sobre o processo de recebimento e secagem da produção se tornaram concretos, embora não tenha ocorrido estrangulamento dessa capacidade. A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e a Companhia de Financiamento da Produção - CFP estavam atentas aos possíveis problemas dessa natureza. Para tanto, a CFP realizou levantamentos junto aos engenhos e cooperativas que possuíssem capacidade ociosa para receber produção e formar estoques para o Governo.

A ocorrência de concentração da colheita se deveu aos seguintes fatores: aumento de cultivares de ciclo mais curto em substituição às tradicionais; concentração de plantio num mesmo período devido às condições climáticas; praticamente não houve plantio antecipado visando às duas safras na região de Jaraguá do Sul; na maioria das lavouras não se efetuou mais o plantio escalonado em face da colheita mecanizada; as produtividades obtidas nas lavouras irrigadas nessa safra foram superiores às dos demais anos.

Em que pese a ocorrência de acúmulo da produção na entrega aos engenhos e cooperativas devido à concentração da colheita, não foram verificados transtornos mais sérios, além de uma relativa dificuldade de armazenagem ante a dificuldade de giro do produto no mercado na época.

Na safra 1983/84 foram produzidas 358.034 t de arroz

nas lavouras irrigadas e 92.533 t nas de sequeiro, totalizando 450.567 t. Foi a maior safra já conseguida em SC, graças aos excelentes rendimentos médios obtidos nas lavouras irrigadas, os quais podem ser observados, por microrregião homogênea, na tabela 21.

Tabela 21

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DO ARROZ
NAS MRH DE SC - SAFRA 1983/84

MRH	ÁREA CULTIVADA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIM. (kg/ha)	
	Sequeiro	Irigado	Sequeiro	Irigado	Sequeiro	Irigado
Colonial de Joinville	660	17.645	1.252	73.020	1.987	4.138
Litoral de Itajaí	115	4.578	235	16.136	2.043	3.525
Colonial de Blumenau	898	16.299	1.589	78.495	1.769	4.816
Col. Itajaí do Norte	690	195	1.319	739	1.912	3.790
Col. do Alto Itajaí	3.320	6.388	7.930	38.976	2.404	6.101
Florianópolis	200	2.495	448	8.670	2.240	3.475
Col. Serrana Catarinense	1.240	105	2.271	405	1.831	3.860
Litoral de Laguna	-	4.007	-	12.218	-	3.290
Carbonífera	2.047	6.300	4.117	21.833	2.010	3.466
Lit. Sul Catarinense	440	10.420	836	36.312	1.900	3.485
Col. Sul Catarinense	1.750	20.300	4.250	71.200	2.429	3.507
Campos de Lages	422	-	662	-	1.570	-
Campos de Curitibaos	3.135	-	4.927	-	1.572	-
Col. do Rio do Peixe	7.660	-	13.405	-	1.759	-
Col. Oeste Catarinense	18.780	-	35.945	-	1.967	-
Plan. de Canoinhas	10.062	10	13.347	30	1.334	300
TOTAL	51.419	88.742	92.533	358.034	1.800	4.034

Fonte: Fundação IBGE/GCEA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Quanto à comercialização da safra 83/84, os preços de abertura em fins de dezembro, ficaram por volta de 8.200,00/sc de 50 kg. Em janeiro, os produtores estavam recebendo em torno de Cr\$ 9.000,00/sc, enquanto o preço mínimo vigente na época para os grãos de rendimento 50 X 18 era Cr\$ 11.200,00. Portanto, os preços pagos aos produtores estavam defasados em relação ao estabelecimento pela Política de Preços Mínimos. O mercado do produto beneficiado não fluía normalmente. As dificuldades de venda do arroz beneficiado refletiam-se na morosidade do escoamento da safra que estava sendo colhida.

Na época, foram apresentadas as seguintes justificativas sobre o comportamento do mercado: as notícias, no segundo semestre de 1983, sobre importação de arroz fizeram com que houvesse muita cautela por parte dos atacadistas, os quais giraram, a partir daí, com pequenos estoques; as altas taxas de juros bancários contribuíram igualmente para redução de estoques dos distribuidores; a diminuição do consumo nacional, face à queda do poder aquisitivo, também foi apontada como causa das dificuldades das vendas; e a liberação de reservas da CFP (avaliada em 1,5 milhão de toneladas) que entrava no mercado para equilibrar a oferta em face da frustração da safra 1982/83, exerceu o papel de regulador, freando as entradas de arroz novo.

Face à situação de retração do mercado e concentração da oferta os compradores continuaram a pagar preços inferiores ao mínimo estabelecido pelo governo, e isso começou a gerar descontentamento entre os produtores. No encontro realizado em 20 de fevereiro de 1984, no município de Indaial, onde participaram a Secretaria da Agricultura, a Comissão de Financiamento da Produção, as Cooperativas e a Associação dos Profissionais do Arroz, foi enfatizada a preocupação dos órgãos do governo com relação a possíveis problemas gerados pelo acúmulo no recebimento da safra, já ocorridos em outros anos. Na ocasião, o Secretário da Agricultura e do Abastecimento pediu o apoio da classe de beneficiadores para ajudarem a contornar a situação, tanto no recebimento e na armazenagem como no pagamento de um preço não inferior ao mínimo em vigor. As reivindicações dos produtores e agroindustriais, por sua vez foram as seguintes: definição quanto à possibilidade de

enquadrar os grãos das cultivares BR IRGA 409 e 410 como Longo Fino, a exemplo do Rio Grande do Sul, onde esse critério é observado, além de no mercado o produto beneficiado ser comercializado como tal; retirada dos 10% de deságio incidente sobre o arroz macerado (desconto devido ao risco de deterioração do arroz macerado durante a armazenagem); aumento dos limites bancários para descontos de duplicatas na comercialização do arroz; garantia de que a CFP revenda seus estoques aos engenhos que participarem de operações de AGF e empenho do governo estadual no sentido de apressar a liberação de recursos para EGF para Santa Catarina.

No mês de março, ainda persistia como uma grande preocupação a falta de recursos para comercialização da safra, tanto para aquisição do arroz em casca (com exceção de recursos para AGF), como para o limite de desconto de duplicatas na comercialização do produto final. Entretanto, em fins daquele mês o Ministério da Agricultura, através da AFP, encaminhava em regime de urgência as normas operacionais às agências bancárias da região Centro-Sul para início imediato das operações de AGF. Entrava em vigor o empréstimo para preparo do produto correspondente a um adiantamento no valor de Cr\$ 1.000,00/sc o qual visava a fornecer recursos para custear as despesas, a fim de que o produto ficasse em condições de receber o EGF definitivo.

A escassez de recursos para comercialização não permitia a realização de grandes volumes de negócios para pagamento à vista. Os preços do arroz em casca, em março, não ultrapassaram os Cr\$ 8.000,00 para pagamento à vista e situaram-se na faixa de Cr\$ 9.000,00 a 9.500,00 para pagamento em 30 e 45 dias. Os produtores queixaram-se dos baixos preços oferecidos para o arroz em casca que, além de estarem abaixo dos preços mínimos, ficavam muito longe dos preços de outros produtos agrícolas.

Em abril, a colheita do arroz irrigado prosseguiu com bastante intensidade, enquanto as lavouras de sequeiro já haviam sido colhidas. Na região de São Miguel D'Oeste, cerca de 340 ha deixaram de ser colhidos representando um prejuízo aproximado de 590 toneladas. Contudo, o rendimento médio na maioria das lavouras de sequeiro foi muito bom, compensando, de certa forma, as

perdas ocasionadas pelas estiagens localizadas. No decorrer de abril, os preços pagos aos produtores se aproximaram mais dos preços mínimos, sem, no entanto, satisfazerem os orizicultores. A CFP comunicou aos engenhos e cooperativas de arroz que, nas operações de EGF, não mais seria considerado o deságio de 10% para o arroz macerado, nos casos em que o processamento se fizer em tanques metálicos suspensos com água aquecida e tratada. Foi uma medida recebida com satisfação pois esse processo de beneficiamento do arroz melhora sensivelmente o rendimento de engenho e alcançaria melhor preço para efeito de EGF e AGF após a decisão da CFP.

Mesmo com a excelente condição obtida na safra 83/84, a partir de maio os engenhos catarinenses já estavam comprando arroz em casca do Rio Grande do Sul, aproveitando os preços ainda baixos, com a finalidade de suprir suas necessidades, já que a produção estadual é inferior à capacidade industrial instalada. A insuficiência de recursos para comercialização ainda era sentida em maio. Havia muita dificuldade para obtenção de EGF, a não ser para liquidação dos contratos para custeio agrícola. Esse problema perdurou até o final da safra.

No tocante ao comércio do arroz beneficiado no mercado interestadual, no início do ano de 1984, as cooperativas e engenhos ainda ressentidos pela lenta reação de preços durante todo o semestre anterior, começaram a realizar negócios com os níveis de preços em recuperação. Os leilões da CFP haviam sido encerrados e o mercado se apresentava comprador, principalmente nos estados centrais.

Em abril, o quadro de recuperação dos preços continuava satisfatório aos beneficiadores. O volume de negócios continuava crescendo. O fardo de 30 kg do arroz macerado Longo tipo 2, que em janeiro era colocado no Rio de Janeiro entre Cr\$ 11.000,00 e Cr\$ 12.000,00, fechou o mês de abril entre Cr\$ 17.000,00 e Cr\$ 18.000,00/fardo.

Na época, as perspectivas para o abastecimento nacional em termos de necessidades para atendimento da demanda interna eram duvidosas, uma vez que o estoque no início da safra (mar-

ço/84) estimado pela CFP era de 703 mil toneladas, a produção esperada era de 9.280 mil toneladas, para um consumo aparente anual em termos de 9.600 mil toneladas. Com esses números, teoricamente o suprimento estaria garantido, muito embora não passasse de um dado conjuntural. No decorrer do ano, muitos fatos ocorreram envolvendo produtores, agroindústrias e autoridades do governo, tumultuando o abastecimento nacional. O marco inicial desses acontecimentos foi a decisão dos produtores gaúchos em boicotarem as vendas do arroz do Rio Grande do Sul, ou seja, os produtores gaúchos não venderiam mais o arroz beneficiado longo tipo 2 abaixo de Cr\$ 17.200,00/fardo de 30 kg, a partir do dia 16/04. No entanto, até o dia 25/04 essas medidas ainda não tinham sido colocadas em prática. De qualquer forma, os atacadistas dos grandes centros, face às notícias de boicote resolveram aumentar os preços do produto sem que isso correspondesse a uma melhoria a nível de produtor gaúcho.

Em junho, o mercado apresentava-se francamente vendedor. Situação altamente favorável aos atacadistas que, bem abastecidos, não se preocuparam em procurar o produto. A pressão da oferta era muito intensa a ponto de algumas agroindústrias ofertarem arroz macerado abaixo dos preços que estavam sendo praticados no mercado. No Rio Grande do Sul, onde a produção atingiu em torno de três milhões de toneladas (aproximadamente um terço da produção nacional), mesmo com a entrada do Programa SEAP/IRGA para compra de aproximadamente 1,7 milhão de sacas de arroz beneficiado, não foi suficiente para contrabalançar a retração da demanda dos supermercados e atacadistas do Rio e São Paulo.

A prorrogação dos preços de vencimento do crédito de custeio por mais 30 dias, apesar de somente adiar a preocupação do setor orizícola, serviu para evitar grande número de inadimplência prevista. Os produtores aguardavam a liberação de maiores volumes de EGF para encontrar uma solução mais consistente e de acordo com a realidade de mercado. A expectativa era a de que o mercado melhorasse a partir do mês de setembro. Uma das reivindicações dos gaúchos era o reajustamento mensal dos preços mínimos fixados em fevereiro, nos mesmos índices das ORTNs até o mês de maio. Entretanto, essa hipótese foi descartada pela SEPLAN. De

qualquer forma o governo autorizou um reajuste de 20% sobre o preço mínimo vigente, passando de Cr\$ 11.200,00 para 13.440,00/sc de 50 kg, válido somente para as operações de AGF a serem realizadas com o IRGA em convênio com a CFP. Além dessa medida, como forma de aliviar a crise de liquidez existente gerada pela insuficiência de recursos e pelas acentuadas quedas no consumo, o governo autorizou a exportação de 100 mil t de arroz.

Os produtores gaúchos, insatisfeitos com as medidas anunciadas e inconformados pelo não atendimento de suas reivindicações, a partir do dia 23 de junho/84, decidiram não vender arroz para os estoques do governo pelo preço mínimo proposto e boicotaram as vendas do arroz em casca a preços inferiores a Cr\$ 16.000,00/sc de 50 kg. Da mesma forma procederam em relação ao arroz beneficiado. As agroindústrias paralisaram as vendas e só aceitavam negócios a preços acima do que vinha sendo praticado no mercado. A liberação das vendas só aconteceu 30 dias após o início do movimento. Assim mesmo, era uma decisão temporária com vista a facilitar as negociações para que o governo pudesse cumprir as promessas de liberação de recursos suficientes para o custeio da próxima safra. A Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul considerou o movimento vitorioso e apontou como conquistas: os supermercados do Rio de Janeiro e São Paulo reajustaram os preços a nível de consumidor; o governo do Rio Grande do Sul comprometeu-se a reajustar mensalmente a pauta do ICM; o preço mínimo foi reajustado; o IRGA recebeu 63 bilhões de cruzeiros para adquirir o produto para formação de estoque regulador e se comprometeu a adotar um artifício para complementar o preço mínimo até atingir o valor desejado pelos produtores.

Com a suspensão do boicote, era esperada uma pressão de oferta e um conseqüente recuo das cotações. Era evidente que isso iria ocorrer, pois os produtores gaúchos precisavam recuperar suas receitas. Ocorreu um excesso de oferta, as cotações baixaram e o mercado passou a calmo, já que se encontrava bem abastecido com produto proveniente de outras regiões produtoras do país. Essa situação não poderia ser resolvida a curto prazo e tenderia a continuar delicada para os produtores do Rio Grande do Sul. De um lado, as redes distribuidoras se encontravam bem abastecidas e,

de outro, os produtores se encontravam com estoques expressivos tentando vender para saldar seus compromissos. O equilíbrio do mercado ocorreu em setembro, quando os estoques em mãos dos atacadistas haviam sido enxugados e também em face da redução da oferta por parte dos produtores que aguardavam uma reação maior já que se divulgaram os preços-base para a próxima safra em níveis bem superiores aos vigentes na época.

Ultrapassado o período de "sufoco", quando os produtores gaúchos ofertavam mais arroz do que o consumo necessitava, a situação começou a se inverter. O mercado, em fins de agosto, já tinha dado mostras de equilíbrio, quando os distribuidores voltaram a procurar o arroz do Rio Grande do Sul. Entretanto, a inversão começou a ocorrer, após o governo, através da CFP, prorrogar para o dia 20 de setembro o prazo para contratações de EGF. De imediato, sentiu-se uma redução nas ofertas, principalmente do arroz gaúcho. Com os recursos de EGF assegurados, a preocupação das cooperativas e cerealistas em fazer "giro" deixou de existir. Conseqüentemente, o arroz agulhinha subiu nas cotações dos principais mercados brasileiros. A prorrogação dos EGF permitiu que os produtores e agroindustriais que ainda não tinham conseguido empréstimos tivessem acesso ao crédito e à comercialização da safra.

Após as sucessivas elevações verificadas nos meses de setembro e outubro, o mercado apresentou reações mais lentas, passando de firme a calmo. Contribuíram decisivamente para esse comportamento as liberações dos estoques de arroz em casca do governo, através da CFP e, também, as ameaças de liberação pela SEAP dos estoques de arroz beneficiado em convênio com o IRGA para os mercados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Em novembro, o governo resolveu liberar seus estoques do SEAP/IRGA, além das praças de Fortaleza, Recife, Salvador e Belo Horizonte, também para o Rio de Janeiro e São Paulo. O Governo havia divulgado que se a evolução dos preços ao consumidor atingisse níveis acima dos da inflação, liberaria seus estoques para o Rio de Janeiro e São Paulo. Contudo, essa medida, pelo que parece, foi adotada antes mesmo que os níveis de preços atingis-

sem os índices da inflação de novembro.

O abastecimento nacional, durante o ano de 1984, apesar dos movimentos e dos posicionamentos da classe produtora, pôde ser considerado anormal. A liberação dos estoques do governo freou as elevações sucessivas, e os diversos segmentos do mercado limitaram-se a repassar os custos financeiros.

A produção brasileira de arroz na safra 1983/84 era estimada, em novembro, em 8,9 milhões de toneladas, significando um crescimento de 16,22% em relação à safra 1982/83. Os principais estados produtores são os seguintes, conforme mostra a tabela 22.

Tabela 22

PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE ARROZ-SAFRA 1983/84 (*)

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	PARTICIP. NA PRODUÇÃO (%)
Rio G. do Sul	724.614	3.119.013	4.304	34,67
Maranhão	820.211	1.145.223	1.396	12,73
Goiás	1.029.500	1.033.050	1.003	11,48
Mato Grosso	556.520	661.949	1.168	7,36
Minas Gerais	548.512	598.143	1.090	6,65
Santa Catarina	139.771	450.567	3.201	5,01
São Paulo	341.200	388.800	1.140	4,32
Mato G.do Sul	343.142	381.649	1.112	4,24
Paraná	196.700	242.570	1.233	2,70
Piauí	158.036	200.057	1.266	2,22
Rondônia	120.864	181.847	1.505	2,02
Pará	115.784	156.838	1.355	1,74
R. Janeiro	30.869	95.687	3.100	1,06
Espírito Santo	31.531	85.500	2.712	0,95
Ceará	40.552	82.597	2.037	0,92
Outros	150.809	173.548	1.151	1,93
TOTAL	5.348.615	8.997.038	1.682	100,00

(*) Dados de outubro/84

Fonte: Fundação IBGE/GCEA

Com base nas informações acima, a produção deverá ser apenas suficiente para atender a demanda interna. Não se pode considerar um abastecimento tranqüilo, já que esse volume estimado está equilibrado com o consumo nacional aparente. Por outro lado, se a população já atravessava um período de demanda retraída, o comportamento do mercado, nos níveis observados nos últimos meses, deverá provocar uma maior retração no consumo, pelo menos para o produto de melhor qualidade cujos preços encontram-se em patamares muito elevados.

Ainda existem dúvidas quanto à disponibilidade do produto para o abastecimento interno. O governo não tem certeza se os estoques existentes em dezembro serão suficientes para o atendimento da demanda interna até a próxima safra que deverá começar a entrar no mercado em fins de fevereiro. Por sua vez, os empresários e líderes rurais do Rio Grande do Sul garantem que os estoques daquele estado são suficientes para abastecer outros estados até 15 de março de 1985.

Por via das dúvidas o Governo autorizou, através das resoluções 972 a 978 do CMN, a importação de arroz dos países da ALADI sem o imposto sobre operações financeiras (IOF). Essa importação deverá ser efetuada pela iniciativa privada, e o volume não foi determinado exatamente, por não se conhecer com precisão os estoques hoje existentes no país; os dados da próxima safra indicam diminuição em relação às expectativas governamentais.

A estimativa, em junho de 1984, do Departamento de Agricultura dos EUA para a produção de arroz na safra 1983/84 apresentava-se de acordo com a tabela 23.

Tabela 23

PRODUÇÃO MUNDIAL DE ARROZ EM CASCA
SAFRAS 1982/83 E 1984/85 (Previsão)

(em 1.000 t)

PAÍS PRODUTOR	SAFRA 1982/83	SAFRA 1984/85
EUA	7,0	4,5
Burma	14,5	14,8
Paquistão	5,2	5,2
Tailândia	16,9	18,0
MCE	1,1	1,1
Europa	0,5	0,3
Indonésia	33,6	34,5
Nigéria	1,4	1,3
Coréia do Sul	7,3	7,4
Austrália	0,5	0,7
Bangladesh	21,3	22,2
Brasil	7,8	9,0
China	161,2	168,9
Índia	69,8	88,6
Japão	12,8	13,0
Filipinas	7,7	7,5
URSS	2,4	2,5
Vietnã	13,8	14,0
Outros	34,4	34,3
TOTAL	419,2	447,8

Fonte: Depto. de Agricultura dos EUA

Divulgação ETAC Mercados-Curitiba/PR, jun/1984 (150)

Para a safra brasileira 1984/85, cujos plantios no estado foram iniciados em fins de agosto, apesar do grande interesse do Ministro da Agricultura em aumentar a oferta de alimentos básicos, no caso específico do arroz, não parece fácil que tal intento se transforme em realidade. Os primeiros prognósticos, a nível nacional, demonstraram uma tendência de estabilidade na área de plantio do arroz irrigado e de leve redução na área do arroz de sequeiro. As maiores reduções parecem ser nos estados centrais - Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais.

Foram apontados como principais motivos para recuo da área plantada nas últimas safras: os preços situados próximos aos preços mínimos no auge da comercialização; a baixa produtividade das lavouras de sequeiro aliada ao grande risco que a cultura oferece; a insuficiência de recursos financeiros aliada às altas taxas de juros; a inexistência de recursos a juros privilegiados para abertura de novas áreas. Esses motivos, somados à insuficiência de recursos e ao descrédito de uma boa comercialização, principalmente no pique da safra, foram os fatores que fizeram com que os produtores se voltassem para as culturas de exportação (soja e algodão) que garantem maior liquidez e reajustes cambiais do preço(1).

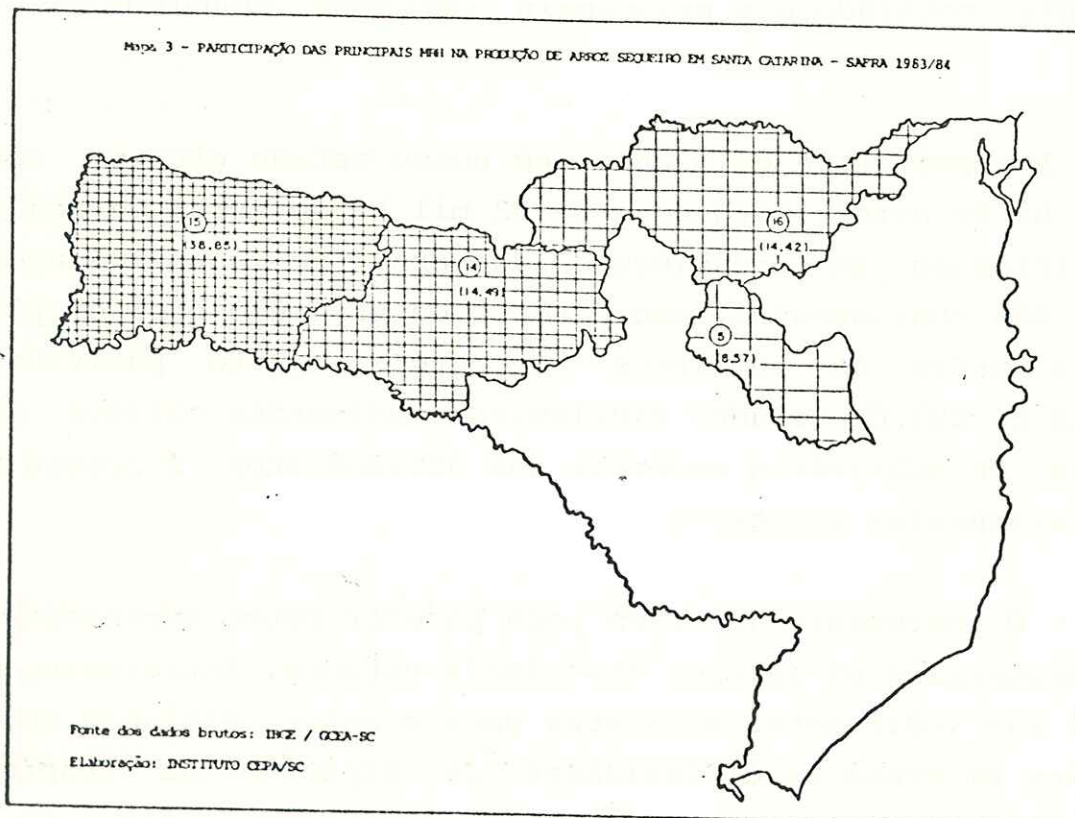
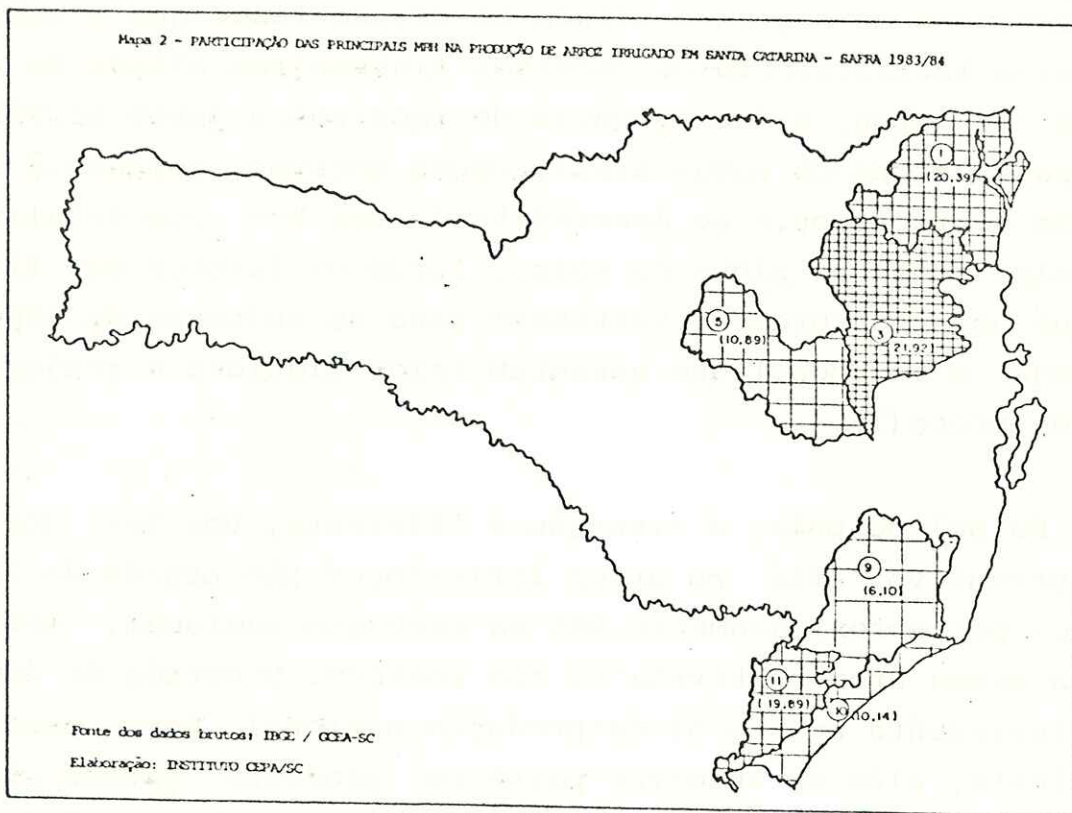
No sul do país, a situação é diferente, uma vez que o suporte produtivo está no arroz irrigado. O Rio Grande do Sul, responsável por aproximadamente 34% da produção nacional, deverá repetir a mesma área cultivada no ano passado. O estado de Santa Catarina representa apenas 5% da produção nacional, mesmo assim é autosuficiente, além de absorver parte da produção gaúcha para transformação em seu parque de beneficiamento e repassá-lo em forma de grão macerado aos principais mercados consumidores do país.

A expectativa de plantio em nosso estado gira em torno de 90 mil ha de arroz irrigado e de 52 mil ha de arroz de sequeiro, significando um crescimento da área de aproximadamente 1.290 ha. São considerados como fatores de estímulo para o plantio desta safra os seguintes elementos: efeito positivo do PROVÁRZEAS no sul do estado; excelentes rendimentos obtidos pela introdução de cultivares modernas nos últimos anos; e preços mínimos considerados atrativos.

O incremento esperado pode parecer pouco expressivo se forem considerados os fatores favoráveis citados. Entretanto, esses dados são indicadores otimistas para o setor orizícola se forem levadas em conta as dificuldades de expansão da fronteira agrícola, no caso do arroz, tanto pelas limitações físicas do es-

(1) AS PRIMEIRAS tendências da próxima safra brasileira de grãos. Safras & Mercado, Porto Alegre, 8(354):145-48, nov 1984.

tado, quanto pela ausência de recursos para investimento na formação de novas arrozeiras.



3.3. Banana

A banana é um fruto de origem tropical; exige calor constante e elevada umidade para seu perfeito desenvolvimento; no entanto, se adapta a vários tipos de clima, desde o tropical úmido ao subtropical seco.

A nível mundial, a principal região produtora desta cultura é a América Latina, responsável por cerca de 75% do abastecimento mundial, sendo que o Continente Africano concorre com 20%, enquanto os outros 5% estão distribuídos entre a Tailândia e as Ilhas do Pacífico.

Seu comércio ocorre através de uma competição oligopólica especificamente entre as empresas multinacionais United Brands, Standard Fruit e Del Monte, responsáveis por aproximadamente 70% do valor total do comércio internacional da banana, e de 89% do sistema de comercialização e distribuição.

A cultura da banana representa excelente fonte de divisas para diversos países, tais como: Equador, 18,1% da exportação mundial; Costa Rica, 14,0%; Filipinas, 12,8%; Honduras, 12,1%; Colômbia, 11,7%; Panamá, 8,4% e Guatemala, 5,5%, perfazem 82,6% da produção colocada junto ao mercado internacional (tabela 27).

O Brasil destaca-se, a nível mundial, como o maior país produtor de bananas, com participação de 17%. No entanto, sua participação no mercado mundial, segundo dados da FAO, em 1981, foi de apenas 1%.

Essa baixa participação é justificada, segundo os especialistas, devido a vários fatores, tais como:

- negligência dos agricultores aos tratamentos culturais e fitossanitários;
- descuidos com o manejo do produto na colheita e pós-colheita;
- inadequada infraestrutura de comercialização;

- reduzida participação dos bananicultores em associações de classe e cooperativas;

- inobservância da legislação sobre padronização e classificação da fruta, assim como a um esquema eficiente de fiscalização das exportações, o que possibilita o envio de frutas impróprias para concorrer com a excelente qualidade e apresentação da banana equatoriana;

- falta de regularidade nos embarques, permitindo ao Equador se fazer presente no mercado platino disputando-o com o Brasil.

A produção nacional de banana (326.331 cachos na safra de 1982/83), está bem distribuída pelos diversos estados, sendo que os maiores produtores são a Bahia (17,1%), São Paulo (8,0%) e Minas Gerais (8,0%); Santa Catarina apareceu na 6ª posição com 6,6% da produção nacional.

Em Santa Catarina, a exploração da cultura da banana se caracteriza pela utilização de cultivares do tipo "Caturra" (também conhecida no estado como Banana d'Água), Nanica e Nanicão na região norte do estado; na região sul as cultivares mais usadas são a Enxerto e a Branca de Santa Catarina, componentes do tipo "Branca" ou "Maçã" (como são conhecidas em São Paulo).

O crescimento da área cultivada com banana a partir da safra 1980/81 deve-se à melhoria dos preços a nível de produtor, à introdução de variedades mais produtivas e resistentes às doenças e à utilização mais intensiva de tecnologias.

Segundo a Fundação IBGE, através do Censo Agropecuário de 1980, há no estado 25.767 estabelecimentos rurais voltados à exploração da banana, com sua produção concentrada junto às MRH Colonial de Joinville, com 45,70% da produção estadual, sendo o município de Corupá o principal produtor; segue, na segunda posição, a MRH Colonial Sul Catarinense, com 19,16% da produção, liderada pelo município de Jacinto Machado; e aparecem em seguida, pela ordem de importância, a MRH Colonial de Blumenau, com 9,16%, e a MRH Carbonífera com 7,02%. Os restantes 18,96% da produção acham-se distribuídos pelas demais MRH do estado (ver mapa 04).

Segundo a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária - EMPASC, através de pesquisa realizada a nível estadual ⁽¹⁾, constatou-se que a cultura da banana ocupa as áreas menos nobres da unidade de produção, como encostas de morro e locais de menos fertilidade e que, inclusive, não lhe são empregados maiores cuidados quanto à conservação do solo.

Constatou-se ainda que ... "nas regiões maiores produtoras, o bananal se constitui na principal atividade econômica de muitas propriedades, competindo com outras culturas pelas melhores áreas e merece melhores cuidados, tanto em relação à terra, como às práticas culturais, o que resulta em maior produção e produtividade".

Tabela 24

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA BANANA EM SANTA CATARINA -
SAFRAS DE 1978/79 A 1984/85

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1978/79	18.366	226.269	12.320
1979/80	18.643	209.712	11.249
1980/81	21.484	241.488	11.240
1981/82	21.500	274.125	12.750
1982/83	21.550	258.070	11.975
1983/84 (*)	23.000	272.000	11.826
1984/85 (**)	23.000	280.000	12.174

(*) Sujeitos a confirmação

(**) Estimativa do Instituto CEPA/SC

(1) BUBLITZ E. O, et alii. Diagnóstico da cultura da banana em Santa Catarina. Florianópolis, EMPASC, 1980, p. 42

As estimativas de produção para a safra 1982/83 - 273.250 t - o IBGE em novembro de 1983, mostrou uma redução de 15.180 t, alcançando 258.070 t em função da baixa produtividade, devido aos fortes vendavais ocorridos no mês de julho daquele ano, prejudicando seriamente o desenvolvimento dos frutos e da bananeira e, como consequência, a qualidade do produto.

A safra 1983/84 - dados ainda sujeitos a confirmação, segundo a mesma fonte - deverá apresentar uma produção de 272.000 t, para uma área colhida de 23.000 ha, portanto superior em 1.450 ha à safra anterior, motivada provavelmente pela melhoria dos preços verificados a nível de produtor.

Entretanto, cabe salientar que a ocorrência de vendavais durante o mês de julho de 1984 prejudicou, mais uma vez, o rendimento desta cultura, verificando-se índice de rendimento inferior ao da safra passada.

A cultura da banana apresentou, na safra 1983/84, um valor bruto da produção de 49,7 bilhões de cruzeiros (a preços de out/84) participando com 2,43% do valor bruto da produção da lavoura e de 24,01% no item frutas, aparecendo em segunda posição, perdendo apenas para a maçã. Sua contribuição no VBP da lavoura é equivalente ao somatório da participação das culturas de uva, tomate e trigo.

Quanto ao consumo de banana, cerca de 8,3% do produto gerado são consumidos na propriedade; 8,2% são vendidos diretamente ao consumidor; 76,6% são entregues a intermediários; 6,7% são destinados às indústrias.

A produção da cultivar nanicão no Litoral Norte destina-se, em sua maior parte, à CEASA de Curitiba e ao Oeste Paranaense e, em menor quantidade, ao mercado gaúcho.

A produção oriunda do Litoral Sul, também da mesma variedade, destina-se principalmente ao mercado do Rio Grande do Sul, enquanto as bananas das cultivares enxerto e branca de Santa Catarina aos mercados de São Paulo e Curitiba.

Devem ser mencionados alguns fatores importantes que interferem diretamente no processo produtivo e na comercialização da banana:

- a desorganização do produtor catarinense e como consequência, da produção, implicando a má qualidade do produto colocado no mercado, não mostrando condições de competitividade com a banana oriunda de outros estados brasileiros, principalmente São Paulo;

- a má condução e manejo dos bananais (família única da touceira - mãe, filha e neta ; limpeza do bananal: capina, corte da planta mãe, eliminação de folhas secas, despistilagem, corte do coração, etc.);

- incidência de doenças nos bananais como mal-de-sigatoka e mal-do Panamá, atacando as folhas, reduzindo a área fotosintética e, conseqüentemente, baixando a produtividade e a qualidade da produção;

- alta incidência de pragas: Moleque, Soneca ou Broca (*Cosmopolites sordides*) - que atacam os rizomas ; encontram-se ainda nos bananais os Nematóides, provocando o tombamento das plantas com o cacho, atacando além das folhas, as raízes, diminuindo em consequência a resistência ao peso e aos ventos;

- falta de uma melhor estrutura de comercialização junto aos centros consumidores, possibilitando que a produção chegue até as zonas de consumo do interior do estado, dificultando, desta forma, a entrada do produto oriundo dos estados vizinhos;

- maior agressividade junto ao mercado interestadual, através de uma eficiente estrutura de transportes, embalagens, etc., fazendo com que o produto chegue no local de destino em tempo hábil, facilitando uma melhor comercialização;

- necessidade de escalonamento da produção, pois o pique ocorre durante os meses de janeiro, fevereiro e março, época de muito calor e umidade, com maior incidência de doenças; coincide, também, com a safra de frutas de verão, como maçã, pêra, aba-

caxi, e, como consequência, há um menor consumo de banana, fazendo os preços declinarem.

Em 1983, foi comercializado através da Centrais de Abastecimento de Santa Catarina - CEASA/SC, um volume de 2.741 t, distribuídas entre 1.591,2 t de banana prata e 1.149,5 t de banana caturra.

Em 1984, foram vendidas 2.714,2 t via CEASA/SC, mostrando um decréscimo nas vendas em relação ao ano anterior de 26,55 t. (tabela 32).

Cabe salientar que da banana consumida na Grande Florianópolis, apenas uma parcela passa pela CEASA/SC, sendo que um volume expressivo é comercializado no mercado paralelo - diretamente do produtor ou atacadista de origem para o varejista (quitandas, feirantes, etc.).

Os preços praticados a nível de produtor em 1984, conforme dados levantados junto às regiões produtoras, foram considerados normais, oscilando levemente para baixo ao longo do ano, elevando-se um pouco mais na primavera, época em que começa a produção da banana branca, produto de maior aceitação para consumo "in natura".

Os preços a nível de atacado e varejo verificados no período de 1982 a 1984, praticados na CEASA/SC, quando corrigidos a preços médios de outubro/84, apresentaram os seguintes índices de crescimento:

ÍNDICE DE PREÇOS MÉDIOS DA BANANA COMERCIALIZADA
NA CEASA/SC, 1982 A 1984

ANO	ATACADO		VAREJO	
	Branca	Caturra	Branca	Caturra
1982	100	100	100	100
1983	83	106	75	84
1984	80	101	73	85

Fica demonstrado, portanto - tomando-se o ano de 1981 como base - que os preços da banana branca, seja a nível de atacado ou varejo, não acompanharam os aumentos das taxas de inflação nos anos de 1982 e 1983; por outro lado, as bananas do tipo caturra mostraram em 1983, no atacado, índices de crescimento superiores aos da inflação.

Tabela 25

ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DA BANANA NO BRASIL, 1973 A 1983

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (1.000 cachos)	RENDIMENTO (cachos/ha)
1973	309.899	353.577	1.141
1974	310.125	352.761	1.137
1975	313.650	363.684	1.159
1976	311.541	381.763	1.225
1977	351.574	427.660	1.216
1978	328.287	416.025	1.267
1979	343.654	408.874	1.189
1980	371.274	448.046	1.206
1981	387.483	446.380	1.152
1982	396.906	459.325	1.157
1983	385.340	419.927	1.090

Fonte: IBGE

Tabela 26

ÁREA COLHIDA E PRODUÇÃO DE BANANA, POR REGIÃO DO BRASIL E PARTICIPAÇÃO DE CADA REGIÃO NA ÁREA E NA PRODUÇÃO, 1982

REGIÃO	ÁREA		PRODUÇÃO	
	ha	%	1.000 cachos	%
Norte	46.770	11,8	46.011	10,0
Nordeste	137.738	34,7	192.815	42,0
Sudeste	126.684	31,9	126.212	27,5
Sul	33.535	8,4	45.494	9,9
Centro-Oeste	52.179	13,2	48.818	10,6
BRASIL	396.906	100,0	459.325	100,0

Fonte: IBGE

Tabela 27

EXPORTAÇÃO MUNDIAL DE BANANA, 1977 A 1981

PAÍS EXPORTADOR	(1.000 t)						
	1977	1978	1979	1980	1981	% DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS	
						1980	1981
Ecuador	1.318	1.425	1.386	1.437	1.230	20,79	18,1
Costa Rica	1.013	1.007	1.012	999	950	14,45	14,0
Filipinas	693	777	860	924	870	13,37	12,8
Honduras	777	760	887	860	820	12,44	12,1
Colômbia	455	592	633	670	795	9,69	11,7
Panamá	547	628	600	500	573	7,23	8,4
Guatemala	320	316	267	330	370	4,78	5,5
China	140	99	120	101	95	1,46	1,4
Brasil	112	123	128	67	67	0,97	1,0
Jamaica	76	75	69	55	18	0,80	0,3
Outros países	1.217	1.337	1.179	969	994	14,20	14,7
TOTAL MUNDIAL	6.668	7.149	7.142	6.912	6.782	100,00	100,00

FORTE: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)

Tabela 28

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE BANANA DE 1934/39, 1951/55, 1960/61 E 1962 A 1983

PERÍODO OU ANO	PARTICIPAÇÃO (%)
1934/39	9,0
1951/55	7,2
1960/61	6,3
1962	5,6
1979	1,79
1980	0,9
1981	1,0
1983	0,6

Fonte: FAO

Tabela 29

IMPORTAÇÃO MUNDIAL E CONSUMO "PER CAPITA" DE BANANA, 1977 A 1981

PAÍS IMPORTADOR	IMPORTAÇÃO (1.000 t)					CONSUMO "PER CAPITA" (kg/ano)	
	1977	1978	1979	1980	1981	1980	1981
Alemanha Ocidental	584	617	603	534	523	8,6	8,4
França	500	498	440	446	462	8,3	8,3
Itália	311	317	348	279	249	4,9	4,4
Grã-bretanha	305	315	305	323	332	5,7	5,9
Holanda	121	132	126	114	109	7,6	7,3
Bélgica	91	94	90	87	84	7,9	7,6
Áustria	78	94	86	77	76	10,2	10,0
Suécia	75	79	74	70	72	8,4	8,6
Suíça	61	64	63	64	58	9,9	9,1
Finlândia	41	45	46	39	42	8,2	10,3
Noruega	40	37	37	31	33	7,5	8,1
Dinamarca	33	38	36	26	25	5,0	4,9
Outros países	4.321	4.580	4.750	4.586	4.687	-	-
TOTAL MUNDIAL	6.561	6.910	7.004	6.676	6.752	-	-

Fonte: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)

Tabela 30

PREÇOS MÉDIOS DA BANANA, A NÍVEL DE ATACADO E VAREJO, CONSTATADOS NA CEASA/SC, 1982, 1983 E 1984

(a preços correntes - Cr\$/kg)

MÊS	1982				1983				1984			
	Atacado		Varejo		Atacado		Varejo		Atacado		Varejo	
	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra
Janeiro	29,60	34,00	35,16	39,36	40,79	46,06	41,34	37,45	133,06	158,34	154,57	158,67
Fevereiro	32,59	29,54	40,00	36,62	51,16	47,09	50,50	51,78	178,09	171,78	191,51	190,20
Março	35,55	31,20	44,81	34,57	45,61	47,23	51,61	49,39	187,85	151,54	198,41	182,60
Abril	33,36	20,76	43,01	37,54	46,82	52,28	50,00	50,00	186,82	188,77	205,10	215,81
Mai	31,41	30,15	42,50	35,00	58,68	61,93	55,60	54,60	197,43	239,09	218,72	251,85
Junho	35,35	34,42	43,70	42,99	70,79	80,48	85,97	86,42	204,02	244,41	235,09	238,04
Julho	35,51	34,80	45,83	42,87	80,25	92,67	108,00	97,07	218,50	211,32	251,37	236,11
Agosto	35,38	34,37	46,84	44,37	83,48	95,29	104,12	100,00	208,40	284,78	272,13	300,00
Setembro	35,55	34,60	46,39	43,30	87,98	120,78	110,66	143,33	253,33	404,58	298,95	408,33
Outubro	38,64	35,57	48,40	43,43	112,74	170,41	136,44	160,00	280,00	507,00	341,00	493,00
Novembro	40,58	36,63	46,54	43,33	124,69	187,56	131,43	174,28	333,00	432,00	399,00	518,00
Dezembro	39,22	39,22	46,89	42,38	122,32	145,02	127,65	153,59	385,00	384,00	428,00	400,00

Fonte: CEASA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 31

PREÇOS MÉDIOS DA BANANA, A NÍVEL DE ATACADO E VAREJO, CONSTATADO NA CEASA/SC, 1982, 1983 E 1984

(a preços de outubro/84)

MÊS	1982				1983				1984			
	Atacado		Varejo		Atacado		Varejo		Atacado		Varejo	
	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra
Janeiro	461,21	529,77	547,84	613,28	310,17	350,24	314,35	284,77	323,07	384,44	375,29	385,25
Fevereiro	475,23	430,75	583,28	533,99	365,21	336,16	369,50	369,64	385,18	371,53	414,21	411,37
Março	483,46	424,30	609,39	620,27	295,76	306,27	334,67	320,28	369,52	298,09	390,29	359,19
Abril	430,59	267,96	555,15	484,54	278,04	310,46	296,92	296,92	337,33	340,85	370,34	389,68
Mai	382,04	366,71	516,92	425,70	326,58	344,66	309,43	303,87	327,48	396,58	362,79	417,73
Junho	398,16	387,68	492,21	484,21	350,88	398,91	426,12	428,35	309,76	371,08	356,93	361,41
Julho	377,10	369,56	486,70	455,26	351,05	405,38	472,44	424,63	300,71	290,83	345,95	324,95
Agosto	355,13	344,99	470,16	445,37	331,64	378,56	413,64	397,27	259,27	354,30	338,56	373,23
Setembro	344,24	335,04	449,21	419,29	309,88	425,40	389,76	504,83	285,20	455,47	336,55	459,69
Outubro	357,08	328,71	447,28	401,35	350,59	529,92	424,29	497,55	280,00	507,00	341,00	493,00
Novembro	357,15	322,38	409,60	381,35	357,58	537,88	376,91	499,80	303,00	393,08	363,06	471,34
Dezembro	325,21	325,21	388,81	351,41	326,14	386,66	340,35	409,51	317,03	316,21	352,44	329,38

Fonte dos dados básicos: tabela 30 e FGV

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 32

VOLUME MENSAL DE BANANA COMERCIALIZADA NA CEASA, SANTA CATARINA, 1982 A 1984

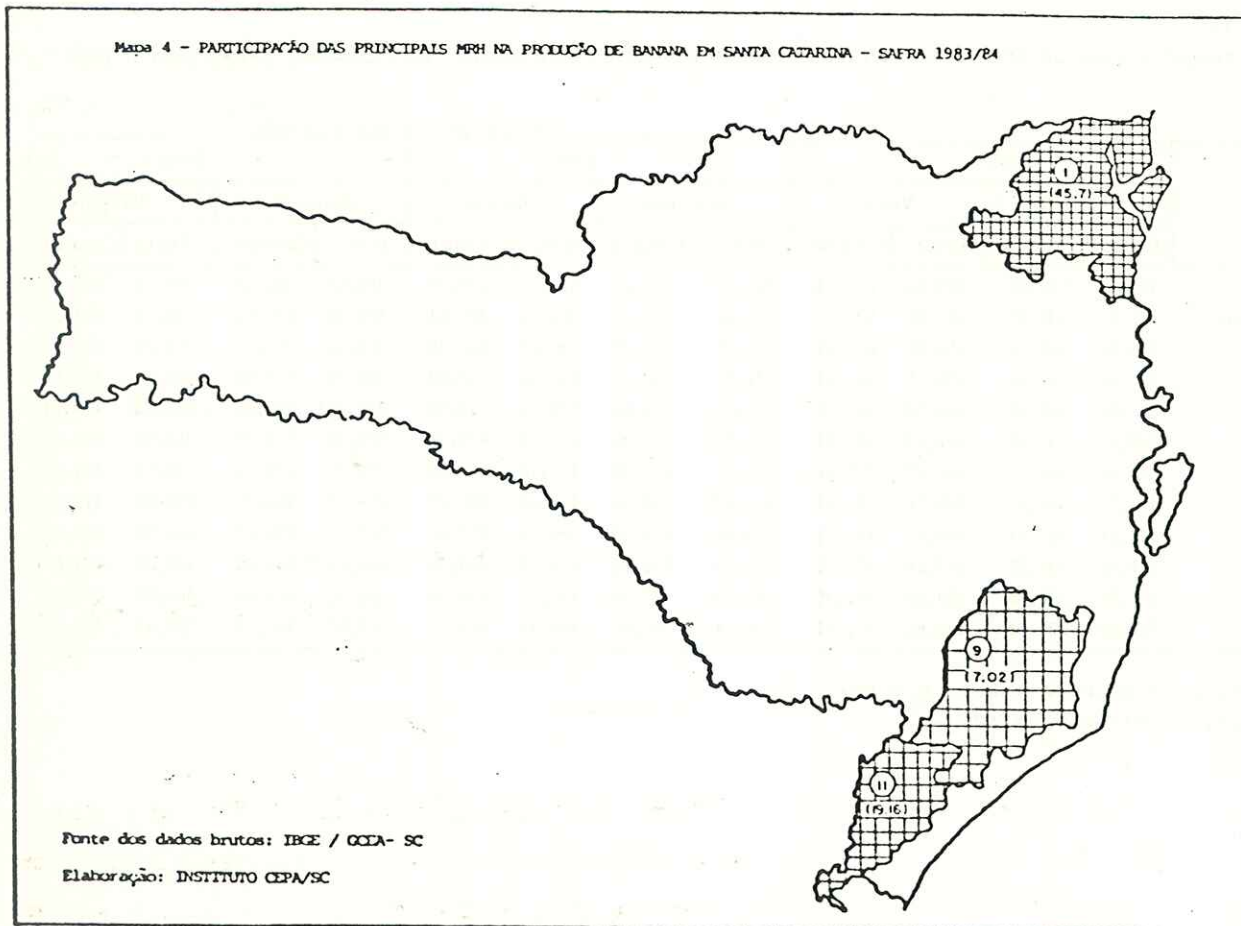
(toneladas)

MÊS	1982			1983			1984		
	Prata	Caturra	Total	Prata	Caturra	Total	Prata	Caturra	Total
Janeiro	47,42	89,12	136,54	126,60	53,86	180,46	137,41	91,91	229,32
Fevereiro	35,51	126,40	161,91	125,54	54,16	176,69	133,49	138,61	272,10
Março	95,59	96,04	193,63	129,06	82,19	211,24	141,76	114,37	256,13
Abril	114,01	67,50	181,51	120,29	115,67	235,96	125,83	109,47	235,30
Mai	129,12	74,19	203,31	79,99	132,89	212,88	64,16	107,10	171,26
Junho	97,34	74,37	171,71	96,87	115,68	212,55	60,44	97,28	177,72
Julho	117,16	135,16	252,32	106,59	44,35	150,94	107,61	130,08	237,69
Agosto	167,03	158,09	325,12	133,33	158,56	291,89	90,70	107,06	197,76
Setembro	169,06	148,36	317,44	137,15	117,84	255,00	122,33	77,29	199,62
Outubro	168,67	114,96	283,63	150,19	100,09	250,06	165,96	78,86	244,82
Novembro	172,61	137,79	310,40	205,19	111,95	317,14	141,91	97,15	239,06
Dezembro	169,45	117,47	286,92	180,38	65,30	245,68	129,95	123,43	253,38
TOTAL	1.482,99	1.341,45	2.824,44	1.591,18	1.149,54	2.740,71	1.441,55	1.272,61	2.714,16

Fonte: CEASA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Mapa 4 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BANANA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84



3.4. Batata-Inglesa

No ano agrícola 1983/84 o estado catarinense registrou uma das maiores colheitas de batatas dos últimos anos. Segundo informações do Grupo de Coordenação de Estatísticas da Fundação IBGE, foram colhidos, nos 17.241 ha implantados com a cultura, cerca de 160.692 t do tubérculo, tendo a produtividade média ficado em 9.320 kg/ha.

Os valores de rendimento médio e produção obtidos nessa última safra, se analisados, entretanto, somente em relação à área cultivada, constituíram-se nos mais elevados já alcançados em Santa Catarina, e decorreram das boas condições de clima verificadas durante praticamente todo o ciclo vegetativo das plantas.

Em relação ao ano de 1982/83, quando foram produzidas 118.494 t, resultantes de uma área cultivada de 17.132 ha, a produção da safra em análise causou um incremento da ordem de 35,61%, apesar de a área implantada ter crescido somente 0,64%. Vale lembrar, contudo, que naquele ano o estado catarinense foi seriamente afetado por fatores climáticos adversos, o que redundou em prejuízo aos bataticultores do estado em cerca de 3,18 bilhões de cruzeiros.

Em termos de produtividade média, o aumento verificado nesta safra, em relação à anterior, foi de 34,74%.

A cultura da batata, em Santa Catarina, é uma atividade de pequenos e tradicionais produtores rurais, sendo possível o seu cultivo, graças às características de clima e solo, que o estado possui, em todos os meses do ano.

Congrega, segundo o Censo Agropecuário de 1980 da Fundação IBGE, cerca de 37.000 agricultores, sendo desenvolvida em todas as regiões do estado. Destacam-se, entretanto, como os mais importantes, dado às características de clima, à proximidade de maiores centros consumidores ou ao próprio hábito alimentar de seus ocupantes, as microrregiões dos Campos de Lages, de Floria-

nópolis, dos Campos de Curitibanos, do Planalto de Canoinhas, Carbonífera, Colonial Serrana Catarinense e Colonial do Alto Itajaí.

Apesar de todos esses fatores positivos para o desenvolvimento dessa lide agrícola, nos últimos anos, contudo, ela não tem apresentado ganhos muito marcantes, tendo mesmo decrescido em algumas safras, conforme bem demonstra a tabela 33:

Tabela 33

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA BATATA EM SANTA CATARINA -
SAFRA DE 1975/76 A 1984/85

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1975/76	17.984	141.065	7.844
1976/77	15.964	128.886	8.074
1977/78	16.555	115.977	7.006
1978/79	19.903	172.617	8.673
1979/80	20.114	142.876	7.103
1980/81	18.313	151.936	8.297
1981/82	19.064	160.819	8.436
1982/83	17.132	118.494	6.917
1983/84	17.241	160.692	9.320
1984/85			
. 1ª safra ⁽¹⁾	13.380	130.900	9.780
. 2ª safra ⁽²⁾	4.500	40.500	9.000

(1) Estimativa: IBGE/GCEA-SC - (dezembro/84)

(2) Estimativa: Instituto CEPA/SC - (dezembro/84)

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Isso decorreu, na maioria dos casos, das dificuldades que os produtores normalmente encontraram quando da venda de suas produções, haja vista a inexistência de uma boa estrutura de comercialização, as baixas cotações recebidas e as majorações exorbitantes, ocorridas nos últimos anos, dos diversos insumos e fatores de produção, não permitindo, assim, ao produtor, uma remuneração adequada.

neração mais condizente com os altos custos de produção.

Assim sendo, não tem havido motivação por parte dos agricultores em investir numa atividade cuja perspectiva atual de auferir bons lucros é quase inexistente, e com grande possibilidade de prejuízos, tendo em vista ser a cultura da batata uma lavoura altamente susceptível de doenças e bastante vulnerável a fatores climáticos adversos. Acredita-se, por outro lado, inclusive, que muitos dos tradicionais bataticultores catarinenses estejam abandonando essa cultura e investindo suas economias em atividades mais rentáveis, e onde a perspectiva de prejuízo seja menos acentuada.

Faz-se necessária, portanto, a adoção de medidas pelos órgãos competentes com o intuito de organizar a produção catarinense, assegurando, dessa forma, a autosuficiência com pleno e regular abastecimento estadual de batatas e garantir a continuidade desse segmento tão importante da nossa agricultura.

Em Santa Catarina, face às características de clima, existem duas safras de batatas, bem distintas, ou seja, a safra das águas e a das secas.

A primeira, ou das águas, constitui-se na mais significativa, tanto em área plantada como em regiões que a cultivam. Nessa safra é possível a implantação de lavouras em todas as regiões do estado, sobressaindo-se, todavia, as dos Campos de Lages, Planalto de Canoinhas, Carbonífera e Colonial Serrana Catarinense. O plantio estende-se de julho a dezembro, sendo que a colheita tem seu início em outubro e prolonga-se até maio do ano seguinte. A produção desse cultivo responde, normalmente, por 75% a 80% do volume total do estado em cada ano agrícola. Na última safra foram implantados, cerca de 13.210 ha, que responderam com uma produção bruta da ordem de 126.650 t.

A segunda, ou das secas apresenta limitações quanto a sua área de abrangência, só sendo viável naquelas regiões livres de geadas ou cuja ocorrência se dá em pequena proporção. São regiões importantes, desse cultivo, as de Florianópolis

lis, Colonial Serrana Catarinense e Carbonífera. O plantio dessa safra inicia-se em janeiro e tem seu término no mês de junho. A colheita prolonga-se de abril a outubro. Os números finais desse cultivo, no último ano agrícola, foram de 4.031 há implantados e produção de 34.042 t. A produtividade média foi de 8.445 kg/ha.

Considerando-se os dois cultivos, foi a seguinte a distribuição da área implantada e da produção obtida, por microrregião produtora, em Santa Catarina, no último ano agrícola. (tabela 34).

Tabela 34

CULTURA DA BATATA EM SANTA CATARINA - ÁREA PLANTADA,
PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO ALCANÇADO, POR
MRH - SAFRA 1983/84

REGIÃO PRODUTORA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Colonial de Joinville	95	565	5.947
Litoral de Itajaí	20	240	12.000
Colonial de Blumenau	180	1.329	7.383
Colonial do Itajaí do Norte	240	1.905	7.938
Colonial do Alto Itajaí	1.495	11.296	7.556
Florianópolis	703	4.263	6.064
Col. Serrana Catarinense	2.125	19.144	9.009
Litoral de Laguna	5	40	8.000
Carbonífera	2.512	27.659	11.011
Litoral Sul Catarinense	35	348	9.943
Colonial Sul Catarinense	115	1.315	11.435
Campos de Lages	2.070	21.120	10.203
Campos de Curitibanos	995	8.755	8.799
Colonial do Rio do Peixe	1.901	18.027	9.483
Col. do Oeste Catarinense	2.485	22.400	9.014
Planalto de Canoinhas	2.265	22.286	9.839
TOTAL DO ESTADO	17.241	160.692	9.320

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Apesar dos problemas que a atividade vem enfrentando nos últimos tempos, Santa Catarina ainda se destaca, no cenário nacional, como o quinto produtor dessa olerícola.

No último ano agrícola, a participação do estado na produção brasileira foi de 7,24%, contra 6,52% verificados no ano precedente.

Em termos nacionais a safra 1983/84, a exemplo de Santa Catarina, também transcorreu sem maiores incidentes, com o clima sendo benéfico por quase todo o ciclo vegetativo da cultura. Isso favoreceu o estado fitossanitário dos campos e, aliado à boa condição das lavouras, redundou em excelentes produções em todos os estados brasileiros que cultivam o tubérculo.

Dessa forma a produção dessa safra está sendo avaliada como uma das maiores já alcançadas no país em que pese a área implantada ter sido inferior à de safras anteriores.

Na tabela 35 é mostrado o desenvolvimento que a atividade apresentou, em termos de área plantada, produção e rendimento médio obtidos, nos últimos anos no país.

O volume ora previsto, caso venha a confirmar-se, representará um incremento da ordem de 22,14%, se analisado em relação à safra 1982/83, que, como se recorda, teve sérios problemas de condição face a fatores de ordem climática. O aumento verificado na área de plantio foi de 4,57%.

Considerando-se os dois cultivos, águas e seca mais inverno, os últimos informes da Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias - CEPAGRO, da Fundação IBGE, apontam os seguintes valores, por estado produtor, para a safra 1983/84, no país. (Tabela 36).

A colheita acha-se concluída nos estados da região sul, e em estágios adiantados de maturação e colheita nas demais regiões do país.

Se, em termos de produção, a última safra vislumbra-se como das mais promissoras ao produtor rural, o mesmo não se pode afirmar sobre a comercialização do produto durante o corrente ano.

A ocorrência de uma série de entraves prejudiciais à atividade - majorações exorbitantes dos insumos e do crédito agrícolas, já analisados anteriormente, além da significativa retração havida pelo produto, resultante da crescente descapitalização dos vários segmentos da sociedade brasileira - fez com que a comercialização da última safra fosse seriamente dificultada, com conseqüências negativas ao produtor de batatas.

Assim sendo, os preços recebidos pelos agricultores, nos últimos meses, não cobriram nem mesmo os custos de produção, reinando, por isso, nos meios produtores, um descontentamento geral com a cultura.

Isso poderá refletir negativamente nos números a serem obtidos no plantio das águas do ano agrícola 1984/85, cujas operações de preparo do solo e plantio já se encontram em andamento em todos os municípios catarinenses produtores do tubérculo.

Com um consumo per-capita de 25 kg/hab/ano de batatas, que, juntamente com os demais estados sulinos é o maior do Brasil e bem superior à média nacional que se situa em 7,5 kg/ha/ano, a demanda total estimada para Santa Catarina é da ordem de 100.000 t/ano do produto. Deduz-se, do exposto, ser o estado catarinense auto-suficiente em termos de produção dessa olerícola, e tal afirmativa poderia pressupor a não necessidade de importação de batata de outras unidades da federação a fim de que a demanda interna fosse suprida. Isto, contudo, não ocorre, dada a abrangência das épocas de plantio e, conseqüentemente, de colheita, que, como se sabe, em Santa Catarina, se estendem por todos os meses do ano.

Acresce-se a isso o fato de que muitos atacadistas, que operam na CEASA/SC e em outros centros de venda no atacado, quando de suas compras, notadamente de frutas, em outras Centrais de

Abastecimento do país, completam suas cargas com hortaliças, entre as quais se destacam o tomate e a batata. Dessa forma são efetuadas importações do produto de outros estados em todos os meses do ano.

Em contra-partida o estado catarinense também remeteu o produto à comercialização em outros centros do país, notadamente os do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

Segundo o Grupo de Acompanhamento de Hortigranjeiros da Companhia Brasileira de Alimentos, COBAL, em 1984 até o mês de outubro, a participação de Santa Catarina no abastecimento nacional - considerando-se aqui somente os volumes movimentados nas CEASAs do país e no entreposto atacadista da CEAGESP - alcançou 14.754,30 t de batatas. Os estados compradores do nosso produto foram o Rio Grande do Norte, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Durante o ano em análise, a Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina - CEASA/SC, com sede no município de São José, responsável pelo abastecimento e disciplinamento do mercado atacadista de hortigranjeiros da região da Grande Florianópolis, movimentou um total de 6.940,24 t de batatas.

Do volume em questão, cerca de 3.536,24 t foram oriundas do próprio estado catarinense, sendo o restante, 3.404,00 t, constituído de repasses efetuados pelos estados do Paraná (2.693,90 t), de São Paulo (688,50 t) e do Rio Grande do Sul (21,60 t).

Os municípios catarinenses que mais contribuíram para a formação do total ofertado pelo estado, foram os de Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, Palhoça, Urubici, São Joaquim, Rancho Queimado e Anitápolis.

Na tabela 37 são mostrados os volumes ofertados mensalmente, durante o ano de 1984, na CEASA/SC, bem como os preços médios de comercialização a nível de produtor, atacado e varejo,

nos anos de 1983 e 1984.

Tabela 37

VOLUME DE BATATA COMERCIALIZADO NA CEASA/SC,
EM 1984, E PREÇOS MÉDIOS DE COMERCIALIZAÇÃO,
EM 1983 E 1984

MÊS	VOLUME (t)	PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS - (Cr4/kg)					
		Produtor ⁽¹⁾		Atacado ⁽²⁾		Varejo ⁽²⁾	
		1983	1984	1983	1984	1983	1984
Jan	538,94	38,50	120,00	48,60	165,99	56,87	201,84
Fev	705,34	55,00	160,00	71,60	212,55	75,83	242,51
Mar	610,03	100,00	170,00	136,07	223,89	148,72	267,42
Abr	594,10	130,00	190,00	181,50	256,09	195,28	293,68
Mai	553,72	150,00	200,00	208,78	266,08	235,98	294,74
Jun	538,92	150,00	200,00	203,34	262,16	223,05	298,25
Jul	558,76	175,00	200,00	233,39	253,75	270,18	293,98
Ago	488,58	220,00	195,00	319,12	259,70	347,87	302,50
Set	580,91	320,00	200,00	371,91	264,56	414,27	328,27
Out	580,39	250,00	220,00	310,33	285,00	336,89	345,00
Nov	543,47	170,00	300,00	228,89	380,00	254,50	463,00
Dez	647,08	130,00	300,00	172,37	387,00	208,91	463,00
TOTAL	6.940,24	-	-	-	-	-	-

(1) Preços coletados pelo Instituto CEPA/SC nas várias regiões produtoras.

(2) Preços médios ponderados

Fonte: CEASA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Para a safra 1984/85, primeiro plantio, ou das águas, recentes informes do Grupo de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias da Fundação IBGE, apontavam para Santa Catarina um plantio da ordem de 13.381 ha, e uma produção bruta de cerca de 130.900 t do tubérculo.

Há dúvida, contudo, quanto ao alcance dessas metas, ha-

ja vista os preços não remuneradores recebidos pelos produtores, por quase todo o ano de 1984.

As condições climáticas tem-se mostrado favoráveis às várias operações de cultivo, e todas as tarefas ligadas à atividade encontram-se dentro do previsto.

O plantio foi concluído neste final de dezembro, e, supondo a efetivação da área prevista a ser implantada nesta safra, é a seguinte a situação de cultura no estado catarinense:

- Área implantada - 13.381 ha
- Área em desenvolvimento vegetativo - 1.800 ha
- Área em frutificação (formação de tubérculos) - 3.881 ha
- Área em maturação - 5.000 ha
- Área já colhida - 2.700 ha

A produção já obtida é avaliada em 26.000 t de batatas. O término das operações de colheita desta safra é prevista para meados de maio de 1985.

A distribuição da área a ser plantada nesta safra, em Santa Catarina, por microrregião produtora, bem como os volumes previstos para a colheita, são mostrados na tabela 38.

A nível nacional as perspectivas para a safra das águas estão indicando uma área a ser plantada de 93.457 ha, com produção bruta de 1.117.229 t do produto.

Esses números, caso se confirmem, representarão involuções da ordem de 7,84% e 9,35%, na área implantada e na produção obtida, respectivamente, e terão tido como causas principais as baixas cotações recebidas pelos produtores na safra passada, as quais, na maioria dos casos, situaram-se em patamares inferiores ao do custo de produção.

O plantio desta safra, em fins de dezembro, encontrava-se praticamente concluída, sendo que a colheita, recém inicia-

da, deverá ter prosseguimento, ainda, até meados de maio de 1985.

Tabela 38

ESTIMATIVAS DE PLANTIO E PRODUÇÃO DA BATATA EM
SANTA CATARINA - SAFRA DAS ÁGUAS, ANO AGRÍCOLA
1984/85

MRH	ÁREA PREVISTA (ha)	PRODUÇÃO ESPE- RADA (t)
Colonial de Joinville	60	720
Colonial de Blumenau	125	1.010
Col. do Itajaí do Norte	140	1.210
Col. do Alto Itajaí	1.150	8.635
Florianópolis	405	1.225
Col. Serrana Catarinense	1.605	15.363
Litoral de Laguna	3	27
Carbonífera	1.547	19.390
Litoral Sul Catarinense	12	120
Colonial Sul Catarinense	65	760
Campos de Lages	2.110	21.820
Campos de Curitibanos	615	5.665
Colonial do Rio do Peixe	1.874	19.321
Col. do Oeste Catarinense	1.795	17.750
Planalto de Canoinhas	1.875	17.921
TOTAL	13.381	130.937

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

As perspectivas de área de plantio e de produção esperada, em primeira estimativa, a nível de Brasil, para a presente safra das águas, nos principais estados produtores do país, segundo informações da Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias, da Fundação IBGE, são mostradas na tabela 39.

Em termos de produção de semente certificada de batatas, o estado de Santa Catarina destaca-se, a nível nacional, como o maior produtor desse insumo.

Tabela 39

PERSPECTIVA NACIONAL DE PRODUÇÃO DE BATATAS,
PLANTIO DAS ÁGUAS, ANO AGRÍCOLA 1984/85

ESTADO	PERSPECTIVA DE PLANTIO (ha)	PRODUÇÃO PREVISTA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Paraná	24.900	311.250	12.500
Minas Gerais	16.568	280.099	16.906
Rio G. do Sul	27.189	195.761	7.200
São Paulo	10.960	193.915	17.693
Santa Catarina	13.381	130.937	9.785
Espírito Santo	336	3.951	11.759
Rio de Janeiro	123	1.316	10.699
TOTAL DO PAÍS	93.457	1.117.229	11.954

Fonte: Fundação IBGE/CEPAGRO

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Segundo a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, empresa responsável pela organização e fiscalização dos campos destinados à produção de sementes no estado, a área cultivada no ano agrícola 1983/84, visando à obtenção desse insumo, atingiu a 4.143 ha, tendo a produção alcançado a elevada soma de 50.681,85 t, ou seja, 1.689.395 cx/30kg, do tubérculo.

A batata semente certificada produzida, nessa última safra, atendeu principalmente à demanda dos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

As microrregiões do estado que se destacam no cultivo desse insumo são as do Planalto de Canoinhas e dos Campos de Lages.

As cultivares mais plantadas são a BINTJE, a ACHAT, a PORTA, a DELTA e a RADOSA.

Para a safra 1984/85 são esperados valores semelhantes

aos conseguidos nesse último ano agrícola, ou seja, a área de cultivo deverá ficar por volta dos 4.200 ha e a produção a ser obtida, em torno de 51.000 t. Caso essa colheita venha a ser atingida, o estado estará ofertando ao redor de 1.700.000 cx/30kg de batata semente certificada.

Tabela 35

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA BATATA NO BRASIL - ÁREA
PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO ALCANÇADO
- SAFRA 1969/70 A 1983/84

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE PRO DUZIDA (t)	RENDIMENTO MÉ DIO (kg/ha)
1969/70	214.157	1.573.551	7.348
1970/71	208.053	1.580.342	7.596
1971/72	202.434	1.589.403	7.851
1972/73	188.644	1.336.766	7.086
1973/74	192.312	1.672.498	8.697
1974/75	191.216	1.654.767	8.654
1975/76	199.641	1.897.518	9.505
1976/77	195.767	1.896.311	9.687
1977/78	211.315	2.013.882	9.530
1978/79	204.118	2.154.173	10.554
1979/80	181.084	1.939.537	10.711
1980/81	170.982	1.912.169	11.183
1981/82	182.504	2.154.775	11.807
1982/83	167.878	1.818.004	10.829
1983/84	175.543	2.220.478	12.649

Fonte: SEAGRI/MA e Fundação IBGE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 36

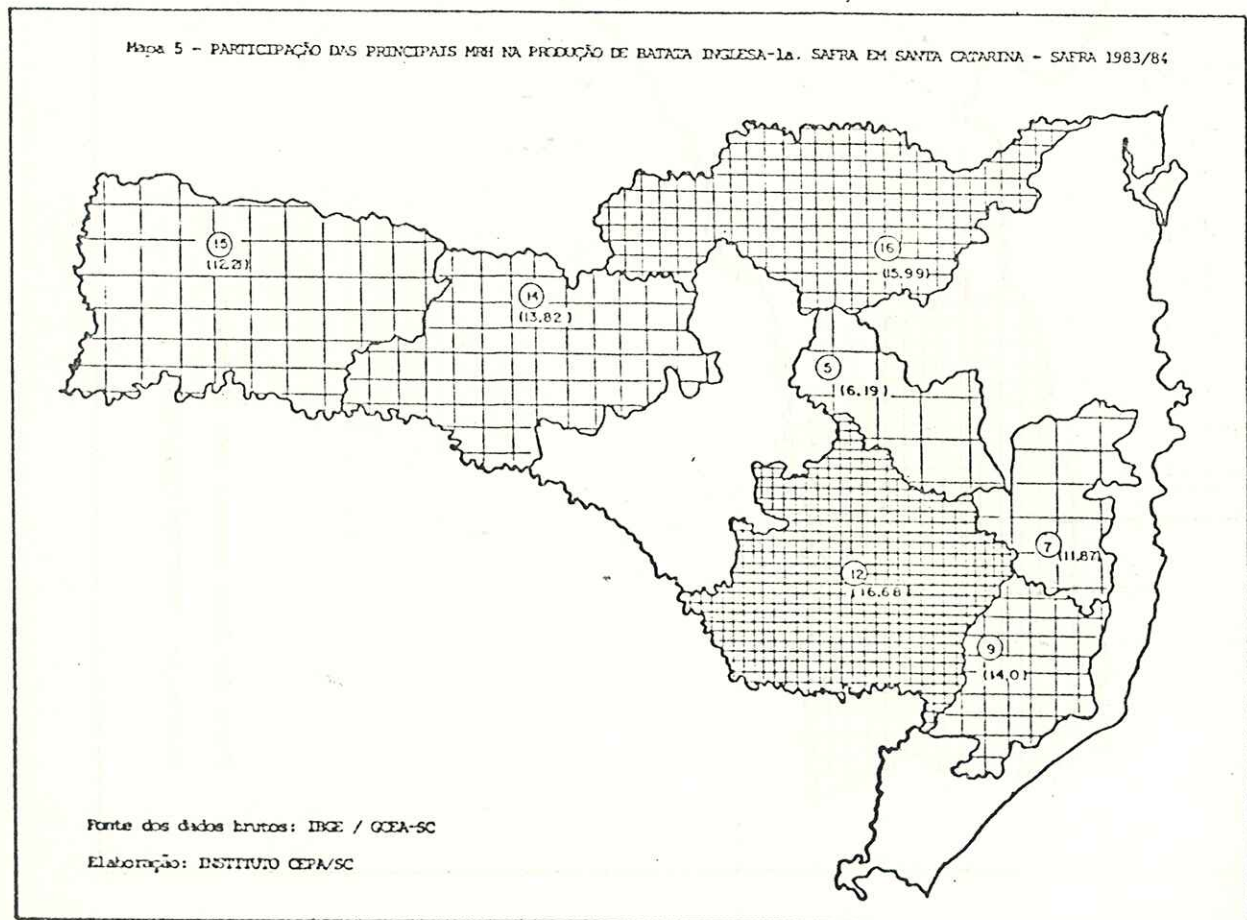
PRODUÇÃO BRASILEIRA DE BATATAS - SAFRA 1983/84 (1)

ESTADO PRODUTOR	NÚMERO DE ORDEM	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA/ESPERADA (t)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)	REND. MÉDIO OBTIDO/ESPERADO (kg/ha)
Minas Gerais	1º	33.592	606.437	27,31	18.053
São Paulo	2º	31.900	584.400	26,32	18.320
Paraná	3º	40.929	509.673	22,95	12.453
Rio Grande do Sul	4º	48.867	324.299	14,61	6.636
Santa Catarina	5º	17.241	160.692	7,24	9.320
Distribuição Federal	6º	542	11.356	0,51	20.952
Espírito Santo	7º	720	7.871	0,35	10.932
Outros	-	1.752	15.750	0,71	8.990
TOTAL DO BRASIL		175.543	2.220.478	100,00	12.649

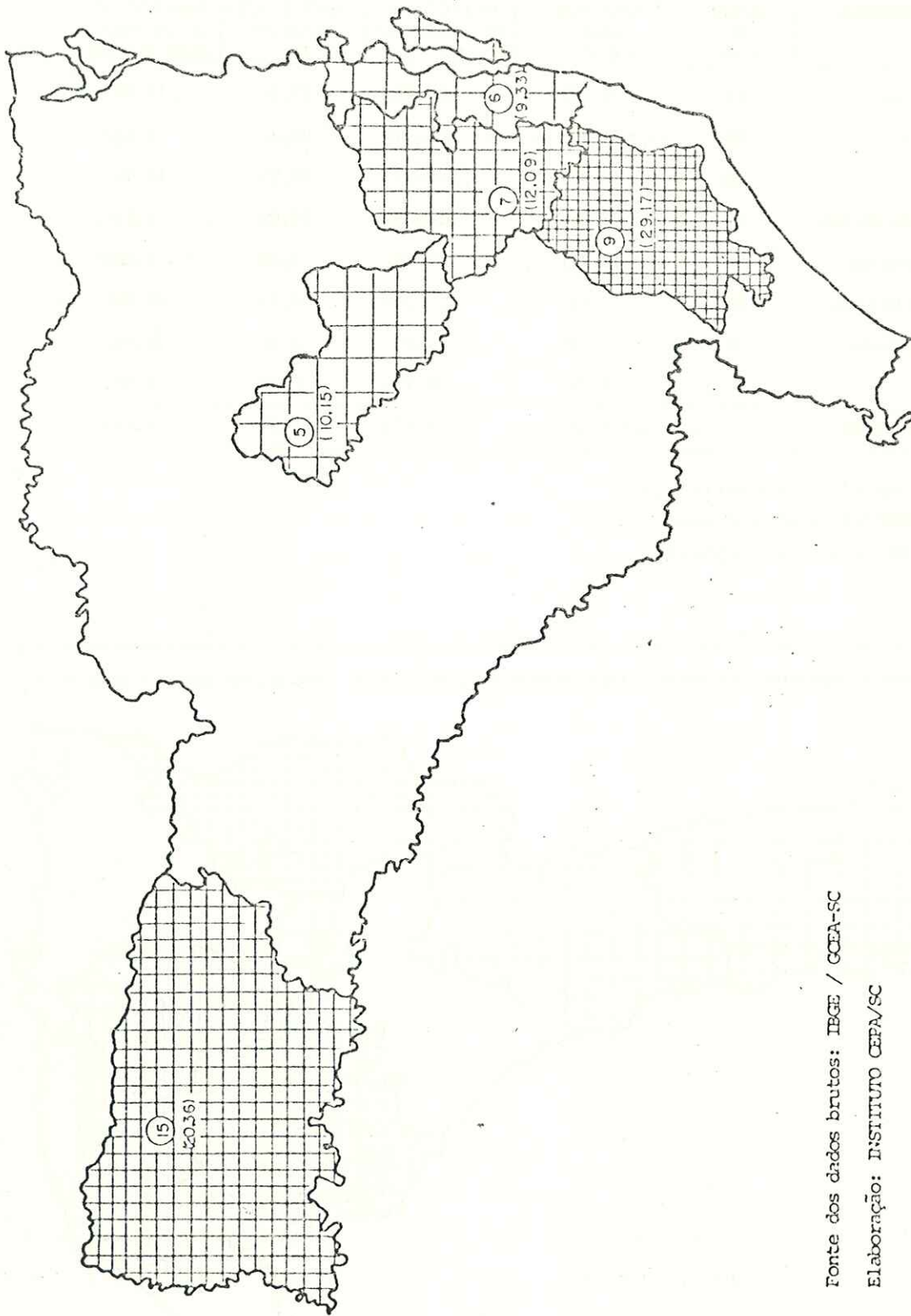
(1) Dados sujeitos a confirmação

Fonte: IBGE/CEPAGRO (Setembro/84)

Elaboração: Instituto CEPA/SC



Mapa 6 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MESH NA PRODUÇÃO DE BAUNTA INGLESA-2a. SAFRA 1983/84



Fonte dos dados brutos: IBGE / CCEA-SC

Elaboração: INSTITUTO CCEA/SC

3.5. Cana-de-açúcar

A cultura da cana tem hoje dois papéis fundamentais dentro da atual política desenvolvida pelo governo.

Um, já histórico, é o de buscar divisas para o país, através da exportação de seus subprodutos. Outro, e este bem mais recente, o de fonte energética, substituindo os derivados de petróleo, também contribuindo para a melhoria do balanço de pagamentos.

Para que a cana-de-açúcar pudesse cumprir esse papel, sempre foi necessário dar-lhe algum destaque dentro da política agrícola geral. Foi assim que, já em 1910, surgiram as primeiras estações experimentais de cana-de-açúcar, com a criação das unidades de Escala, Pernambuco, e Campos, Rio de Janeiro, ambas vinculadas ao Ministério da Agricultura" (1), com muitas outras surgindo posteriormente. Foram criados o Instituto de Açúcar e Alcool (IAA-1933), o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (Planalsucar-1971, junto ao IAA), Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL-1975), etc.

A cana também sempre foi uma das culturas mais privilegiadas na distribuição do crédito rural, principalmente em relação às culturas alimentares, isto pode ser comprovado quando se observa que a produção de cana "per capita" teve um substancial incremento (+7,84% ao ano) no período 1977/84, enquanto que a produção global de alimentos "per capita" declinou (-1,94% ao ano) no mesmo período (2).

A expansão da cana-de-açúcar, nesta última década, deu-se através dos incentivos ao PROÁLCOOL, mas não tem clara perspectiva a partir das atitudes governamentais mais recentes. A meta de produção para a safra 1985/86 deverá ser, em grande parte, realizada. Porém, o número de novos projetos financiados após a "euforia" do período 1979/82, foi extremamente reduzido, devido

(1) HOMEM DE MELO, F.B. O problema alimentar no Brasil.

(2) HOMEM DE MELO, F.B. Bases para uma política alimentar de emergência. s.n.t.

aos elevados custos sociais de produção de álcool no Brasil e às dificuldades de obtenção de recursos externos.

A nível nacional a produção e a área da cana-de-açúcar cresceram 209% e 122%, respectivamente, no período 1970/84, podendo-se observar que houve também um aumento do rendimento físico em torno de 38% em função do desenvolvimento tecnológico do setor (tabela 40).

A produção de 1984 está estimada em 24.794.782 t, com aumento de 13,0% em relação a 1983. A área destinada à colheita, foi estimada em 3.845.328 ha - 11,5% a mais, que em 1983 - com um rendimento de 63.660 kg/ha.

Pela estimativa do IBGE⁽¹⁾, para 1984, os maiores estados produtores, em ordem decrescente, foram:

ORDEM	ESTADO	ÁREA DESTINADA À COLHEITA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
1º	São Paulo	1.776.316	135.000.000
2º	Alagoas	428.200	22.065.196
3º	Pernambuco	396.381	21.008.193
4º	Minas Gerais	260.295	14.473.931
5º	Rio de Janeiro	220.513	11.025.650
6º	Paraná	130.000	9.165.000
7º	Paraíba	157.838	8.929.623
8º	Goiás	72.680	4.915.060
9º	Mato Grosso do Sul	54.129	2.702.255
10º	Rio Grande do Norte	51.781	2.545.667
11º	Santa Catarina	21.000	1.092.000

Os cinco maiores produtores somam 80,14% da área e 83,16% da produção nacional estimada para 1984. A posição dos três primeiros não se altera desde 1980, enquanto que em 1982 há uma inversão nas posições do 4º e 5º colocados, permanecendo, esta última, até as previsões de 1984.

(1) HOMEM DE MELO, F. O problema alimentar no Brasil; a importância dos desequilíbrios tecnológicos. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1983. 226 p., p.86-97 (Coleção Estudos Brasileiros 65).

O estado de São Paulo mantém folgadoamente a liderança com tendência de aumento, detendo, nas previsões de 1984, 46% da área e 55% da produção nacional.

A tabela 41 evidencia a utilização da mão-de-obra na cultura da cana-de-açúcar, destacando-se a elevada produtividade da mão-de-obra em São Paulo e no Paraná, como consequência do nível de mecanização das lavouras. Chama a atenção também o elevado percentual da mão-de-obra permanente em São Paulo, Paraná, Alagoas e Pernambuco, estados onde predominam as grandes explorações.

Com o crescente aumento do uso de tecnologia na cultura da cana-de-açúcar, os níveis de produtividade já alcançados aproximam-se aos dos países produtores tradicionais de uso tecnológico intensivo.

Em áreas de cultivo tradicional e altamente industrializadas, já se obtém uma produtividade de mais de 80 t/ha de cana. O rendimento industrial pode chegar até a 100 kg de açúcar por tonelada e 85 litros de álcool por tonelada de cana.

Em Santa Catarina a cultura da cana-de-açúcar apresenta diversificada aplicação, diferenciando-se, de certa forma, dos demais estados produtores do país. Por ser um estado ainda de pequenos produtores em sua maioria, a cana tem grande aplicação na indústria caseira (melado, açúcar mascavo e aguardente), para onde é destinada boa parte da produção estadual.

De modo geral, pode-se observar que, enquanto para o Brasil o percentual médio de pessoas ocupadas nos estabelecimentos que têm a cana como principal gênero da atividade econômica é de 24,16%, em Santa Catarina este percentual é de 69,54% (tabela 41). Da mesma forma neste estado, o percentual de empregados temporários, nesses estabelecimentos é de apenas 6,80%, a mais baixa do país, enquanto que a ocupação média do Brasil, nesta categoria, é de 29,70%.

Ao contrário da tendência nacional, e principalmente das áreas mais tradicionais de cultivo, entre as quais se destaca

São Paulo, o estado catarinense apresenta tendência decrescente com relação à área, e a produção em menor escala, devido ao incremento da produtividade.

O decréscimo deve estar se dando nas áreas de produção doméstica, tornando-se de difícil viabilidade econômica, enquanto as áreas de produção industrializada (álcool e açúcar para exportação), crescem aos mesmos níveis nacionais, mais facilmente enquadradas à orientação política aplicada no setor.

Santa Catarina possuía, em 1977 uma área colhida, de 35.060 ha para uma produção de 1.428.516 t; em 1984 caíram para 21.077 ha e 976.437 toneladas, portanto como decréscimos relativos de 39,88% e 31,65%, respectivamente, no período.

Por outro lado, tanto a área como a produção estaduais de cana cresceram em relação à última safra; enquanto em 1983 a área e a produção foram de 18.499 ha e 831.402 t, em 1984 obtiveram-se 21.077 ha e 976.437 toneladas, segundo dados finais da Fundação IBGE/SC ainda sujeitos a confirmação, com acréscimos relativos de 13,9% e 17,4% respectivamente.

No estado a área e a produção estão distribuídos, segundo a tabela 42; nela se pode observar uma concentração nas microrregiões Colonial de Joinville, Litoral de Itajaí, Florianópolis e Colonial Serrana Catarinense, que detêm, em conjunto, 68,8% e 82,9% da área e da produção estaduais, respectivamente, e onde estão localizadas as usinas de açúcar do estado. Nas demais regiões, via de regra, a cana é usada para fins principalmente domésticos.

Santa Catarina produziu, em 1983, 408.924 sc de 50 kg de açúcar refinado, e, em 1984, 467.500 sacas, marcando um crescimento de produção de 14,32%.

Toda a exportação catarinense é realizada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool-IAA, com açúcar cristalizado produzido pela USATI (Refinadora Catarinense S/A). A exportação de janeiro a julho de 1984 foi de 197.448 t de açúcar cristalizado e em

tabletes, com valor FOB de US\$ 37.111.431. Os principais países importadores foram o Irã com 42.000 t, o Chile com 31.650 t e a Arábia Saudita com 25.550 t, segundo dados da CACEX. Em dados da CECESC (Centro de Comércio Exterior de Santa Catarina), o Estado exportou 299.196,7 t e alcançou o valor FOB de US\$ 55.774.183, no período de janeiro a setembro/84.

A cana moída pela USATI é praticamente toda ela (95%) de produção das próprias usinas (Adelaide e Tijucas), sendo o restante adquirido de fornecedores da região.

A Usina Tijucas colheu 2.103,82 ha, com produção de 166.353,8 t, atingindo um rendimento de 83.49 t/ha. Adquiriu, de fornecedores, 14.181,55 t de cana-de-açúcar em uma área colhida de 304,3 ha, com rendimento de 55 t/ha.

Já a Usina Adelaide colheu, numa área de 3.408,04 ha, 146.038,4 t, com rendimento, portanto, de 54,33 t/ha. Esta adquiriu, de fornecedores, 3.167,71 t, numa área de 73,3 ha, onde o rendimento médio foi de 50 t/ha.

É interessante salientar, desta forma, a alta produtividade da área da Usina Tijucas, pelo bom nível de utilização tecnológica.

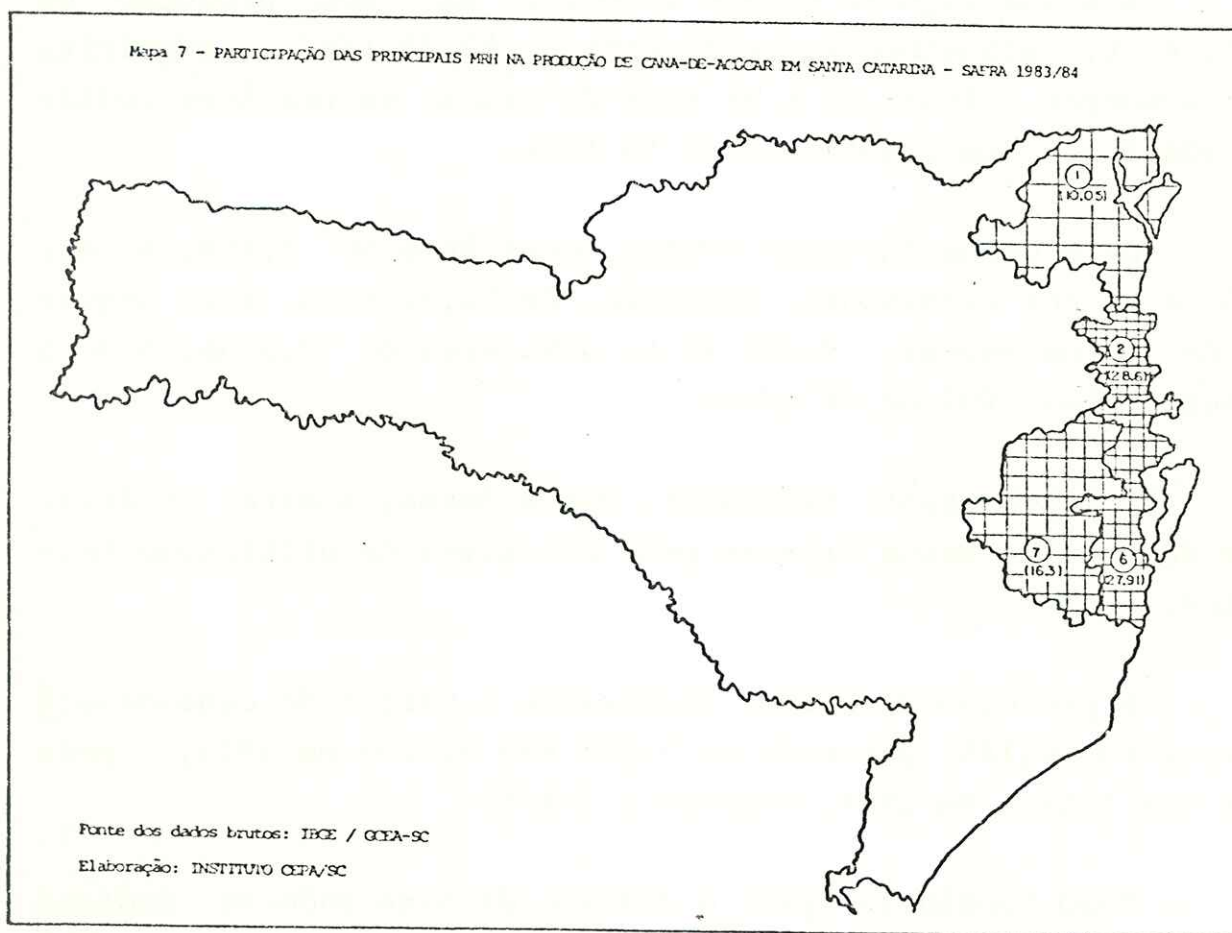
A produção de álcool carburante a partir da cana-de-açúcar, cresceu 66,14%, passando de 7.378.659 litros em 1983, para 12.258.861 litros em 1984, segundo o IAA/SC.

Como tendências para a cultura da cana pode-se indicar o declínio da produção doméstica ou familiar, para um crescimento da produção em escala industrial através da implantação de novos projetos via PROÁLCOOL ou mesmo via projetos privados.

Esta tendência trará consigo, provavelmente, a exemplo do que vem ocorrendo em outros estados produtores, problemas sociais relevantes pela exploração do trabalho humano, aumento violento da mão-de-obra volante, diminuição da produção de alimentos pela substituição de áreas, e como principal (e muitas vezes pas-

sando por despercebido) a concentração da terra e da renda, fatores preponderantes na eliminação da propriedade familiar, característica que hoje garante a viabilidade da agricultura catarinense.

Mapa 7 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MESO-REGIÕES NA PRODUÇÃO DE CANA-DE-ACÚCAR EM SANTA CATARINA - SAZÃO 1983/84



Fonte dos dados brutos: IBGE / OCEA-SC
Elaboração: INSTITUTO OCEA/SC

Tabela 40

ÁREA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR, BRASIL E SANTA CATARINA, 1970 A 1984

ANO	BRASIL				SANTA CATARINA				ÍNDICE DE CRESCIMENTO					
	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)	BRASIL		SANTA CATARINA		BRASIL		SANTA CATARINA	
							Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção
1977	1.725.181	79.752.936	46.229	35.060	1.428.516	40.745	100	100	100	100	100	100	100	100
1971	1.727.604	80.380.399	46.527	33.313	1.408.662	42.286	100	100	101	101	100	99	104	104
1972	1.802.649	85.106.223	47.212	31.871	1.352.534	42.438	104	106	102	102	106	91	95	104
1973	1.958.856	91.877.463	46.904	25.331	949.149	37.470	114	115	101	101	115	72	66	92
1974	2.056.691	95.623.685	46.494	17.709	863.716	48.773	119	118	101	101	118	51	60	120
1975	1.969.227	91.524.559	46.477	21.010	939.305	44.708	114	115	101	101	115	60	66	110
1976	2.093.483	103.173.449	49.283	17.132	853.627	49.826	121	129	107	107	129	49	60	122
1977	2.270.036	120.081.700	52.899	19.664	955.022	48.567	132	150	114	114	150	56	67	119
1978	2.391.455	129.144.950	54.003	20.873	1.043.126	49.975	138	162	117	117	162	60	73	123
1979	2.536.976	138.898.882	57.750	20.124	1.084.780	53.905	147	174	125	125	174	57	76	132
1980	2.607.628	148.640.563	57.006	22.632	1.170.361	51.713	151	186	123	123	186	65	82	127
1981	2.825.879	155.924.109	55.177	18.129	1.002.330	55.289	164	196	119	119	196	52	70	136
1982	3.073.033	184.219.067	59.947	20.000	1.100.000	55.000	121	234	130	130	234	57	77	135
1983	3.447.390	216.703.375	62.860	18.499	831.402	44.943	202	272	136	136	272	53	58	110
1984	3.845.328 ^(*)	244.794.782 ^(*)	63.660	21.077	976.437	52.000	222	309	138	138	309	60	68	128

(*) Estimativa: Fundação IBGE/GCEA - Outubro/84.

Fonte: SUPLAN (Série Estatística Agropecuária e IBGE (Censos Agropecuários e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola).

Tabela 41

PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS CLASSIFICADOS COMO SENDO O PRINCIPAL GÊNERO DA ATIVIDADE ECONÔMICA, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR - 1980

PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES	TOTAL DE PESSOAS	PERCENTAGENS							NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS POR HECTARE CULTIVADO
		TOTAL		RESPONSÁVEIS	EMPREGADOS		PARCELEIROS	OUTRA CONDIÇÃO	
		HOMENS	MULHERES		PERMANENTES	TEMPORÁRIOS			
SÃO PAULO	116.819	80,08	19,92	15,87	56,87	26,01	0,62	0,03	116
ALAGOAS	121.504	73,10	26,90	11,34	51,59	35,93	0,18	0,96	354
PERNAMBUCO	214.239	81,89	18,11	13,16	58,03	28,03	0,01	0,22	586
RIO DE JANEIRO	36.811	85,02	14,98	48,67	27,60	22,81	0,53	0,39	188
MINAS GERAIS	41.589	75,00	25,00	41,77	25,43	29,50	3,00	0,24	227
PARAÍBA	25.244	87,03	12,97	15,02	37,43	46,20	0,76	0,59	239
PARANÁ	8.191	79,67	20,33	14,21	64,84	20,74	0,20	0,01	131
BAHIA	22.605	65,42	34,58	74,99	6,79	16,85	0,72	0,66	305
RIO GRANDE NORTE	9.836	89,23	10,77	9,54	25,49	63,03	1,84	0,10	273
SANTA CATARINA	8.682	67,21	32,79	69,54	23,03	6,50	0,60	0,03	340
BRASIL	678.460	78,65	21,35	24,16	45,16	29,70	0,59	0,39	260

Fonte: IBGE (Censo Agropecuario de 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 42

PRODUÇÃO CATARINENSE DE CANA-DE-AÇÚCAR, POR MUNICÍPIO - SAFRA 1983/84 (*)

MUNICÍPIO	ÁREA (ha)				PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (kg/ha)	
	Plantada Existente	Colhida	Não Colhida	Plantada no Ano	Obtida	Esperada	Obtida	Esperada
Col. de Joinville	2.317	2.317	-	590	96.145	-	42.359	-
Lit. de Itajaí	4.422	4.422	-	4.675	279.275	-	63.156	-
Col. de Blumenau	1.539	1.514	25	26	59.450	750	39.267	30.000
Col. de Itajaí do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-
Col. do Alto Itajaí	-	-	-	-	-	-	-	-
Florianópolis	4.672	4.422	250	2.350	272.555	22.125	61.626	88.500
Col. Sarrana Catar.	3.093	2.883	210	1.170	159.197	11.949	55.219	56.900
Lit. de Laguna	122	122	-	-	4.080	-	33.443	-
Carbonífera	918	918	-	453	21.660	-	23.595	20.000
Lit. Sul Catar.	341	341	-	-	8.000	-	23.460	-
Col. Sul Catar.	290	290	-	30	5.950	-	20.517	-
Campos de Lages	-	-	-	-	-	-	-	-
Campos de Curitiba	33	20	13	27	400	260	20.000	20.000
Col. Rio do Feixe	1.020	890	130	124	16.215	3.560	18.219	27.385
Col. Oeste Catar.	2.310	2.310	-	3.925	51.510	-	22.299	-
Planalto de Canoas	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO ESTADO	21.077	20.449	628	13.378	976.437	38.644	47.750	61.535

(*) Dados finais, porém, sujeitos a modificações

Fonte: Fundação IBGE (Levantamento Sistemático da Produção, nov/84)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

3.6. Cebola

Segundo o Censo Agropecuário de 1980, a cultura da cebola envolve 20.097 famílias rurais, das quais 16.120 são de proprietários. As demais produzem no regime de arrendamento ou de parceria. O fato de 80% dos cebolicultores serem proprietários ajuda a explicar a característica de tradição dessa atividade em Santa Catarina.

A partir da safra 1978/79 a cebolicultura catarinense aumentou substancialmente sua área de cultivo e, conseqüentemente, o seu volume de produção. Dessa maneira o estado representa hoje 16% da produção bruta nacional, situando-se como o terceiro maior produtor desse bulbo.

Tomando-se como base a última safra (1983/84), a área ocupada com cebola na safra em andamento deverá ser 10% superior àquela. A evolução dessa cultura nos últimos cinco anos pode ser acompanhada através da tabela 43.

Tabela 43

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA CEBOLA EM SANTA CATARINA -
SAFRA DE 1979/80 A 1984/85 (*)

SAFRA	ÁREA (ha)	ÍNDICE	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE	RENDIMENTO (kg/ha)
1979/80	12.307	100	103.605	100	8.418
1980/81	16.920	137	151.581	146	8.959
1981/82	11.380	92	113.602	96	9.983
1982/83	12.338	100	125.710	121	10.189
1983/84	12.157	98	111.116	107	9.140
1984/85 (*)	13.384	109	133.840	129	10.000

(*) Estimativa em dez/84

Fonte: Fundação IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Nos últimos anos tem havido preocupação por parte dos setores do governo responsáveis pelo abastecimento, no sentido de que as áreas de plantio sejam mantidas mais ou menos estáveis com vistas a evitar oscilações bruscas de oferta. No caso de Santa Catarina, a área recomendada pelo Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Cebolas ficou em 12.000 ha - a área de cultivo no estado tem-se mantido próxima ao recomendado pelo Plano. Entretanto, na safra 1983/84 a intenção dos cebolicultores era de plantar uma área bem superior à efetivamente cultivada. Não fossem as perdas de sementeiras motivadas pelas enchentes, teríamos tido área e produção bem acima do obtido e provavelmente ocorreriam problemas mais sérios na comercialização. Da mesma forma, a safra 1984/85 em andamento é superior à meta recomendada pelo Plano Nacional, apesar de ter havido perdas por ocasião das cheias deste ano. Na verdade, o Plano Nacional, que pretendia disciplinar as ofertas a nível de país através das áreas de plantio, tem-se mostrado impotente. O mecanismo utilizado para limitar o crescimento das áreas tem sido o crédito agrícola; no entanto, nas últimas safras a procura de financiamento para cultura da cebola tem sofrido sucessivas reduções. Dessa forma os cebolicultores é que tem decidido, por conta própria, suas áreas de plantio baseados nos resultados financeiros do ano anterior. Para isso, os cebolicultores catarinenses tem utilizado mais recursos próprios do que recorrido ao crédito bancário, face aos elevados custos financeiros.

Os plantios para a safra 1983/84 foram iniciados visando à ocupação de aproximadamente 14.380 ha com produção projetada em 153.000 t de bulbos. Entretanto as más condições climáticas, agravadas pelas cheias em julho/83, reduziram a área para 12.157 ha devido às perdas de mudas, enquanto a produção final ficou reduzida a 111.116 t. A qualidade dos bulbos ficou bastante comprometida e o índice de perdas durante a colheita e a armazenagem foi anormal - em torno de 40%. A comercialização no mês de janeiro se processava de forma lenta devido ao excesso de cebola no mercado, causado pelo aumento exagerado de plantio no Vale do São Francisco. Em Pernambuco foram plantados 2.700 ha e na Bahia 1.195 ha, além das áreas tradicionalmente cultivadas. Como resultado foram produzidas 32.000 t de excedentes que coincidiam com o

escoamento da safra paulista de Piedade/SP. Essa coincidência de safra (Vale de São Francisco X Piedade/SP), provocou um acúmulo de oferta de cebolas paulistas com as produzidas no Sul do país. Além disso, os bulbos produzidos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, não apresentavam boas características para armazenagem, o que contribuiu para aumentar o volume de cebolas no mercado no início da safra. Afora os problemas já citados, o fato de o governo estadual ter anunciado a incidência de ICM sobre a cebola a partir de janeiro, teve como resultado, a intensificação das remessas em fins de dezembro, pois as transações efetuadas no mês seguinte seriam tributadas. Mesmo sendo essa medida prorrogada até 30 de março, o efeito do aumento das remessas já havia ocorrido, pois, a prorrogação do prazo de tributação foi conhecida posteriormente. Em fevereiro os preços reagiram e, em meados do mês, o mercado se apresentava firme, em face do enxugamento dos estoques remanescentes da safra paulista. As vendas no mês de março foram altamente compensadoras para os produtores catarinenses. O preço médio obtido pelos cebolicultores associados da CRAVIL, situou-se em Cr\$ 430,00/kg. Por outro lado, o mercado, no decorrer do mês, apresentou um relativo esfriamento em decorrência das remessas das zonas produtoras que, atraídas pelas excelentes cotações e preocupadas com a incidência do ICM sobre a cebola a partir de abril, despejaram no mercado o máximo de bulbos que podiam. Os excelentes preços alcançados de meados de março até meados de abril, amenizaram os ânimos dos produtores que se encontravam bastante desestimulados com o comportamento do mercado no início da safra. Os preços recebidos pelos produtores, em abril, foram altamente estimulantes até o final da segunda semana do mês. Na terceira semana o mercado esfriou e praticamente não houve transações a nível de produtor. Já na última semana os preços voltaram a subir face à procura de cebolas do Sul.

A produção bruta brasileira de cebolas na safra 1983/84 foi inferior à do ano anterior em 16 mil toneladas conforme demonstrado na tabela 44.

Tabela 44

COMPORTAMENTO DA ÁREA E PRODUÇÃO DE CEBOLA NO BRASIL
 - SAFRA DE 1979/80 A 1983/84 (*)

ANO AGRÍCOLA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIM.MÉDIO (kg/ha)
1978/79	69.101	691.071	10.000
1979/80	67.044	694.585	10.360
1980/81	74.250	778.403	10.483
1981/82	62.399	670.624	10.747
1982/83	67.174	724.583	10.786
1983/84	68.097	708.507	10.404

(*) Estimativa IBGE/CEPAGRO - outubro/84

Fonte: Fundação IBGE

A produção brasileira é suficiente para atendimento da demanda; no entanto ocorrem períodos em que se observam piques nos preços em decorrência de escassez momentânea da oferta. Em outros períodos ocorre o inverso, face ao encontro de safras de regiões produtoras. Essas situações, em tempos atrás, eram mais freqüentes e os problemas gerados tanto aos produtores como aos consumidores eram mais graves. Hoje as ofertas estão mais reguladas devido ao grau de conscientização da realidade do consumo brasileiro pelas regiões produtoras. No entanto, ainda persistem problemas que prejudicam a normalização das ofertas. As variáveis climáticas aliadas à falta de um planejamento mais criterioso, por ocasião do estabelecimento dos plantios, são os fatores que, via de regra, interferem desfavoravelmente no abastecimento nacional.

Os Estados com suas principais regiões produtoras, volumes produzidos e épocas de colheita estão a seguir demonstrados:

ESTADOS E REGIÕES	PRODUÇÃO BRUTA (t) (1983/84) (*)	MÊSES DE COLHEITA											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<u>SÃO PAULO</u>	<u>268.520</u>												
. Piedade, Pilar do Sul e Ibiúna (soqueira)					X	X	X						
. Monte Alto e São José do Rio Pardo (claras precoces)								X	X	X	X		
. Piedade, Pilar do Sul e Ibiúna (Baia Perifome)										X	X	X	X
<u>RIO GRANDE DO SUL</u>	<u>155.988</u>												
. São José do Norte, Mostardas e Rio Grande		X	X									X	X
<u>SANTA CATARINA</u>	<u>111.116</u>												
. Alto Vale do Itajaí e Col. Serrana Catarinense		X										X	X
<u>PERNAMBUCO</u>	<u>81.789</u>												
. Vale do São Francisco					X	X	X	X	X	X	X		
<u>BAHIA</u>	<u>71.905</u>												
. Vale do São Francisco					X	X	X	X	X	X	X		
<u>PARANÁ</u>	<u>19.089</u>												
. Região Sul e Norte		X								X	X	X	X
<u>TOTAL</u>	<u>708.407</u>												

(*) Estimativa em outubro/84

Fonte: IBGE/CEPAGRO

Elaboração: Instituto CEPA/SC

No estado de Santa Catarina, apesar das melhoras verificadas tanto no setor produtivo como na comercialização das safras, ainda existem obstáculos a serem vencidos na organização do produtor. Um dos mais sérios problemas é o elevado número de ce-

bolicultores que produzem além da capacidade de armazenagem a nível de propriedade, gerando excedentes de oferta no início das safras.

Quanto à participação do produtor na comercialização, a presença da Cooperativa -regional Agropecuária do Vale do Itajaí - CRAVIL, na safra que passou, apresentou resultados altamente satisfatórios na regularização dos preços e das ofertas. Foram movimentadas, através daquela cooperativa, cerca de 5,6 toneladas. O preço médio repassado ao produtor foi da ordem de Cr\$ 277,92/kg, sendo considerado excelente, uma vez que o custo de produção, no final da safra, foi calculado pelo Instituto CEPA/SC em Cr\$ 144,47/kg.

As expectativas iniciais para a safra 1984/85 não eram muito otimistas. No mês de março, época em que os agricultores, além de comercializarem a safra, também se preparam para o plantio seguinte, vários motivos eram citados como desestimulantes à safra 1984/85. Apontaram-se como empecilhos: os baixos preços recebidos durante boa parte da safra; o elevado índice de perdas de bulbos; os altos preços dos insumos - principalmente das sementes e os altos custos financeiros. Por outro lado, os preços elevados em março e abril acabaram por reverter as expectativas iniciais. Mesmo com os problemas apontados, as perspectivas de plantio já se mostravam favoráveis a um incremento baseadas em dois efeitos: o primeiro, devido aos preços atrativos da cebola recebidos pelos produtores a partir de março, quando os cebolicultores que produziram bulbos mais firmes e os comercializaram após essa época, obtiveram bons resultados financeiros; o segundo, o do efeito substituição de algumas áreas ocupadas com fumo ou mesmo com grãos pela cultura de cebola, devido à rentabilidade alcançada com essa lavoura nas pequenas propriedades.

As primeiras estimativas da Fundação IBGE/GCEA indicavam uma área a ser cultivada em torno de 14.000 ha e 140.000 t de produção bruta. Por sua vez, as fortes chuvas e cheias que ocorreram no mês de agosto provocaram perdas significativas nas mudas de sementeiras. Além disso, as condições climáticas, desde o início das semeaduras, favoreceram o ataque de doenças fúngicas,

principalmente da "alternária" e da "botritys". Embora essas ocorrências tenham se verificado, as últimas estimativas da Fundação IBGE/GECEA apontavam uma área bastante próxima das previsões iniciais. Segundo informações da área de produção, houve realmente perdas de mudas; entretanto, as quantidades semeadas foram superiores às expectativas e o índice de aproveitamento para transplante melhorou muito após o período de intempéries citadas. Desse modo as estimativas atuais são de 14.423 ha de área cultivada e de 147.212 t de produção bruta. A distribuição espacial da produção catarinense dá-se conforme a tabela abaixo.

Tabela 45

ÁREA PREVISTA PARA SER IMPLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA
DE CEBOLA - SAFRA 1984/85

MRH	ÁREA PREVISTA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Litoral de Itajaí	2	40
Colonial de Blumenau	245	2.400
Col. do Itajaí do Norte	80	700
Col. do Alto Itajaí	7.300	78.650
Florianópolis	145	1.885
Col. Serrana Catarinense	4.780	48.920
Litoral de Laguna	11	66
Carbonífera	198	1.473
Lit. Sul Catarinense	123	1.170
Col. Sul Catarinense	25	235
Campos de Lages	244	1.812
Campos de Curitibanos	115	935
Col. do Rio do Peixe	461	3.384
Col. do Oeste Catarinense	301	2.260
Plan. de Canoinhas	393	3.282
TOTAL	14.423	147.212

(*) Estimativa em dez/84

Fonte: Fundação IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

O relativo atraso nos trabalhos de transplante não refletiram efeitos negativos à cultura. A colheita da safra catarinense começou em fins de novembro e se estenderá, como tradicionalmente ocorre, até o mês de janeiro.

Segundo o Censo Agropecuário de 1980, o destino da produção catarinense de cebolas era o seguinte:

Consumo no estabelecimento	-	3,14%
Entregue a cooperativas	-	0,52%
Entregue a indústrias	-	0,80%
Entregue a intermediários	-	90,93%
Venda direta ao consumidor	-	3,98%
Outros	-	0,63%

Atualmente esses dados já estão alterados. A maior participação da CRAVIL na comercialização de cebolas modificou esse quadro. A produção entregue a cooperativas deverá se elevar, na safra 1984/85, para aproximadamente 11%; conseqüentemente, a produção entregue a intermediários ficará em torno de 80%. Evidentemente, a tendência de participação através de cooperativa é de aumentar, trazendo com isso maiores benefícios aos cebolicultores, na medida em que eles forem se organizando.

Os volumes destinados ao mercado regional catarinense e ao mercado nacional, bem como as perdas referentes à safra 1984/85, estão estimadas a seguir:

BALANÇO DE OFERTA DA CEBOLA EM SANTA CATARINA
- PREVISÃO PARA A SAFRA 1984/85 -

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE (t)	PARTICIPAÇÃO (%)
Produção bruta (1)	147.212	100
Perdas (2)	44.163	30
Consumo estadual (3)	12.500	8,5
Oferta líquida (4)	90.549	61,5

(1) Estimativa IBGE/GCEA -Dez/84

(2) Inclui perdas de descartes, cura e armazenagem

(3) Inclui consumo humano e reserva de bulbos, para plantio

(4) Compreende o volume a ser escoado para fora do estado.

A estimativa de escoamento da oferta líquida, com base no percentual de saídas nas coletorias do estado em safras anteriores, deverá se dar da seguinte forma:

ESTIMATIVA DO FLUXO DE ESCOAMENTO MENSAL PARA
A SAFRA 1984/85

MÊS	QUANTIDADE (t)	DISTRIBUIÇÃO (%)
Novembro	906	1,0
Dezembro	10.866	12,0
Janeiro	16.296	18,0
Fevereiro	18.109	20,0
Março	23.543	26,0
Abril	18.109	20,0
Maio	2.717	3,0
TOTAL	90.549	100,0

Elaboração: Instituto CEPA/SC

As chuvas que ocorreram durante o período de maturação dos bulbos - novembro - causaram certa preocupação quanto à possibilidade de prejudicar a qualidade da produção; entretanto, tal efeito não foi verificado por ocasião da colheita. Apesar da boa qualidade dos bulbos colhidos permanece a preocupação quanto à insuficiência de armazenagem a nível de propriedade. A expectativa de produção de aproximadamente 147 mil toneladas brutas deverá gerar ofertas de bulbos sem a devida cura, portanto, de má qualidade, podendo comprometer os níveis de preço. Na safra recentemente iniciada é possível que ocorra excesso de oferta no pique da colheita - dezembro e janeiro. Se isso se verificar os preços não deverão reagir antes de 15 de janeiro. Por outro lado, o comportamento dos preços no início da safra vai depender muito do nível de oferta das cebolas paulistas de Piedade. A coincidência das safras do sul com a de Piedade/SP deverá impedir que os preços atinjam patamares muito elevados até meados de janeiro.

A partir do mês de novembro, início da colheita em Santa Catarina, a demanda interna começa a ser suprida com produção própria. O período de dependência no abastecimento com bulbos de

outros estados vai aproximadamente de junho a novembro.

Na Centrais de Abastecimento de Santa Catarina - CEASA/SC, movimentou durante o ano de 1984, em sua unidade no município de São José, um total de 2.503 t. Desse volume, 49,5% representou a oferta de bulbos do próprio estado, sendo o restante recolhido nas seguintes fontes: CEAGESP 29%, CEASA/PR 17,5% e Vale do São Francisco, 4%.

As ofertas mensais na CEASA/SC, segundo as origens, estão representadas na tabela 46.

Tabela 46

OFERTAS MENSAIS DA CEBOLA NA CEASA/SC - 1984

ORIGEM MESES	DO ESTADO	CEAGESP	CEASA/PR	(em tonelada)	
				VALE DO SÃO FRANCISCO	TOTAL
Janeiro	183,15	2,80	12,60	-	198,55
Fevereiro	239,43	4,40	2,40	-	246,23
Março	168,85	3,20	3,80	-	175,85
Abril	164,79	0,50	6,60	-	171,89
Maiο	145,76	1,20	3,60	-	150,56
Junho	40,98	28,60	41,26	71,06	181,90
Julho	15,83	119,62	85,19	-	220,64
Agosto	2,90	122,90	100,74	16,20	242,74
Setembro	8,58	145,92	76,29	14,00	244,79
Outubro	0,40	184,69	49,10	-	234,19
Novembro	90,91	105,76	29,50	-	226,17
Dezembro	178,50	5,40	25,60	-	209,50
TOTAIS	1.240,08	724,99	436,68	101,26	2.503,01

Fonte: CEASA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

O preço médio recebido pelos produtores que comercializaram através da CRAVIL na safra 1983/84 ficou em Cr\$ 277,92. Por outro lado, uma amostragem realizada junto ao comércio atacadista no município produtor de Alfredo Wagner, revelou os seguintes preços médios recebidos pelos produtores durante a última safra,

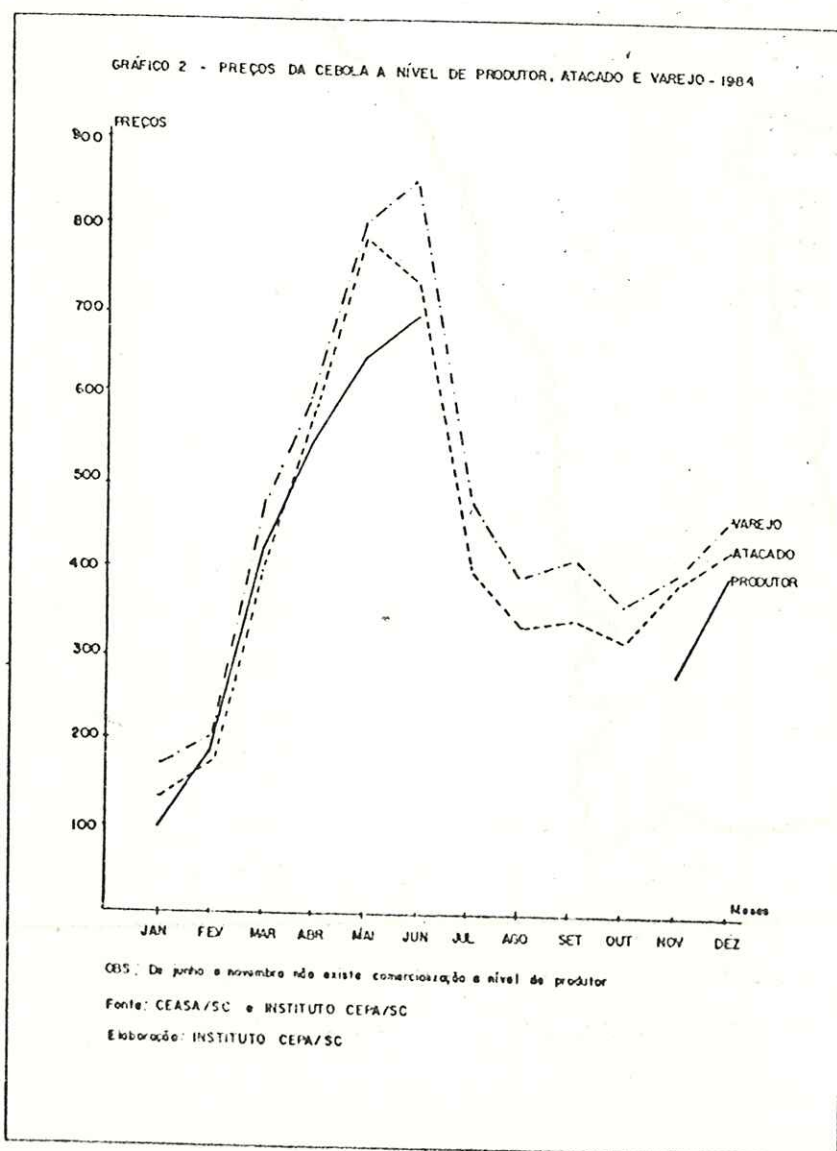
no período de janeiro a abril de 1984:

MÊS	VOLUME OFERTADO (kg)	%	PREÇO MÉDIO RECEBIDO (Cr\$/kg)
Janeiro	51.899	16,33	97,06
Fevereiro	92.731	29,18	176,35
Março	137.820	43,36	432,80
Abril	35.360	11,13	681,96
TOTAL	317.810	100,00	Média Ponderada 330,87

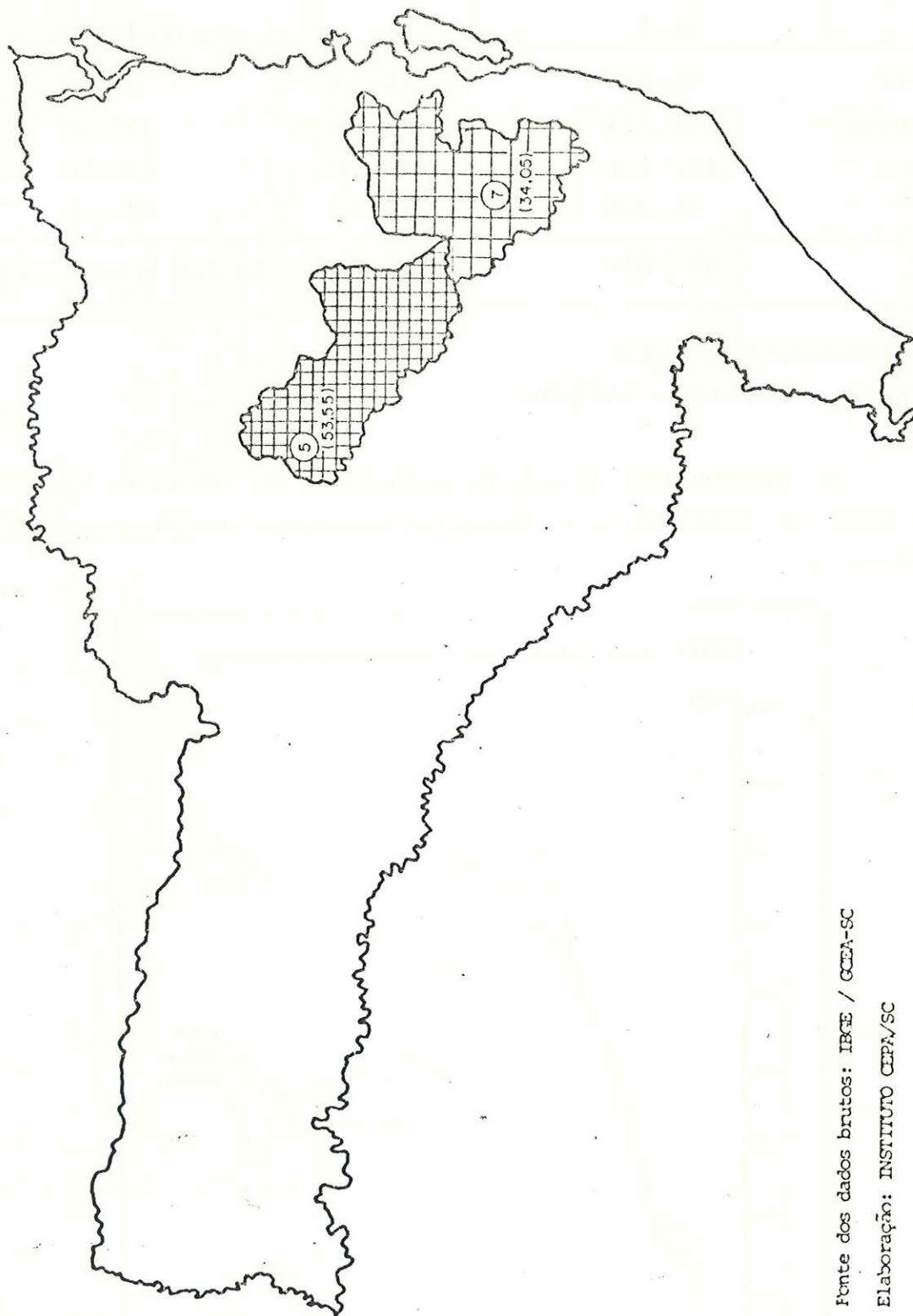
Fonte: EMATER/SC-ACARESC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Os preços nos diversos segmentos de mercado durante o ano de 1984 na CEASA/SC e a nível de produtor estão representados no gráfico 2.



Mapa 8 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MHI NA PRODUÇÃO DE CECILIA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84



Fonte dos dados brutos: IBGE / CCEA-SC

Elaboração: INSTITUTO CERN/SC

3.7. Feijão

Neste ano de 1984, Santa Catarina despontou como o 2º produtor nacional de feijão, ficando atrás somente do Paraná. Embora a produção das duas safras de 1983/84, não se tenha constituído em recorde estadual - a maior produção ocorreu em 1981/82 - a participação catarinense cresceu, frente aos demais estados produtores, como decorrência não só da forte recuperação da produção estadual, que voltou a ultrapassar a de Minas Gerais, mas, também, em face da queda de quase 9% verificada na produção do estado de São Paulo. É bom lembrar que em 1983, nosso estado, embora tenha sofrido com o excesso de chuvas, respondeu por 9,6% da produção nacional (11,8% em 1984), e situou-se como o 4º produtor brasileiro de feijão, ficando atrás somente do Paraná, de São Paulo e de Minas Gerais.

Dentre os produtos da lavoura catarinense, o feijão, em 1984, continuou a manter a 6ª posição em volume de produção, ficando atrás, por ordem de importância, do milho, da cana-de-açúcar, da mandioca, da soja e do arroz. Com relação ao total da área cultivada com lavouras temporárias, sua participação caiu da 2ª posição em 1983, para a 3ª colocação em 1984, como decorrência da pequena recuperação apresentada pela soja (crescimento de 3,9%) que voltou a ocupar a 2ª posição - a primeira pertence ao milho - e, também, em função do próprio recuo de plantio de feijão, que decresceu 5,5% em comparação a 1983. Já no que diz respeito à formação do Valor Bruto da Produção do sub-setor lavouras, o feijão, que no ano passado havia caído para a 5ª posição e respondido por apenas 7,6% do total das receitas, voltou a recuperar-se em 1984. Neste ano a participação da leguminosa cresceu 15,26%, o que a situou como a 2ª responsável pela formação do VBP das lavouras catarinenses.

A exemplo do que ocorre na maioria dos estados brasileiros, o feijão em Santa Catarina é cultivado em dois períodos, ou safras distintas. O primeiro, das águas, cujo plantio se estende do final de agosto/início de setembro até fins de novembro/inícios de dezembro, corresponde a aproximadamente 60% do to-

tal da área cultivada, e é plantado em todas as microrregiões do estado. O segundo, cujo plantio é efetuado em janeiro/fevereiro, corresponde aos restantes 40% da área cultivada e é plantado, principalmente, nas regiões do Oeste Catarinense, do Vale do Itajaí e do Litoral.

Em nosso estado, como de resto em todo o país, o feijão é cultura característica de pequena propriedade. Em 1980, segundo o Censo Agropecuário, nada menos do que 89% dos 132.967 agricultores que plantaram feijão, o fizeram em propriedades cujas áreas totais eram inferiores a 50 ha. Esses mesmos agricultores foram responsáveis por cerca de 80% da produção colhida na safra 1979/80.

Ainda, segundo o Censo de 1980, a utilização de sementes melhoradas abrangeu apenas 17,5% da área total plantada, e a adubação nas diversas formas foi efetuada em apenas 32,8% da área total cultivada.

Do total da área cultivada na safra 1979/80, cerca de 51% foram plantados em cultivo simples, 43% em cultivo associado e cerca de 6% em cultivo intercalado e misto.

Com exceção do cultivo das águas de 1983/84, a área plantada com feijão no estado, tem evoluído significativamente nos últimos anos, motivada principalmente pelos bons níveis de preços mínimos oferecidos aos produtores. A evolução da cultura do feijão desde 1976/77, pode ser visualizada na tabela 47.

A distribuição microrregional do plantio de feijão em Santa Catarina, durante a safra 1983/84, deu-se da seguinte forma: na safra das águas o plantio concentrou-se, por ordem de importância, nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, com 43,9% da área plantada; Planalto de Canoinhas, com 16,5%; Campos de Curitibanos, com 15,4%; Colonial do Rio do Peixe, com 8,7%; Colonial do Alto Itajaí, com 5,3%; e Campos de Lages, com 3,2%. Já na safrinha, os maiores plantios ocorreram nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, com 61,5%, Colonial do alto Itajaí com 12,2%; e Carbonífera, com 7,5% da área total plantada.

Tabela 47

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO FEIJÃO EM SANTA CATARINA -
SAFRAS DE 1976/77 A. 1984/85

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77			
. safra	126.350	91.631	725
. safrinha	62.524	42.846	685
1977/78			
. safra	161.557	112.622	697
. safrinha	35.549	10.370	292
1978/79			
. safra	161.551	143.609	889
. safrinha	66.226	45.794	691
1979/80			
. safra	187.731	87.942	468
. safrinha	88.280	32.030	363
1980/81			
. safra	190.800	194.000	1.017
. safrinha	100.300	52.250	521
1981/82			
. safra	248.000	243.040	980
. safrinha	125.000	78.000	624
1982/83			
. safra	271.474	137.586	507
. safrinha	150.613	24.842	165
1983/84			
. safra	243.598	204.528	841
. safrinha	155.000	105.833	683
1984/85			
. safra ⁽¹⁾	255.000	214.200	840

(1) Estimativa: IBGE/GCEA-SC (dezembro/84)

Fonte: IBGE/CEPAGRO

Na primeira safra de 1983/84, o decréscimo de quase 12% na área de plantio, quando comparado ao da safra anterior, foi creditado não só ao temor de uma nova decepção - frustração das duas safras de 1982/83 - mas, também, pelas boas perspectivas dos preços do milho e da soja, culturas que tomaram parcelas de áreas

anteriormente cultivadas com feijão. Esse decréscimo de cultivo foi mais sentido nas microrregiões Colonial Oeste Catarinense e Planalto de Canoinhas.

Apesar de as geadas de outubro/83 terem causado perdas totais em parcelas expressivas da área até a época semeada no Vale do Rio do Peixe e anularem de certa forma o incremento esperado na área de cultivo daquela microrregião, as condições climáticas que imperaram até fins de novembro, mostraram-se, com raras exceções, favoráveis ao desenvolvimento da cultura. No entanto, os bolsões de estiagens ocorridas na fase de floração das lavouras, principalmente no Oeste, maior região produtora do estado, refletiram-se numa produtividade média estadual inferior à inicialmente prevista. De qualquer forma, a produção obtida - 204,5 mil toneladas - foi significativa e transformou-se na segunda maior safra já colhida em nosso estado.

Na segunda safra ou safrinha, o plantio superou, ainda que em números não muito largos, os 150.000 ha cultivados na safrinha do ano anterior. Os bons preços de mercado, principalmente para os feijões de cor, e o preço mínimo considerado razoável - preço base fixado em Cr\$ 22.176,00/sc, com correção de fevereiro a abril, que alcançou Cr\$ 30.097,83/sc - foram os principais fatores que sustentaram o plantio.

Apesar de as estiagens de fins de fevereiro/inícios de março terem atrasado o plantio e dificultado a germinação das sementes; de as baixas temperaturas do início de abril, terem afetado algumas lavouras que se encontravam em floração; e de o excesso de chuvas da primeira dezena de maio e do mês de junho ter ocasionado alguns prejuízos, principalmente em termos de qualidade; a produção da safrinha superou as expectativas iniciais e apresentou um aumento de 330% sobre a frustrada colheita do ano anterior (24.842 t).

A obtenção de um bom rendimento médio estadual, 703 kg/ha - praticamente igual aos das ótimas safrinhas de 1976/77 e 1981/82 - somada a uma área recorde de plantio (155.000 ha), foram os fatores responsáveis para que Santa Cata-

rina produzisse a maior safrinha de feijão de sua história.

A nível nacional, a área plantada na primeira safra apresentou um incremento de 19,4% quando comparada à do ano anterior, devido basicamente ao aumento de plantio ocorrido no Nordeste. A produção, segundo o IBGE, alcançou 1,4 milhão de toneladas e só não foi maior em face de as condições climáticas terem-se apresentado relativamente desfavoráveis em alguns estados produtores da região Centro-Sul. De qualquer modo, o volume obtido foi significativamente superior às 917 mil toneladas colhidas em idêntico período de 1983.

Na segunda safra, além de o plantio ter crescido substancialmente, em relação ao ano anterior, a produção mostrou-se alentadora, devido, principalmente, ao bom desempenho do Nordeste. A produção daquela região, que em 1983 foi de somente 185 mil toneladas, evolui para aproximadamente 503 mil toneladas em 1984.

A produção de 2,63 milhões de toneladas das duas safras nacionais, superou as expectativas e situou-se bem acima da péssima colheita de 1983 - quando foram obtidas, segundo o IBGE, 1.698 mil toneladas - mas, ainda assim, o volume colhido foi bastante inferior aos 2,95 milhões de toneladas obtidas em 1982. (Tabela 48).

Já no que se refere ao panorama internacional, o Brasil, que em 1982 havia respondido por cerca de 20% da produção mundial e se havia situado como o primeiro produtor de feijão, caiu em 1983 para a terceira colocação, como decorrência da frustração da safra 1982/83. A produção mundial como um todo, que nos últimos anos vinha se mantendo ao redor de 14 milhões de toneladas, reduziu-se, em 1983, para 12,8 milhões em face principalmente da queda na área plantada. (Tabela 49).

Com relação à safra 1984/85, plantio das águas, as estimativas do IBGE/GCEA, apontaram em novembro, para Santa Catarina, uma área de plantio da ordem de 255.000 ha. O aumento da área plantada (4,7%) deveu-se não só à fixação de um preço base (Cr\$ 54.200,00/sc), considerado estimulante, mas também aos bons re-

sultados obtidos em 1984. Outro fator que, dentro deste contexto, também colaborou para a expansão da área cultivada, foi o de que o feijão, em face do curto ciclo, proporciona retorno aos produtores em mais breve prazo e num período (dez/janeiro) em que as outras lavouras ainda se encontram, na maioria dos casos, na fase vegetativa.

A deficiência hídrica ocorrida na primeira quinzena de setembro, causou um certo atraso no plantio sem, no entanto, acarretar maiores danos à cultura. Já a normalização do clima até a segunda década de outubro proporcionou um bom desenvolvimento vegetativo, bem como normalizou o plantio. A falta de chuvas na última semana de outubro, apesar de ter causado algumas preocupações, não chegou a afetar a cultura uma vez que a unidade foi restabelecida com as chuvas ao final do mês. As constantes chuvas que caíram em todo o estado durante a maior parte de novembro, ainda que tenham causado alguns transtornos à cultura - amarelamento de plantas, abortamento de flores e queda de granizo em áreas muito localizadas - não chegaram a causar maiores prejuízos à produção estadual.

Não obstante os problemas acima, as perspectivas, em dezembro, eram de que a produção deveria alcançar as 215.000 t inicialmente previstas ou até mesmo superá-las.

As primeiras estimativas, efetuadas ao final de outubro, sobre o cultivo do feijão das águas, a nível nacional, apontavam para o Centro-Sul da Bahia, uma área de plantio entre 1,90 e 1,96 milhão de hectares. Estes números, ao serem comparados ao 1,9 milhão de hectares cultivados na safra passada, apresentavam, na melhor das hipóteses, um incremento de até 3% no cultivo. Apesar do decréscimo de plantio previsto para o Paraná, Espírito Santo e Rio de Janeiro, o aumento do cultivo nos demais estados deverá compensar com certa folga os retrocessos apontados para aqueles estados.

A produção, por sua vez, apesar das estiagens verificadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul - as informações davam conta de que os prejuízos não foram tão sig-

nificativos quanto de início se esperava - poderá alcançar até 1,2 milhão de toneladas, contra 1,06 milhão obtidos no ano passado. Além disso, deve-se levar em conta também, que se os estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte cultivarem uma área semelhante à do ano passado - 940 mil hectares - e obtiverem, também, uma produção semelhante - 350 mil toneladas - a produção nacional de feijão da 1ª safra poderá alcançar até 1,5 milhão de toneladas, contra 1,41 milhão obtidos em 1984.

O preço base do feijão da primeira safra de 1983/84, que fora fixado, em agosto/83, em Cr\$ 14.400,00/sc, após corrigidos pelas variações da ORTN, alcançou um preço mínimo, em novembro/83, de Cr\$ 20.457,10/sc de 60 kg. Já o preço base para a safrinha, estabelecido em fevereiro em Cr\$ 22.176,00/sc, atingiu um preço mínimo, em abril, de Cr\$ 30.097,83/sc.

Para a safra das águas de 1984/85, o preço base fixado em Cr\$ 54.200,00/sc, atingiu, após corrigido pela variação das ORTNs, de agosto a dezembro, o valor de Cr\$ 81.960,00/sc. O valor estabelecido em agosto, Cr\$ 54.200,00/sc, foi considerado de satisfatório a bom, uma vez que superou os preços recebidos, à época, pelos produtores, e situou-se acima dos custos de produção calculados para o nosso estado.

No que diz respeito aos Valores Básicos de Custeio (VBC) para a cultura do feijão, os valores fixados foram os seguintes:

a) Safrinha 1983/84

(Cr\$ 1,00)			
FAIXA DE PRO DUTIVIDADE (kg/ha)	VBC EM JAN/83	VBC EM JAN/84	PERCENTUAL DE AUMENTO NOMINAL
Até 400	19.100	53.000	177,49
de 401 a 600	40.700	117.800	189,43
de 601 a 800	46.600	131.800	182,83
de 801 a 1000	59.100	179.800	204,23
Acima de 1000	75.600	230.000	204,23

Fonte: CFP

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Estes VBCs, embora tenham apresentado um reajuste médio nominal de 195,48%, foram inferiores à taxa inflacionária do período (211,0% em dezembro/83). Apesar disso, o VBC não se constituiu em empecilho ao plantio, uma vez que, sendo o feijão plantado na grande maioria por pequenos produtores, os dispêndios com a implantação da cultura não atingiram sequer os valores possíveis de serem financiados.

b) para a safra das águas de 1984/85, os Valores Básicos de Custeio foram fixados nos seguintes níveis:

(Cr\$ 1,00/sc)

FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	VBC 1983/84	VBC 1984/85	PERCENTUAL DE AUMENTO NOMINAL
Até 400	37.000	127.000	243,24
de 401 a 600	75.800	283.000	273,35
de 601 a 800	90.600	345.000	280,78
de 801 a 1.000	112.900	450.000	298,58
Acima de 1.001	146.000	575.000	293,83

Fonte: CFP

Elaboração: Instituto CEPA/SC

O reajuste médio de 285,0%, embora superior ao índice inflacionário do período (226,5%), não chegou a constituir-se em estímulo ao plantio, uma vez que, em nosso estado, a expansão ou queda de cultivo depende muito mais de bons preços mínimos e de boas cotações de mercado do que dos níveis do VBC.

O abastecimento nacional transcorreu tranqüilo durante todo o ano. As preocupações verificadas no início do ano quanto a uma possível escassez de feijão no quarto trimestre, não chegou a ocorrer, graças à grande recuperação da produção do Nordeste - a produção das duas safras daquela região surpreendeu, tendo alcançado quase 900 mil toneladas contra 345 mil toneladas obtidas em 1983.

Segundo a publicação "Análise Fazenda" vol. nº 10, de outubro de 1984, o suprimento interno de feijão, nos três últimos anos, teria sido satisfeito da forma a seguir:

SUPRIMENTO DO MERCADO INTERNO DE FEIJÃO

(1.000 t)

ANO	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTADOS	SUPRIMENTO	CONSUMO	ESTOQUE FINAL
1982	61	2.906	-	2.967	2.400	567
1983	567	1.587	-	2.154	2.100	54
1984	54	2.655	30	2.739	2.400	339

Fonte: Análise Fazenda vol. nº 10 - out/84

O mercado, entretanto, mostrou-se controvertido, como decorrência da pouca transparência dos estoques. No mês de setembro, a expectativa dos operadores era de que o abastecimento, até o final de novembro, não seria tão tranqüilo como de início se esperava, em função do atraso previsto na entrada da nova safra - decorrência das geadas e estiagens do início de setembro - e dos sinais de escassez que o mercado apresentava. No entanto, a boa oferta, tanto de feijão do Nordeste como de São Paulo - safra de inverno - surpreendeu o setor. Aliado a esses fatos, o anúncio de novas importações e a colocação no mercado de lotes de feijão preto dos estoques da CFP, provocaram uma "desova" do produto que se encontrava em poder dos intermediários, mostrando que existia muito mais feijão do que se supunha.

Santa Catarina, com um volume de 313.000 t produzidas nas duas safras, colaborou com cerca de 11,8% da oferta nacional dos diversos tipos de feijão. A produção obtida em nosso estado foi suficiente para abastecer plenamente o consumo interno estadual e gerar excedentes exportáveis da ordem de 178.000 t.

O fluxo de movimentação da produção catarinense, segundo o Censo Agropecuário de 1980, continua a mostrar uma grande participação dos intermediários na comercialização do feijão. Do total da produção colhida em 1980, cerca de 10% foram retidos na propriedade, 21,3% foram entregues às cooperativas, 62,5% vendidos a intermediários, 1,6% entregue a indústrias e 4,6% vendidos diretamente a consumidores. Apesar de não se dispor de levantamentos mais atualizados, no que se refere à movimentação das safras, acredita-se que, atualmente, o fluxo de comercialização não seja muito diferente daquele apontado pelo Censo de 1980. A única

modificação que pode ter ocorrido é uma maior participação das cooperativas no processo, já que, principalmente as cooperativas do Oeste, possuem uma boa estrutura de comercialização. No entanto, é necessário frisar que em anos de comercialização difícil - a exemplo de 1982, quando a CFP teve de adquirir grandes volumes de produção - este fluxo pode alterar-se substancialmente. Já os excedentes exportáveis destinam-se principalmente aos mercados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

A nível de produtor catarinense, as cotações do feijão preto situaram-se ao redor do preço mínimo até meados de maio, tanto para o produto da primeira safra, Cr\$ 21.000/24.300,00/sc (mínimo de Cr\$ 20.457,00/sc), quanto para o da safrinha, Cr\$ 30.000,00 a 31.600,00/sc (mínimo de Cr\$ 30.097,00/sc). Em meados de maio as cotações esboçaram uma leve reação, para em seguida estabilizarem-se até a segunda quinzena de agosto. A partir do final de agosto, os preços apresentaram um crescimento substancial e atingiram Cr\$ 50.000,00/sc ao final de setembro, tendo permanecido neste patamar durante todo o transcorrer de outubro e novembro. Já em dezembro, com o estabelecimento do preço mínimo para a primeira safra de 1984/85, (Cr\$ 81.960,00), os agricultores passaram a receber aproximadamente Cr\$ 77.000,00/sc, quando descontadas as despesas de frete, Funrural, beneficiamento e outras.

Para o feijão carioca, e ainda a nível de produtor, os preços apresentaram-se em ascensão e sempre significativamente acima do mínimo até inícios de maio. A partir dessa época, ainda que as cotações tenham permanecido superiores ao mínimo, os preços declinaram até inícios de setembro. Durante a segunda quinzena de setembro as cotações voltaram a apresentar um movimento ascendente como decorrência dos prejuízos causados pelas estiagens que afetaram os primeiros plantios no Paraná. Já no início de outubro, entretanto, os preços voltaram a recuar para Cr\$ 50.000,00/sc. No final de outubro e durante novembro as cotações caíram para os mesmos níveis de fevereiro, Cr\$ 40.000,00/sc, só que o motivo principal dessa queda brusca foi creditada, em grande parte, à péssima qualidade do produto remanescente. Em dezembro os preços evoluíram para as proximidades do novo mínimo (Cr\$

81.960,00/sc), só que para o produto novo e de boa qualidade.

Para os primeiros meses de 1985, as perspectivas, em dezembro, eram de que os agricultores continuariam a receber preços próximos ao mínimo. Ao final do ano, os indicadores apontavam a necessidade de a CFP intervir na comercialização, para que os preços, durante o forte da colheita, não tendessem a cair abaixo do nível garantido pelo Governo.

No atacado interestadual, ao final do primeiro trimestre de 1984, os preços do feijão carioca, que já vinham experimentando um movimento ascendente durante os meses de janeiro e fevereiro, apresentaram uma elevação substancial, que superou todas as expectativas. Esse aumento vertiginoso do produto, num momento em que se poderia esperar uma certa estabilidade de preços - em face da colocação de produção da safra das águas no mercado - foi em grande parte explicada pela menor produção obtida na primeira safra e pelas notícias de quebras acentuadas na produção da safrinha (estiagens) de São Paulo, Paraná, Minas e Goiás. Além disso, a quebra da primeira safra em alguns estados do Nordeste, agravou ainda mais as condições de abastecimento do Centro-Sul, pois aumentou sensivelmente a saída do produto do Centro-Sul para o abastecimento dos estados nordestinos.

A elevação substancial das cotações dos feijões de cor, em março, pressionaram também os preços do feijão preto. Até inícios de março, os leilões dos estoques governamentais apresentaram-se calmos, apesar da oferta ter sido reduzida, com o interesse de compra tendo ficado sempre abaixo do volume ofertado. A partir daí, com o aumento dos preços no comércio, o interesse dos compradores para o produto do governo superou largamente o volume ofertado; mesmo as ofertas nos leilões passaram de 4 mil para 10 mil toneladas.

No segundo trimestre, as cotações do feijão carioca que no início de abril ainda se apresentavam em ascensão, começaram, a partir da segunda quinzena daquele mês, a se apresentar em queda. A oferta abundante proporcionada pela boa safrinha, ainda que de produto de qualidade não muito boa, foi apontada como a prin-

cipal causa desse comportamento das cotações. Quanto ao feijão preto, o mercado permaneceu calmo, com os preços apresentando elevação bastante moderada.

No terceiro trimestre, as cotações do feijão carioca mostraram-se declinantes até fins de agosto. Em setembro, os preços do carioca extra apresentaram uma sensível elevação. Esse aumento foi caracterizado por algumas fontes como meramente especulativo, já que as áreas atingidas pelas geadas e estiagens puderam ser replantadas em sua maior parte. O que efetivamente ocorreu foi a retenção dos estoques pelos comerciantes de São Paulo e do Nordeste visando forçar os preços para cima. Outro fator que também influenciou na elevação das cotações foi a grande procura por feijão de boa qualidade para utilização como sementes. No caso específico do feijão preto, as cotações que já apresentavam uma leve expansão ao final de agosto, cresceram substancialmente no transcorrer de setembro, na medida em que o mercado se dava conta de que os estoques poderiam ficar apertados para atender ao consumo até a entrada da nova safra.

No último trimestre do ano, os preços do feijão carioca extra, que ao final do mês de setembro mostravam-se ascendentes, apresentaram uma queda brusca na primeira semana do mês de outubro, para depois se manterem estabilizados no restante do mês. As entradas de feijão da safra de inverno do estado de São Paulo, o anúncio da importação de feijão e a existência de quantidades razoáveis de produto da safra velha foram os principais fatores responsáveis pelo recuo das cotações. Já a partir de novembro, apesar do mercado ter-se mantido fraco, os preços do produto de melhor qualidade sofreram aumentos moderados com tendência a aproximarem-se, em dezembro, do novo mínimo. Os preços do feijão preto que vinham apresentando elevação desde o início de setembro, também recuaram substancialmente no início de outubro, para, em seguida, manterem-se praticamente estabilizados até o final de novembro. Em dezembro, as cotações tenderam a aproximar-se do mínimo, tendo inclusive ultrapassado, pela primeira vez durante todo o ano, os preços do feijão carioca.

As tendências, para os primeiros meses de 1985, são de

que as cotações, a nível de produtor, devam manter-se ao redor do mínimo (Cr\$ 81.960,00/sc), existindo fortes possibilidades de que a CFP tenha de intervir no mercado para sustentar os preços. Essa assertiva baseia-se no pressuposto de que se a primeira safra externar a produção prevista, a oferta será abundante e os preços no atacado tenderão a manter-se fracos. A longo prazo, entretanto, o comportamento dos preços dependerá muito do desempenho da safrinha. Se, a nível de Brasil, a safrinha for boa, a oferta poderá ser superior à procura e os preços tenderão a manter-se moderados. Caso contrário as cotações tenderão a crescer substancialmente.

A configuração de escassez de produto verificada no primeiro semestre de 1984, levou o governo a autorizar a importação de 30 mil toneladas de feijão, cujo preço médio de aquisição girou ao redor de US\$ 497,00/t CIF. Já as 30 mil toneladas autorizadas para serem importadas até o final de novembro, não chegaram a ser adquiridas. (Tabela 50).

Tabela 50

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE FEIJÃO, BRASIL,
1980 A 1984

ANO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
1980	39.886,8	1.679,0
1981	3.799,7	6,1
1982	3.495,3	6.648,8
1983	1.404,6	14.937,5
1984	30.000,0	754,3 (1)

(1) De janeiro a março

Fonte: Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX).

Apesar da pouca expressão do comércio internacional do feijão, apresentaremos a seguir, a título de ilustração, alguns indicadores do comportamento dos preços no mercado de Londres. Segundo a FAO, as cotações médias do feijão, naquela praça, situaram-se em 412 libras por tonelada em 1981, 361 libras em 1982 e 368 libras por tonelada em 1983. (Tabela 51).

Tabela 46

ÁREA E PRODUÇÃO DE FEIJÃO (1ª e 2ª SAFRAS), BRASIL, POR REGIÃO -
SAFRAS DE 1981/82 A 1983/84

REGIÕES DO BRASIL	1ª SAFRA						2ª SAFRA					
	Área colhida (1.000 ha)			Produção (1.000 t)			Área Colhida (1.000 ha)			Produção (1.000 t)		
	1981/82	1982/83	1983/84	1981/82	1982/83	1983/84	1981/82	1982/83	1983/84 ⁽¹⁾	1981/82	1982/83	1983/84 ⁽¹⁾
Norte	-	-	-	-	-	-	115,4	72,0	123,1	73,8	35,2	72,6
Nordeste	1.514,3	776,2	1.201,9	325,7	115,7	367,5	1.048,1	494,4	1.084,8	436,1	111,9	502,6
Sudeste	668,5	475,5	540,8	345,9	233,3	260,4	793,2	706,0	731,0	468,1	372,1	379,9
Centro-Oeste	48,0	24,6	23,8	21,1	11,5	11,8	334,8	178,3	300,1	147,2*	105,4	117,5
Sul	1.201,1	1.089,3	1.059,7	987,5	556,1	763,8	265,4	283,8	256,4	147,1	61,9	149,9
TOTAL BRASIL	3.431,9	2.365,6	2.826,2	1.680,2	916,6	1.411,5	2.556,9	1.734,6	2.497,4	1.272,3	686,5	1.222,5

OBS.: Não estão computados os dados da 3ª safra ou safra de inverno, cultivada principalmente em São Paulo

(1) Estimativas do IBGE (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - set/84)

Fonte: IBGE

Tabela 49

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO, SEGUNDO OS PRINCIPAIS
PAÍSES PRODUTORES E TOTAL MUNDIAL, 1974-83

ITEM	1974-76	1981	1982	1983
Área (1.000 ha)				
Brasil	4.165	5.031	5.929	4.129
México	1.540	2.150	1.712	2.103
Estados Unidos	603	899	714	451
China	1.731	1.763	1.560	1.558
Índia	8.439	9.039	9.000	9.000
Outros	<u>6.457</u>	<u>6.035</u>	<u>6.229</u>	<u>6.153</u>
Mundo	22.935	24.917	25.144	23.394
Produção (1.000 t)				
Brasil	2.120	2.339	2.906	1.641
México	913	1.469	1.093	1.427
Estados Unidos	841	1.460	1.123	710
China	1.711	1.751	1.656	1.765
Índia	2.469	2.944	2.700	2.900
Outros	<u>3.949</u>	<u>4.298</u>	<u>4.522</u>	<u>4.402</u>
Mundo	12.003	14.261	14.000	12.845
Rendimento (kg/ha)				
Brasil	509	465	490	397
México	593	683	638	679
Estados Unidos	1.393	1.623	1.574	1.575
China	988	993	1.062	1.120
Índia	293	326	300	322
Outros	<u>...</u>	<u>...</u>	<u>...</u>	<u>...</u>
Mundo	523	572	557	549

Fonte: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)

Tabela 51

PREÇO MENSAL DO FEIJÃO A NÍVEL DE PRODUTOR CATARINENSE
E NO ATACADO DE SÃO PAULO, 1984

(valor nominal - Cr\$/sc de 60 kg)

MÊS	PRODUTOR (SC) ⁽¹⁾		ATACADO (SP) ⁽¹⁾		PREÇO MÍNIMO
	Preto	Carioca	Preto	Carioca ⁽²⁾	
Janeiro	21.000	32.500	23.750	40.500	20.457
Fevereiro	21.000	40.000	25.300	53.000	20.457
Março	24.300	45.000	37.000	94.750	20.457
Abril	30.000	54.800	39.000	110.125	30.097
Maio	31.645	63.390	43.900	86.800	30.097
Junho	33.000	62.000	44.000	83.188	30.097
Julho	35.000	55.830	43.625	75.875	30.097
Agosto	35.323	50.000	50.100	72.850	30.097
Setembro	44.500	58.000	63.000	86.250	30.097
Outubro	50.000	55.258	64.200	75.900	30.097
Novembro	50.000	40.000	66.780 ⁽³⁾	80.194 ⁽³⁾	30.097
Dezembro	77.000 ⁽³⁾	77.000 ⁽³⁾	84.100 ⁽³⁾	82.133 ⁽³⁾	81.960

(1) Os preços representam a média aritmética mensal

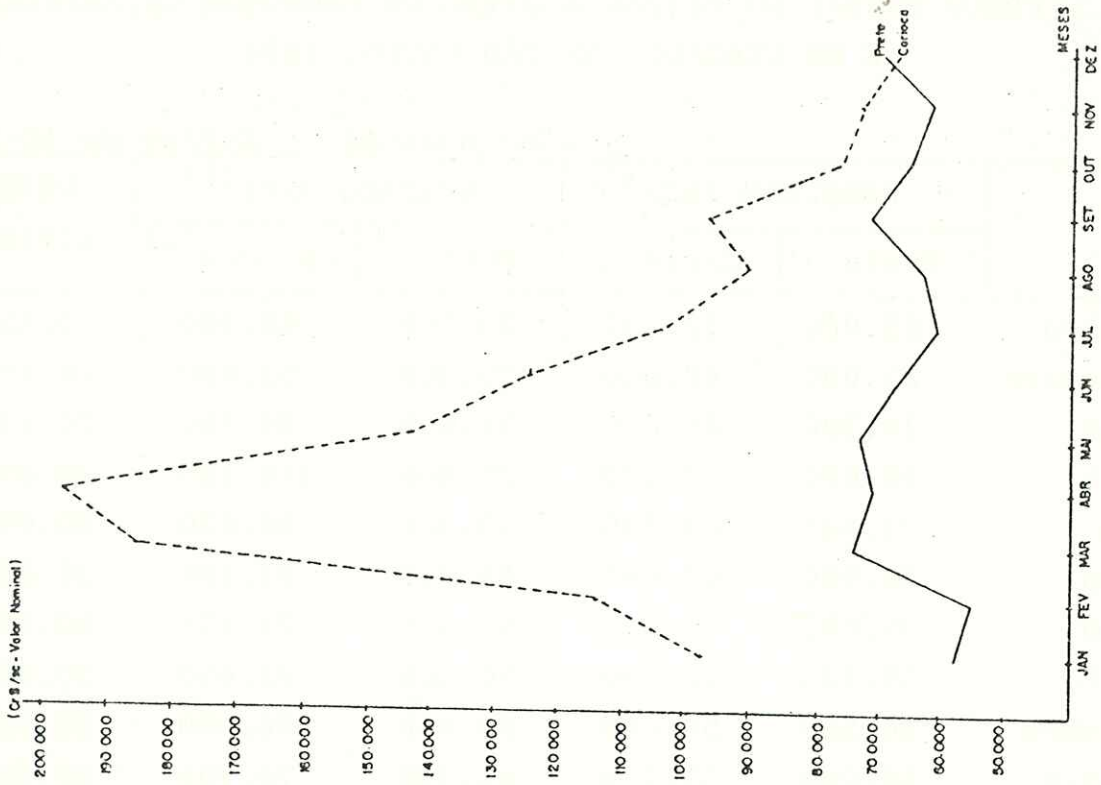
(2) Média dos preços do carioca claro e carioca médio

(3) Preço do produto da 1ª safra de 1984/85

Fonte: COOPERCENTRAL e Instituto CEPA/SC

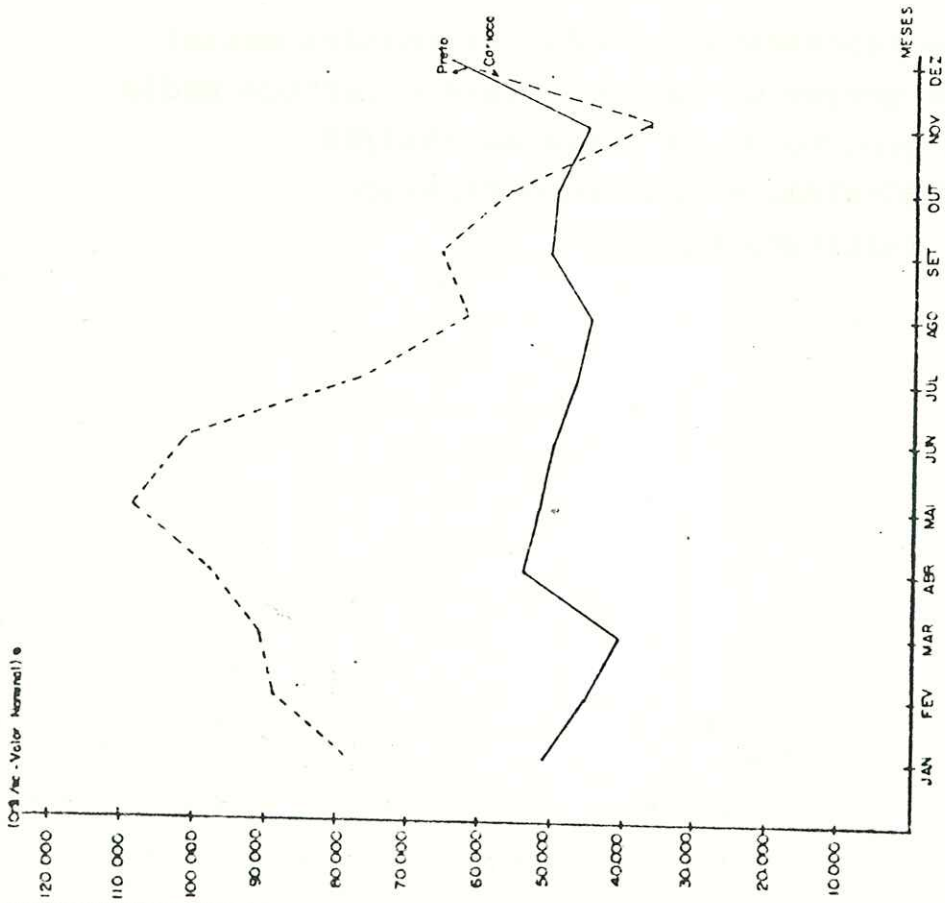
Elaboração: Instituto CEPA/SC

GRÁFICO 4 - PREÇO MENSAL DO FEIJÃO NO ATACADO DE SÃO PAULO, 1984



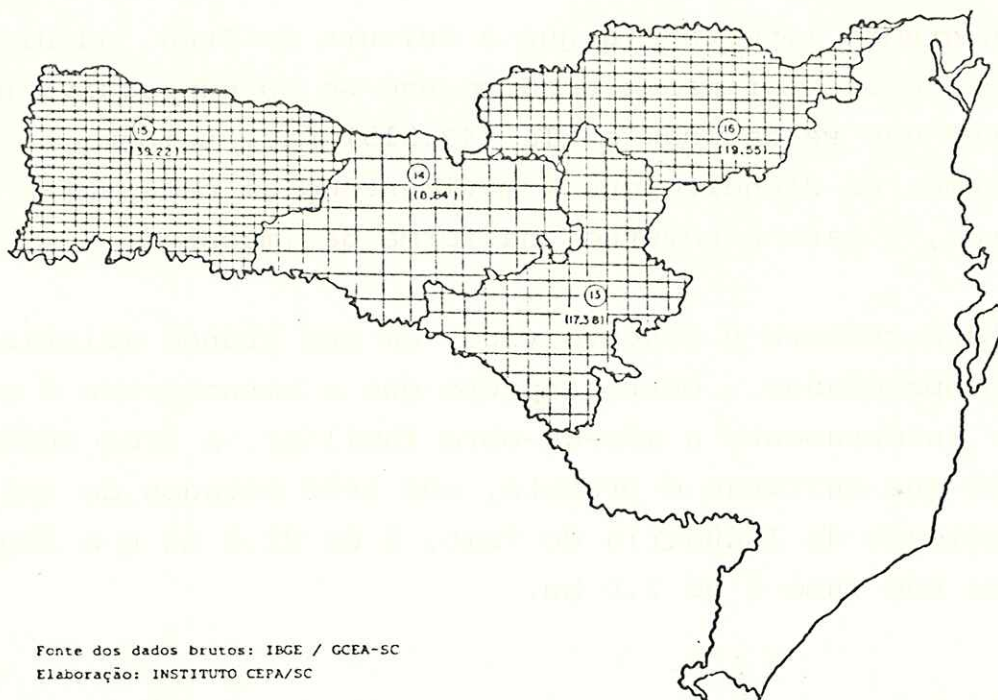
Fonte: COOPERCENTRAL e INSTITUTO CEPA/SC
Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

GRÁFICO 3 - PREÇO MENSAL DO FEIJÃO A NÍVEL DE PRODUTOR CATARINENSE, 1984

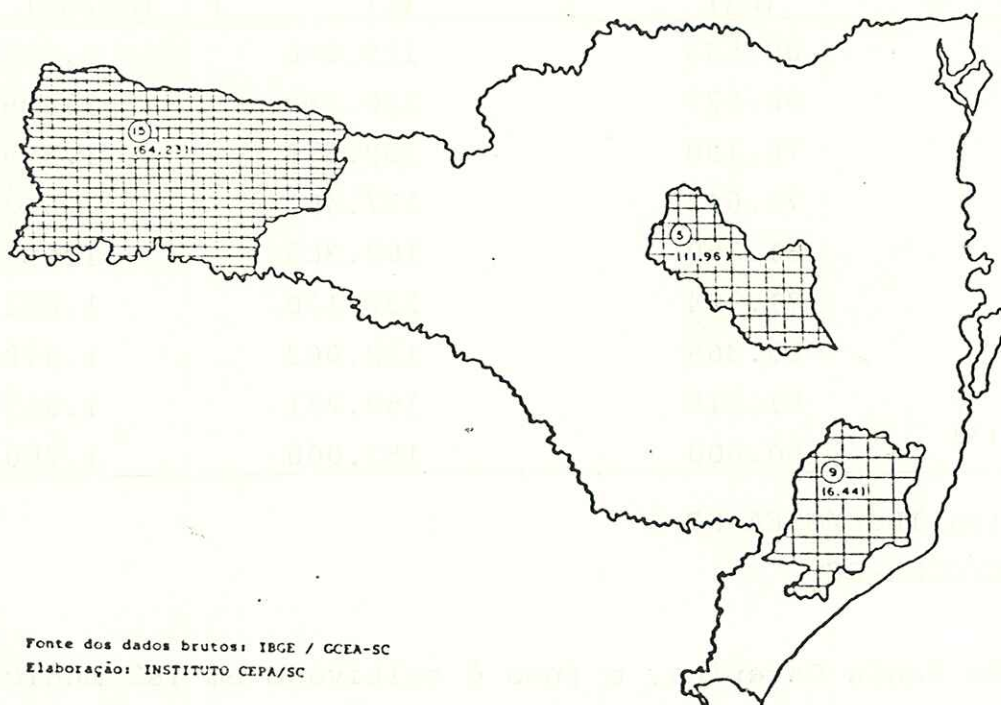


Fonte COOPERCENTRAL e INSTITUTO CEPA/SC
Elaboração: INSTITUTO CEPA / SC

Mapa 9 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO-1a. SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA 83/84



Mapa 10 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MPH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO-2a. SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA 83/84



3.6. Fumo

A grande importância que a cultura do fumo adquire no contexto agrícola catarinense decorre não só do expressivo número de produtores que se dedicam a ela (49.515) mas, também, do apreciável volume de dinheiro que é movimentado em cada safra entre os produtores, e para o governo, na forma de impostos.

Esta cultura é desenvolvida, em sua grande maioria, em pequenas propriedades. Outro aspecto que a caracteriza é o fato de utilizar intensamente a mão-de-obra familiar. A área média das propriedades que cultivam o produto, nos três estados do sul, segundo o Sindicato da Indústria do Fumo, é de 22,0 ha e a área média plantada com fumo é de 2,0 ha.

Tabela 52

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO FUMO EM SANTA CATARINA
- SAFRAS DE 1976/77 A 1984/85 -

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	80.533	119.846	1.488
1977/78	90.527	130.299	1.439
1978/79	76.190	139.876	1.835
1979/80	76.642	127.401	1.662
1980/81	61.250	100.303	1.637
1981/82	71.384	132.130	1.851
1982/83	89.369	132.063	1.478
1983/84	91.319	152.231	1.667
1984/85 (*)	90.000	153.000	1.700

(*) Estimativa IBGE/GCEA-SC

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Em Santa Catarina, o fumo é cultivado em 182 municípios localizados em todas as microrregiões. Entretanto, a cultura assume maior significado nas seguintes: Colonial do Alto Itajaí, Carbonífera, Colonial Sul Catarinense, Litoral Sul Catarinense, Colonial de Blumenau e Colonial do Oeste Catarinense (mapa nº

11).

No sul do estado, predomina o cultivo dos fumos tipo Virgínia e Amarelinho que, secados em estufa, constituem produtos de melhor qualidade, geralmente destinados à exportação. No Vale do Itajaí e Planalto de Canoinhas, a secagem é feita tanto em estufa quanto em galpão. Já no Oeste Catarinense, predomina a secagem em galpões.

O modo de produção vigente se caracteriza por uma estreita vinculação entre produtores e agroindústrias. Essa interdependência que se constitui no processo de integração agroindustrial, consubstanciada num acordo entre as partes, ocorre, em síntese, da seguinte maneira: as indústrias se responsabilizam pela compra total da safra de fumo do Sul do Brasil, independente de qualidade e quantidade; fornecem os insumos - geralmente entregues ao agricultor durante a comercialização da safra anterior; e avalizam junto à rede bancária para financiamento dos investimentos necessários e do custeio das lavouras.

Após a colheita, os produtores - ainda na propriedade e após a orientação dos instrutores das empresas fumageiras - realizam a chamada pré-classificação.

A classificação propriamente dita - regulamentada pela Portaria Ministerial 875, de 22 de setembro de 1978 - é realizada nos postos de recebimento das empresas, quando da entrega do produto. Desde a última safra, esta operação é supervisionada por classificadores da CIDASC. A classificação considera basicamente a posição da folha no pê, a cor e a qualidade. Através de diversas combinações chega-se às 48 classes existentes.

As empresas que adquirem a matéria-prima e que possuem unidades de beneficiamento em Santa Catarina, num total de quatro, fazem a classificação, seleção, destala, ressecagem, enfarçamento e expurgo. Os fardos são remetidos às fábricas de cigarros existentes no país, que podem ser próprias ou de terceiros.

São as seguintes as empresas fumageiras que atuam na Re-

gião Sul do Brasil: Agrotalux Exportadora de Tabacos Ltda; Armada - Indústria e Comércio de Fumos Ltda; Carl Leoni Ltda; Companhia de Cigarros Souza Cruz; Companhia Sudan de Produtos de Tabaco; Exportadora Catarinense de Fumos Ltda; Exportadora Gaúcha de Tabacos Ltda; Fumossul S/A - Indústria e Comércio; Industrial Boettcher de Tabacos Ltda; Intabex Brasil Tabacos Ltda; Irmãos Zanotta da Cruz e Cia Ltda; Kannenberg e Cia Ltda; Kliemann S/A - Comércio e Indústria; Liggett e Myers do Brasil Cigarros Ltda; Meridional de Tabacos Ltda; Philip Morris Brasileira S/A; R.J. Reynolds Tabacos do Brasil Ltda; Rio Grande Tabaco S/A - Indústria e Comércio; Sul Brasil Exportadora de Tabacos Ltda; Tabacos Araranguá Ltda; Tabacos Boettcher Wartchow Ltda; Tabacos Brasileiros Ltda; Tabra - Exportadora de Tabacos do Brasil Ltda; Terafumos - Comércio e Indústria; e Agricultura de Fumos e Cereais Ltda.

Parte considerável da produção catarinense é exportada na forma de fumo em folha. Uma parcela também significativa da produção, na forma de fumo cru, é adquirida pelas empresas que têm postos de compra em Santa Catarina e executam o beneficiamento no Rio Grande do Sul.

A produção na safra 1983/84, segundo o Sindicato das Indústrias do Fumo, nos três estados do Sul, por tipo de fumo, é apresentada na tabela 53.

Tabela 53

PRODUÇÃO DE FUMO NA REGIÃO SUL - SAFRA 1982/83

ESTADO	(1.000 t)				TOTAL
	VIRGÍNIA	AMARE LINHÔ	BURLEY	COMUM	
Rio Grande do Sul	125	7	8	8	148
Santa Catarina	96	20	30	3	149
Paraná	9	8	6	9	32
TOTAL	230	35	44	20	329

Fonte: Sindicato das Indústrias do Fumo

A nível nacional, segundo a Fundação IBGE/CEPAGRO, outubro/84, a situação da lavoura de fumo é mostrada na tabela 54.

Tabela 54

ÁREA E PRODUÇÃO BRASILEIRA DE FUMO EM FOLHA SECA
- SAFRA 1983/84

ESTADO	MÊS FINAL DE COLHEITA	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)	
		Plantada	Colhida	Esperada	Obtida
Ceará	Out		415		205
Paraíba	Set		632		586
Alagoas	Dez	30.539		30.386	
Sergipe	Dez	4.839		5.786	
Bahia	Dez	23.340		19.022	
Minas Gerais	Set	6.813		4.729	
São Paulo	Ago		1.130		619
Paraná	Mar		19.474		34.844
Santa Catarina	Mar		91.319		152.231
Rio Grande do Sul	Abr		99.986		162.883
Mato Grosso	Ago		118		52
Goiás	Set		620		320
Outros		6.076		3.629	
TOTAL		285.301 ⁽¹⁾		415.334 ⁽²⁾	

(1) Inclui as áreas colhidas

(2) Inclui as produções obtidas

Fonte: IBGE/CEPAGRO, out/84

A produtividade da safra 1983/84 foi superior à da anterior, embora a qualidade deixasse um pouco a desejar. Mesmo assim, os preços recebidos pelos produtores foram levemente superiores, em média, ao índice de reajuste fixado. Na safra anterior, o índice não havia sido alcançado.

Na Região Sul, a safra 1983/84 sofreu uma redução de área de 3,6%, em relação à anterior. Apesar disso, a produção foi 11,7% superior à safra 1982/83 que esteve "bem abaixo da média normal".

Segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil, no seu Relatório de Atividades 83/84 de junho de 1984, "diante destes fatos, deve ficar bem claro que a última safra foi apenas razoá-

vel em relação às safras normais, porém destaca-se em relação à anterior, que foi extremamente fraca qualitativa e quantitativa-mente e que deixou muitos produtores em situação financeira emba-raçosa".

O fumo se constitui numa importante fonte de receita para os cofres públicos estaduais e federais, conforme pode ser observado na tabela 55.

Tabela 55

COMPOSIÇÃO DO PREÇO DO CIGARRO AO CONSUMIDOR NO BRASIL,
1981 A 1984

	(%)			
	1981	1982	1983	1984
Receita bruta do fabricante	17,56	15,57	14,91	14,91
Margem líquida do varejista	9,29	9,24	9,24	9,13
Impostos estaduais	5,25	5,18	5,05	9,76
Impostos federais	67,90	70,01	70,80	66,20

Fonte: Sindicato das Indústrias do Fumo

A difícil situação financeira que o país atravessa tem levado os brasileiros não só a diminuir a quantidade consumida, co-mo também a consumir cigarros de qualidade inferior e de preços mais reduzidos, o que pode ser constatado nas tabelas 56 e 57. Es-se quadro tenderá a persistir na mesma medida em que não ocorra uma recuperação econômica.

Tabela 56

CONSUMO DOMÉSTICO DE CIGARROS NO BRASIL, 1978 A 1984

ANO	CONSUMO DE CIGARROS (bilhões unidades)
1978	137,2
1979	137,4
1980	142,7
1981	134,9
1982	132,3
1983	129,2
1984	126,9 (*)

(*) Dado não definitivo

Fonte: Sindicato das Indústrias de Fumo

Tabela 57

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE CIGARROS, POR CATEGORIAS
DE PREÇOS, 1981 A 1984

CATEGORIA	(participação %)			
	1981	1982	1983	1984
Superior	23,3	19,3	16,6	15,5
Média	68,5	64,7	50,9	49,0
Econômica	8,2	16,0	32,5	35,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Os preços do cigarro evoluíram, em 1984, da seguinte maneira:

- 02/01/84 - 50%
- 28/05/84 - 40%
- 26/09/84 - 40%
- 02/01/85 - 40% (previsão)

Em 1984, as exportações do fumo brasileiro foram dificultadas. São apontados alguns fatores:

a) restrições impostas pelos EUA, que elevou as taxas de importação de 17,5 cents de dólar por libra - peso para 32 cents e cobrança de uma taxa de classificação para todo o produto importado;

b) o Governo da Argentina subsidiou os seus produtores, de tal modo que o fumo daquele país chegou ao mercado com preços reduzidos entre 20 e 25%;

c) o Zimbabwe aumentou sua produção e sua oferta no mercado exterior;

d) o preço do fumo brasileiro sofreu reduções da ordem de 13,5% nos dois últimos anos;

e) o consumo de cigarros nos países exportadores tendeu a estabilizar;

f) a liquidação, por parte dos produtores americanos,

de cerca de 400.000 t, com descontos de até 90%;

g) elevados estoques internacionais;

h) aumento do ICM sobre as exportações brasileiras.

Para o próximo ano (safra 1984/85), as perspectivas que se podem vislumbrar são as seguintes:

1) a produção, nos três estados do sul, poderá atingir 302.000 t (aproximadamente 8% inferior à da safra 1983/84) assim distribuída:

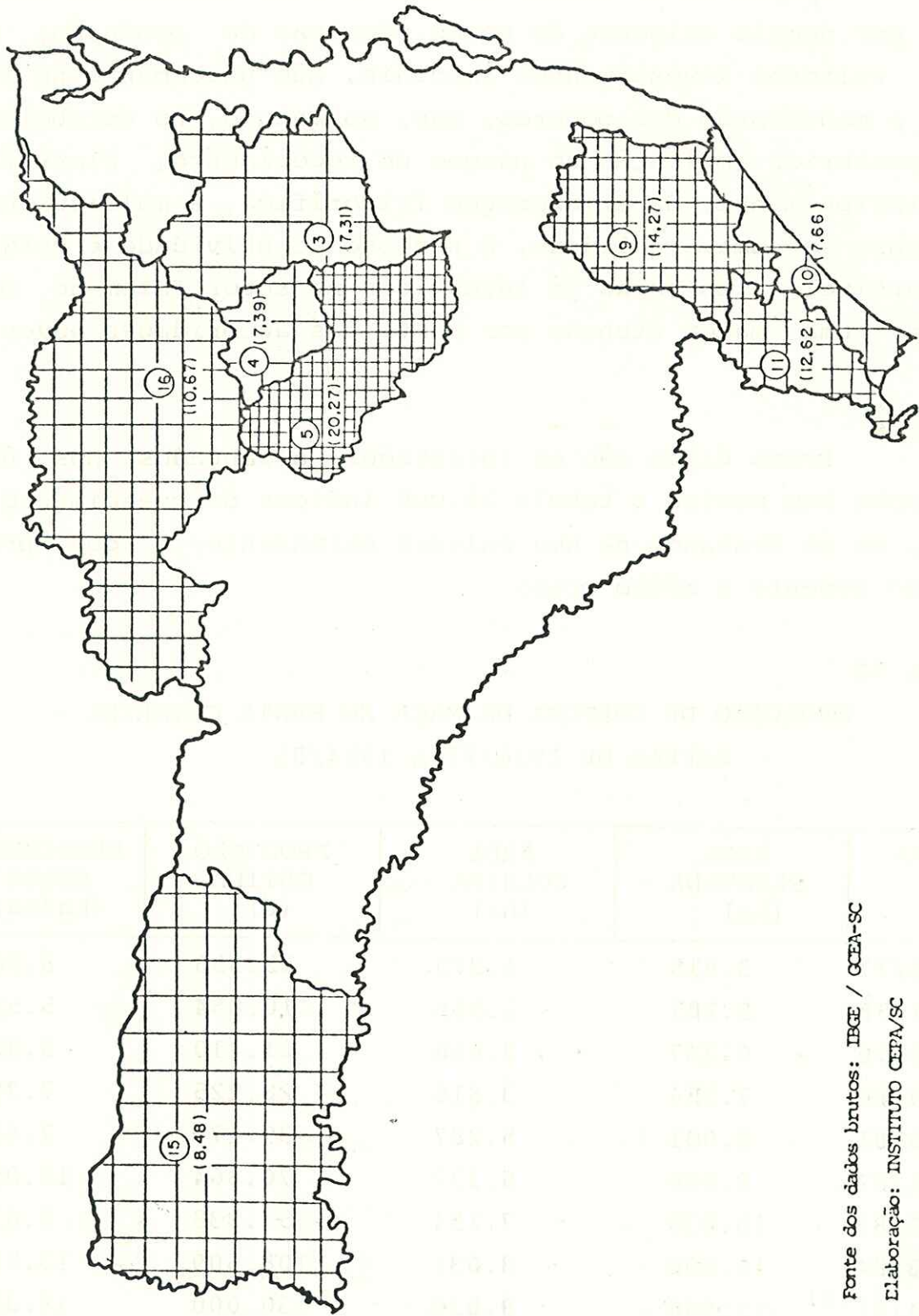
Virgínia	-	212.000 t
Amarelinho	-	32.000 t
Burley	-	40.000 t
Comum	-	18.000 t

2) o aumento da oferta a nível internacional e o possível acirramento na disputa pelo mercado obrigará os fumicultores a produzirem fumos de alta qualidade.

No dia 7 de dezembro foi realizada, em Santa Cruz do Sul (RS), uma reunião para negociar o preço do fumo que deverá vigorar na safra 1984/85. Após intensas negociações - que foram precedidas por mobilizações dos agricultores em todo o estado, levantamentos de dados para elaboração de custos realizados pelas indústrias e pelas entidades dos produtores nos três estados do Sul - a reunião terminou num impasse, isto é, os produtores solicitando um reajuste de 290% mais correção mensal, e os industriais oferecendo 275%, para os quatro tipos de fumo.

Em vista desses números, os produtores ficaram descontentes e estão programando novas assembleias para os primeiros dias de janeiro de 1985, com o intuito de discutir a situação. Entretanto, o percentual a vigorar será mesmo o oferecido pelas indústrias, ou seja, 275%.

Mapa 11 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MREH NA PRODUÇÃO DE FUMO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84



Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA-SC

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

3.9. Maçã

Apesar de se tratar de uma cultura recente em nosso estado, por demais exigente de novas técnicas de produção, e que exige vultosos investimentos iniciais, não unicamente na implantação e manutenção dos pomares, mas, sobretudo, no estabelecimento e posterior ampliação do parque de recebimento, classificação e, principalmente, da armazenagem frigorífica, a maleicultura catarinense é uma realidade. O sucesso da atividade é evidente e irreversível, e as somas já investidas no setor fazem-no merecedor de uma maior atenção por parte das autoridades governamentais.

Prova disto são os resultados alcançados nos últimos anos, como bem mostra a tabela 58, com índices de crescimento excelente, em se tratando de uma cultura permanente e que propicia retorno somente a médio prazo.

Tabela 58

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA MAÇÃ EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1984/85

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1976/77	3.815	1.375	12.355	8.985
1977/78	5.287	1.965	10.854	5.524
1978/79	6.337	2.668	21.410	8.025
1979/80	7.154	3.815	28.225	7.398
1980/81	8.031	5.287	39.175	7.410
1981/82	9.036	6.337	76.664	12.098
1982/83	10.035	7.154	57.338	8.015
1983/84	10.808	8.031	108.609	13.524
1984/85 (1)	11.946	9.036	130.000	14.387

(1) Estimativa

Fonte: EMATER-SC/ACARESC (PROFIT)
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Em menos de quinze anos a área cultivada com essa fruticultura, no estado, passou de apenas 265 ha, em 1970, para quase 12.000 ha de cultivo em 1984. A produção, por outro lado, crescia de 8.400 t, na safra 1975/6, para 108.609 t na última safra e com perspectiva de produção de 130.000 t no presente ano agrícola.

A evolução que a atividade apresentou, em Santa Catarina, só foi possível graças ao clima privilegiado que o estado possui, propício ao cultivo da macieira, e à persistência do produtor local que jamais pôs em dúvida a viabilidade desse segmento da agricultura catarinense. Acresça-se a isso a implantação, no ano de 1968, do PROFIT - Projeto de Fruticultura de Clima Temperado, que abrangia um terço da área estadual e que passou a ser desenvolvido nas regiões fisiográficas do Vale do Rio do Peixe, Campos de Lages e Campos de Curitibanos, e à dedicação dos técnicos da extensão rural que passaram a dar assistência a todos os agricultores interessados na implantação de pomares.

O desenvolvimento apresentado pela maleicultura catarinense, em que pesem as dificuldades financeiras enfrentadas, nestes anos de recessão, pelos produtores particulares e associação de produtores, é patente, e os benefícios que já propiciou a Santa Catarina são incontáveis.

Já se vê, por exemplo, a maçã viabilizando minifúndios e empresas, gerando agroindústrias, empregos, ativação comercial e de transporte, arrecadação governamental, desenvolvimento sócio-econômico de regiões inteiras, e propiciando ao consumidor brasileiro a oportunidade de utilizá-la como alimento, rico em alternativas de qualidade, tanto para consumo "in natura" como para seus sub-produtos industrializados.

Em termos de Brasil, a cultura da macieira, que até o ano de 1970 era considerada de importância secundária, uma vez que existiam apenas alguns hectares implantados com a frutífera, passou a ter significado no contexto das produções agrícolas do país, alcançando, em 1984, a expressiva área cultivada de 27.168 ha.

Nas tabelas 59 e 60 são mostradas as evoluções que a cultura da macieira apresentou, no Brasil, a partir do ano de 1970.

Tabela 59

EVOLUÇÃO ANUAL DA ÁREA DE PLANTIO DE MACIEIRAS
NO BRASIL, DE 1970 A 1984

ANO	PLANTIO NO PERÍODO - ha					
	RS	SC	PR	SP	MG	Brasil
1970	-	265	-	-	-	265
1971	106	290	-	-	-	396
1972	28	242	-	-	-	270
1973	90	578	-	-	-	668
1974	198	590	206	-	-	994
1975	124	703	174	-	-	1.001
1976	572	1.147	316	-	-	2.035
1977	556	1.472	490	-	-	2.518
1978	1.027	1.050	500	-	150	2.727
1979	484	817	570	2.000	7	3.878
1980	1.239	877	650	480	43	3.289
1981	985	1.005	744	120	20	2.874
1982	648	999	450	200	-	2.297
1983	492	773	174	200	60	1.699
1984	900	1.138	219	-	-	2.257
TOTAL	7.449	11.946	4.493	3.000	280	27.168

Fonte: EMATER-SC/ACARESC (PROFIT), EMATER-PR/ACARPA, IEA/SP, EMATER/MG, CEPA/RS, Associação Gaúcha dos Produtores de Maçã.

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Este crescimento, mostrado pela atividade, além dos itens já destacados anteriormente, demandou, entretanto, iniciativas, ações e políticas nem sempre previstas, e resultou da necessidade de substituição das importações brasileiras de maçã, cujos volumes e valores são parâmetros que evidenciam e mostram

sua dimensão de importância no abastecimento nacional.

Na tabela 61, apresentam-se alguns dados sobre as importações de maçã pelo país, bem como sobre a produção nacional e o consumo per-capita brasileiro.

Tabela 60

EVOLUÇÃO ANUAL DA ÁREA DE PLANTIO DE MACIEIRAS
NO BRASIL, DE 1970 A 1984

ANO	PLANTIO ACUMULADO - ha					
	RS	SC	PR	SP	MG	Brasil
1970	-	265	-	-	-	265
1971	106	555	-	-	-	661
1972	134	797	-	-	-	931
1973	224	1.375	-	-	-	1.599
1974	422	1.965	206	-	-	2.593
1975	546	2.668	380	-	-	3.594
1976	1.118	3.815	696	-	-	5.629
1977	1.674	5.287	1.186	-	-	8.147
1978	2.701	6.337	1.686	-	150	10.874
1979	3.185	7.154	2.256	2.000	157	14.752
1980	4.424	8.031	2.906	2.480	200	18.041
1981	5.409	9.036	3.650	2.600	220	20.915
1982	6.057	10.035	4.100	2.800	220	23.212
1983	6.549	10.808	4.274	3.000	280	24.911
1984	7.449	11.946	4.493	3.000	280	27.168
TOTAL	7.449	11.946	4.493	3.000	280	27.168

Fonte: EMATER-SC/ACARESC (PROFIT), EMATER-PR/ACARPA, IEA/SP, EMATER/MG, CEP/RS, Associação Gaúcha dos Produtores de Maçã.

Elaboração: Instituto CEP/RS

É necessário, todavia, que se definam, para a maleicultura nacional, objetivos mais concretos e duradouros. O setor tem potencialidade e por certo responderá eficazmente aos incentivos com que, porventura, for contemplado.

Tabela 61

EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES E PRODUÇÕES BRASILEIRAS
DE MAÇÃ, 1970 A 1984

ANO	POPULAÇÃO BRASILEI RA (1.000 hab.)	PRODUÇÃO NACIONAL (t)	VOLUME IMPORTADO (t)	VOLUME TOTAL (t)	CONSUMO NACIONAL (kg/hab./ ano)	VALOR DO VOLUME IM PORTADO (US\$ 1.000 CIF)
1970	93.139	-	108.994	108.994	1,2	26.915
1971	95.449	-	121.350	121.350	1,3	29.292
1972	97.816	-	131.116	131.116	1,3	29.207
1973	100.242	18.864	79.242	98.106	1,0	38.799
1974	102.728	22.973	183.195	206.168	2,0	61.761
1975	105.275	27.012	143.595	170.607	1,6	62.893
1976	107.886	23.303	189.396	212.699	2,0	78.845
1977	110.562	14.558	202.565	217.123	2,0	88.396
1978	113.304	14.703	190.217	204.920	1,8	97.758
1979	116.114	38.950	183.117	222.067	1,9	101.882
1980	119.099	49.134	135.410	184.544	1,5	77.206
1981	122.000	69.222	112.563	181.785	1,5	68.424
1982	125.000	127.874	127.631	255.505	2,0	67.148
1983	128.000	100.638	115.384	216.022	1,7	42.568
1984 ⁽¹⁾	131.000	162.789	33.159	195.948	1,5	11.131

(1) Situação até julho

Fonte: CIEF/IBGE, GHORT/SEPOC/SNAB/MA, EMATER-SC/ACATESC,
Instituto CEPA/SC, Associação Brasileira dos Produtores de
Maçã

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Já se antevê, para os próximos anos, a auto-suficiência nacional em termos de produção de maçãs.

O volume colhido anualmente no país tem evoluído de forma significativa, conforme bem demonstra a tabela 62.

É preciso, contudo, que os órgãos financeiros continuem a alocar recursos, condizentes com a atividade e oportunos em épocas e valores.

Tabela 62

CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MAÇAS -
SAFRA DE 1976/77 A 1984/85

SAFRA	ESTADO PRODUTOR					BRASIL
	RS	SC	PR	SP	MG	
1976/77	1.953	12.355	250	-	-	14.558
1977/78	3.349	10.854	500	-	-	14.703
1978/79	5.600	21.410	700	11.000	240	38.950
1979/80	9.000	28.225	2.356	9.000	553	49.134
1980/81	13.500	39.175	4.000	11.600	947	69.222
1981/82	25.000	76.664	7.910	17.000	1.300	127.874
1982/83	21.000	57.338	8.000	13.200	1.100	100.638
1983/84	32.000	108.609	13.980	7.000	1.200	162.789
1984/85 ⁽¹⁾	50.000	130.000	16.500	8.000	1.200	205.700

OBS.: Produções brutas

Fonte: EMATER-SC/ACARESC (PROFIT), EMATER - PR/ACARPA, IEA/SP, EMATER-SC/MG, CEPA/RS, Associação Gaúcha dos Produtores de Maçã

Elaboração: Instituto CEP/SC

Esta, aliás, tem sido uma constante reivindicação dos meios produtores, apreensivos que estão com os elevados custos de manutenção dos pomares e dos armazéns frigoríficos, e com os constantes aumentos de produção que a atividade vem apresentando.

Vislumbram-se sérias dificuldades para o setor, nos próximos anos, caso não venham a ser tomadas medidas urgentes visando contornar problemas ligados à produção e ao armazenamento frigorífico. São por demais preocupantes, também, as questões referentes à comercialização da maçã no país, pois, além do crescimento anual da produção nacional, cresceram as pressões dos produtores argentinos no sentido de que sejam incrementadas as novas importações do produto daquele país.

Ainda no último encontro da ALADI, realizado de 26 a 30 de novembro do corrente ano, em Montevideu, a proposta apresentada pela delegação brasileira, que previa o fechamento das impor-

tações nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1985 - época de pique de colheita da safra nacional e limitação de 280.000 cx/20 kg nos meses de abril a agosto de 1985, com livre importação nos demais meses do ano, foi prontamente recusada pela delegação argentina. Os representantes do vizinho país argumentaram ser a balança comercial entre os dois países muito favorável ao Brasil e sugeriram uma quota de exportação de 500.000 cx/20 kg/mês, no período de janeiro a agosto com livre exportação nos restantes meses de 1985, o que, evidentemente, não foi aceito pela delegação do Brasil.

Surgido o impasse, espera-se das autoridades brasileiras bom senso na liberação das guias de importação do próximo ano, para que o produto argentino não venha a ser beneficiado, em detrimento da maçã nacional.

Aguardam, os produtores nacionais, mais seriedade por parte dos órgãos governamentais responsáveis pela política de crédito rural e de comércio exterior, bem como mais apoio por parte do Ministério da Agricultura no sentido de proteger este segmento de suma importância da agricultura nacional.

Ainda em recente encontro, promovido pela Associação Nacional dos Produtores de Maçã, realizado nos dias 6 e 7 de dezembro de 1984, na cidade de Florianópolis, produtores brasileiros de maçã, técnicos da extensão, pesquisa e vinculados a diversos órgãos oficiais, apresentaram uma série de considerações e propostas, aos órgãos federais envolvidos, imprescindíveis para que a atividade continue a apresentar resultados positivos.

Entre as considerações levantadas, destacam-se:

- os estágios alcançados pela produção nacional, tanto em termos tecnológicos como em volume e produtividade, devendo atingir, em 1985, o expressivo percentual de 80% do consumo brasileiro;

- a interrupção que poderá ocorrer no desenvolvimento complementar à produção, tais como, os mecanismos de classificação, armazenagem, comercialização e consumo da maçã, pela defi-

ciência de crédito, exagerado ônus tributário e indisciplina na importação do produto, oriundo da falta de uma política definida de apoio ao setor; e,

- o fato de que a consolidação da maçã brasileira no mercado nacional ressentia-se de um aumento significativo do consumo, dado o desconhecimento do produto pelo consumidor, decorrente da inadequada estrutura de comercialização e padronização da maçã existente no país.

Entre as propostas apresentadas, visando a um melhor desempenho do setor, ressaltam-se:

- elaboração, pelo Governo Federal, do II Programa Nacional da Maçã e comprometimento dos órgãos vinculados à sua execução de buscar a efetiva observância de seus postulados;

- instituir, junto à Secretaria Nacional de Abastecimento, do Ministério da Agricultura, uma Gerência da Maçã, a fim de tratar dos assuntos a ela pertinentes;

- incrementar e aprofundar o sistema de pesquisa relacionado à maçã, com a devida divulgação dos resultados obtidos pela experimentação;

- estudar e implantar um sistema apropriado de seguro agrícola para o cultivo da maçã, adequando o PROAGRO de forma a cobrir todos os recursos aplicados, devidamente corrigidos, desvinculando o seguro da obrigatoriedade do financiamento;

- ampliar as estações de aviso fitossanitário e dar apoio às já existentes no país;

- intensificar a fiscalização dos princípios ativos dos defensivos agrícolas mais utilizados na cultura da maçã;

- aprovação, pela Comissão Nacional da ALADI, da cláusula de salvaguarda para a maçã nacional, prevendo o seguinte esquema para a importação da fruta no ano de 1985:

<u>Período</u>	<u>Quantidade</u>
1º de janeiro a 30 de abril	- Importação proibida;
1º de maio a 31 de agosto	- Quotas mensais, não acumuláveis, de 200.000 cx/20 kg;
1º de setembro a 31 de dezembro	- Livre importação;

- difíceis linhas de crédito, compatíveis em volumes e prazos, para custeio, beneficiamento e frigorificação;

- retorno imediato do crédito presumido do ICM, a 80% (oitenta por cento), visando à capitalização do setor, nesta fase de consolidação da atividade;

- apoio das instituições técnicas, políticas e financeiras às entidades dos produtores, visando o fortalecimento das associações regionais e nacionais, de forma a fazer dessas entidades os mecanismos de interlocução intra-setor e com os diferentes níveis de governo;

- ampliação da assistência técnica, notadamente ao pequeno produtor de maçã;

- proibir a importação de maçã a granel, ou qualquer outra forma que não em caixas embandeijadas; e,

- efetuar campanha promocional dos produtores e dos governos federal e estaduais, visando a difusão e conseqüente aumento do consumo da maçã nacional.

Estes reclamos decorreram de uma série de entraves, prejudiciais à atividade, surgidos nos últimos tempos e da crescente oferta da produção nacional que já começa a apresentar problemas de infra-estrutura de recebimento, classificação e armazenagem frigorífica na maioria dos estados produtores.

Prevista inicialmente em 85.000 t, a safra catarinense de maçã, do ano agrícola 1983/84, superou todas as expectativas otimistas de colheita e alcançou o expressivo volume de 108.609 t.

Em relação à safra anterior, quando foram obtidas 57.338 t, esta produção representou um incremento da ordem de 89,42% e decorreu, entre outros fatores, do maior número de hectares de macieiras em idade produtiva e das excelentes condições de clima verificadas praticamente durante todo o período em análise.

Do volume em questão, 95.758,7 t foram comercializados "in natura", 9.094,5 t destinaram-se à industrialização e 3.755,8 t foram perdidas nas fases de colheita e pós-colheita.

O montante de produto comercializado "in natura" representou 88,17% da produção estadual e movimentou recursos da ordem de Cr\$ 34.107.020.609,00. Esse produto foi comercializado por 840 produtores a um preço médio de Cr\$ 356,00/kg.

A venda de maçã industrial contribuiu para uma receita de Cr\$ 557.499.679,00. Representou cerca de 8,37% da produção catarinense sendo comercializada por 272 fruticultores. O preço médio desse produto foi de Cr\$ 61,00/kg.

A CEASA/SC - Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina, com sede no município de São José, responsável pelo disciplinamento e abastecimento de hortigranjeiros, a nível de atacado, movimentou, durante o ano de 1984, um volume da ordem de 1.646.901 kg de maçã.

Coube ao produto nacional, de procedência do próprio estado catarinense, uma participação muito significativa, tendo contribuído com cerca de 1.516.457 kg, ou seja, 92,08% do total comercializado naquele entreposto atacadista.

O volume restante, 130.444 kg, foi constituído de produto importado, repassado pelas CEASAs do Rio Grande do Sul e do Paraná, e pela CEAGESP.

Na tabela 63 são mostrados os volumes de produto nacional e importado movimentados na CEASA/SC, em 1984, bem como os preços médios de comercialização a nível de atacado e varejo.

Tabela 63

VOLUME COMERCIALIZADO E PREÇOS MÉDIOS DA MAÇÃ NACIONAL
E IMPORTADA, NO ATACADO E NO VAREJO DA CEASA/SC,
NO ANO DE 1984

MÊS	VOLUME (kg)			PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS (Cr\$/kg)			
	Nacional	Import.	Total	Atacado		Varejo	
				Nacional	Import.	Nacional	Import.
Jan	37.630	11.825	49.455	708,64	980,56	860,71	1.182,86
Fev	172.800	6.775	179.575	508,80	1.190,39	617,31	1.537,50
Mar	257.690	1.250	258.940	474,12	1.586,66	527,65	1.875,00
Abr	363.000	1.209	364.209	474,60	2.084,93	495,71	2.328,75
Mai	169.821	1.875	171.696	537,64	1.881,58	558,75	2.390,63
Jun	79.536	5.060	84.596	677,71	1.916,67	701,19	2.415,00
Jul	103.140	6.600	109.740	804,17	1.875,83	920,00	2.493,36
Ago	120.240	7.400	127.640	896,40	1.843,52	1.041,67	2.284,62
Set	75.430	17.060	92.490	1.170,90	1.910,83	1.323,59	2.587,50
Out	52.150	19.940	72.090	1.617,00	2.265,00	1.720,00	2.950,00
Nov	30.680	28.110	58.780	2.100,00	3.224,00	2.375,00	4.065,00
Dez	54.340	23.340	77.680	2.533,00	3.830,00	2.660,00	4.340,00
TOTAL	1.516.457	130.444	1.646.901	-	-	-	-

Fonte: CEASA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Em termos nacionais, a última safra também apresentou resultados altamente favoráveis, tendo, a produção bruta, alcançado 65% do consumo interno do país, hoje estimado em torno de 250.000 t/ano.

Foram colhidos, nos cinco estados produtores, em aproximadamente 18.000 ha de macieira já em idade produtiva, 162.800 t de maçãs, o que representou um acréscimo, se comparado ao volume obtido da safra 1982/83, da ordem de 62%.

A produção alcançada, na safra 1983/84, por estado produtor, bem como suas participações relativas, em relação ao total produzido, é mostrada na tabela 64.

Tabela 64

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MAÇÃS - SAFRA 1983/84

ESTADO PRODUTOR	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
Santa Catarina	108.609	66,72
Rio Grande do Sul	32.000	19,66
Paraná	13.980	8,59
São Paulo (1)	7.000	4,30
Minas Gerais (1)	1.200	0,73
TOTAL	162.789	100,00

(1) Dados sujeitos a confirmação

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT), CEPA/RS, IEA/SP, EMATER/PR-ACARPA, EMATER/MG, Associação Gaúcha dos Produtores de Maçã.

Elaboração: Instituto CEPA/SC

O volume efetivamente destinado à comercialização "in natura" ficou em torno de 137.000 t de maçã.

A maçã nacional, da qual Santa Catarina deteve, na safra passada, 66,72% do volume ofertado, a cada ano que passa mais se consolida no mercado, quer pelo aumento da oferta, e pelo expressivo diferencial de preços que apresenta em relação ao produto importado, quer pela melhor qualidade mostrada pela fruta brasileira, se comparada à argentina.

O fato é que a sua participação no abastecimento nacional tem crescido tanto em volume ofertado quanto em amplitude de tempo. Isto, em última análise, é reflexo da colocação no mercado, pelo fruticultor nacional, de um produto de excelente qualidade, competitivo com a maçã importada, e do aparecimento de várias marcas de maçã nacional, criando uma concorrência positiva em termos de melhoria da qualidade e da adequação de equipamentos de seleção, classificação, embalagem e conservação do produto.

Assim sendo, a sua presença no mercado, nos últimos tempos, tem sido uma constante durante todos os meses do ano, e o

gráfico nº 5 bem demonstra o que se acaba de explicitar.

Apesar de se ter tomado, como exemplo, o dado da comercialização efetuada na CEASA/SC, e em que pese o mesmo ser insignificante, em termos de abastecimento nacional, é perfeitamente válido extrapolar-se tal conceito para o abastecimento nacional.

A análise do gráfico nº6, onde são mostradas as produções brasileiras de maçã e os volumes do produto importado, nos últimos anos, no país, dá uma idéia clara do crescimento que a atividade vem apresentando e da sua importância no abastecimento nacional.

É preciso, pois, pelos aspectos positivos já alcançados pelo produto nacional, uma maior definição do padrão nacional de maçãs, com uma fiscalização mais efetiva da padronização, tanto a nível de expedição quanto de mercado, e ampliações progressivas do parque de armazenagem frigorífica, sempre que o aumento da produção assim o exigir.

Com os plantios efetivados no ano de 1984, e que somaram 1.138 ha, Santa Catarina passa a contar, agora, com uma área implantada com macieiras da ordem de 11.946 ha, o que representa cerca de 43,97% da área total cultivada com essa frutífera no país.

A exemplo da produção alcançada, a área plantada anualmente, no estado, tem crescido de forma marcante, apesar da redução havida no crédito rural e da elevação das taxas desse crédito, das majorações exorbitantes dos insumos agrícolas e demais fatores de produção, e do reduzido volume de recursos que possuem os pequenos fruticultores para custear o período não produtivo da atividade.

A evolução anual apresentada pela cultura da macieira, em Santa Catarina, a partir do ano de 1970, bem como o número de unidades produtoras existentes no estado, é mostrada na tabela 65.

Tabela 65

EVOLUÇÃO ANUAL DA ÁREA DE PLANTIO DA MACIEIRA
EM SANTA CATARINA, DE 1970 A 1984

ANO	ÁREA PLANTADA ha		NÚMERO DE UNIDADES PRODUTORAS
	No ano	Acumulada	
1970	265	265	-
1971	290	555	-
1972	242	797	-
1973	578	1.375	-
1974	590	1.965	-
1975	703	2.668	-
1976	1.147	3.815	579
1977	1.472	5.287	910
1978	1.050	6.337	1.058
1979	817	7.154	1.186
1980	877	8.031	1.242
1981	1.005	9.036	1.290
1982	999	10.035	1.404
1983	773	10.808	1.469
1984	1.138	11.946	1.556

Fonte: EMATER-SC/ACARESC (PROFIT)

Crescimento idêntico, conforme já observado, teve a produção estadual de maçãs, resultante da entrada em produção de novos pomares e do aumento de produtividade que os pomares mais antigos tem demonstrado, haja vista terem atingido idade de plena produção.

Para a próxima safra, em Santa Catarina, as perspectivas de produção são muito promissoras, pois além de o estado contar com cerca de 9.000 ha de macieiras já em idade produtiva, dos quais 44% são constituídos de pomares adultos em idade de plena produção, a maleicultura catarinense foi beneficiada, durante o corrente ano, por excelentes condições climáticas. Verificou-se, na fase de repouso das plantas, um inverno bastante rigoroso e com elevado número de horas de frio abaixo de 7,2°C, ideais a uma boa quebra de dormência das plantas, e que, aliado às boas prâti-

cas culturais, necessariamente levadas a efeito pelos fruticultores face ao volume de recursos já investidos na atividade, fará, certamente, com que os pomares respondam com excelentes produções de frutos.

Assim sendo, a atual estimativa de produção para esta safra está sendo avaliada em torno de 130.000 t de maçã, o que representará, caso tal número venha a confirmar-se, um incremento em relação à colheita do ano agrícola 1983/84, da ordem de 20%, e uma possível participação na produção nacional do próximo ano em cerca de 63%.

O crescimento apresentado pela maleicultura, não somente em Santa Catarina como nos demais estados produtores de maçã do país, é evidente e já começa a trazer preocupações quanto às futuras comercializações das produções nacionais.

Em vista do exposto, fruticultores e técnicos têm-se reunido com freqüência, procurando encontrar soluções para os problemas que afetam a classe produtora.

Em recente encontro, promovido pela Associação Catarinense dos Produtores de Frutas de Clima Temperado, foram tratados, entre outros assuntos, os trabalhos de pesquisa que estão sendo levados a efeito visando ao melhor desenvolvimento da cultura da macieira em Santa Catarina, os problemas ligados ao crédito, tanto para o custeio dos pomares como para a construção de câmaras frigoríficas, o uso de agrotóxicos na atividade, os entraves sentidos na comercialização do produto e a tributação de ICM sobre a maçã.

Sobre este último assunto, fartamente debatido, não se colocou em dúvida a validade ou não de tal tributação e, sim, questionou-se somente a prematuridade da decisão, por tratar-se, conforme já abordado, de uma atividade recente, altamente exigente de vultosos recursos para seu eficaz desenvolvimento.

Ressalta-se que hoje, aproximadamente 56% da área cultivada com maçãs em Santa Catarina é constituída de pomares,

ou em fase de formação, e, portanto, ainda improdutivos, ou de pomares em crescimento, em idade de produção inicial.

A situação dos pomares de macieiras do estado catarinense, em 1984, em relação às fases etárias de desenvolvimento produtivo é mostrada na tabela 66.

Tabela 66

EXTRATIFICAÇÃO DOS POMARES CATARINENSES EM
RELAÇÃO À IDADE DAS PLANTAS, 1977 A 1984

IDADE DE PLANTIO	CARACTERÍSTICAS	ÁREA OCUPADA (ha)	PERCENTUAL DE ÁREA OCUPADA (%)
Plantios efetuados até 1977	Pomares adultos, em idade de plena produção	5.287	44,26
Plantios efetuados de 1978 a 1981	Pomares em crescimento, em idade de produção inicial	3.749	31,38
Plantios efetuados de 1982 a 1984	Pomares em fase de formação, ainda improdutivos	2.910	24,36
TOTAIS		11.946	100,00

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT)

Na área de armazenagem frigorífica - os investimentos nesse campo nunca foram relegados a segundo plano - o estado catarinense, pode-se afirmar, dispõe de boa infraestrutura, devendo, para a próxima safra, contar com uma capacidade de frigorificação, para a maçã, de aproximadamente 66.225 t.

A distribuição dessa capacidade de armazéns, por microrregião produtora, é mostrada na tabela 67.

Em termos de Brasil, as perspectivas de produção para o ano agrícola 1984/85, indicam uma colheita bruta da ordem de 205.700 t de maçãs, a serem obtidas em cerca de 20.900 ha de macieiras já em idade produtiva.

Tabela 67

DISPONIBILIDADE DE ARMAZÉNS FRIGORÍFICOS PARA
A MAÇÃ, POR MICRORREGIÃO PRODUTORA - SAFRA 1984/85

MICRORREGIÃO PRODUTORA	CAPACIDADE FRIGORÍFICA (t)
Campos de Lages	13.535
Campos de Curitibanos	2.090
Colonial do Rio do Peixe	49.400
Colonial do Oeste Catarinense	1.200
TOTAL DO ESTADO	66.225

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

O volume inicialmente previsto situava-se em patamar um pouco superior ao presentemente estimado, tendo, no entanto, sido reavaliado, face a problemas de ordem climática - houve estiagem na fase de dormência das plantas e, posteriormente, excesso de chuva e queda de granizo no florescimento, ocorridas em alguns estados produtores.

As estimativas de colheita para esta safra, por estado produtor, bem como suas participações relativas, são mostradas na tabela 68.

Tabela 68

ESTIMATIVAS DE PRODUÇÃO DE MAÇÃS NO BRASIL -
SAFRA 1984/85

ESTADO PRODUTOR	PRODUÇÃO PRE- VISTA (t)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
Santa Catarina	130.000	63,20
Rio Grande do Sul	50.000	24,31
Paraná	16.500	8,02
São Paulo	8.000	3,89
Minas Gerais	1.200	0,58
TOTAL	205.700	100,00

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT), EMATER/PR-ACARPA, IEA/SP, EMATER/MG, CEPA/RS, Associação Gaúcha de Produtores de Maçã.

Elaboração: Instituto CEPA/SC

O escalonamento de colheita da safra nacional do ano agrícola 1984/85, deverá obedecer aos níveis apresentados na tabela 69.

Tabela 69

ESCALONAMENTO PREVISTO PARA A COLHEITA DA MAÇÃ -
SAFRA 1984/85

ESTADO PRODUTOR	(toneladas)							TOTAL
	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	
Rio G. do Sul	-	-	1.250	14.000	15.000	12.500	7.250	50.000
Santa Catarina	-	-	2.200	35.750	62.500	29.550	-	130.000
Paraná	165	645	1.140	8.230	3.990	2.330	-	16.500
São Paulo	400	1.200	3.200	2.400	800	-	-	8.000
Minas Gerais	-	120	480	360	240	-	-	1.200
TOTAL	565	1.965	8.270	60.740	82.530	44.380	7.250	205.700

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT), EMATER/PR-ACARPA, IEA/SP, EMATER/MG, CEPA/RS, Associação Gaúcha dos Produtores de Maçã.

Elaboração: Instituto CEPA/SC

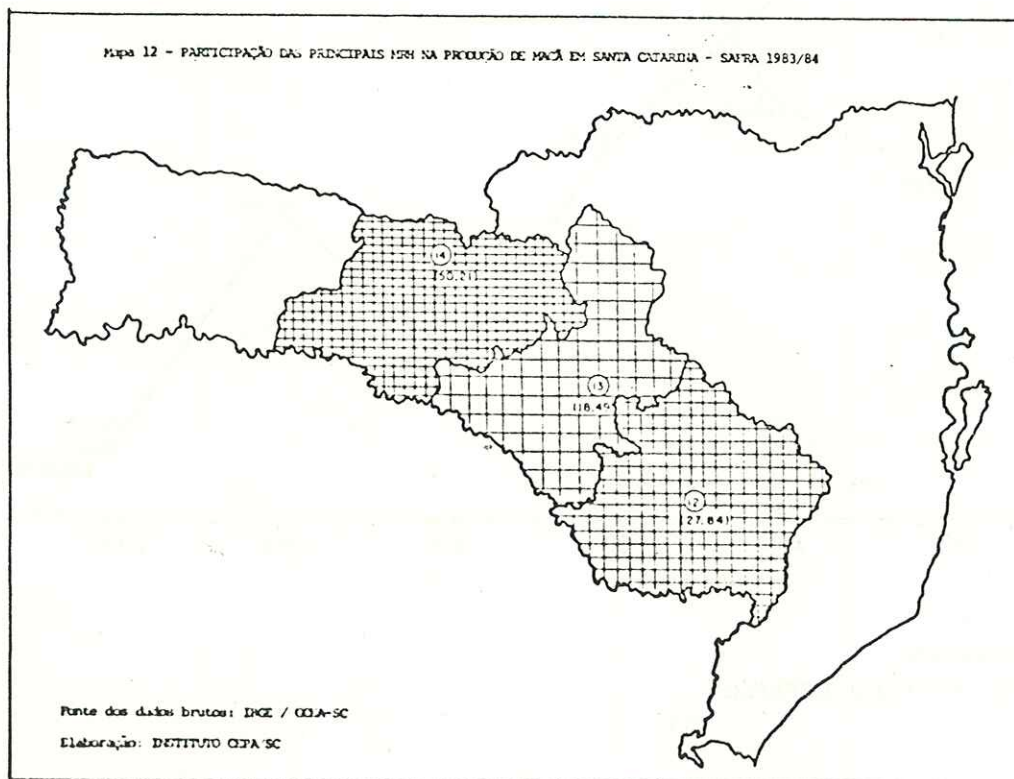
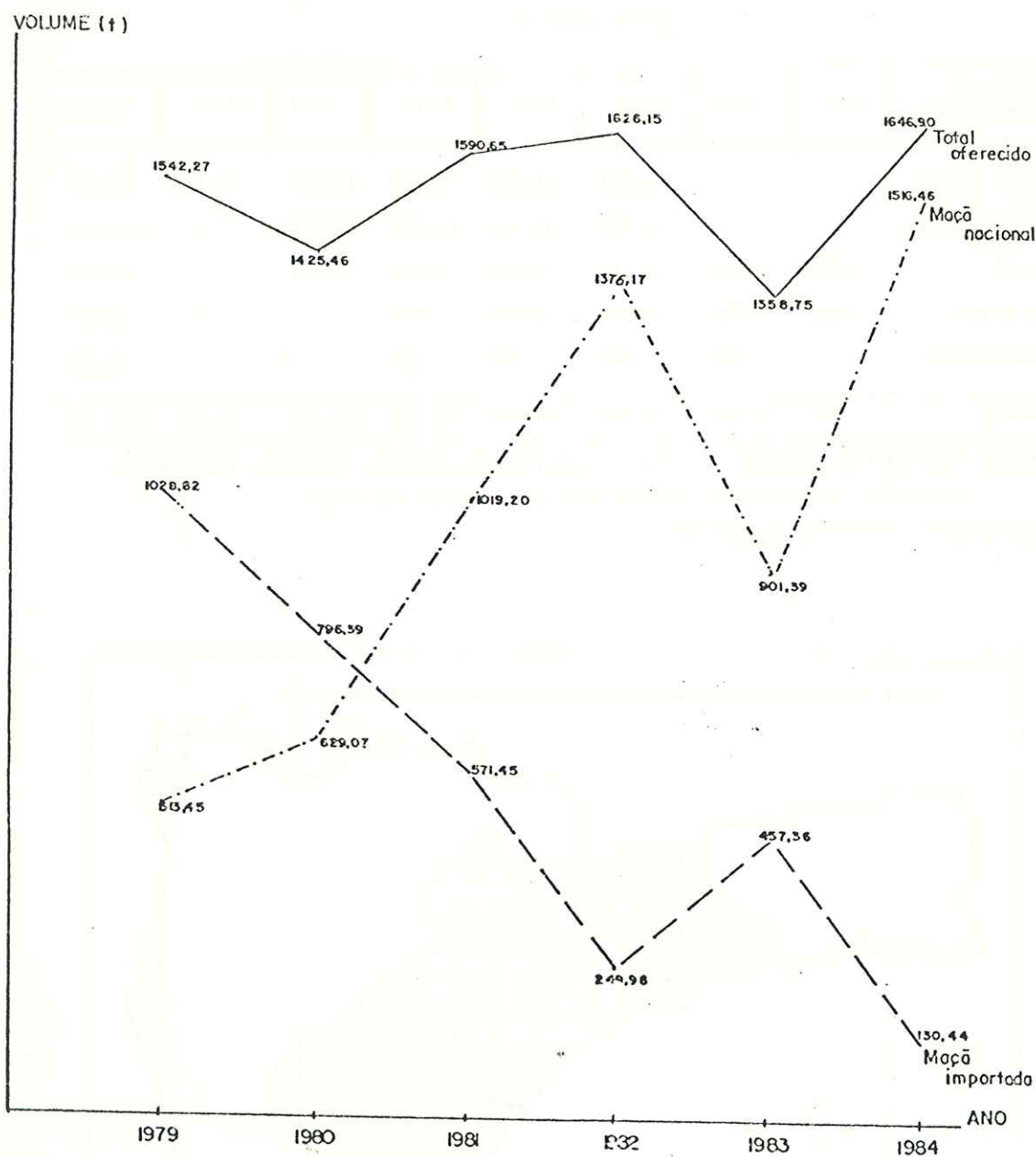


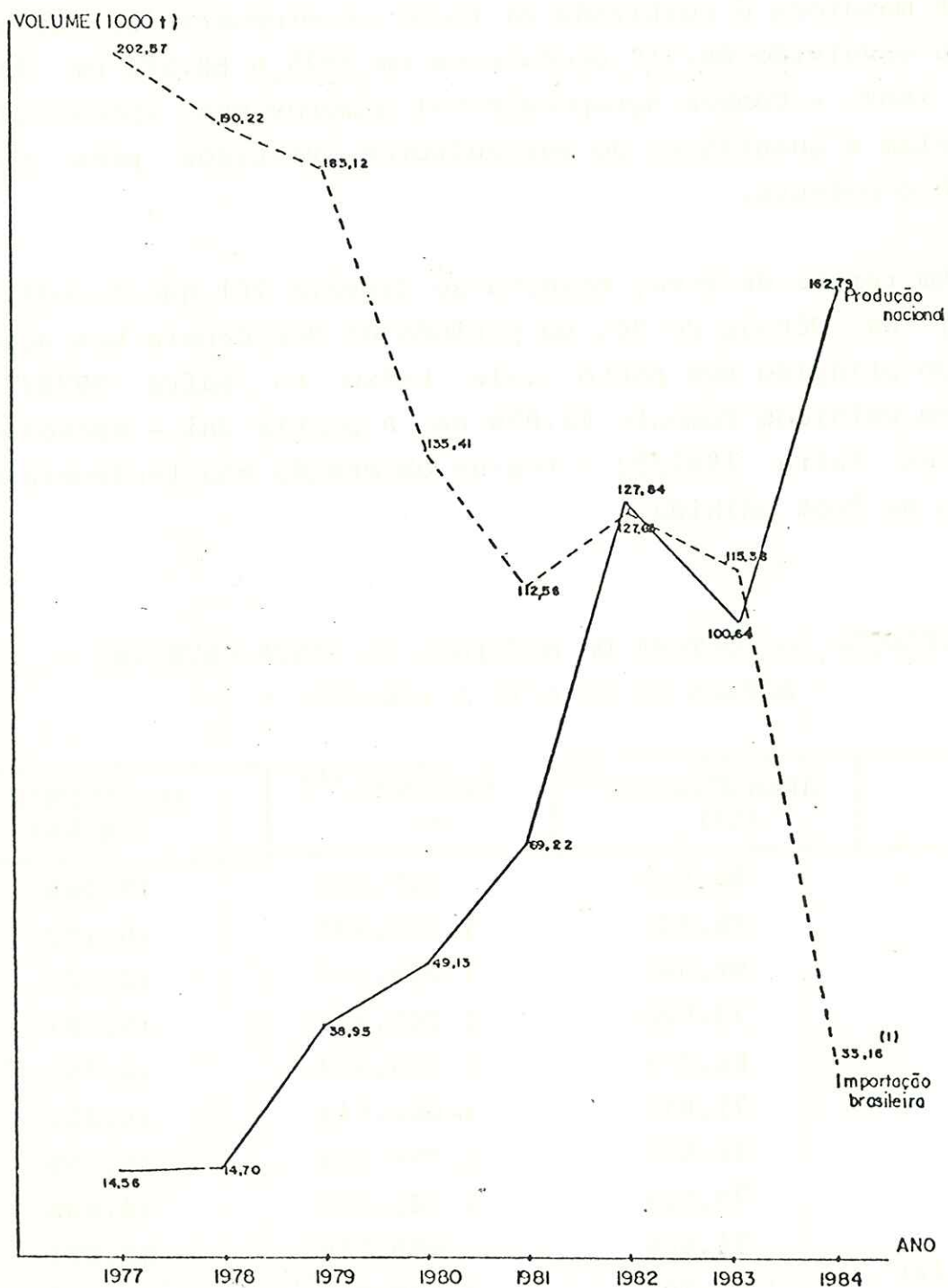
GRÁFICO 5 - COMERCIALIZAÇÃO DE MAÇÃ NA CEASA/SC
 VOLUME DO PRODUTO NACIONAL E IMPORTADO OFERTADOS ANUALMENTE
 - 1979 a 1984



Fonte: CEASA/SC

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

GRÁFICO 6 - COMPARATIVO ENTRE A PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MAÇÃ E OS VOLUMES DO PRODUTO IMPORTADO - 1977 a 1984



(1) Importações de janeiro a julho/84

Fonte: CTEF/IBGE, GHORT/SEPCC/SNAB/MA, EMATER-SC/ACARESC, INSTITUTO CEPA/SC, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE MAÇÃ

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

3.10. Mandioca

A mandioca é cultivada em todas as microrregiões do estado, tendo envolvido 86.719 produtores em 1975 e 88.574 em 1980 (Fundação IBGE - Censos Agropecuários) números que, aproximadamente, revelam a quantidade de agricultores voltados para esta cultura até o momento.

Em termos de área, observa-se (tabela 70) que a cultura apresentou, na década de 70, um período de decadência bem acentuado, tendo atingido seu ponto mais baixo na safra 1978/79, quando foram colhidos somente 66.879 ha. A partir daí - apesar de um recuo na safra 1982/83 - tem-se observado uma tendência de crescimento na área colhida.

Tabela 70

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA MANDIOCA EM SANTA CATARINA -
- SAFRAS DE 1974/75 A 1984/85

SAFRA	ÁREA COLHIDA ⁽¹⁾ (ha)	PRODUÇÃO ⁽¹⁾ (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1974/75	80.525	995.310	12.360
1975/76	80.846	1.303.973	16.129
1976/77	82.962	1.239.687	14.942
1977/78	77.528	1.208.159	15.583
1978/79	66.879	1.120.967	16.761
1979/80	71.013	1.002.841	14.122
1980/81	76.073	1.274.881	16.759
1981/82	79.033	1.141.097	14.438
1982/83	76.480	999.746	13.071
1983/84 ⁽²⁾	83.102	1.090.968	13.128
1984/85 ⁽³⁾	90.000	1.170.000	13.000

(1) A área e a produção consideradas referem-se àquelas realmente colhidas em cada safra (desconsideradas a área e a produção para o ano seguinte).

(2) Estimativa: Fundação IBGE/GCEA-SC (nov/84)

(3) Estimativa: Fundação IBGE/GCEA-SC

O valor da mandioca como cultura de subsistência é significativo em todo o estado, porém seu cultivo assume maior importância econômica na Região Sul e no Vale do Itajaí, onde o produto é destinado, em grande parte, às indústrias. Nessas regiões concentram-se, aproximadamente, 60% da área. Do percentual acima, o Vale do Itajaí - considerando-se as microrregiões Colonial de Blumenau, Colonial do Itajaí do Norte e Colonial do Alto Itajaí - participa com cerca de 28% da área colhida enquanto o Sul - compreendendo as microrregiões Carbonífera, Litoral de Laguna e Litoral Sul Catarinense - contribuem com 32%. Esses valores, que vêm sendo constatados desde a safra 1980/81, revelam uma inversão de posição dessas duas regiões (Sul e Vale do Itajaí), já que até aquela safra havia um predomínio na área colhida no Vale do Itajaí sobre a área colhida no sul do estado.

Tabela 71

DESTINO DA MANDIOCA COLHIDA NAS MICRORREGIÕES
DE SANTA CATARINA, 1980

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	(%)					
	CONSUMO NO ESTA- BELEC.	ENTREGA COOPERA- TIVA	ENTREGA INDÚS- TRIA	VENDA INTERME- DIÁRIO	VENDA CONSU- MIDOR	OUTROS (NÃO IDEN- TIFICADOS)
Col. de Joinville	62,30	0,05	11,19	22,54	3,92	-
Lit. de Itajaí	24,73	0,13	32,43	38,87	3,84	-
Col. de Blumenau	73,98	0,83	19,23	2,79	2,98	0,19
Col. Itajaí do Norte	55,93	0,11	40,52	2,56	0,86	0,02
Col. Alto Itajaí	17,10	0,06	77,46	4,51	0,84	0,03
Florianópolis	55,56	0,07	12,69	22,28	9,38	0,02
Col. Ser. Catarinense	63,49	-	20,65	12,80	2,85	0,21
Lit. de Laguna	25,99	-	8,95	64,08	0,69	0,29
Carbonífera	31,91	0,92	43,17	21,34	2,61	0,05
Lit. Sul Catarinense	17,72	-	59,85	21,45	0,85	0,13
Col. Sul Catarinense	59,27	-	20,56	17,23	2,81	0,13
Campos de Lages	78,73	-	6,08	3,12	12,07	-
Campos Curitibanos	81,54	-	2,24	11,42	4,76	0,04
Col. do Rio do Peixe	97,23	-	0,14	0,83	1,33	0,47
Col. Oeste Cat.	98,56	0,02	-	0,39	0,81	0,22
Plan. de Canoinhas	86,75	0,07	5,49	4,96	2,52	0,21
SANTA CATARINA	57,27	0,21	23,66	15,45	3,28	0,13

Fonte: Fundação IBGE (Censo Agropecuário de 1980)

No Vale do Itajaí, onde a mandioca é destinada basicamente a indústrias que extraem o amido e fabricam a fécula, a colheita é normalmente realizada no segundo ano com, aproximadamente, 40% da raiz produzida sendo entregue àqueles estabelecimentos. Nesse particular, merece especial atenção a situação da microrregião Colonial do Alto Itajaí que entrega às indústrias cerca de 75% do produto colhido.

No sul do estado, a colheita é tradicionalmente realizada ao final do primeiro ciclo e a produção destina-se, principalmente, à fabricação de farinha.

Nas demais regiões - inclusive na microrregião Colonial do Oeste Catarinense, que responde por cerca de 14% da área colhida - o produto destina-se, principalmente, ao consumo no próprio estabelecimento.

Segundo dados da Fundação IBGE (Censo Agropecuário de 1980) a cultura da mandioca é desenvolvida predominantemente (84,74%) por produtores que são proprietários das terras que cultivam, detendo 86,58% da área e 86,85% da produção. Entre 1975 e 1980, observou-se um leve recuo percentual (86,72% para 84,74%) dos proprietários em relação ao total de produtores. Esse recuo foi compensado pelo aumento dos arrendatários, parceiros e ocupantes.

Os produtores - que têm como atividade econômica principal de suas propriedades a agricultura (57%) e a pecuária (35%) - em sua grande maioria (81%) , cultivam a mandioca de forma solteira. Essa forma de cultivo abrange mais de 80% da área e da produção da raiz.

Acima de 90% das propriedades que plantam mandioca possuem áreas inferiores a 50 ha. Esses estabelecimentos respondem por mais de 85% da área e da produção no estado. Nas propriedades situadas entre 20 e 50 ha concentram-se ao redor de 30% da área e da produção.

No que tange ao tamanho das lavouras, praticamente to-

dos os produtores (acima de 99%) em 1980, possuíam plantios inferiores a 10 ha. Ainda um percentual bastante elevado de produtores (70%) implantou lavouras inferiores a 1 ha. Esses produtores responderam por 28% da área e 30% da produção. (Tabela 72).

Tabela 72

TECNOLOGIA UTILIZADA PELOS PRODUTORES DE
MANDIOCA EM SANTA CATARINA - 1980

TECNOLOGIA	(%)		
	PRODUTORES	PRODUÇÃO	ÁREA
- Só "sementes" selecionadas	0,41	0,42	0,43
- "Sementes" selecionadas e	0,53	0,72	0,76
. irrigação de defensivos e adubos	0,0034	0,0084	0,0070
. irrigação e adubação	0,0023	0,0007	—
. defensivos e adubação	0,15	0,26	0,28
. irrigação	0,0011	0,0002	—
. defensivos	0,056	0,048	0,038
. adubação	0,37	0,40	0,42
- Só "sementes" comuns	79,98	71,48	70,16
- "Sementes" comuns e	19,07	27,38	28,65
. irrigação, defensivos e adubação	0,05	0,08	0,08
. irrigação e defensivos	0,0034	0,0041	0,0028
. irrigação e adubação	0,01	0,02	0,0113
. defensivos e adubação	1,90	3,96	4,48
. irrigação	0,02	0,02	0,02
. defensivos	1,41	1,58	1,63
. adubação	15,68	21,72	22,42

Fonte: Fundação IBGE (Censo Agropecuário 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

As lavouras de mandioca são implantadas, em sua grande maioria (70% da área) utilizando manivas comuns sem qualquer outro tipo de tecnologia. Outro percentual significativo de lavouras (28% da área) é também implantado com manivas comuns. Nestas últimas, porém, foi constatada a utilização de alguma tecnologia com predominância de adubação praticada em 22% da área cultivada.

As outras tecnologias detectadas (defensivos, irrigação e diversas combinações, incluindo também a adubação) representam percentuais insignificantes. Assim, percebe-se que a quase totalidade (acima de 98%) das lavouras de mandioca foi implantada com manivas comuns, enquanto a utilização de manivas selecionadas ocorreu em menos de 2% da área cultivada.

A SAFRA 1983/84

A área plantada em 1983 foi de 79.522 ha que, somados aos 29.315 ha não colhidos na safra 1982/83, totalizou 108.837 ha cultivados na safra 1983/84.

A área colhida em 1984 atingiu 83.102 ha (IBGE/GCEA-SC, nov/84), o que representa um acréscimo de 8,65% em relação à colhida em 1983. Em relação ao total cultivado, em 1983 foram colhidos 72,29% da área, contra 79,58% colhidos em 1984, (tabelas 73 e 74).

Tabela 73

ÁREA CULTIVADA COM MANDIOCA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1981/82 A 1984/85 -

ITENS	SAFRA	(ha)			
		1981/82	1982/83	1983/84	1984/85
Área que permaneceu no ano anterior		38.283	32.766	29.315	21.316
Área plantada no ano		73.516	73.029	79.522	90.000 ⁽¹⁾
Área total cultivada no ano		111.799	105.795	104.418	111.316
Área colhida no ano		79.033	76.480	83.102 ⁽¹⁾	90.000 ⁽¹⁾
Área que permanece para o segundo ano		32.766	29.315	21.316	21.316 ⁽¹⁾

(1) Estimativa de dezembro de 1984 do IBGE/GCEA-SC

Fonte: IBGE/GCEA-SC

A distribuição da lavoura de mandioca nas microrregiões do estado, na safra 1983/84, é apresentada na tabela 74 .

As condições climáticas, de modo geral, foram consideradas normais e as adversidades ocorridas não chegaram a comprometer de modo significativo o desenvolvimento da safra.

O maior problema foi o forte frio que se verificou ao final de agosto em todo o estado. Ocorreram geadas em locais onde este fenômeno tradicionalmente não se fez presente.

As cheias ocorridas em agosto no Vale do Itajaí provocaram problemas em lavouras atingidas. Muitas indústrias que tiveram suas máquinas avariadas não mais voltaram a funcionar, sob a alegação de altos preços e escassez de raiz.

Em relação à fitossanidade, deve-se registrar a ocorrência, no início de 1984, de ataques de marandová que foram consideradas superiores aos de anos anteriores. Porém, pode-se dizer que, de modo geral, não chegaram a comprometer a lavoura como um todo. As condições climáticas reinantes nos primeiros meses do ano, propiciaram o desenvolvimento de bacteriose nas regiões produtoras. Foi detectada, também, a presença de antracnose em alguns locais.

A safra em questão caracterizou-se pela "escassez" de raiz, sentida principalmente pelas fecularias. Essa situação pode ser explicada não pela diminuição da produção no estado (que foi superior à da safra 1982/83) porém, mais pela maior pressão de demanda por farinha exercida por outras regiões do país (principalmente Nordeste) que, pressionadas por prolongada seca, viram-se compelidas a procurar farinha em fornecedores não tradicionais, inclusive em Santa Catarina. Acrescente-se, ainda, que a escassez foi motivada, em grande parte, pela redução de plantio, a nível de Brasil, causada pelos baixos preços pagos aos produtores nos últimos anos.

A evolução dos preços da raiz na safra 1983/84 - que superaram as previsões mais otimistas - pode ser observada a seguir:

abril/84	- Cr\$ 50.000,00 - Cr\$ 60.000,00
maio/84	- Cr\$ 60.000,00 - Cr\$ 80.000,00

junho/84 -- Cr\$ 80.000,00 - Cr\$ 100.000,00
 julho/84 - Cr\$ 90.000,00 - Cr\$ 100.000,00
 agosto/84 - Cr\$ 90.000,00 - Cr\$ 100.000,00
 setembro/84 - Cr\$ 90.000,00 - Cr\$ 100.000,00

Esses preços - que tornaram a mandioca um dos produtos mais rentáveis em 1984 - se, por um lado, foram altamente compensadores para os produtores, por outro, foram causa de constante preocupações por parte das fecularias que, durante toda a colheita, consideraram esses valores muito elevados.

Essa situação levou industriais e produtores do Vale do Itajaí a se reunirem no mês de junho à procura de um entendimento. Os industriais alegaram que aos níveis de preços praticados era impossível continuar operando. Os produtores, por outro lado, contentes com os preços em vigor, preocupavam-se com os próximos anos e procuravam algum tipo de garantia de preços para quando colherem as lavouras implantadas este ano.

No sul do estado, a situação foi semelhante e, com isso, poucas indústrias conseguiram trabalhar "cheias".

Nas últimas safras, os preços médios da raiz durante os meses em que a colheita é realizada para fins industriais (abril - setembro) foram os seguintes:

Tabela 75

PREÇOS MÉDIOS DA RAIZ DE MANDIOCA EM SANTA CATARINA
 DE 1979/80 A 1983/84

SAFRA	PREÇOS MÉDIOS PRATICADOS (Cr\$)	REAJUSTE MÉDIO (%)	INFLAÇÃO OFICIAL (%)
1979/80	3.350,00	-	-
1980/81	3.906,00	16,60	100,42
1981/82	5.080,00	30,05	88,07
1982/83	11.150,00	119,49	114,25
1983/84	87.300,00	682,96	188,12

Fonte: Instituto CEPA/SC

Pela análise dos dados acima, observa-se que os reajustes dos preços da raiz nos últimos anos, só ultrapassaram os índices da inflação na safra 1983/84.

Na safra 1983/84, o preço da farinha, após um pique de grande alta no início da mesma manteve-se mais ou menos estável. O término da safra e o fato de não existirem grandes estoques a nível nacional geraram nova alta na cotação. A partir de 1985, entretanto, a situação poderá normalizar.

A produção de fécula, este ano, foi menor que a de anos anteriores, pois, além da alta cotação da raiz de mandioca, o milho manteve uma faixa de preço relativamente baixa. Isso fez com que ocorresse uma diferença acentuada entre os preços do amido de milho e de fécula de mandioca.

Os preços mínimos dos derivados da mandioca, aprovados pelo Conselho Monetário Nacional e válidos para a safra 1983/84, foram fixados em maio/84 e não acompanharam o índice oficial da inflação do período (jun/83 a mai/84) que atingiu 235,5%. O reajuste do preço da raiz ocorrido entre ago/83 e abr/84 também não acompanhou a inflação.

Tabela 76

COMPARATIVO ENTRE OS PREÇOS MÍNIMOS DE FARINHA, FÉCULA E RAIZ DE MANDIOCA, SC - SAFRAS DE 1981/82 A 1983/84

PRODUTO	TIPO	UNIDADE	1981/82 (a)	1982/83 (b)	REAJUSTE % (b/a)	1983/84 (c)	REAJUSTE % (c/b)
Farinha	I	Cr\$/50 kg	1.105,00	2.147,50	90,34	6.788,00	216,08
	II	Cr\$/50 kg	1.061,00	2.051,20	93,33	6.517,50	217,74
	III	Cr\$/50 kg	1.000,00	1.943,50	94,35	6.142,50	216,05
Fécula		Cr\$/kg	27,00	51,46	90,59	148,63	188,83
Raiz		Cr\$/kg	4.813,62	9.507,25	97,51	26.242,00	176,02

Fonte: CFP

Elaboração: Instituto CEPA/SC

O volume de EGF contratado, que já havia decrescido em 1983, atingiu em 1984 os valores mais baixos dos últimos anos (tabela 77), não tendo, inclusive, ocorrido contratação de farinha.

Tabela 77

VOLUME TOTAL CLASSIFICADO E VOLUME DE EGF DOS DERIVADOS DE MANDIOCA EM SANTA CATARINA - 1977 A 1983

ANO	FARINHA		FÉCULA	
	Total Classificado (t)	EGF	Total Classificado (t)	EGF
1977	29.802	5.941	39.206	17.122
1978	45.184	21.269	60.016	21.438
1979	28.062	4.947	49.840	11.172
1980	21.972	3.730	30.689	6.507
1981	25.072	3.852	38.036	9.027
1982	27.963	11.716	54.976	19.378
1983	20.982	3.180	44.344	11.921
1984	18.015	-	31.078	4.299

Fonte: CIDASC

Os Valores Básicos de Custeio para a safra 1984/85 - fixados em agosto de 1984 - foram reajustados, respectivamente, em 213,70%, 231,00% e 234,03% para as faixas de produtividade mais comuns no estado, isto é, 10.001 a 15.000 kg/ha, 15.001 a 20.000 kg/ha, e 20.001 a 25.000 kg/ha. A inflação oficial no período (setembro/83 - agosto/84) foi 219,3%. Os valores fixados - apesar de em algumas faixas de produtividade serem superiores aos da inflação oficial, em termos relativos - em números absolutos ficaram bem abaixo dos custos de produção da cultura. (tabela 78).

Os custos de produção da raiz (tabelas 79 e 80), calculados pelos Instituto CEPA/SC, mostram, até setembro de 1983, valores superiores aos preços médios recebidos pelos produtores. A partir de então a situação inverteu, tendo o preço da raiz disparado de tal modo que, ao final da safra 1983/84, os custos de produção atingiram valores que representavam pouco mais da metade dos referidos preços.

Tabela 78

VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO PARA A CULTURA DA MANDIOCA
- SAFRAS DE 1981/82 A 1984/85 -

FAIXA DE PRODUTIVIDADE		(Cr\$/ha)						
		1981/82 (a)	1982/83 (b)	REAJUSTE (%) (b/a)	1983/84 (c)	REAJUSTE (%) (c/b)	1984/85 (d)	REAJUSTE (%) (d/c)
Até	10.000	17.800	33.900	90,45	78.300	130,97	246.000	214,17
10.001 -	15.000	20.500	38.800	89,27	93.400	140,72	293.000	213,70
15.001 -	20.000	27.900	54.300	94,62	129.000	137,57	427.000	231,00
20.001 -	25.000	30.800	60.200	95,45	142.500	136,71	476.000	234,03
Acima de	25.000	33.800	66.800	97,63	160.700	140,57	561.000	249,09

Fonte: CFP

A SAFRA 1984/85

Em 1984 foram plantados 90.000 ha (IBGE/GCEA-SC, dezembro/84) que, adicionados aos 21.316 ha que permaneceram da safra 1983/84, atingem 111.316 ha cultivados em todo o estado.

O plantio ocorreu dentro de certa normalidade. Os problemas verificados foram a falta de manivas - que tiveram seus preços substancialmente elevados e, inclusive, foi apontada como fator limitante à expansão da área em alguns locais, as pequenas estiagens ocorridas em locais do Alto Vale do Itajaí e do sul do estado, em outubro - que provocaram um leve atraso nas operações de plantio; e as fortes geadas do final de agosto - que contribuíram para as perdas de manivas destinadas ao plantio.

O aumento da área plantada é devido, fundamentalmente, aos preços estimulantes da raiz durante a safra passada.

As primeiras estimativas da Fundação IBGE/GCEA-SC (novembro/84) indicam que a produção deverá ser de 1.170.000 para uma área a ser colhida de 90.000 ha.

Outro fator que influenciou positivamente na área plantada foi o preço-base para a raiz, ficando, em agosto, em Cr\$ 51.800,00/t. Este valor, apesar de estar bem abaixo do preço de

mercado na época (Cr\$ 90.000,00 - Cr\$ 100.000,00/t) foi considerado satisfatório e apresentou um reajuste de 270% em relação ao preço base da safra passada (Cr\$ 14.000,00/t).

A perspectiva, para o próximo ano, é de que os preços devam sofrer uma queda relativa em função do aumento da oferta de raiz que deverá ocorrer no estado, devido ao aumento da área plantada. Este recuo, entretanto, poderá ser parcialmente compensado com o novo preço-base, que deverá ser corrigido até abril de 1985, quando, segundo as previsões atuais, chegará a Cr\$ 120.635,00/t.

A nível nacional, é esperada para o próximo ano uma normalização da oferta de raiz e dos preços, em função, principalmente, da normalização da produção do Nordeste. Entretanto, não será surpresa se os preços continuarem aquecidos, já que deverão ser inauguradas novas feculares. Nesse sentido, ainda, é possível que as exportações voltem a crescer, pois alguns países tradicionais produtores têm enfrentado problemas em relação à cultura da mandioca.

A produção brasileira vem demonstrando uma tendência de declínio que se baseia na estagnação da área e na leve diminuição do rendimento.

Essa situação pode ser atribuída a fatores como:

- a) instabilidade de preços que desestimula os produtores e os leva a trocar de cultura;
- b) substituição da mandioca (considerada cultura de subsistência) por outras de exportação ou energéticas;
- c) condições climáticas adversas;
- d) sistemas de cultivo ultrapassados;
- e) uso de variedades não melhoradas e sensíveis a patógenos.

Santa Catarina continua sendo o 8º produtor nacional com uma participação de 4,52% em termos de área e 5,01% em termos de produção (tabela 81).

Tabela 81

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTADOS NA PRODUÇÃO
NACIONAL DE MANDIOCA, 1984

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)	
	Destinada à Colheita	Participação %	Esperada	Participação (%)
Bahia	320.000	18,97	3.520.000	17,00
Maranhão	219.617	12,41	1.841.480	8,89
Pará	133.977	7,56	1.670.952	8,06
Pernambuco	154.326	8,72	1.513.655	7,30
Paraná	73.000	4,12	1.460.000	7,04
Rio Grande do Sul	127.275	7,19	1.410.255	6,80
Minas Gerais	94.133	5,32	1.237.152	5,97
Santa Catarina	80.000	4,52	1.040.000	5,01
Amazonas	75.728	4,28	908.736	4,38
Ceará	95.075	5,37	884.197	4,27
Piauí	61.740	3,49	673.376	3,25
São Paulo	27.700	1,56	640.000	3,09
Paraíba	52.798	2,98	485.531	2,34
Espírito Santo	27.678	1,56	481.002	2,32
Rio Grande do Norte	52.127	2,94	457.261	2,21
Rondônia	26.290	1,48	442.870	2,14
Sergipe	28.270	1,60	363.213	1,75
Goiás	24.100	1,36	345.290	1,67
Mato Grosso do Sul	20.185	1,14	332.752	1,60
Acre	16.436	0,93	274.605	1,32
Mato Grosso	19.757	1,12	268.490	1,29
Rio de Janeiro	13.216	0,75	198.240	0,96
Alagoas	18.369	1,04	179.202	0,86
Amapá	5.036	0,28	47.640	0,23
Roraima	3.195	0,18	44.238	0,21
Distrito Federal	2.400	0,13	8.000	0,04
TOTAL	1.770.328	100,00	20.722.537	100,00

Fonte: IBGE/CEPAGRO (Outubro/83)

DISTRIBUIÇÃO DA LAVOURA DE MANDIOCA NAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA

- SAFRA 1983/84 -

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA CULTIVADA 31/12/83 (ha)	ÁREA COLHIDA DA EM 1984 (ha)	ÁREA PLANTADA DA EM 1984 (ha)	ÁREA REVANESCENTE EM 31/12/84		PRODUÇÃO NA SAFRA 1983/84		RENDIMENTO (kg/ha)
				Área (ha)	%	t	%	
Colonial de Joinville	3.485	3.485	2.955	-	-	36.620	3,36	10.508
Litoral de Itajaí	715	395	599	320	1,50	4.348	0,40	11.008
Colonial de Blumenau	5.968	3.885	4.260	2.083	9,77	42.670	3,91	10.983
Colonial Itajaí do Norte	4.650	3.050	4.100	1.600	7,51	45.300	4,15	14.853
Colonial Alto Itajaí	22.620	14.410	15.010	8.210	38,52	235.839	21,62	16.366
Florianópolis	4.325	4.205	2.915	120	0,56	38.229	3,50	9.091
Col. Serrana Catarinense	4.067	3.879	3.705	188	0,88	44.278	4,06	11.415
Litoral de Laguna	4.912	4.033	4.459	879	4,12	44.374	4,07	11.002
Carbonífera	10.922	9.276	12.230	1.646	7,72	116.330	10,66	12.540
Lit. Sul Catarinense	15.920	15.520	19.041	400	1,88	178.099	16,33	11.475
Col. Sul Catarinense	1.940	1.770	2.350	170	0,80	21.250	1,95	12.005
Campos de Lages	25	25	-	-	-	250	0,02	10.000
Campos de Curitiba	525	310	124	315	1,48	2.860	0,26	9.226
Col. do Rio do Peixe	2.456	1.431	1.495	1.025	4,81	16.785	1,54	11.729
Col. Oeste Catarinense	15.331	13.870	13.100	1.461	6,85	215.039	19,71	15.503
Planalto de Canoinhas	6.457	3.558	3.657	2.899	13,60	48.697	4,46	13.686
TOTAL	104.418	83.102	90.000	21.316	100,00	1.090.968	100,00	13.128

Fonte: IBGE/GCEA-SC - estimativa dez/84

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 79

CUSTO DE PRODUÇÃO DA MANDIOCA (2 ciclos - solo argiloso)

TRAÇÃO ANIMAL

RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO: 25.000 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 3 ha

MES/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR t	PREÇO MÉDIO RECEBIDO P/PRODUÇÃO TOR
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis					
Mar/83	30.300	51.000	93.750	5.446	180.496	41.609	222.105	8.884	5.400
Jun/83	36.850	63.750	103.125	7.696	211.421	53.084	264.505	10.580	9.000
Set/83	56.300	102.000	125.000	13.168	296.468	67.509	363.977	14.559	14.000
Nov/83	69.250	122.400	225.000	18.475	435.125	115.900	551.025	22.041	25.000
Fev/84	93.675	144.500	265.625	21.600	525.400	128.400	653.800	26.152	30.000
Abr/84	119.000	153.000	281.250	27.850	581.100	158.900	740.000	29.600	40.000
Jun/84	143.750	153.000	281.250	52.850	630.850	264.940	895.790	35.831	80.000
Agô/84	190.200	204.000	375.000	69.850	839.050	304.690	1.143.740	45.749	90.000
Out/84	229.950	340.000	475.000	82.350	1.127.300	378.690	1.505.990	60.239	110.000
Dez/84	274.300	340.000	525.000	82.350	1.221.650	383.090	1.604.740	64.189	110.000

Fonte: Instituto CEPA/SC

Tabela 80

CUSTO DE PRODUÇÃO DA MANDIOCA (2 ciclos - solo arenoso)

TRAÇÃO ANIMAL

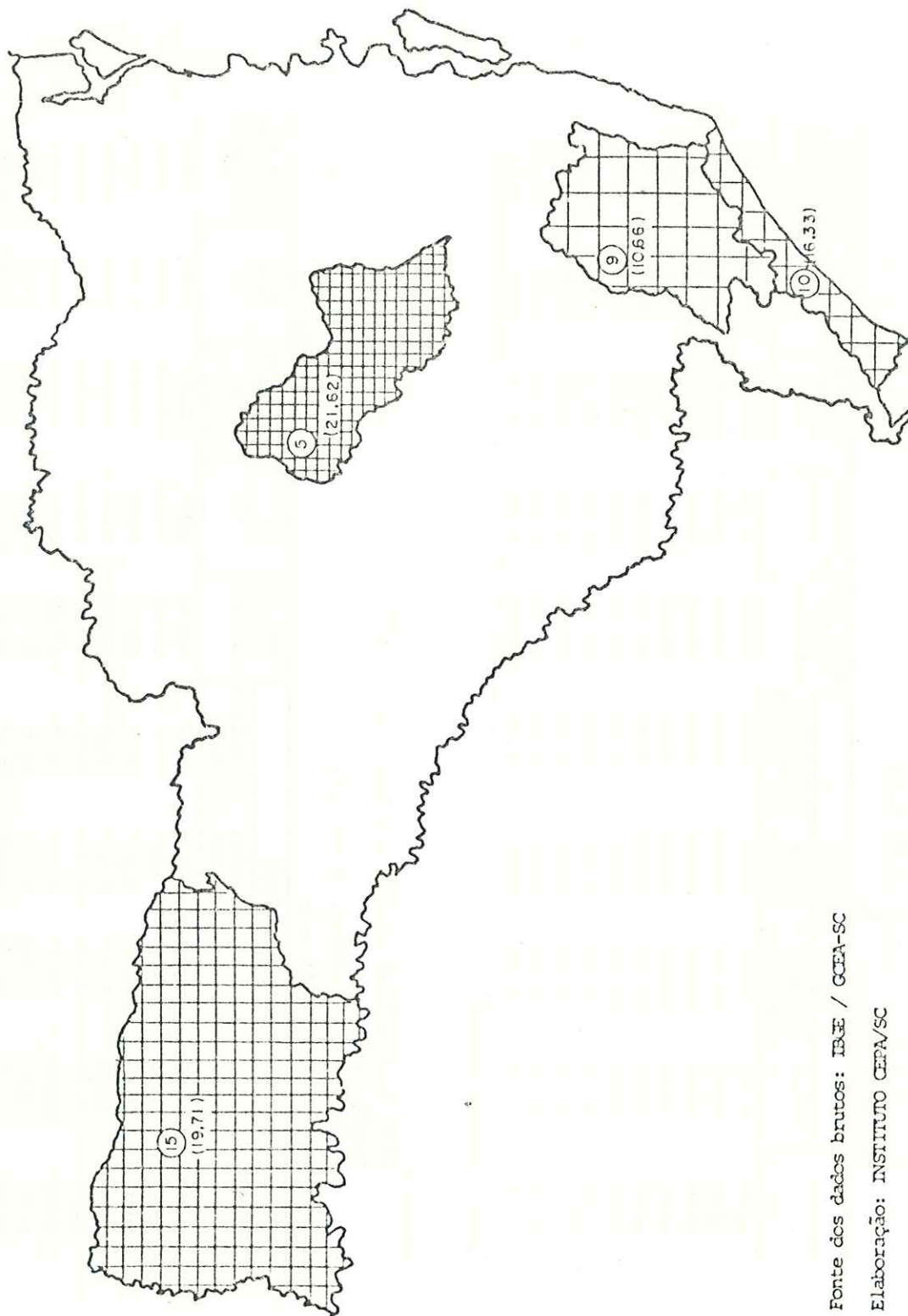
RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO: 18.000 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 4 ha

MES/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR t	PREÇO MÉDIO RECEBIDO P/PRODUÇÃO TOR
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis					
Mar/83	31.430	24.000	62.400	4.113	121.943	32.792	154.735	8.596	5.400
Jun/83	41.250	30.000	79.200	5.733	156.183	42.365	198.548	11.031	9.000
Set/83	58.900	48.000	144.000	10.299	261.199	53.772	314.971	17.498	14.000
Nov/83	76.970	57.600	201.600	13.830	350.000	90.650	440.650	24.480	25.000
Fev/84	99.895	68.000	240.000	16.080	423.975	99.650	523.625	29.090	30.000
Abr/84	124.690	72.000	240.000	20.580	457.270	124.525	581.795	32.321	40.000
Jun/84	154.273	72.000	240.000	38.580	504.853	201.065	705.918	39.217	80.000
Agô/84	203.127	96.000	288.000	53.300	640.427	231.503	871.930	48.440	90.000
Out/84	224.546	160.000	288.000	62.300	734.846	285.502	1.020.348	56.686	110.000
Dez/84	285.236	160.000	403.200	62.300	910.736	291.002	1.201.738	66.763	110.000

Fonte: Instituto CEPA/SC

Mapa 13 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MEH NA PRODUÇÃO DE MANDIOCA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84



Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA-SC

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

3.11. Milho

Antes mesmo de passar a descrever o desempenho da cultura na safra 1983/84, é necessário prestar alguns esclarecimentos sobre a área efetivamente cultivada com milho em nosso estado.

De há bastante tempo os analistas e as entidades ligadas à comercialização sentiam estar a produção catarinense de milho super avaliada. Essa consciência da irrealidade dos números tornava-se transparente quando se comparavam os dados da produção com as estimativas de consumo e na medida em que o saldo entre a oferta e a demanda - em anos normais de produção - sempre se mostrou superavitário. A pergunta maior - e que evidenciava o descompasso entre a produção e o consumo - dizia respeito ao destino que era dado a esse superavit, uma vez que sempre ocorreram entradas expressivas de milho do vizinho estado do Paraná - quantidades estimadas entre 300 e 350 mil toneladas-enquanto eram pequenas as saídas do produto para o Rio Grande do Sul (cerca de 100 mil t).

Desde 1979 - quando foram publicados os dados referentes ao Censo de 1975 - já se constatava uma grande defasagem entre a área de plantio, acompanhada sistematicamente pelo LSPA (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola), e aquela levantada pelo Censo Agropecuário.

A diferença de então, que já se mostrava bastante grande - cerca de 213.000 ha - continuou a persistir até o censo de 1980, quando a diferença entre os dois levantamentos - LSPA e Censo - situou-se em 250.725 ha.

Em face disso, o Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuária do IBGE (GCEA/SC), resolveu proceder a um estudo com vistas a reajustar a área e a produção, não só da safra 1983/84, como também retroagir até a safra 1979/80. Esse trabalho foi posteriormente complementado pelo Instituto CEPA/SC, que procedeu ao reajustamento da série histórica para o período 1969/70 e

1978/79. A metodologia utilizada no reajustamento está discriminada no trabalho do Instituto CEPA/SC, denominado "Reajustamento da Área e Rendimento da Cultura do Milho em Santa Catarina".

De conformidade com o trabalho do GCEA e do Instituto CEPA/SC, o rendimento do milho em Santa Catarina, desde a safra 1969/70 até a safra 1984/85, tomou a seguinte configuração, conforme mostra a tabela 82.

Tabela 82

SÉRIE REAJUSTADA DA EVOLUÇÃO DA CULTURA DO MILHO
EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1969/70 A 1984/85

SAFRAS	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIM.MÉDIO (kg/ha)
1969/70	672.156	1.197.110	1.781
1970/71	693.530	1.206.742	1.740
1971/72	692.212	1.225.215	1.770
1972/73	705.295	1.375.325	1.950
1973/74	723.347	1.713.609	2.369
1974/75	728.929	1.661.958	2.280
1975/76	779.224	1.901.306	2.440
1976/77	825.977	2.076.506	2.514
1977/78	819.534	1.294.044	1.579
1978/79	837.482	1.327.409	1.585
1979/80	877.716	2.017.999	2.299
1980/81	905.836	2.264.590	2.500
1981/82	903.742	2.142.772	2.371
1982/83	901.629	1.686.948	1.871
1983/84	936.231	2.340.578	2.500
1984/85 (1)	945.630	2.364.000	2.500

(1) Previsão do IBGE/GCEA (dez/84)

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

A produção estadual de milho continua sendo predominantemente da pequena propriedade. Segundo o Censo de 1980 cerca de 60,6% do volume originaram-se de propriedades com área total inferior a 10 ha; aproximadamente 27% de propriedades entre 10 e menos de 20 ha; 9,8% de imóveis entre 20 e menos de 50 ha; e somente 2,6% da produção provieram de imóveis superiores a 50 ha.

Ainda segundo o Censo de 1980, a utilização de sementes melhoradas abrangeu 77% da área total plantada (61,6% em 1975) e o uso de fertilizantes, nas diversas formas, foi efetuado em 54,1% da área total semeada (26% em 1975).

Ao contrário do ano passado, quando a cultura sofreu perdas significativas em decorrência das enxurradas, o milho em 1984 voltou a apresentar uma produção considerada normal. Como consequência, Santa Catarina, que em 1983 havia respondido por apenas 9,0% da produção brasileira e caído da 5ª para a 6ª posição, respondeu, em 1984, por 11,0% da produção nacional e voltou a situar-se como o 5º produtor brasileiro de milho, quando superada apenas pelos estados do Paraná, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Minas Gerais.

Na safra 1983/84, o cereal continuou sobressaindo-se como o produto de maior importância na agropecuária catarinense, tanto em volume colhido, como na formação do Valor Bruto da Produção de todo o setor agrícola estadual. A área plantada, que em 1982/83 havia apresentado um leve retrocesso em relação à da safra anterior, voltou a expandir-se em 3,8%. Dentre as razões apontadas como responsáveis pelo crescimento do cultivo, destacaram-se: a expectativa de um preço mínimo razoável - fato que não se concretizou; os bons preços de mercado vigentes ao final do ano passado; a necessidade de os suinocultores recomporem suas disponibilidades de milho; e a oferta de sementes que, ao contrário da soja, mostrou-se suficiente.

Não obstante a ocorrência, em outubro/83, de ventos fortes e granizo em alguns municípios do Oeste e da formação de geadas nas microrregiões do Planalto que atrapalharam o desenvolvimento das lavouras até então semeadas, as condições climáticas

não chegaram a comprometer o desempenho da cultura até o final de novembro. Já os bolsões de estiagens ocorridos no Oeste, durante a primeira quinzena de dezembro, prejudicaram parcela das lavouras em fase de "embonecamento", e acarretaram seqüelas em seus rendimentos. Por outro lado, a deficiência hídrica verificada nas regiões litorâneas em fins de fevereiro/início de março, não chegou a afetar de modo significativo a produtividade das lavouras, a não ser numa pequena parcela daquelas plantadas ao final de dezembro e em início de janeiro, por se encontrarem na fase de pendramento. De idêntica forma, os bolsões de estiagens que ocorreram no Oeste, no mesmo período, não chegaram a ocasionar maiores prejuízos, já que a maior parte das lavouras encontrava-se em estágios menos susceptíveis a esse fenômeno.

Embora as condições climáticas não se tenham mostrado de todo favoráveis, a produção voltou a crescer para os níveis de safras normais e apresentou um incremento de 38,7% quando comparada à da frustrada safra de 1982/83.

No contexto estadual, a microrregião Colonial do Oeste Catarinense com cerca de 53,0% da produção, continuou a despontar como a principal região produtora de milho em 1984. Seguiram-se, por ordem de importância, a microrregião Colonial do Rio do Peixe, com cerca de 22,8%, a microrregião Planalto de Canoinhas, com 5,1%, a microrregião Campos de Curitibanos, com 5,0%, e a microrregião Colonial do Alto Itajaí, com 3,5% da produção estadual.

A produção brasileira de 1983/84, que chegou a ser estimada em níveis superiores a 22,6 milhões de toneladas, ficou mesmo em pouco mais de 21,2 milhões. Mesmo assim esse volume só não foi menor, graças ao excelente desempenho apresentado pelas lavouras do Nordeste - a produção daquela região superou em mais de 300% à frustrada colheita de 1983 - já que a safra do Centro-Sul foi prejudicada pelas estiagens. A produção do Centro-Sul que, em novembro de 1983, fora estimada em 21,8 milhões de toneladas, reduziu-se para 19,4 milhões ao final da colheita.

De qualquer forma, a produção nacional de 1984 foi significativamente superior aos 18,74 milhões de toneladas obti-

das na frustrada safra de 1983.

A produção nacional de milho, nas últimas quatro safras pode ser vista na tabela 83.

Tabela 83

PRODUÇÃO DE MILHO NO BRASIL, POR REGIÕES -
- SAFRAS DE 1980/81 A 1983/84

(em 1.000 t)

REGIÃO	SAFRA			
	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84 (*)
Norte	240,6	313,6	190,1	353,0
Nordeste	514,2	1.133,5	306,9	1.464,7
Centro-Oeste	2.087,4	2.472,2	2.282,4	2.328,7
Sudeste	5.935,0	6.740,1	6.082,6	5.747,0
Sul	12.321,3	11.206,0	9.881,0	11.307,9
TOTAL	21.098,5	21.865,4	18.743,0	21.201,3

(*) Estimativa IBGE/CEPAGRO (setembro/84)

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 84

PRODUÇÃO DE MILHO NOS SEIS PRINCIPAIS ESTADOS
PRODUTORES - SAFRAS DE 1980/81 A 1983/84

(em 1.000 t)

PRODUTOR	SAFRA			
	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84 (*)
Paraná	5.350,0	5.430,0	5.018,9	5.400,0
Rio G.do Sul	3.808,8	3.147,2	3.174,8	3.567,4
Santa Catarina	3.162,5 (*)	2.628,8 (*)	1.687,3	2.340,6
São Paulo	2.752,8	3.392,4	3.164,0	2.901,0
Minas Gerais	2.905,8	3.053,8	2.696,0	2.565,2
Goiás	1.667,0	1.922,1	1.722,9	1.721,3
TOTAL	19.646,9	19.574,3	17.463,9	18.495,5

(*) Dados não corrigidos

Fonte: IBGE/CEPAGRO

Elaboração: Instituto CEPA/SC

As estimativas do IBGE/GCEA de dezembro/84 indicavam, para a safra 1984/85, em Santa Catarina, um plantio da ordem de 945,6 mil hectares e uma produção de 2,36 milhões de toneladas. Estes números, comparados aos da safra 1983/84, representam um crescimento de aproximadamente 1%, tanto na área como na produção.

Não obstante os níveis do preço-base - estabelecidos em Cr\$ 13.000,00/sc com correção até abril/85 - terem sido considerados de satisfatórios a bons, e apesar de os preços de mercado terem reagido positivamente nos últimos meses de 1984, os agricultores sentiram-se mais motivados a expandir a área de cultivo com feijão - considerado mais rentável apesar dos riscos - do que com milho. Além disso, a expectativa de que a soja viesse a ceder uma parcela das áreas para o milho, não chegou a confirmar-se, uma vez que o pequeno recuo detectado para a oleaginosa ocorreu mais nas lavouras consorciadas, que cederam parcela de área para o feijão. Por outro lado, a boa remuneração recebida pelos suinocultores e avicultores no transcorrer da maior parte do ano, foi um fator que colaborou para a sustentação dos atuais níveis de plantio.

A deficiência hídrica verificada nas duas primeiras semanas de setembro, principalmente no Oeste, maior região produtora, não obstante ter ocasionado atraso no plantio de algumas áreas e retardado a germinação em outras, não chegou a comprometer a cultura. Por outro lado, a enxurrada acompanhada de ventos fortes que ocorreu no dia 10 de setembro, embora tenha acarretado alguns prejuízos materiais no meio rural e ocasionado carreamento do solo nas áreas já preparadas, acabou sendo benéfica para a cultura do milho, na medida em que recompôs a umidade do solo. Daí em diante, à exceção da última dezena de outubro - ocorrência de princípio de estiagens - as condições climáticas mostraram-se razoáveis para o desenvolvimento das lavouras.

Em face disso, ao final de dezembro a produção continuou a ser estimada em 2,36 milhões de toneladas, como decorrência de um rendimento médio estadual previsto em 2.500 kg/ha, ou seja, o mesmo do ano anterior. Apesar de os altos preços terem

levado a uma menor utilização de sementes melhoradas e de fertilizantes, o que poderá repercutir desfavoravelmente na produtividade, espera-se que as condições climáticas corram mais favoráveis do que as da safra 1983/84, e compensem a menor utilização dos chamados insumos modernos.

A nível de Brasil, as primeiras estimativas apontavam para o Centro-Sul, Rondônia e Sul da Bahia, uma redução de cultivo entre 1,0 e 4,0%, quando comparados aos 9,29 milhões de hectares cultivados na safra 1983/84. Essa situação foi explicada pelos baixos preços de mercado durante a colheita deste ano, pela falta de perspectivas de preços mais remuneradores para 1985; foi explicada, além disso, por problemas relacionados com o crédito de custeio, com destaque para o atraso nas liberações das parcelas. As maiores reduções deverão ocorrer nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Minas e Goiás, perdas estas que não deverão ser compensadas pelos incrementos esperados no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Essas quedas, no entanto, poderão ser amenizadas caso venha a ocorrer um grande aumento de plantio na "safrinha" paranaense, que começará a ser plantada em fins de janeiro. A produção foi estimada, em fins de dezembro, em aproximadamente 18,7 milhões de toneladas, contra 19,2 milhões obtidos em 1983/84. Se o Norte/Nordeste voltar a repetir a boa safra de 1984, a produção brasileira poderá apresentar um potencial pouco inferior aos 21,2 milhões de toneladas obtidas em 1984.

No que concerne aos Valores Básicos de Custeio (VBC) para a safra 1984/85, o Conselho Monetário Nacional aprovou, em agosto, os novos valores de financiamento para as diversas faixas de produtividade, cujo aumento médio nominal apresentou um incremento de 263,5% quando comparado aos VBCs do ano passado. Embora os reajustes se tenham situado acima da taxa inflacionária do período, 217,9%, as dificuldades de acesso ao crédito favorecido, o encarecimento dos empréstimos - 100% da ORTN, mais 3% de juros - e a tendência apresentada pelos pequenos produtores em se afastarem do crédito agrícola, levaram à não utilização dos créditos de custeio. Na realidade, para os pequenos produtores catarinenses, a fixação do VBC em níveis mais altos não chega a ter grande influência, pois os maiores animadores de plantio continuam sendo,

entre outros, os preços mínimos e os preços de mercado. (tabela 85).

Tabela 85

VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO DO MILHO -

- SAFRAS DE 1982/83 A 1984/85 -

(Cr\$ 1,00)

FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	SAFRA			REAJUSTE % (b/a)
	1982/83.	1983/84 (a)	1984/85 (b)	
Até 900	14.000	35.100	108.000	207,49
901 a 1.300	20.100	45.900	154.000	235,51
1.301 a 1.700	25.800	61.100	218.000	256,79
1.701 a 2.100	29.700	71.300	265.000	271,66
2.101 a 2.500	34.300	84.200	309.000	266,98
2.501 a 3.000	41.000	100.500	370.000	268,15
3.001 a 3.500	45.000	111.200	406.000	265,11
3.501 a 4.000	50.800	127.000	472.000	271,65
4.001 a 5.000	57.900	149.400	547.000	266,13
Acima de 5.000	68.000	172.300	633.000	267,38

Fonte: CFP

Elaboração: Instituto CEPA/SC

O preço-base do milho fixado em julho/83, em Cr\$ 3.700,00/sc, transformou-se, após corrigido em fevereiro/84, num preço mínimo de apenas Cr\$ 6.180,00/sc. A decisão do governo em definir o preço mínimo incorporando somente as correções da ORTN de agosto até janeiro, desagradou aos produtores, uma vez que as promessas eram de que as correções incorporariam também a variação da ORTN de março. Para a safra 1984/85 o preço base fixado em Cr\$ 13.000,00/sc poderá atingir cerca de Cr\$ 27.500,00/sc, após sofrer as correções das ORTNs até abril. O preço mínimo dessa safra será corrigido monetariamente durante oito meses (até abril), ou dois meses a mais que o previsto pela sistemática até então adotada. Com isso, o governo atendeu, em parte, aos reclames dos produtores que pediam correção do preço mínimo até o final da colheita. De qualquer modo, apesar de a nova sistemática não atender plenamente às solicitações dos produtores, ela já se constitui num avanço e deverá auxiliar na comercialização da próxima

safra, e garantir uma melhor remuneração aos produtores à época da colheita.

No que se refere ao panorama internacional, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) previu, em novembro, que o total da produção mundial de milho em 1984/85, deverá alcançar um volume próximo a 439,0 milhões de toneladas. Embora essa produção não deva igualar-se ao recorde de 444,2 milhões de toneladas produzidas em 1982/83, será, mesmo assim, bastante superior aos 349,1 milhões de toneladas obtidas em 1983/84.

A previsão da recuperação da produção de milho para a temporada em curso, decorre basicamente do substancial aumento da safra americana que voltou a externar uma produção de 190,5 milhões de toneladas - em 1983, a produção foi de apenas 105,8 milhões de toneladas como decorrência das estiagens que assolaram todo o cinturão do milho nos Estados Unidos.

A produção norte americana deste ano situou-se abaixo da previsão inicial de 207 milhões de toneladas, em decorrência não só desses problemas climáticos enfrentados pela cultura durante a fase de desenvolvimento vegetativo - excesso de chuvas no Oeste e estiagens no Leste - como também pelo excesso de chuvas durante a colheita. (tabela 86).

Tabela 86

PRODUÇÃO MUNDIAL DE MILHO -
- SAFRAS DE 1980/81 A 1984/85

PAÍS \ SAFRA	(em milhões de t)				
	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85*
EUA	168,8	208,3	213,3	105,8	191,8
China	61,0	59,0	60,0	68,2	67,7
Brasil	22,6	23,3	18,8	21,0	22,5
CEE	17,7	18,6	18,7	19,5	19,5
URSS	9,5	8,4	10,5	16,5	13,3
Argentina	12,8	9,7	11,0	9,5	10,0
Outros	112,3	110,7	111,9	108,6	114,2
TOTAL	404,7	438,0	444,2	349,1	439,0

(*) Previsão USDA (nov/84)

Fonte: USDA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Em novembro, a estimativa do USDA sobre o balanço da oferta/demanda de milho nos Estados Unidos apontava um estoque provável, para o final da temporada 1984/85, da ordem de 28,2 milhões de toneladas, contra 20,0 milhões do final da temporada passada. Apesar de a produção americana ter voltado a níveis considerados normais, os estoques continuarão modestos para os padrões americanos, como reflexo de a produção do ano passado não ter sido suficiente sequer para cobrir o consumo interno daquele país. Além disto, está prevista uma leve expansão das exportações americanas - o USDA estima em aproximadamente 54 milhões de toneladas contra 47,6 milhões da temporada passada - o que reforça a perspectiva de que os estoques venham a manter-se em níveis bastante modestos. (tabela 87).

Tabela 87

OFERTA E DEMANDA AMERICANAS DE MILHO - TEMPORADAS
1982/83 A 1984/85

DISCRIMINAÇÃO	(em milhões de t)		
	1982/83	1983/84	1984/85
<u>Oferta</u>			
. estoque inicial	58,06	79,30	20,00
. produção	213,29	105,80	190,30
<u>Demanda</u>			
. consumo	144,12	117,50	128,20
. exportação	47,47	47,60	53,90
<u>Estoque final</u>	79,30	20,00	28,20

Fonte: USDA (nov/83)

Os estoques mundiais, por sua vez, deverão ser, em 1985, 33% superiores aos do final da temporada 1983/84, como reflexo do aumento da produção mundial em quase 90 milhões de toneladas. Ainda assim, o "carry over" estimado em 47,5 milhões de toneladas, será significativamente inferior ao recorde de 95,8 milhões registrados ao final da temporada 1982/83, como decorrência de grande parte das reservas terem sido utilizadas para cobrir o déficit da produção mundial de 1984. (tabela 88).

Tabela 88

OFERTA E DEMANDA MUNDIAIS DE MILHO - TEMPORADA
1983/84 E 1984/85

DISCRIMINAÇÃO	1983/84	1984/85
<u>Oferta</u>		
. estoque inicial	95,8	34,3
. produção	349,5	439,1
. importação	66,1	73,1
. oferta total	511,4	547,1
<u>Demanda</u>		
. consumo interno	411,0	427,8
. exportação	66,1	72,7
. demanda total	477,1	500,5
<u>Estoque final</u>	34,3	45,7

Fonte: USDA (nov/83)

No que concerne ao abastecimento nacional, constatou-se relativa tranqüilidade no atendimento durante todo o transcorrer do ano. Nos primeiros meses, até fevereiro, período mais crítico da entressafra, a demanda foi atendida não só pelos próprios estoques dos consumidores, mas também pela oferta regular do produto da CFP (milho nacional e importado) através de pregões nas Bolsas de Mercadorias.

A queda de produção no Centro-Sul, motivada pelas estiagens do final do ano passado e janeiro deste ano, causou, de início, preocupações quanto à real possibilidade de o consumo nacional ser satisfeito com a própria produção. No entanto, a boa performance da safra do Nordeste, o plantio de uma segunda safra no Paraná e a retração da demanda por parte da suinocultura e a avicultura durante o primeiro semestre de 1984, colaboraram de forma efetiva para tranqüilizar o mercado. A certeza de que a produção seria suficiente para atender às necessidades brasileiras, com folga, aliada à política dos grandes consumidores de efetuarem suas compras da "mão para a boca", ou seja, não se interessando pela formação de grandes estoques, proporcionou estabilidade aos preços durante toda a primeira metade do ano. Essa estagnação das cotações gerou preocupações quanto aos reflexos ne-

gativos que poderia acarretar sobre a intenção de plantio da safra 1984/85, tanto que, para dinamizar a comercialização, o governo autorizou, em julho, a exportação de 200 mil toneladas de milho - destas, apenas 160 mil foram efetivamente exportadas, sendo que as restantes 40 mil toneladas não encontraram interessados em promover a venda.

Apesar de a autorização das exportações ter auxiliado a recuperação das cotações, estas não chegaram a "sacudir" o mercado com maior impacto, fato que demonstrou, à época, que as perspectivas de abastecimento eram tidas como tranqüilas.

A partir de outubro, entretanto, o mercado de algumas regiões demonstrou alguns sinais de escassez. Esse fato, foi gerado muito mais pela retração dos vendedores - que buscaram compensar os prejuízos decorrentes da estabilidade dos preços ocorridos até fins de julho - do que pela falta efetiva do cereal. É bom lembrar que, naquele momento, o milho disponível para comercialização já não se encontrava em mãos dos produtores, mas sim das cooperativas e cerealistas, o que permitiu a estes últimos retraírem suas ofertas na expectativa de ditarem seus preços de venda.

Nos últimos dois meses do ano, apesar de o mercado ter operado num contexto de oferta controlada e de preços firmes, não ocorreram maiores problemas para o abastecimento dos grandes consumidores, já que estes encontravam-se razoavelmente abastecidos, e somente entraram no mercado nos momentos mais favoráveis - a exceção coube aos compradores paulistas, para quem, como decorrência das notícias de quebra da safra, pelas estiagens de novembro/84, o mercado, durante a primeira quinzena daquele mês, mostrou-se bastante especulativo, em face da retração dos vendedores do Sudoeste goiano. Já os pequenos e médios consumidores, cujo capital de giro permitia tão somente compras que atendessem a poucos dias de consumo, defrontaram-se ao final do ano com alguns problemas, só que muito mais em função dos altos preços do milho do que por falta efetiva do produto.

De qualquer forma, a produção de 21,2 milhões de toneladas obtida em 1983/84, mostrou-se suficiente para atender à demanda (calculada entre 19,5 e 20 milhões de toneladas) e girar um razoável "carry over" para o início de 1985. As preocupações, ao final do ano, diziam respeito ao atendimento das necessidades de consumo até fevereiro, já que os empecilhos enfrentados pela cultura durante a fase de plantio deveriam retardar o início da colheita. Essa preocupação era justificada na medida em que se constatava que os estoques de milho em mãos do governo eram tidos como irrisórios. No entanto, ao final de dezembro era consenso no mercado que, ao depender naturalmente do desempenho da próxima safra, o Brasil não teria de recorrer à importações de milho, para suprir a demanda do início de 1985. Apesar disso, o Conselho Monetário Nacional autorizou a CFP a importar 200 mil toneladas de milho com a finalidade de recompor seus estoques. Esse volume, embora na opinião de grande parte dos analistas seja desnecessário para o atendimento do consumo, servirá, entretanto, como "freio" a possíveis especulações com o produto no pique da entressafra.

Para 1985, e desde que a produção venha a situar-se em nível pouco inferior ao volume de 21,2 milhões de toneladas colhidas em 1984, pode-se visualizar certa tranquilidade no abastecimento nacional. Isto porque, o consumo não deverá mostrar-se muito diferente daquele ocorrido em 1984 - cerca de 19,7 milhões de toneladas - em face das estimativas de estabilização do rebanho suíno e de apenas um leve incremento no criatório de aves (mais ou menos 3%). Além disso, os estoques de passagem ao final deste ano são maiores do que aqueles do ano passado, fato que deverá favorecer o abastecimento em 1985.

Em Santa Catarina, o abastecimento processou-se normalmente até o início da safra. Os consumidores foram abastecidos pelos próprios estoques, por produto da CFP, e também pelas primeiras entradas de milho da safra nova. Em fevereiro, os sintomas de tranquilidade foram demonstrados pela pequena procura por milho da CFP no leilão da Bolsa de Mercadorias e Cereais de Santa Catarina, em cujo único pregão do mês (16/02/84) foram ofertados 6.000 t, e vendidas apenas 2.492 t, e, mesmo assim, as compras

correram por conta somente dos consumidores do litoral, tradicionais demandadores de milho de outras regiões. A partir de março, as perspectivas que depois se confirmaram, apontavam para uma normalização do abastecimento, pois além de contarmos com uma boa safra, contamos também com um fluxo normal de milho do vizinho Paraná. A tranqüilidade manifestada pelo mercado traduziu-se no desinteresse pelos pregões da Bolsa, cujos leilões, em face disso, foram encerrados em abril.

Ao final do ano, mesmo não existindo grandes estoques disponíveis de milho para comercialização, a demanda foi atendida a contento. Os grandes consumidores estavam razoavelmente abastecidos e os pequenos e médios, além de comprarem no mercado interno, abasteceram-se, em menor escala, de milho do Paraná e também nos pregões da Bolsa de Mercadorias e Cereais de Santa Catarina (milho da CFP).

É de ressaltar que, em nosso estado, cerca de 60% da produção de milho são retirados na propriedade para auto-consumo e, que destes, a maior parte destina-se à alimentação do plantel de suínos. Do restante da produção estadual que vai ao comércio, bem como do milho que entra do Paraná, a maior parte é requerida pelas indústrias, que a transformarão em rações para aves. Com isso, fica patente que, em anos de produção normal, o segmento da suinocultura fica satisfatoriamente atendido com a própria produção estadual, e o segmento da avicultura, com agroindústrias consolidadas, tem capacidade de prover-se satisfatoriamente quer no mercado interno estadual, quer no mercado do Paraná.

A título de lembrança, voltamos a refrisar as indicações do fluxo do milho em nosso estado. A microrregião Colonial do Oeste Catarinense, não obstante ser a maior consumidora do cereal, é também a maior produtora, gerando inclusive excedentes que são exportados para outras regiões do Estado e também, em pequena escala, para o Rio Grande do Sul.

A microrregião do Vale do Rio do Peixe, além da própria produção, é tradicional compradora de milho produzido na microrregião Colonial do Oeste Catarinense e de produto do vizinho Es-

tado do Paraná. Essa microrregião, apesar de ser a segunda produtora de milho, possui 26% do rebanho suinícola e é responsável por mais de 60% do abate inspecionado de aves.

Nas microrregiões Planalto de Canoinhas e Campos de Curitiba, que respondem em conjunto por cerca de 10,0% da produção estadual, a oferta é superior à demanda e gera excedentes que são comercializados para o Meio-Oeste e para o Vale do Itajaí.

As microrregiões litorâneas, além de consumirem a própria produção, abastecem-se em outras regiões e no estado do Paraná. (tabela 89).

No que tange às vendas para o exterior, o Brasil exportou, em 1984, cerca de 190 mil toneladas de milho, contra 683 mil em 1983 e 544 mil em 1982. O destino do milho exportado pode ser visto na tabela 90.

Tabela 90

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE MILHO, POR PAÍS DE DESTINO,
1982 A 1984

PAÍS	(em 1.000 t)		
	1982	1983	1984 (*)
Alemanha Oriental	-	44	-
Bélgica	-	-	42
Chile	19	-	-
Espanha	491	363	140
Nigéria	5	-	7
Países Baixos	-	6	-
Síria	25	-	-
URSS	-	270	-
Outros	4	n.d.	n.d.
TOTAL	544	683	189

(*) Total até 14/10/84

Fonte: Safras & Mercados nº 133

Apesar de a liberação das exportações em julho, permitido uma melhora dos preços internos naquele momento, não chegou a influenciar as cotações por mais longo prazo. Isto porque a média dos preços internacionais US\$ 137,00/t em julho, para a primeira entrega, permitiu pagamento de até Cr\$ 10.600,00/sc, posto Maringá/PR, valor superior aos praticados pelo mercado à época.

Já as constantes quedas das cotações do milho em Chicago, situando-o nos meses seguintes ao redor de US\$ 110,00/t, inviabilizou as exportações na medida em que a paridade dos preços os tornou desfavoráveis. Como exemplo pode ser citada a decomposição das cotações reinantes em Chicago durante a primeira quinzena de novembro, as quais depois de decompostas, permitiriam pagamento, em Maringá, de apenas Cr\$ 13.240,00/sc, contra Cr\$ 17.000,00 pagos no mercado interno.

Ainda com respeito às exportações de milho, frize-se que, apesar de a liberação das 200 mil toneladas para venda ao mercado externo ter sido considerada boa para aquele momento, na medida em que reativou a comercialização, mesmo assim, decisões dessa natureza continuam a mostrar-se temerárias, embora, para alguns analistas, a liberalização da comercialização seja considerada de alta valia. Para outros, essa perspectiva, no caso específico do milho, deve ser encarada com reservas. Isso porque, no caso particular de produtos tradicionalmente exportáveis, como a soja, cuja produção é largamente superior ao consumo nacional (existem superávits de cerca de 8,0 milhões de toneladas de farelo, 1,5 milhão de toneladas de grãos e 900 mil toneladas de óleo) o excedente tem de, forçosamente, ser colocado no mercado internacional. Além disso, caso haja frustração de safra, a produção interna, ainda assim, será suficiente para atender à demanda nacional. Já no caso do milho, isso não se verifica. A produção brasileira tem-se mostrado, em alguns anos, insuficiente para cobrir até o próprio consumo; em outros, apesar de a safra ter-se comportado bem, o superávit alcançado seria suficiente tão somente para cobrir 30 dias de demanda. Fica evidente, portanto, que em caso de ocorrer frustração generalizada de produção, as nossas necessidades teriam de ser cobertas por importações. Além disso, os custos internos de produção são superiores aos dos países concorrentes, fato que, ao se interiorizarem os preços internacionais, esses poderão vir a transformar-se em empecilho ao cultivo do milho.

Por outro lado, é bom lembrar que o milho é um produto que pode ser encarado até como de segurança nacional, tal a importância de que se reveste para diversos setores da atividade

agrícola. Portanto, seria muito mais lógico que, ao invés de exportá-lo, o Governo procurasse fórmulas de viabilizar sua estocagem em volumes que efetivamente tranquilizassem o consumidor nacional e não viessem a comprimir os preços a nível de produtor. Após a formação desses estoques de garantia, aí sim, poder-se-ia pensar em liberação das exportações.

O mercado nacional de milho manteve-se relativamente estável até o mês de junho. As negociações foram pequenas com as indústrias adotando uma política de efetuar suas compras da "mão para a boca", ou seja, não se interessando por manter estoques. Os produtores e cooperativas, por sua vez, mantiveram-se retraídos nas vendas, na procura de melhores preços. Em julho as cotações experimentaram uma melhora em decorrência das exportações, porém voltaram a estabilizar-se na primeira quinzena de agosto. Já na terceira semana daquele mês, o mercado voltou a reativar-se, influenciado não só pela divulgação do novo preço-base, mas, também, pela retração dos vendedores.

A partir daí, o mercado permaneceu firme, apresentando, inclusive, um certo comportamento especulativo durante o mês de outubro. Muitos consumidores estiveram presentes no mercado, embora resistissem aos preços solicitados pelos vendedores. Estes, por sua vez, sentindo o aumento da procura, forçaram gradativamente as cotações, visando, de certa forma, compensar os prejuízos decorrentes da estabilidade dos preços ocorrida até o final de julho. O aumento dos preços nas regiões Sudeste e Sul do país, proporcionou uma maior procura por milho de Goiás, acarretando, por consequência, uma subida significativa dos preços do produto naquele estado, onde, a nível de produtor, as cotações já alcançaram Cr\$ 13.000,00/14.000,00/sc, ao final de outubro.

Esse aumento generalizado das cotações do milho foi creditado aos seguintes fatores: a) reativação da avicultura; b) aumento dos estoques de giro por parte dos compradores; c) consenso de mercado de que a oferta estava ajustada à demanda, o que trouxe um certo receio de que, ao final do ano, a oferta ficasse concentrada na mão dos grandes vendedores; d) perspectiva de retardamento do início da colheita, em decorrência da falta de chu-

vas, em setembro, ter atrasado o plantio; e) tendência apresentada pelos vendedores de tentar aproximar os preços de mercado do preço base corrigido. Além disso, o custo de EGF - os contratos realizados em abril, atingiam Cr\$ 14.000,00/sc em outubro - também impulsionaram os preços do milho.

Já em novembro, à exceção dos estados do Sudeste, onde os preços do milho apresentaram uma sensível elevação durante os primeiros dias do mês - motivado, ao que parece, por especulações em função de notícias de prováveis quebras na safra, como decorrência de estiagens naquela região - nos demais estados as cotações tenderam à estabilidade. Daí em diante, até o final do ano, os preços permaneceram praticamente estabilizados.

O mercado estadual de milho apresentou pouca movimentação durante o primeiro semestre de 1984. Em janeiro, os preços apresentaram tendência de queda, como decorrência não só de as cotações do milho importado - produto da CFP leiloado através da Bolsa de Mercadorias e Cereais de Santa Catarina - terem se mostrado declinantes, mas, também, pela relativa tranquilidade no abastecimento. Em fevereiro/março, os compradores retraíram-se frente aos preços solicitados pelos vendedores. Os grandes consumidores que dispunham de estoques razoáveis preferiram adquirir o produto diretamente dos agricultores, ou mesmo do Paraná, tentando com isso forçar os preços para baixo. Em contrapartida, a ação das cooperativas, abrindo suas compras a Cr\$ 8.000,00/sc - 30% superior ao preço mínimo - sustentaram os preços a nível de produtor. Essa ação, entretanto, foi bastante dificultada pelo estabelecimento do preço mínimo em níveis insatisfatórios - Cr\$ 6.180,00/sc, quando tudo fazia crer que chegaria próximo aos Cr\$ 7.000,00/sc - e pelo encarecimento e pouca disponibilidade de crédito para comercialização (EGF). Em abril/maio, o mercado estadual mostrou-se mais movimentado do que nos meses anteriores, porém a comercialização ainda transcorria de forma lenta. A partir de junho o mercado atacadista apresentou sinais de maior atividade, apesar de as cotações terem-se mantido praticamente estabilizadas. Já a nível de produtor os preços mostraram leve melhora, indicando que a demanda começava a incrementar-se. Essa tendência foi reforçada em julho, quando as notícias da abertura de

exportações refletiram-se em aumentos acentuados das cotações, tanto a nível de atacado, quanto a nível de produtor. Na primeira quinzena de agosto, entretanto, os preços apresentaram certa acomodação como decorrência de o mercado ter sentido que o pequeno volume liberado para exportação não traria maior impacto sobre a oferta. No entanto, a partir da terceira semana de agosto, as cotações voltaram a reativar-se, influenciadas então pela divulgação do novo preço-base (Cr\$ 13.000,00/sc).

Daí em diante, até fins de outubro, os preços apresentaram uma substancial elevação, puxados não só pela evolução das correções do preço-base, como também pelas altas cotações verificadas nos demais estados - as cotações no mercado catarinense sempre têm muito a ver com a paridade de preços, principalmente com aqueles praticados no Paraná. Por outro lado, neste mesmo período, como de resto em todo o transcorrer do ano, notou-se que os vendedores catarinenses forçaram o mercado, ou seja, pediam sempre preços levemente superiores aos ofertados pelos compradores. Já de início de novembro até o final do ano, o mercado mostrou-se calmo, com os preços tendendo à estabilidade. Esse comportamento foi creditado ao pequeno interesse de compras demonstrado pelos grandes consumidores que se encontravam razoavelmente abastecidos e às ofertas continuadas de milho da CFP, nos leilões da Bolsa de Mercadorias e Cereais. (tabela 91).

Para os primeiros meses de 1985, pode-se prever que, dependendo de um bom desenvolvimento da safra em curso, os preços se apresentarão firmes, sem no entanto, sofrer elevações mais bruscas. O bom volume de estoques em mãos dos grandes consumidores, a provável entrada no mercado de um pequeno volume de milho novo e a "desova" dos estoques remanescentes, são indicadores que permitem formular essa suposição. Em face disto, as perspectivas são de que as cotações, no atacado, venham a evoluir em consonância com os reajustes mensais do preço-base, embora com uma diferença de Cr\$ 1.500,00/2.000,00/sc acima do básico corrigido. Já para o período de maior colheita, abril/junho, acredita-se que as cotações do milho, a nível de produtor, venham a situar-se ao redor do novo mínimo, projetado em aproximadamente Cr\$ 27.500,00/sc.

Tabela 89

DESTINO DA PRODUÇÃO DE MILHO, NAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES PRODUTORAS DE
SANTA CATARINA, 1980

(em percentagem da produção)

MICRORREGIÕES	DESTINO DA PRODUÇÃO						PARTICIPAÇÃO DAS MICRORREGIÕES NA PRODUÇÃO ESTADUAL
	Consumo no Estabe- lecimento	Entrega a Cooperativas	Venda Direta a Indústria	Venda a Interna- diários	Venda Direta a Consumidores	Total	
Colonial do Oeste Catar.	53,61	11,29	2,12	28,85	4,13	100,0	54,36
Colonial do Rio do Peixe	75,00	1,82	1,28	11,12	10,78	100,0	22,74
Planalto de Canoinhas	61,25	6,84	1,11	17,42	13,38	100,0	4,86
Campos de Curitibanos	30,19	9,89	1,61	51,49	6,82	100,0	4,59
Colonial do Alto Itajaí	71,14	1,89	2,45	15,17	9,35	100,0	3,38
Carbonífera	67,06	0,33	2,51	20,73	9,37	100,0	1,89
Outras	62,47	0,39	3,22	25,39	8,53	100,0	8,18
TOTAL ESTADUAL	59,39	7,45	1,96	24,35	6,85	100,0	100,0

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de 1980)

Tabela 91

PREÇOS DO MILHO - A NÍVEL DE PRODUTOR E ATACADO EM
SANTA CATARINA, NA BOLSA DE MERCADORIAS E CEREAIS
DE SC, E NA BOLSA DE CEREAIS DE CHICAGO, 1984

(valor nominal - Cr\$ 1,00/sc 60 kg)

MÊS	PRODUTOR	ATACADO	LEILÕES DA BOLSA	CHICAGO US\$/t (1ª entrega)
Janeiro	9.000/8.000	9.500/9.000	9.780 ⁽¹⁾	129,32
Fevereiro	8.000	9.000/9.500	8.564 ⁽¹⁾	127,28
Março	8.000	8.700/8.800	-	132,28
Abril	8.000	8.900/9.500	-	138,80
Mai	8.000	9.200/9.800	-	138,42
Junho	8.500/9.000	9.700/9.800	-	137,24
Julho	9.000/10.000	10.000/11.000	-	129,68
Agosto	10.500/13.000	11.500/14.500	-	116,24
Setembro	13.000/14.200	14.000/16.000	-	117,64
Outubro	14.000/17.000	16.000/19.000	-	109,45
Novembro	18.000	18.700/19.500	15.162 ⁽²⁾	107,58
Dezembro	18.000	18.700/20.500	14.879 ⁽³⁾	101,90

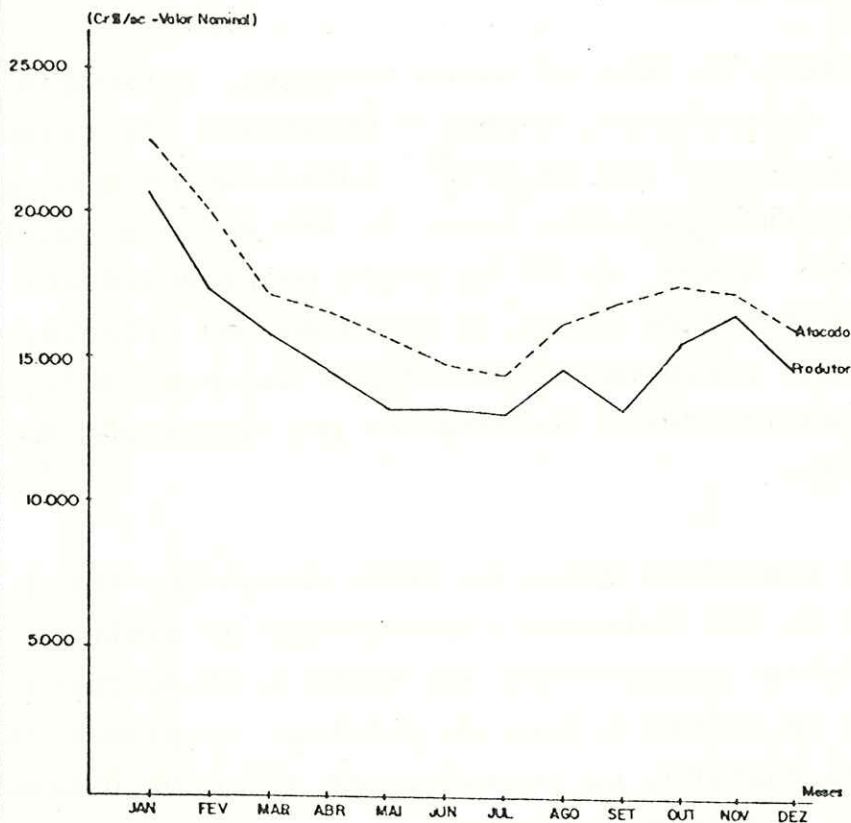
(1) Já inclusos ICM e frete

(2) Posto Cuiabá/MT

(3) Posto MT, RO e MA

Fontes: COOPERCENTRAL e CFP.

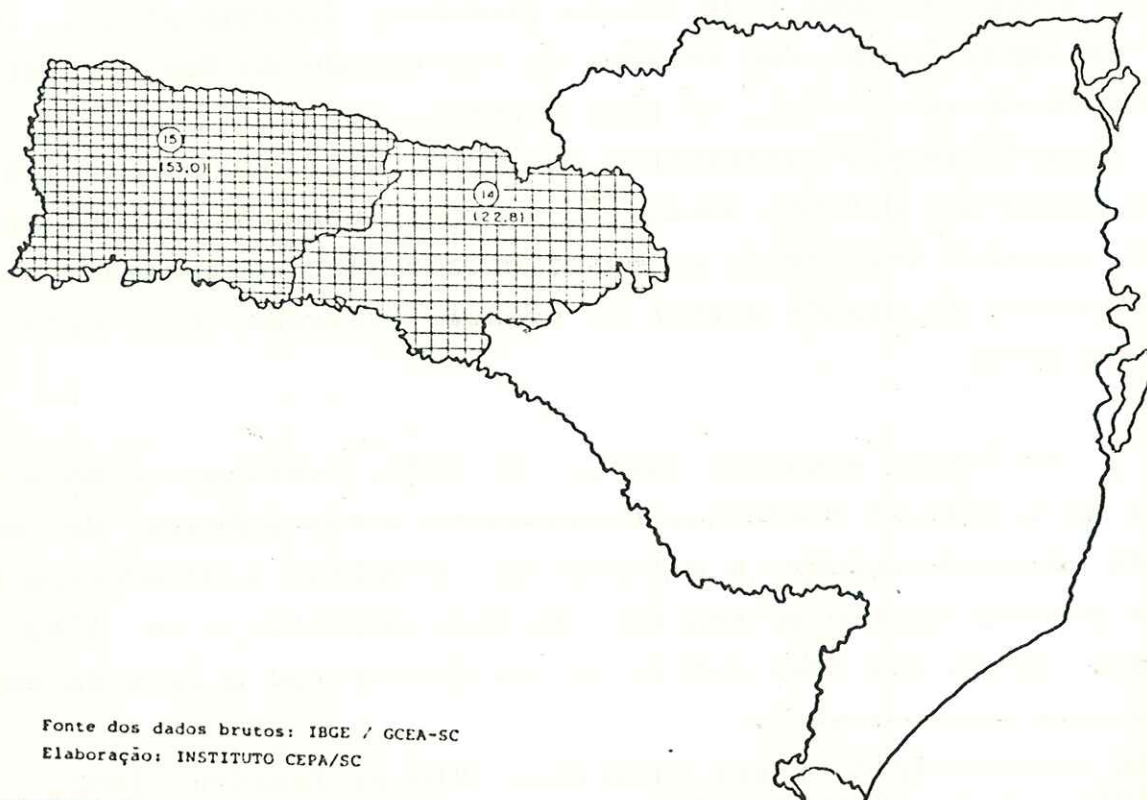
GRÁFICO 7 - PREÇOS DO MILHO - A NÍVEL DE PRODUTOR E ATACADO EM SANTA CATARINA-1984



Fonte: COOPERCENTRAL e CEP

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

Mapa 14 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MILHO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84



Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA-SC

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

3.12. Soja

A cultura da soja em Santa Catarina, a exemplo das demais lavouras temporárias, também é explorada por grande número de pequenos produtores. Dos 59.157⁽¹⁾ agricultores que plantaram a oleaginosa na safra 1979/80, cerca de 63% deles a cultivaram em propriedades com menos de 20 ha e 29% em propriedades com área total entre 20 e menos de 50 ha. A produção, no entanto, concentra-se em grande parte nas propriedades maiores, onde, em 1980, somente 8% dos agricultores responderam por quase 50% do total da produção estadual.

Ainda segundo o Censo de 1980, do número total de agricultores, cerca de 22% cultivam a oleaginosa no sistema "solteiro", 71% no sistema consorciado com milho e 7% de forma intercalada. Já no que se refere à área de plantio, os primeiros responderam por 45% do cultivo, os segundos por 49% e os últimos por 6% do total da área cultivada no estado.

Santa Catarina que, em decorrência das enxurradas de 1983, havia caído da 6ª para a 8ª posição no contexto dos estados produtores de soja, respondeu, em 1984, por 3,7% da produção nacional e situou-se como o 7º estado produtor, ficando atrás, por ordem de importância, dos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná, do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, de São Paulo e de Goiás. A participação catarinense no global da produção brasileira, tem caído nos últimos anos, não só como função da estabilização do cultivo verificado em nosso estado, mas, principalmente, em decorrência do grande avanço de plantio ocorrido nos estados do Centro-Oeste.

No âmbito estadual a soja, em 1984, continuou como a 4ª cultura em termos de produção, situando-se atrás somente do milho, da cana-de-açúcar e da mandioca, e voltou a colocar-se na segunda posição quanto ao montante da área plantada - em 1983 a soma das áreas das duas safras de feijão superou a área da soja.

(1) CENSO AGROPECUÁRIO, Santa Catarina. Rio de Janeiro, IBGE, 1980. v.2, 1ª pte p. 120.

em 17,8 mil hectares - sendo superada apenas pelo milho. No que tange à formação do Valor Bruto da Produção do sub-setor lavouras, a soja, em 1984, manteve a terceira colocação, ficando atrás, por ordem de importância, somente do milho e do feijão.

Em nosso estado, a área plantada com soja, que vinha apresentando uma sensível expansão até o final da década de 80, apresentou no período 1980/82 um sensível declínio, para em seguida praticamente estabilizar-se. O declínio de cultivo experimentado no período 1980/82, decorreu da substituição da prática de consórcio de milho/soja, por milho ou feijão solteiro, principalmente pelo último, cujos preços, nos últimos anos, têm-se mostrado bastante estimulantes. Já a estabilidade atualmente verificada, prende-se principalmente à falta de estímulos - crédito favorecido para investimentos - para a abertura de novas áreas mecanizadas. A evolução da cultura da soja desde 1976/77, pode ser vista na tabela 92.

Tabela 92

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA SOJA EM SANTA CATARINA -
SAFRAS DE 1976/77 A 1984/85

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	350.642	476.365	1.359
1977/78	408.785	354.681	868
1978/79	504.570	433.863	860
1979/80	520.401	718.764	1.381
1980/81	483.880	648.000	1.339
1981/82	445.000	534.000	1.200
1982/83	404.300	405.400	1.003
1983/84	420.246	578.763	1.377
1984/85 (*)	415.000	540.000	1.300

(*) Estimativa: IBGE/GCEA-SC (novembro/84)

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Na safra 1983/84, o aumento do plantio em 3,9%, quando comparado ao da safra anterior, deveu-se ao incentivo proporcionado pelo espetacular aumento das cotações da soja no mercado internacional durante o segundo semestre de 1983 e às boas perspectivas de preços que à época se delineava para a comercialização em 1984. No entanto, a escassez de sementes - principalmente de variedades tardias para o plantio consorciado - e o elevado preço das mesmas refrearam uma maior expansão de cultivo da oleaginosa. Além disso, o alto custo dos investimentos para abertura de novas áreas mecanizáveis, tornou esse processo muito oneroso, o que fez com que o crescimento de cultivo tenha ocorrido quase que exclusivamente pela recuperação de algumas parcelas de áreas, que a cultura havia perdido anteriormente para o feijão.

A ocorrência, em outubro/83, de ventos e granizo em áreas localizadas no Oeste e a formação de geadas, principalmente nas microrregiões do Planalto, não chegaram a prejudicar a cultura, uma vez que o plantio, no momento daqueles acontecimentos, estava recém iniciado e com muita semente ainda em germinação.

Não obstante alguns percalços - atraso de plantio, falhas de germinação, ocorrência de bolsões de estiagens na primeira quinzena de dezembro e em fins de janeiro/inícios de março e ataque de pragas à época de floração - o desenvolvimento das lavouras não foi grandemente prejudicado.

As chuvas que caíram na primeira dezena de maio não chegaram a afetar a produção. A produtividade, de um modo geral, foi boa. As exceções correram por conta de algumas lavouras consorciadas que apresentaram problemas em decorrência de terem sido cultivadas com variedades de ciclo precoce. Nessas as vagens apodreceram ainda verdes (fato que ocorreu principalmente na região de Concórdia, onde cerca de 5% da área foram perdidos por esse motivo). Também apresentaram queda de rendimento as lavouras que foram atingidas pelos bolsões de estiagens. De qualquer forma, a produtividade das lavouras, 1.377 kg/ha, foi bastante superior à obtida no ano anterior (1.003 kg/ha) e maior do que os 1.300 kg/ha inicialmente esperados.

A produção de 1984, quando comparada às 405,4 mil toneladas obtidas em 1982/83, apresentou uma evolução de 42,8%. É de se ressaltar, entretanto, que esse crescimento não se deveu somente ao retorno da produtividade aos índices normais, mas, também, ao aumento de 3,9% na área plantada, que passou de 404.300 ha para 420.246 ha.

A disponibilidade de sementes fiscalizadas, 15,6 mil toneladas, foi insuficiente para cobrir toda a demanda interna estadual, calculada em cerca de 23.000 t.

Segundo o Censo de 1980, em aproximadamente 60% da área plantada foram utilizadas sementes melhoradas, e 57% da área cultivada receberam algum tipo de adubação. Esses números, embora devam ter sofrido alterações nestes últimos anos, podem, mesmo assim, ser ainda considerados como parâmetros para os cálculos atuais.

A nível de estado, a microrregião Colonial do Oeste Catarinense continuou sendo a maior produtora, respondendo, na safra 1983/84, por cerca de 67,2% da produção estadual, seguindo-lhe, em importância, as microrregiões Colonial do Rio do Peixe, com 12,6%, Campos de Curitibanos com 10,0% e Planalto de Canoinhas com 9,1%. No conjunto, essas quatro microrregiões responderam por 98,9% da produção catarinense.

A safra brasileira de soja, em 1984, situou-se ao redor de 15,5 milhões de toneladas. Apesar de esses números situarem-se bem abaixo das estimativas iniciais - a ampliação do plantio em cerca de 8%, levou a realização de prognósticos de até 16,7 milhões de toneladas - transformou-se, mesmo assim, num novo recorde, superando a produção de 15,16 milhões de toneladas obtidas em 1980. A produtividade média, a nível nacional, ficou ao redor de 1.650 kg/ha, uma das mais baixas dos últimos anos, em decorrência da escassez de sementes, da redução do uso de fertilizantes e das sucessivas adversidades climáticas (estiagens) enfrentadas pela cultura nos principais estados produtores. (tabela 93)

Tabela 93

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE SOJA, POR ESTADO -
SAFRAS DE 1980/81 A 1984/85

(em 1.000 t)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SAFRA				
	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84 ⁽¹⁾	1984/85 ⁽²⁾
Paraná	4.950,0	4.200,0	4.315,0	4.121,0	4.407,0/4.515,0
Rio Grande do Sul	6.088,3	4.220,6	5.268,9	5.415,5	5.220,0
Mato Grosso do Sul	1.346,0	1.537,3	1.801,0	2.002,6	1.955,0/2.013,0
São Paulo	1.032,0	993,3	966,0	864,0	869,0/888,0
Goiás	382,6	560,9	692,9	861,1	960,0/1.008,0
Santa Catarina	648,2	534,0	405,4	578,8	540,0
Minas Gerais	279,4	390,1	477,5	551,3	577,0/611,0
Mato Grosso	224,9	365,5	611,3	1.050,2	1.239,0/1.295,0
Distrito Federal	25,5	32,4	39,8	52,0	72,0
Outros	1,1	0,4	4,2	43,6	40,0/54,0
TOTAL	14.978,0	12.834,5	14.582,0	15.540,1	15.819/16.216,0

(1) Estimativa IBGE (Out/84)

(2) Estimativa: Safras & Mercado (dez/84)

Fonte: IBGE/CEPAGRO

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Para a safra de 1984/85, as estimativas do IBGE/GCEA-SC de dezembro apontavam, para Santa Catarina, um plantio da ordem de 415.000 ha e uma produção de 540.000 t. Estes números, quando comparados aos da safra passada, apresentam uma involução de 1,2% na área de plantio e de 6,7% na produção.

O leve recuo apontado para a oleaginosa deu-se muito mais em função da comutação da soja por feijão nas áreas em consórcio com milho, do que pela diminuição do cultivo solteiro. A expectativa de que o cultivo solteiro viesse a retroceder, como decorrência do encarecimento do crédito e do baixo nível de VBC, não se confirmou. O que se verificou foi a disposição dos grandes e médios produtores em plantarem a mesma área de 1983/84, embora tendendo a compensar as dificuldades de crédito com uma menor

utilização de insumos - exceção às sementes melhoradas, cuja aplicação não caiu, em face da boa disponibilidade e de os preços situarem-se em níveis satisfatórios (Cr\$ 45.000,00/50.000,00/sc), quando comparados aos da safra passada.

A falta de chuvas nos primeiros quinze dias de setembro não chegou a causar problemas (a semeadura iniciou-se em outubro), a não ser um leve atraso no preparo do solo em algumas regiões. Já as chuvas torrenciais dos dias 19 e 26/09 acarretaram danos por erosão nas lavouras até então preparadas.

A falta de chuvas na última dezena de outubro, e as constantes precipitações de novembro, embora não tenham causado maiores prejuízos, atrasaram a programação de plantio. Já a normalização das condições climáticas ao final de novembro e durante o transcorrer de dezembro, geraram expectativas otimistas quanto ao desempenho da safra.

Os primeiros levantamentos sobre a intenção de plantio da safra brasileira, mostraram-se mais promissores do que o inicialmente esperado. As estimativas de dezembro apontavam para uma área de cultivo entre 9,5 e 9,6 milhões de hectares contra 9,41 milhões de hectares plantados em 1983/84. Os estados que apresentaram tendência de crescimento foram Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais. O Paraná mostrou tendência de reduzir a área em 2%, como decorrência da falta de recursos para custeio das lavouras, da perspectiva não animadora de preços para o próximo ano e de perdas de áreas de soja para o algodão. Nos estados onde as áreas tenderam a aumentar, o incremento deu-se em cima de áreas anteriormente cultivadas com arroz e pastagens. Não obstante a CFP em seu levantamento de final de outubro ter previsto uma produção entre 16,36 e 16,63 milhões de toneladas - baseada na produtividade média das últimas safras normais - a maioria dos analistas trabalhava com números mais modestos. Safras & Mercados nº 357, estimou preliminarmente uma produção entre 15,80 e 16,20 milhões de toneladas; outras publicações, no entanto, trabalharam com previsões mais próximas a 15,0 milhões de toneladas.

Apesar de a redução no uso de insumos básicos não sig-

nificar necessariamente que a produtividade cai, torna, entretanto, as lavouras muito mais sensíveis a problemas de ordem climática. Diante disso, é bem provável que a produtividade média das lavouras, nesta safra, situe-se em níveis pouco superiores aos 1.645 kg/ha obtidos na semi-frustrada safra do ano passado, e não alcance a média de 1.760 kg/ha das últimas safras normais. Essa expectativa é bastante plausível, uma vez que o começo desta safra não se mostrou muito favorável, com as estiagens atrasando o plantio nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas e especialmente São Paulo. (tabela 94).

Tabela 94

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DE SOJA NO BRASIL -
SAFRAS DE 1972/73 A 1983/84

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1972/73	3.615	5.012	1.386
1973/74	5.143	7.877	1.532
1974/75	5.825	9.893	1.698
1975/76	6.417	11.227	1.750
1976/77	7.070	12.513	1.770
1977/78	7.782	9.541	1.226
1978/79	8.256	10.240	1.240
1979/80	8.774	15.156	1.727
1980/81	8.485	14.978	1.765
1981/82	8.202	12.835	1.564
1982/83	8.486	14.582	1.719
1983/84	9.456	15.483	1.645
1984/85 (*)	9.550	16.000	1.675

(*) Média das previsões de novembro de Safras & Mercado

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Embora os Valores Básicos de Custeio (VEC), aprovados em agosto, tenham sido corrigidos em 280,2% - bastante superiores à taxa inflacionária de 217,9% ocorrida no período de um ano - os valores aprovados não satisfizeram aos produtores, uma vez que

não chegaram a cobrir os custos variáveis de produção. Além disso, os baixos níveis de acesso ao crédito favorecido - 60% do VBC para os médios e 40% para os grandes produtores - tornaram o montante financiável significativamente inferior às necessidades de custeio. Outro fato que agravou o quadro já desfavorável dos VBCs, foi a falta generalizada dos recursos na rede bancária, que, além de atrasar as liberações das parcelas financiadas, obrigou os produtores a lançarem mão de diversos expedientes a fim de plantarem suas lavouras. Não obstante estes problemas não se terem refletido numa diminuição de cultivo, tão intensa quanto de início era esperada, proporcionaram, na prática, um acentuado decréscimo na utilização de insumos, principalmente de adubos e defensivos (tabela 95).

Tabela 95

VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO PARA AS SAFRAS DE
1982/83 A 1984/85

PRODUTIVIDADE (kg/ha)	(Cr\$/ha)			VARIACÃO % (b/a)
	SAFRA 1982/83	SAFRA 1983/84 (a)	SAFRA 1984/85 (b)	
Até 1.250	31.700	74.500	280.000	275,83
1.251 a 1.500	35.000	80.100	304.000	279,52
1.501 a 1.750	41.200	98.200	374.000	280,85
1.751 a 2.000	46.900	106.700	407.000	281,44
2.001 a 2.400	54.100	124.600	475.000	281,21
acima de 2.400	59.700	131.300	500.000	280,80

Fonte: CFP

O preço-base para a safra 1983/84, que havia sido estabelecido, em julho/83, em Cr\$ 4.338,00/sc, alcançou um mínimo de Cr\$ 7.242,00/sc, após sofrer as correções até fevereiro/84. Para a safra 1984/85, o preço básico foi estabelecido, em agosto/84, em Cr\$ 20.000,00/sc. Com a nova sistemática de correção (reajuste até abril/85), estima-se que o preço mínimo da soja situe-se ao redor de Cr\$ 46.500,00/sc. Apesar de o preço base deste ano ter apresentado o maior reajuste dentre os demais produtos (361,0%), não chegou a ser estimulante, já que esta correção não eliminou completamente a defasagem do baixíssimo nível do preço mínimo do ano passado, além de ter-se mostrado inferior aos custos de pro-

dução. De qualquer forma, o preço-base não tem grande importância na formulação das intenções de plantio, uma vez que o estímulo ou desestímulo correm por conta das cotações internacionais, que são as que efetivamente regem os preços internos.

A produção catarinense, a exemplo do que tem ocorrido em anos anteriores, foi insuficiente para atender à demanda das indústrias instaladas no estado, cuja capacidade nominal de esmagamento é estimada em mais de 1,5 milhão de toneladas.

A produção microrregional mantém aproximadamente o seguinte fluxo:

- os grãos colhidos na microrregião Planalto de Canoinhas destinam-se principalmente, às indústrias de Gaspar e Videira e também, em menor parcela, às indústrias do Paraná;

- a produção das microrregiões Colonial do Rio do Peixe e Colonial do Oeste Catarinense destina-se às indústrias instaladas na região e ao município de Gaspar, sendo uma pequena parcela comercializada para o mercado do Paraná;

- a soja colhida na microrregião de Campos de Curitiba nos é comercializada, principalmente, com as indústrias de Chapecó, Joaçaba, Videira e Gaspar.

Tabela 96

AGENTES DE COMERCIALIZAÇÃO DA SOJA EM SANTA CATARINA -
PERCENTAGEM DO TOTAL PRODUZIDO - 1975 E 1980

DISCRIMINAÇÃO	1975	1980
Consumo no estabelecimento	2,6	1,8
Entregue às cooperativas	30,6	35,9
Entregue às indústrias	7,7	20,1
Entregue a intermediários	57,2	39,7
Venda direta a consumidor	1,8	1,8
S/declaração	0,1	0,7

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários de 1975 e 1980)

A produção mundial de soja para a safra 1984/85, foi estimada pelo USDA (nov/84) em 90,17 milhões de toneladas. Essa previsão, caso se confirme, será 12,8% superior aos 79,9 milhões de toneladas colhidas em 1983/84. A melhora da produção mundial decorreu, principalmente, da recuperação da safra americana.

A produção americana, que inicialmente fora estimada em mais de 55,0 milhões de toneladas, reduziu-se para 51,7 milhões (previsão de nov/84) em decorrência não só de problemas causados por estiagens durante o período vegetativo das lavouras, mas, principalmente, pelo excesso de chuvas durante a época de colheita. Ainda assim, a produção dos Estados Unidos foi 21,3% superior à da frustrada safra de 1983/84 (tabela 97).

Tabela 97

PRODUÇÃO MUNDIAL DE SOJA - SAFRAS DE 1981/82 A 1984/85

PAÍSES \ SAFRAS	(em milhões de t)			
	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85 (*)
EUA	54,40	60,68	42,60	51,70
Brasil	12,80	14,75	15,20	15,70
Argentina	4,00	3,57	6,20	6,00
Paraguai	0,60	0,50	0,60	0,70
Outros	14,30	15,63	15,30	16,07
TOTAL	86,10	95,13	79,90	90,17

(*) Estimativa

Fonte: USDA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Não obstante a produção mundial deve apresentar uma significativa recuperação, quando comparada à de 1983/84, o estoque final de grãos, na temporada 1984/85, deverá continuar modesto, em face de parte do "carry over" de 1982/83 (17,05 milhões de toneladas) ter sido utilizado para cobrir o déficit da produção da temporada que terminou. Como decorrência a previsão é de que os estoques, ao final da temporada 1984/85, se situem ao redor de 14,0 milhões de toneladas, contra 12,50 milhões de toneladas estimadas para o final da temporada 1983/84.

Embora o USDA tenha previsto um aumento de 5,6% no con-

sumo mundial de farelo para 1985, os estoques, mesmo assim, deverão crescer como decorrência da perspectiva de que a produção aumente em igual percentagem. Já para o óleo, embora a oferta deva apresentar um aumento de quase 250 mil toneladas, o consumo também deverá crescer em cerca de 400 mil toneladas, o que deverá refletir-se num estoque final inferior ao já reduzido "carry over" previsto para o final da temporada 1983/84 (tabela 98).

Tabela 98

OFERTA E DEMANDA MUNDIAIS DE SOJA E DERIVADOS -
SAFRAS DE 1983/84 E 1984/85

(em 1.000 t)

DISCRIMINAÇÃO	GRÃO		FARELO		ÓLEO	
	1983/84	1984/85	1983/84	1984/85	1983/84	1984/85
<u>Oferta</u>	124,51	129,42	80,18	84,70	18,12	18,37
. estoque inicial	17,05	12,50	2,55	2,58	1,48	1,18
. produção	81,90	90,17	57,27	60,32	13,05	13,53
. importação	25,56	26,75	20,36	21,80	3,59	3,66
<u>Demanda</u>	112,02	115,89	77,61	81,96	16,94	17,32
. esmagamento	73,13	75,90	-	-	-	-
. consumo interno	81,95	89,18	56,86	60,07	13,20	13,63
. exportação	26,11	26,71	20,75	21,89	3,74	3,69
ESTOQUE FINAL	12,50	13,53	2,58	2,74	1,18	1,06

Fonte: Estimativas: USDA (nov/84)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

No que concerne às exportações brasileiras, estima-se que a receita cambial do complexo soja neste ano de 1984, alcance um montante de aproximadamente US\$ 2.650 milhões, contra as expectativas otimistas do início do ano, que apontavam para uma receita de até US\$ 3.500 milhões. Os fatores que prejudicaram os objetivos da receita foram a não liberação das licenças de exportação na época mais favorável à comercialização, a redução da demanda mundial por farelo e os baixos níveis dos preços verificados no transcorrer dos meses de maior exportação, principalmente para o farelo e para o óleo.

Para a próxima temporada, as perspectivas são de que ocorra um leve aumento no volume a ser exportado, com exceção para o óleo, mas sem grandes possibilidades de que as receitas venham a aumentar, já que os preços médios tendem a ser inferiores aos de 1984 (tabela 99).

Tabela 99

COMPLEXO SOJA, BRASIL, COMÉRCIO EXTERIOR, 1981 A 1985

DISCRIMINAÇÃO	(em 1.000 t)				
	1981	1982	1983	1984 (1)	1985 (2)
<u>Exportações</u>					
- Grãos	1.450	501	1.295	1.600	1.500/2.000
- Farelo	8.891	7.800	8.496	7.600	7.800/8.000
- Óleo	1.281	849	1.071	950	930
- Total	11.622	9.150	10.862	10.150	10.230/10.930
<u>Importações</u>					
- Grãos	931	1.252	34	150	-
- Óleo	-	22	32	100	-
- Total	931	1.274	66	250	-
TOTAL LÍQUIDO	10.691	7.876	10.796	9.900	10.230/10.930

(1) Previsões revisadas

(2) Projeções iniciais

Nota: ano civil - não confundir com ano comercial que vai de fevereiro a janeiro

Fonte: Safras & Mercados

Com relação à oferta/demanda brasileira do complexo soja, Safras & Mercados nº 351 estimava, em outubro, que as importações brasileiras no ano comercial 1984/85 (fev/jan) deveriam situar-se em aproximadamente 100 mil toneladas de óleo e 150 mil toneladas de soja-grão. As importações de soja-grão foram viabilizadas em função da supervalorização dos preços internos (muito acima da paridade internacional nos últimos meses do ano) e da retenção do remanescente da safra brasileira, por parte dos produtores, que aguardavam melhores preços pelo produto. Situação

semelhante ocorreu com o óleo bruto, cujos preços internos, acima da paridade internacional, também permitiram que fossem viabilizadas importações do produto. Por outro lado, a oferta total, no mesmo período, foi estimada em 15,74 milhões de toneladas de grãos, 10,13 milhões de toneladas de farelo e 2,49 milhões de toneladas de óleo. As necessidades para o atendimento do consumo interno foram estimadas em 2,1 milhões de toneladas de farelo e 1,5 milhão de toneladas de óleo (tabela 100).

Tabela 100

OFERTA E DEMANDA DE DERIVADOS DE SOJA, BRASIL - ANO COMERCIAL ⁽¹⁾ DE 1984/85 E PREVISÃO PARA 1985/86

	GRÃOS		FARELO		ÓLEO	
	1984/85 ⁽²⁾	1985/86 ⁽³⁾	1984/85 ⁽²⁾	1985/86 ⁽³⁾	1984/85 ⁽²⁾	1985/86 ⁽³⁾
<u>Oferta</u>	<u>15.165</u>	<u>15.894</u>	<u>10.454</u>	<u>10.133</u>	<u>2.630</u>	<u>2.591</u>
. estoque inicial	549	204	494	291	181	110
. produção	14.583	15.540	9.960	9.842	2.407	2.381
. importação	34	150	-	-	42	100
<u>Demanda</u>	<u>14.961</u>	<u>15.400</u>	<u>10.163</u>	<u>9.700</u>	<u>2.520</u>	<u>2.450</u>
. moagem interna	12.873	12.700	-	-	-	-
. exportação	1.295	1.700	8.300	7.600	1.047	950
. residual	(-) 137	-	(-) 347	-	(-) 83	-
. sementes e outros	930	1.000	-	-	-	-
. consumo interno	-	-	2.210	2.100	1.556	1.500
<u>Estoque final</u>	<u>204</u>	<u>494</u>	<u>291</u>	<u>413</u>	<u>110</u>	<u>141</u>

(1) Ano comercial (fev/jan)

(2) Previsões

(3) Projeções

Fonte: Safra & Mercados (outubro/84)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

As exportações do complexo soja foram bastante tumultuadas nos primeiros meses do ano, em face das continuadas mudanças nas regras impostas pela CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR (CACEX). A acentuada queda nos preços externos até fevereiro, levou aquela instituição a suspender as exportações do complexo soja em 10/02/84, com a finalidade de atenuar a pressão baixista que vinha se verificando no mercado internacional. A partir de 12/03/84, com a recuperação dos preços externos, as exportações foram liberadas, só que limitadas a 40% do volume embarcado por empresa entre os meses de março e julho de 1983, e ainda de conformidade com o produto. Também foram estabelecidos prazos limites para embarque de grãos (até 30/05/84) e para farelo e óleo (até 30/04 e 30/06, respectivamente).

Durante o período de março a maio/84, aqueles volumes foram alterados seguidamente. Em 27/03/84, o volume estabelecido para vendas subiu de 40% para 60% e os prazos de embarque foram dilatados para até 30/06 para o grão e farelo, e até 31/07 para o óleo. Em 09/04, as exportações do farelo foram liberadas, permanecendo entretanto a limitação de embarque para até 30/07. Em 02/05/84, os prazos para exportação do grão também foram estendidos para até 30/07.

Em inícios de maio a CACEX voltou a suspender as exportações de óleo e grãos. Em 14/05 as exportações do óleo foram reabertas, ficando entretanto contingenciadas em 80% do volume exportado em 1983. Neste mesmo período, foram liberadas também as importações de óleo refinado com isenção de IOF. As exportações de soja-grão foram reabertas em 17/05 e seu volume ficou limitado a 100% do volume exportado em 1983, porém não foram permitidas exportações por parte das indústrias.

Em julho a CACEX estendeu os registros para a exportação do complexo até 30/09. Os volumes, no entanto, continuaram limitados a 100% para o grão, a 80% para o óleo e sem limites para o farelo.

Em julho os registros foram dilatados para novembro e dezembro, permanecendo ainda as restrições quanto ao volume a ser

exportado, 80% e 100% para o óleo e o farelo, respectivamente.

A partir de agosto essas limitações foram paulatinamente abrandadas, tanto para o grão - previsão de exportação de 1,6 milhão de toneladas, contra 1,12 milhão do ano passado - quanto para o óleo, cujo volume a ser exportado poderá ser apenas 13% inferior ao exportado em 1983.

No mercado internacional, as cotações da soja, após terem apresentado os níveis mais altos dos últimos anos durante os meses de agosto/setembro de 1983, apresentaram-se em declínio até fevereiro de 1984. De fevereiro até fins de maio os preços voltaram a crescer para em seguida se apresentarem declinantes até setembro. No último trimestre de 1984, apesar de oscilantes, as cotações permaneceram praticamente estabilizadas.

O declínio apresentado pelas cotações do grão até meados de fevereiro - em 13/02 a cotação de US\$ 255,00/t foi a menor de todo o primeiro semestre - teve várias causas: primeiramente, a retração da demanda, a qual, por sua vez, foi atribuída ao destímulo dos importadores em face da alta cotação do dólar; em segundo lugar, à substituição, pelos europeus, do farelo importado por similar extraído de oleaginosas locais, como o girassol; e, finalmente, pela forte pressão do mercado por parte dos exportadores americanos que, não podendo exportar suas posições físicas devido à greve dos estivadores daquele país, forçaram a venda no mercado futuro (Chicago). Por outro lado, a medida tomada pelo governo brasileiro, suspendendo as exportações do complexo soja, não chegou a influir mais decisivamente nos preços do mercado internacional.

A reação experimentada a partir da segunda quinzena de fevereiro foi creditada inicialmente à queda das cotações do dólar; ao aumento da demanda européia por produtor do complexo soja; à diminuição dos estoques mundiais de óleo; às notícias de quebra na safra brasileira; à possibilidade de fechamento do estreito de Ormuz (guerra Irã X Iraque), e, além disso, às compras, em março, de 1,1 milhão de toneladas de milho americano pela União Soviética.

Em maio, as cotações apresentaram maior firmeza, chegando inclusive aos níveis mais altos (US\$ 328,23/t no dia 21/05) já ocorridos desde o pique verificado em agosto/setembro de 1983. Os principais fatos que influenciaram para a firmeza do mercado foram: a divulgação de estimativas dos estoques americanos abaixo do nível crítico de 3,3 milhões de toneladas de grãos; altos preços do óleo de amendoim; queda da produção de óleo de palma; suspensão das exportações brasileiras de grão e óleo (início de maio), reforçada posteriormente pela suspensão das exportações argentinas; e notícias de que a área de plantio de soja nos Estados Unidos ficaria abaixo do inicialmente esperado.

A partir de junho, as cotações começaram a apresentar-se em queda, motivada, inicialmente, pela suspensão das compras de um grande volume de óleo por parte da Índia; pela melhora da produção de óleo de palma; pela ocorrência de boas condições climáticas para o desenvolvimento das lavouras da União Soviética e dos Estados Unidos; pela diminuição da demanda mundial por farelo de soja; e pela forte pressão de venda da produção argentina. Essa tendência foi ainda reforçada, a partir de julho, pela acentuada valorização do dólar e pela persistência de uma demanda desaquecida por farelo.

Durante o mês de agosto, as cotações da soja mostraram-se oscilantes, devido não só à ação dos especuladores, mas, também, ao sabor das condições climáticas nas zonas produtoras dos Estados Unidos e das flutuações do dólar.

Em setembro, os preços continuaram a mostrar-se declinantes na maior parte do mês. O dólar forte, a ocorrência de chuvas nas regiões produtoras dos Estados Unidos - melhoria das perspectivas da safra - e a divulgação de estimativas sobre os estoques americanos em níveis mais altos do que o previsto, foram os principais fatores responsáveis pelas quedas nas cotações.

Nos últimos três meses do ano, apesar de oscilantes, as cotações apresentaram-se relativamente estabilizadas. Nem mesmo os números do USDA, reduzindo as estimativas da safra americana para 51,7 milhões de toneladas - fato este considerado altista

pelo mercado - tiveram força suficiente para impulsionar as cotações. As causas dos baixos preços internacionais, durante esse período, continuaram sendo a fraca demanda por grão e farelo - causa direta do alto valor do dólar, que levou os investidores a se desviarem das "comodities" - e a pressão de venda da safra americana. Além disso, a divulgação, em novembro, das primeiras estimativas sobre a produção brasileira para 1984/85, formuladas pela CFP (16,36/16,63 milhões de toneladas) também influenciaram negativamente nas cotações em Chicago.

Do complexo soja, apenas o óleo manteve suas cotações relativamente firmes durante todo o ano de 1984 - a média aritmética das cotações durante o período atingiu a US\$ 719,00/t, contra US\$ 519,00/t em 1983. Essa tendência ocorreu graças à escassez de óleos vegetais e à diminuição do ritmo de esmagamento das indústrias em face das dificuldades de escoamento do farelo.

Não obstante, nos últimos meses de 1984, os preços do complexo se tenham apresentado relativamente baixos - exceção ao óleo - alguns indicadores apontavam para uma melhoria das cotações a médio e longo prazos. A previsão de que os estoques mundiais de óleo e grãos de soja devam continuar modestos, a quebra da safra americana, a tendência da "prime-rate" continuar baixando e a perspectiva de que o dólar venha a enfraquecer, são fatores que apontam para uma provável recuperação das cotações durante o período de comercialização da safra brasileira. No entanto, o crescimento da oferta mundial de grãos - em comparação com a deste ano - principalmente na Comunidade Econômica Européia, tenderá a elevar a oferta de farelos protéicos em aproximadamente 2,0 milhões de toneladas e poderá constituir-se num "freio" à elevação dos preços da soja. De qualquer forma, mesmo que as cotações venham a melhorar, a maioria dos analistas acredita que os preços médios à época de comercialização da soja brasileira em 1985, deviam ser inferiores às cotações médias alcançadas no mesmo período de 1984.

No mercado interno estadual as cotações da soja, para entrega imediata e pagamento à vista, que haviam apresentado leve alta durante o mês de janeiro, declinaram, em fevereiro, como de-

corrência não só da queda dos preços no mercado internacional, mas devido também às indefinições quanto à política de exportação que, em face da suspensão das exportações, refletiu-se numa diminuição do ritmo de esmagamento.

A reabertura das exportações em março, ainda que de forma parcial, a melhoria dos preços internacionais e as notícias de quebras da produção em alguns estados, reativaram a comercialização. A firmeza das cotações decorreu, em essência, do ritmo das indústrias ao mercado. No entanto, os produtores, mantiveram-se na expectativa de melhores preços e só davam preferência aos negócios com preços a fixar.

Durante o mês de abril, não obstante as cotações internacionais terem mostrado uma leve tendência de alta, os preços no mercado interno evoluíram (5%) em níveis bastante inferiores ao da inflação, em face do pouco interesse dos compradores. Por outro lado, os produtores continuaram a reter o produto, temerosos de cometerem o mesmo erro de 1983, quando venderam a produção na "boca da safra" e não puderam beneficiar-se da sensível elevação a partir de agosto/83.

Em maio, os preços evoluíram significativamente, como decorrência, principalmente, da boa reação das cotações internacionais. Os preços, naquele mês, evoluíram de Cr\$ 20.500,00/21.500,00/sc no início, para Cr\$ 23.800,00/24.300,00/sc ao final de maio.

Em junho as cotações voltaram a declinar, acompanhando não só a tendência das cotações internacionais, mas pressionadas, também, pelo pouco interesse de aquisição por parte dos esmagadores. As indústrias, além de, à época, encontrarem-se com os estoques lotados, deparavam-se com problemas de escoamento do farelo e com dificuldades em repassarem os custos do óleo, em face do tabelamento deste produto.

Em julho, apesar de os preços internos (inferiores a junho) terem situado abaixo da paridade internacional, os negócios com soja grão continuaram reduzidos. As restrições às expor-

tações e as dificuldades de colocação do farelo no mercado externo foram os principais responsáveis por esse comportamento.

Durante o mês de agosto, as cotações apresentaram-se em gradativa ascensão, tendo evoluído de Cr\$ 20.000,00/21.000,00/sc no início, para Cr\$ 24.500,00/25.000,00/sc ao final do mês.

A tendência de crescimento dos preços, ocorridas a partir da segunda semana de agosto, persistiram durante quase todo o restante do ano. Nos últimos meses de 1984, as cotações da soja no mercado físico permaneceram firmes e sempre acima da paridade internacional. A pouca oferta de grãos e os preços elevados do óleo, principalmente no mercado interno, foram os principais fatores que contribuíram para a manutenção dessa tendência. Segundo alguns analistas as altas do óleo no mercado interno, particularmente durante novembro, deveram-se ao atraso da entrada do produto importado da Argentina. Por outro lado, a pouca oferta de grãos levou as indústrias a reduzirem o ritmo de esmagamento.

Para o produto da safra 1984/85, as negociações, em dezembro, para entrega e pagamento em maio/85, oscilaram entre Cr\$ 54.000,00 e 59.000,00/sc. No entanto, caso as cotações internacionais venham a evoluir, os preços internos também poderão crescer na mesma proporção, já que aquelas ofertas (Cr\$ 54.000/59.000,00/sc) baseavam-se nas cotações vigorantes ao final do ano para os contratos de maio na Bolsa de Chicago (US\$ 620,00/bushel mais, aproximadamente, US\$ 0,20/bushel de prêmio).

Ao se confirmarem as expectativas - formuladas por alguns analistas - de que os preços internacionais tenderão a situar-se próximos a US\$ 7,00/bushel, durante a comercialização da safra brasileira, as cotações internas poderão superar os Cr\$ 65.000,00/sc em maio/85. De qualquer modo, o que se vislumbra é que os preços internos e também as cotações externas dificilmente alcançarão, em termos reais, os mesmos níveis do primeiro semestre de 1984 (verificar as tabelas 101 e 102).

Tabela 101

COTAÇÕES MENSAIS DO COMPLEXO SOJA - BOLSA DE CHICAGO -
1984 (1ª entrega)

MES	(US\$/t)		
	GRÃO	FARELO	ÓLEO
Janeiro	277,50	223,40	621,80
Fevereiro	265,30	209,40	589,30
Março	287,20	222,10	653,50
Abril	289,30	215,50	689,00
Mai	312,40	213,40	824,50
Junho	287,40	202,80	750,50
Julho	245,60	181,10	642,80
Agosto	236,50	171,10	610,30
Setembro	223,20	163,00	583,20
Outubro	225,50	165,30	610,20
Novembro	225,60	168,00	620,90
Dezembro	218,12	161,45	594,06

OBS.: As cotações representam a média aritmética mensal

Fonte: COOPERCENTRAL

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 102

COTAÇÕES MENSAIS DO COMPLEXO SOJA
- MERCADO NACIONAL - 1984

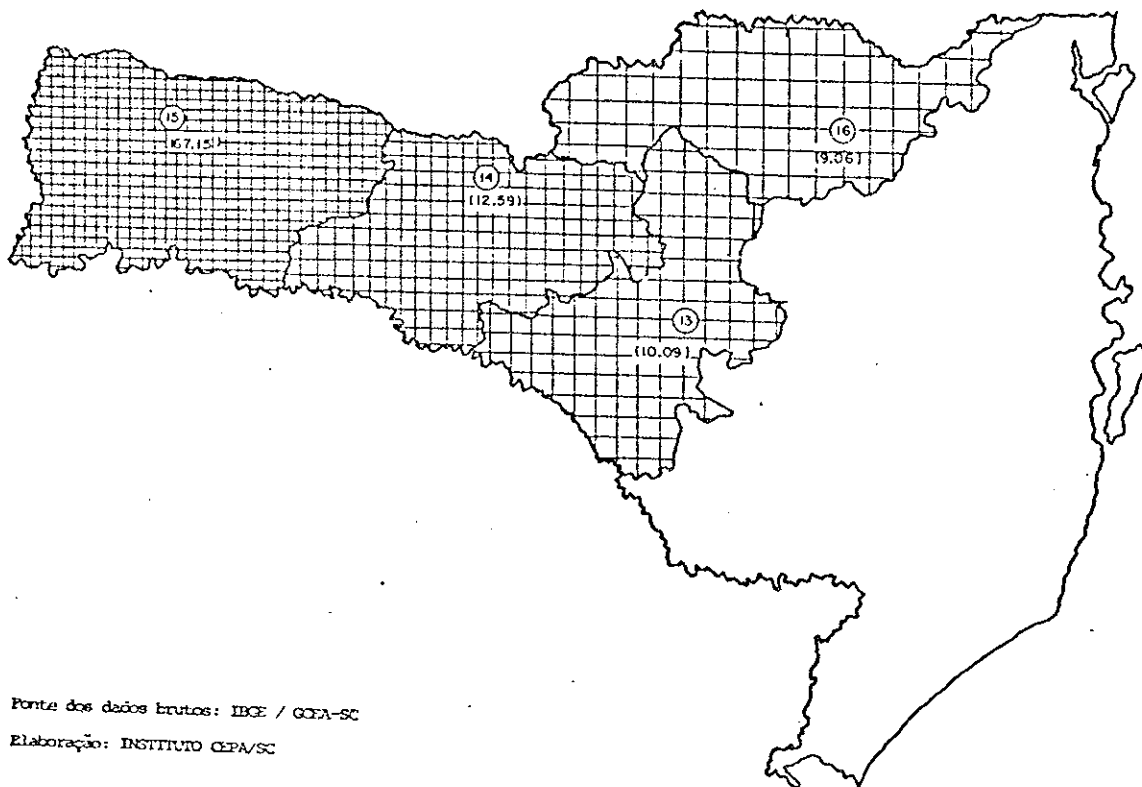
MES	ATAACADO CATA RINENSE (Cr\$/sc)	BOLSA DE MERC. DE S. PAULO (1ª entrega Cr\$/sc)	BOLSA DE CEREAIS DE S. PAULO	
			Óleo refinado (Cr\$/cx 20 l)	Farelo (Cr\$/kg)
Janeiro	17.250	21.683	20.500	300
Fevereiro	17.000	19.424	21.100	270
Março	18.625	24.890	21.250	248
Abril	20.100	22.832	25.152	258
Mai	22.130	26.598	28.496	260
Junho	22.770	26.438	31.500	260
Julho	21.000	24.840	29.300	260
Agosto	22.875	26.560	30.375	275
Setembro	27.225	33.475	36.565	309
Outubro	30.700	38.720	39.880	391
Novembro	35.950	45.975	44.500	453
Dezembro	38.000	46.500	48.500	465

OBS.: Média aritmética das cotações

Fonte: COOPERCENTRAL

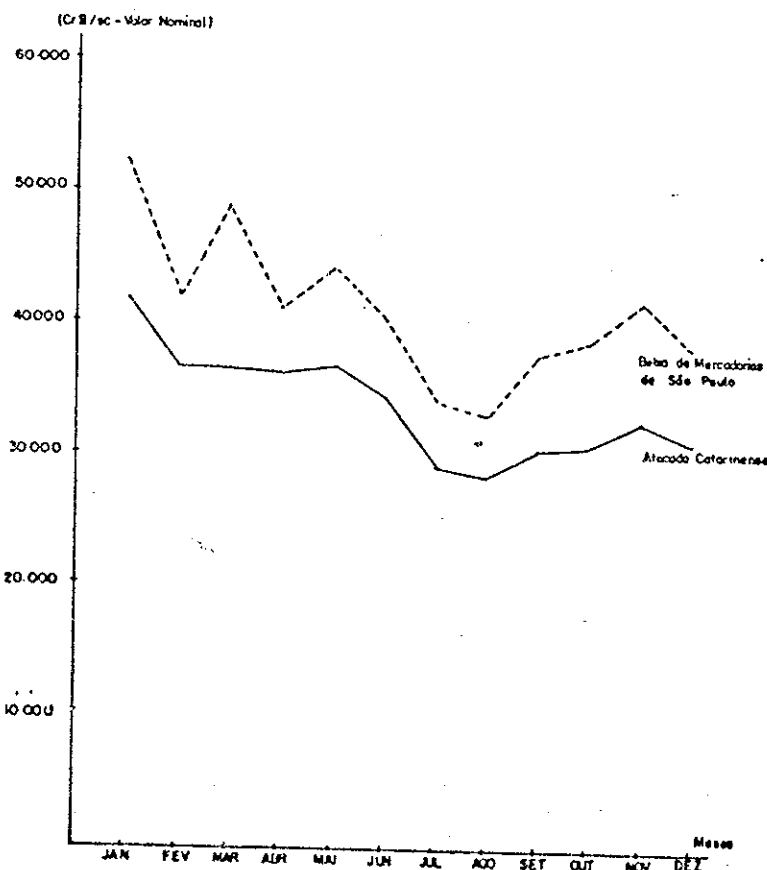
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Mapa 15 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MEH NA PRODUÇÃO DE SOJA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84



Fonte dos dados brutos: IBGE / CDEA-SC
 Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

GRÁFICO 8 - COTAÇÕES MENSUAIS DO COMPLEXO SOJA - MERCADO NACIONAL - 1984



Fonte: TABELA 102
 Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

3.13: Tomate

Cultivando uma área de 1.570 ha, cerca de 7.000 pequenos agricultores de Santa Catarina, segundo o Censo/80, obtiveram, na safra 1983/84, uma produção bruta da ordem de 48.225 t de tomate. A produtividade média alcançada foi de 30.717 kg/ha.

Esses valores constituem-se nos mais elevados já obtidos com a cultura, em Santa Catarina, conforme pode ser visualizado na tabela 103, e decorreram dos bons preços recebidos pelos produtores no ano anterior, e das boas condições de clima verificados durante praticamente todo o corrente ano agrícola.

Tabela 103

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO TOMATE EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1975/76 A 1984/85

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1975/76	943	25.217	26.741
1976/77	926	22.917	24.748
1977/78	997	28.029	28.113
1978/79	1.100	32.930	29.936
1979/80	1.260	35.197	27.934
1980/81	1.389	41.004	29.520
1981/82	1.426	38.900	27.279
1982/83	1.545	33.694	21.808
1983/84	1.570	48.225	30.717
1984/85 (1)	1.480	44.700	30.200

(1) Estimativa: IBGE/GCEA-SC (dez/84)

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Em relação à safra 1982/83, quando a cultura foi seriamente afetada por fatores climáticos adversos, a produção atual acusou um incremento de cerca de 43,13%, apesar de a área cultivada ter crescido somente 1,62%. Em termos de produtividade mé-

dia, o cultivo dessa safra foi superior em 40,85%, à do ano precedente.

Na tabela 104, são mostradas as áreas implantadas e as produções brutas obtidas por microrregião produtora, no ano agrícola 1983/84, em Santa Catarina.

Tabela 104

ÁREA CULTIVADA E PRODUÇÃO OBTIDA COM TOMATES,
POR MRH - SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84

MRH	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)
Col. de Joinville	70	1.675
Lit. de Itajaí	95	2.375
Col. de Blumenau	34	668
Col. do Alto Itajaí	62	1.540
Florianópolis	379	14.952
Col. Serrana Catarinense	246	7.855
Lit. de Laguna	6	180
Carbonífera	210	6.345
Lit. Sul Catarinense	35	950
Col. Sul Catarinense	5	90
Campos de Lages	91	2.195
Campos de Curitibanos	114	5.095
Col. do Rio do Peixe	115	2.900
Col. Oeste Catarinense	2	40
Planalto de Canoinhas	106	1.365
TOTAL	1.570	48.225

Fonte: Fundação IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Apenas a título de ilustração ressalta-se, que, em Santa Catarina, dado às características de clima que o estado possui, é possível o cultivo do tomateiro em todas as microrregiões produtoras, e em algumas, durante todos os meses do ano. Dessa forma, levando-se em conta as épocas de incremento de plantio, é

possível estabelecer duas safras de tomate, bem distintas, ou seja, a safra de verão e a safra de inverno.

A primeira safra, ou de verão, respondeu, no último ano agrícola, com uma produção da ordem de 33.000 t do produto, resultante do plantio de 1.070 ha da cultura.

Apesar de, nesse cultivo, ser possível a implantação de lavouras do tomateiro em todas as regiões do estado, as microrregiões que mais se destacaram na produção do tomate de verão, quer na própria tradição dos agricultores ou por melhores características de clima, são as dos Campos de Lages, Colonial Serrana Catarinense, Campos de Curitibanos, Carbonífera e Colonial de Joinville. A maior intensificação de plantio dessa safra ocorre nos meses de outubro, novembro e dezembro. O seu início dá-se no mês de julho, e as operações de transplante de mudas prolongam-se até fins de janeiro do ano seguinte. A colheita dessa safra inicia-se em outubro e o término ocorre em meados de maio.

O segundo plantio, ou safra de inverno, tem maior significância para as microrregiões de Florianópolis, Colonial Serrana Catarinense, Colonial de Blumenau, Litoral de Itajaí e Colonial do Alto Itajaí. Essa safra, face à época em que é implantada, apresenta certas limitações quanto à sua abrangência, em termos de regiões que a cultivam, só sendo viável naquelas onde a ocorrência de geadas é praticamente impossível ou de pequenas proporções. O plantio desse cultivo tem nos meses de fevereiro e junho o seu início e término, respectivamente, sendo que a colheita ocorre de maio a fins de setembro ou meados de outubro. No último ano agrícola foram cultivados, nessa safra, ao redor de 500 ha, tendo sido obtida uma produção em torno de 15.225 t de tomate.

O volume alcançado com essa hortaliça, em Santa Catarina, na safra 1983/84, segundo os últimos informes da Fundação IBGE, sujeitos ainda, a posterior confirmação, responde por cerca de 2,76% da produção nacional e destaca o estado como o 7º produtor nacional dessa olerícola.

A nível nacional a produção dessa safra é prevista pela Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias, em 1.746.759 t a serem obtidas em 49.943 ha implantados.

A cultura encontra-se colhida na região Sul do país e em estágios adiantados de maturação e colheita nos demais estados produtores.

Os números ora apontados, quando comparados aos obtidos no ano agrícola 1982/83, acusam majorações de 3,32% e 12,54% na área implantada e na produção a ser obtida, respectivamente.

Os valores previstos para essa safra, por estado produtor, são mostrados na tabela 105.

A conclusão da colheita desta safra, em termos de país, é prevista para o mês de dezembro vindouro.

A produção catarinense de tomate dessa última safra, além de suprir satisfatoriamente a demanda interna estadual, também se destinou a atender parte das necessidades de outras unidades da federação, notadamente as dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná.

Dessa forma, segundo informações do Grupo de Acompanhamento Conjuntural de Hortigranjeiros da Companhia Brasileira de Alimentos, COBAL, a remessa do produto catarinense enviado à comercialização, somente nas várias Centrais de Abastecimento do país e no Entrepasto Terminal de São Paulo, da Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo - CEAGESP, atingiu, até outubro/84, o elevado volume de 9.605,60 t. Os estados compradores do produto catarinense, além dos já mencionados anteriormente, foram os de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pará.

As microrregiões fornecedoras foram principalmente as dos Campos de Lages, dos Campos de Curitibanos, de Florianópolis e Carbonífera.

Tabela 105

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE TOMATE - SAFRA 1983/84 (1)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO PRE- VISTA/OBTIDA (t)	REND. ALCANÇA- DO/ESPERADO (kg/ha)
Amazonas	110	1.540	14.000
Roraima	9	108	12.000
Maranhão	196	5.348	27.286
Ceará	1.494	45.396	30.386
Paraíba	1.578	47.687	30.220
Pernambuco	6.925	203.000	29.314
Sergipe	190	3.280	17.263
Bahia	4.700	149.564	31.822
Minas Gerais	4.403	170.753	38.781
Espírito Santo	970	46.742	48.188
Rio de Janeiro	2.512	118.943	47.350
São Paulo	18.950	737.000	38.892
Paraná	1.107	45.197	40.828
Santa Catarina	1.570	48.225	30.717
Rio Grande do Sul	2.854	45.368	15.896
Mato Grosso do Sul	102	2.770	27.157
Mato Grosso	52	1.372	26.385
Goiás	1.330	54.680	41.113
Distrito Federal	210	11.130	53.000
Outras	681	8.656	12.711
TOTAL BRASIL	49.943	1.746.759	34.975

(1) Dados sujeitos a confirmação.

Fonte: Fundação IBGE/CEPAGRO-Ôtubro/84

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Por outro lado, face às amplitudes das épocas de plantio, e, conseqüentemente, de colheita do tomate no estado, Santa Catarina teve que efetuar importações durante todos os meses do ano, a fim de prover sua demanda interna calculada em 2.000 t/mês de tomate.

Assim sendo, somente na Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina - Unidade de São José - responsável pelo disciplinamento e abastecimento de hortigranjeiros, a nível de atacado, em toda a região da Grande Florianópolis, a oferta de produto oriundo dos outros estados, durante o ano de 1984, alcançou 1.290,98 t. Os estados ofertantes foram os de São Paulo (658,20 t), Paraná (468,70 t) Minas Gerais (96,75 t), Goiás (26,25 t), Mato Grosso do Sul (13,00 t), Rio Grande do Sul (10,58 t), Espírito Santo (7,50 t) e Rio de Janeiro (10,00 t).

A movimentação total verificada no ano em análise, naquele entreposto atacadista, foi de 4.137,63 t.

A participação da produção local no volume transacionado foi de 68,80%, ou seja, 2.846,65 t, e os municípios que mais se destacaram no envio do produto à comercialização, durante o corrente ano, foram os de Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, Rancho Queimado, Palhoça, São José e Urubici.

Os volumes movimentados mensalmente durante o ano de 1984, na CEASA/SC - Unidade de São José, bem como os preços médios de comercialização em todos os níveis de mercado, nos anos de 1983 e 1984, são mostrados na tabela 106.

A comercialização do tomate durante o ano de 1984, em Santa Catarina, transcorreu de modo satisfatório ao produtor rural. Na grande maioria dos casos, os preços recebidos situaram-se em níveis bem superiores aos dos custos de produção. Faz-se exceção aos meses de janeiro e fevereiro, quando, por acúmulo de oferta, as cotações, que já em dezembro se apresentavam em baixa, involuíram a níveis tão ínfimos que muitos produtores das regiões da grande Florianópolis, Planalto Catarinense e Sul do Estado, deixaram que suas produções apodrecessem nos campos, haja vista que os preços, então praticados, não compensavam nem mesmo os custos de colheita, classificação, embalagem e transporte do produto.

O mês de janeiro, em Santa Catarina, é caracterizado como o de início de pique da colheita do tomate, ocorrendo, nor-

malmente, um superavit em termos de oferta, com conseqüente involução das cotações médias.

Tabela 106

VOLUME DE TOMATE COMERCIALIZADO NA CEASA/SC - 1984
E PREÇOS MÉDIOS DE COMERCIALIZAÇÃO OBTIDOS - 1983
E 1984

MÊS	VOLUME (t)	PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS (Cr\$/kg)					
		Produtor ⁽¹⁾		Atacado ⁽²⁾		Varejo ⁽²⁾	
		1983	1984	1983	1984	1983	1984
Jan	396,49	55,00	40,00	79,40	57,91	115,58	93,82
Fev	519,24	55,00	65,00	74,02	86,97	99,03	168,03
Mar	342,88	55,00	170,00	77,17	223,42	111,02	339,33
Abr	234,04	100,00	400,00	143,32	464,80	201,60	634,73
Mai	335,58	85,00	260,00	113,53	320,31	183,21	456,88
Jun	339,93	80,00	240,00	120,51	280,15	166,41	386,41
Jul	359,25	70,00	200,00	88,66	258,42	163,20	384,86
Ago	349,56	120,00	300,00	158,85	349,86	227,50	502,59
Set	318,39	120,00	330,00	147,82	388,59	211,84	504,59
Out	337,58	145,00	360,00	172,52	419,00	230,94	575,00
Nov	304,35	150,00	500,00	180,35	588,00	268,71	802,00
Dez	300,34	100,00	535,00	137,18	630,00	153,42	848,00
TOTAL	4.137,63	-	-	-	-	-	-

(1) Preços coletados pelo Instituto CEPA/SC nas várias regiões produtoras

(2) Preços médios ponderados

Fonte: CEASA/SC e Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

No corrente ano, no entanto, essa situação agravou-se, pois além da superior oferta local motivada pelas condições climáticas, ocorreram, em janeiro/84, vários dias de intenso calor que, além de acelerarem a maturação dos frutos, fizeram com que os mesmos tivessem sua qualidade, em termos de tipificação, dimi-

nuída. Não houve, por outro lado, a possibilidade, como em anos anteriores, de remetermos parte da produção catarinense à comercialização em outros estados da federação, uma vez que os nossos tradicionais compradores também dispunham de produções suficientes para atender as suas demandas.

Como se sabe, quando da ocorrência das enchentes no Centro-Sul do país, em 1983, e que causaram danos significativos à produção de hortaliças dessas regiões, os preços dos produtos hortícolas acusaram majorações exorbitantes em todos os segmentos de mercado. Isso motivou muitos produtores, notadamente e em especial o estado de São Paulo, a aumentarem as suas áreas de plantio de hortaliças. Ocorreu, também, uma certa mudança no calendário de plantio desses produtos, na região sul do país, e que passaram a ser considerados a partir de agosto, face às constantes chuvas verificadas em períodos que antecederam àquele mês.

Em decorrência do exposto, e aliado às boas condições climáticas ocorridas nos últimos meses de 1983, em todos os estados do Centro-Sul houve uma oferta expressiva dos principais produtos hortícolas.

Como consequência, acrescido, ainda, da pronunciada retração havida na demanda, face à recente descapitalização dos vários segmentos da sociedade brasileira, os preços dos principais produtos hortigranjeiros, entre os quais se destaca o tomate, apresentaram, nos dois últimos meses do ano, reduções significativas, tornando-se críticos para os tomaticultores nos dois primeiros meses de 1984. Vale lembrar que, nesse período, enquanto os preços recebidos pelos produtores situavam-se em níveis inferiores a Cr\$ 60,00/kg, o custo de produção oscilava em torno de Cr\$ 100,00 por quilo de produto.

A partir do mês de março, entretanto, quando as lavouras da safra de verão aproximavam-se do seu final de colheita, os preços do tomate, em todos os segmentos do mercado, começaram a evoluir de forma marcante, para assim continuar por praticamente todos os restantes meses do ano.

Deduz-se do exposto, em particular da análise da tabela nº 106, ser correta a afirmativa de que a última safra, para os produtores, constituiu-se numa das melhores, tanto em termos de produção quanto de comercialização, dos últimos anos, em Santa Catarina.

Para o ano agrícola 1984/85, os últimos prognósticos do Grupo de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias, da Fundação IBGE, indicam para Santa Catarina, uma área a ser implantada da ordem de 1.500 ha, com produção bruta estimada em 44.700 t de tomate.

As condições climáticas tem sido, de certa forma, favoráveis às operações de cultivo, encontrando-se as atividades de preparo do solo, plantio, tratos culturais e colheita, dentro do escalonamento previsto para a cultura.

O plantio da atual safra prossegue de acordo com o cronograma estipulado, acreditando-se que até o final do mês de dezembro cerca de 1.000 ha, dos 1.480 ha estimados para o corrente ano agrícola, já tenham sido implantados. O término dessas operações, contudo, dar-se-á somente em meados de junho de 1985.

Esta abrangência em termos de plantio, e, conseqüentemente, de colheita do produto, decorre, conforme já observado, dos diversos microclimas que o estado possui e que lhe conferem invejáveis condições ao desenvolvimento da tomaticultura. A não implementação, entretanto, desse segmento da agricultura catarinense é devida à ineficiente estrutura de comercialização existente, fazendo com que o produtor fique, com um produto altamente perecível, à mercê dos intermediários, redundando, na grande maioria dos casos, em comercializações que não o remuneraram condignamente.

Há necessidade, portanto, de um esforço conjunto dos diversos órgãos ligados ao setor agrícola de Santa Catarina, a fim de melhor aproveitar os potenciais edafoclimático e humano existentes no estado. Aumentar-se-ia, dessa forma, a participação catarinense não somente do tomate, como das demais hortaliças no

abastecimento nacional, e o produtor rural certamente seria melhor remunerado.

A perspectiva de plantio e de produção de tomate a ser colhida, nesta safra, em Santa Catarina, por microrregião produtora, é mostrada na tabela 107.

Tabela 107

PREVISÃO DE ÁREA E PRODUÇÃO DA CULTURA DO TOMATE
EM SANTA CATARINA - SAFRA 1984/85

MRH	ÁREA PREVISTA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Col. de Joinville	80	2.030
Lit. de Itajaí	95	2.400
Col. de Blumenau	35	700
Col. do Alto Itajaí	67	1.500
Florianópolis	379	14.952
Col. Serrana Catarinense	241	6.925
Lit. de Laguna	3	90
Carbonífera	155	4.555
Lit. Sul Catarinense	29	710
Col. Sul Catarinense	6	115
Campos de Lages	96	2.315
Campos de Curitibanos	100	4.469
Col. do Rio de Peixe	110	2.725
Col. Oeste Catarinense	3	40
Plan. de Canoinhas	81	1.200
TOTAL	1.480	44.726

Fonte: Fundação IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Decorrente das áreas implantadas em julho e agosto próximo passado, já se encontra em andamento, em muitos municípios produtores, a colheita da presente safra. A área em produção, em final de dezembro/84, é avaliada em 200 ha, sendo de excelente qualidade o produto que está sendo obtido. A produtividade alcançada acha-se dentro da média estadual, ou seja, ao redor de

30.000 kg/ha. A produção já obtida é calculada em torno de 6.000 t de tomate.

As cotações médias recebidas pelos produtores, nesta safra, situam-se entre Cr\$ 400,00/kg e Cr\$ 600,00/kg para o produto de melhor tipificação.

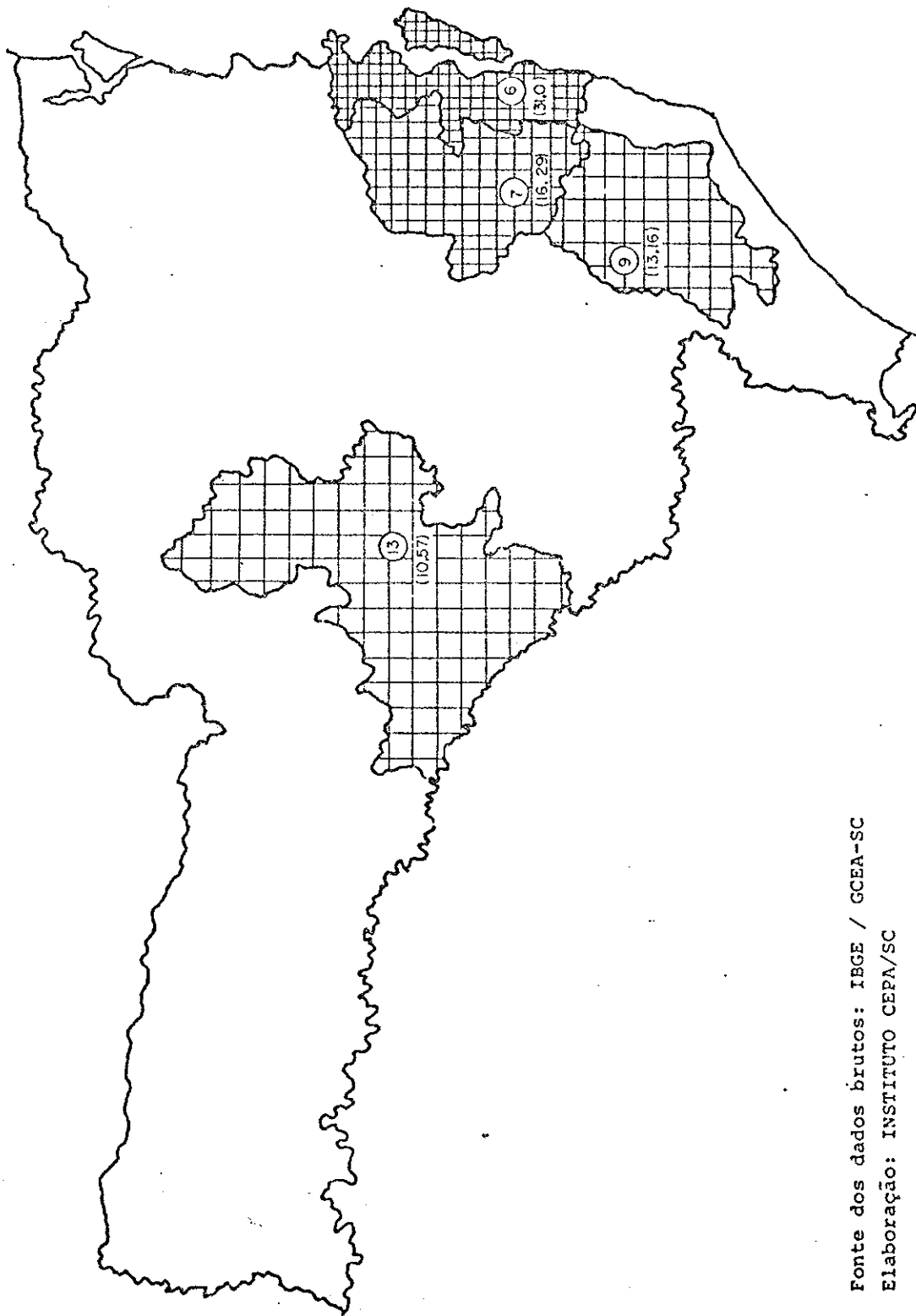
O encerramento da colheita deste ano agrícola é previsto para meados de outubro do ano de 1985.

Em termos nacionais, as perspectivas para esta safra, na região Centro-Sul do país e no estado de Rondônia, segundo a Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias, da Fundação IBGE, estão indicando uma área de cultivo da ordem de 34.560 ha e produção bruta de cerca de 1.267.058 t, valores estes que praticamente se igualam aos alcançados na safra passada.

A cultura encontra-se em fase de implantação e tratamentos culturais na maioria dos estados, devendo a colheita ser concluída somente em meados de dezembro de 1985.

Nos demais estados produtores de tomate do país a área a ser implantada, na safra 1984/85, não deverá distanciar-se muito daquela alcançada em anos anteriores, ou seja, 15.500 há, o mesmo devendo ocorrer com a produção prevista que deverá ficar por volta dos 500.000 t do produto.

Mapa 16 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TOMATE EM SANTA CATARINA - SAFFA 1983/84



Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA-SC
Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

3.14. Trigo

A cultura do trigo no estado já não apresenta a expressão de outros tempos. A área plantada, após um período de expansão que culminou na safra 1952/53 com 150.404 ha, manteve-se num patamar de aproximadamente 100.000 ha até inícios da década de 70, apesar de um declínio significativo entre 1965 e 1968. A partir daí, houve contínuo e acentuado recuo na área plantada cujo ponto mais baixo foi registrado na safra 1978/79, quando foram cultivadas 4.587 ha.

A importância da triticultura no estado decorria de hábito que havia entre os agricultores de cultivar o trigo para consumo dentro da propriedade, de modo especial na região do Oeste.

A progressiva ingerência governamental, subsidiando os preços do grão aos moinhos e, por conseqüência, os da farinha a nível de consumidor, além de ter estimulado o consumo desta em substituição, muitas vezes, a outros produtos básicos de produção interna, também desestimulou o plantio, principalmente por parte dos pequenos produtores que viram mais vantagens em comprar a farinha, a preço baixo, do que em correr o risco de produzir o próprio trigo. Por outro lado, o sistema de distribuição de cotas aos maiores moinhos (trigo subsidiado) inviabilizou o funcionamento dos moinhos coloniais, fato que contribuiu também para desestimular o cultivo do cereal nas pequenas propriedades.

A cultura do trigo, além de ter descido a valores insignificantes em termos de área, vem apresentando flutuações bastante acentuadas de um ano para outro. Os dados da tabela 108 mostram que, após os anos de frustração, a área plantada cai sensivelmente, voltando a aumentar no ano seguinte ao da safra em que se obtiveram bons rendimentos.

Os números finais da safra de 1983 mostraram uma produção de 9.881 toneladas em 17.319 ha cultivados, o que corresponde a uma produtividade de 570 kg/ha.

Tabela 108

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO TRIGO EM SANTA CATARINA -
SAFRAS DE 1976/77 A 1984/85

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	37.522	20.328	542
1977/78	11.620	4.279	368
1978/79	4.587	3.791	826
1979/80	34.749	18.864	543
1980/81	19.255	9.033	469
1981/82	8.953	8.606	961
1982/83	25.812	13.650	529
1983/84	17.319	9.881	570
1984/85 ⁽¹⁾	20.000	7.200	360

(1) Estimativas: IBGE/GCEA-SC

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Na safra 1984, segundo dados da Fundação IBGE/GCEA-SC, foram plantados 20.000 ha. O aumento da área cultivada em relação à safra anterior ocorreu nas regiões onde predominam as pequenas propriedades. Por outro lado, nas regiões de grandes propriedades verificou-se uma diminuição da área plantada.

Essa situação pode ser atribuída, no caso dos pequenos produtores, à expectativa criada em torno da retirada total do subsídio em 1984 e da reabertura dos moinhos coloniais. Por outro lado, o elevado custo da produção, o baixo VBC, a pequena remuneração da cultura e fatores climáticos adversos são razões que, entre outras, têm levado os médios e grandes produtores a diminuir suas lavouras de trigo.

As satisfatórias condições climáticas que se faziam presentes durante o desenvolvimento da cultura foram substancialmente alteradas com as fortes geadas verificadas em praticamente todo o estado, na última semana de agosto. As lavouras atingidas, principalmente as plantadas mais cedo e que se encontravam nas fases de emborrachamento e formação de grãos, foram as que mais

sofreram, ficando em estado tão lastimável que os primeiros levantamentos indicaram prejuízos superiores a 50%. Entretanto, e para surpresa de profissionais e produtores do setor, verificou-se uma certa recuperação de muitas lavouras que terminaram por apresentar produtividade superior às estimadas na época da ocorrência do fenômeno.

Na safra 1984, a produção de trigo concentrou-se nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, Planalto de Canoinhas, Campos de Curitibanos e Colonial do Rio do Peixe.

Apesar de as operações de colheita terem sido concluídas em dezembro, os números finais da safra só serão conhecidas em janeiro próximo. Enquanto isso, as previsões continuam situando a produção em 7.200 t.

Os Valores Básicos de Custeio para o financiamento da safra 1984/85, divulgados em março pela carta circular 102 do Banco do Brasil, são apresentados na tabela 109.

Tabela 109

VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO PARA A CULTURA DO TRIGO -
SAFRAS 1983/84 E 1984/85

FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	VBC 1983 (Cr\$/ha)	VBC 1984 (Cr\$/ha)	VARIAÇÃO (%)
Até 600	35.100	105.200	199,71
601 - 800	46.500	139.800	200,64
801 - 1.000	55.200	166.800	202,17
1.001 - 1.200	63.700	193.800	204,23
1.201 - 1.400	77.100	239.500	210,63
Acima de 1.401	88.000	274.200	211,59

Fonte: CFP

Em relação aos Valores Básicos de Custeio, deve-se salientar que o reajuste médio (204,83%) ficou abaixo dos índices oficiais da inflação ocorrida entre março/83 e fevereiro/84 (230,3%).

Com o propósito de tentar melhorar a situação dos produtores, o Ministro da Agricultura aprovou, em maio, uma complementação aos financiamentos concedidos. A concessão foi através do Banco do Brasil com mais 20% dos VBCs para os grandes e médios produtores que receberam 40 e 60%, respectivamente, como financiamento para a implantação de suas lavouras. Essa complementação tinha juros de 8% mais correção monetária plena, enquanto os juros do custeio agrícola foram de 3% mais correção monetária plena. Esses recursos adicionais, entretanto, praticamente não contribuíram para o aumento da área cultivada.

O preço-base para a aquisição do trigo nacional em 1984 foi fixado em março pelo Conselho Monetário Nacional em Cr\$ 18.000,00/sc de 60 kg, equivalente a US\$ 234,00/t, representando um reajuste de 253% em relação a 1983. Esse preço foi válido para os meses de março e abril, e o primeiro reajuste, no dia 1º de maio, não considerou a variação cambial de março. Assim, os preços do trigo durante o ano de 1984 foram os que são mostrados na tabela 110.

Tabela 110

PREÇOS DO TRIGO EM 1984

MÊS	Cr\$/sc 60 kg PH 78
Maio	19.602,00
Junho	21.337,00
Julho	23.300,00
Agosto	25.700,00
Setembro	28.425,00
Outubro	31.407,00
Novembro	35.365,00
Dezembro	38.862,00

Os preços do trigo e da farinha sofreram os seguintes reajustes durante 1984:

o primeiro no dia 27 de fevereiro num percentual de 50%; o preço da tonelada métrica de trigo com PH 78, vendida pelo governo aos moinhos, passou de Cr\$ 98.812,00 para Cr\$ 148.218,00;

esse novo preço reduziu o subsídio de 62,5% para 46%, assim, o saco de 50 kg da farinha comum passou a valer Cr\$ 10.353,00 e o da farinha especial Cr\$ 13.252,00;

o segundo reajuste, da ordem de 51%, ocorreu no dia 16 de julho; o grão importado e o produto nacional (PH 78) passaram a ser comercializados por Cr\$ 223.809,00/t métrica; com isso, os preços das farinhas comum e especial atingiram Cr\$ 15.634,00 e Cr\$ 20.011,00/sc de 50 kg, respectivamente; o subsídio caiu de 59% para 37,5%;

o terceiro reajuste do ano ocorreu no dia 19 de novembro; com esse aumento, que reduziu o subsídio de 60% para 48%, o produto importado e o nacional (PH 78) passaram a ser comercializados por Cr\$ 324.523,00/t métrica; a farinha comum passou a valer Cr\$ 22.670,00/sc de 50 kg e a especial Cr\$ 29.015,00/sc de 50 kg;

o quarto e último reajuste de 1984 passou a vigorar no dia 17 de dezembro e elevou o preço do trigo em 30%; o produto importado e o nacional (PH 78) passaram a ser comercializados a Cr\$ 421.880,00/t métrica; a partir daí, o subsídio caiu para 27,5%, e os preços da farinha comum e especial ficaram em Cr\$ 30.604,00/sc de 50 kg e Cr\$ 39.170,00/sc de 50 kg, respectivamente.

O acordo com o FMI, para a retirada total do subsídio até dezembro, como já era esperado, não foi cumprido, uma vez que somente o aumento do dólar obriga, periodicamente, a reajustes apreciáveis do produto. Assim, se ao aumento do dólar fosse acrescentada a parte do subsídio restante quando do último reajuste, os preços dos produtos que dependem do trigo para a sua fabricação elevar-se-iam demasiadamente. Por essa razão, o governo promete eliminá-lo durante 1985.

Em virtude do aumento da demanda de trigo que se verificou durante 1984 - motivado basicamente pelo fato de os preços deste cereal terem ficado um bom tempo sem serem reajustados, enquanto os demais alimentos continuaram a subir - o governo obri-

gou-se a autorizar a importação de duas partidas extras de 300.000 t cada. Com isso, a oferta total ascendeu a 6,4 milhões de toneladas, contra as 5,8 milhões previstas inicialmente.

Para o próximo ano, as importações de trigo poderão aumentar, como consequência da quebra de produção desta safra. Isso, entretanto, dependerá, basicamente, da política de retirada de subsídios.

Para poder superar seu problema de recursos - o acordo com o FMI impediu a expansão da base monetária além de 95% - o governo estendeu a aquisição da safra nacional até fevereiro, em lugar de encerrá-la em dezembro como normalmente ocorria. Esse objetivo seria atingido, segundo as autoridades, pelo pagamento de um adicional sobre a variação cambial de 2 e 3%, respectivamente, para quem vender o trigo em janeiro e fevereiro de 1985.

Este procedimento alterou a sistemática vigente, que era a seguinte: anualmente, o Conselho Monetário Nacional estabelecia o preço do trigo a ser pago pelo Governo - único comprador do trigo nacional - que era corrigido mensalmente, de acordo com a variação do dólar. Esse esquema era válido somente durante a safra (abril a dezembro). Se o trigo fosse vendido fora desse período, o produtor deixava de receber a correção cambial.

Pressionado pela falta de recursos para custear a safra 1984/85, o governo propôs aos moinhos, em fins de setembro, um aumento do número de cotas oferecidas a estes. O aumento seria uma antecipação das cotas - as quais normalmente se avolumam por ocasião do final do ano - e a antecipação seria compensada pela diminuição para 15 dias do prazo de pagamento ao Banco do Brasil, em lugar dos 30 dias tradicionais.

A nível nacional, a produção atingiu, na safra 1983/84, 2.257.886 t para uma área de 1.884.038 ha. Para a safra 1984/85, os últimos números (IBGE/CEPAGRO - out/84) indicam uma área plantada de 1.753.381 ha com uma produção de 1.766.211 t, (tabela 111).

Tabela 111

ÁREA E PRODUÇÃO DE TRIGO, POR ESTADO -
SAFRAS DE 1983/84 E 1984/85

ESTADO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)	
	1983/84 (1)	1984/85 (2)	1983/84 (1)	1984/85 (2)
Paraná	898.265	820.000	1.066.000	1.070.000
Rio Grande do Sul	687.262	611.772	794.486	466.373
São Paulo	146.300	139.860	200.000	101.840
Mato Grosso do Sul	114.400	148.089	158.216	96.258
Minas Gerais	19.110	13.105	27.550	23.724
Santa Catarina	17.319	20.000	9.881	7.200
Goiás	1.016	428	1.126	1.644
Distrito Federal	365	127	624	172
Mato Grosso	11	-	3	-
TOTAL	1.884.038	1.753.381	2.257.886	1.766.211

Com o andamento e final da colheita, observou-se, em outros estados produtores, que uma parcela das lavouras atingidas pelas geadas do final de agosto conseguiu se recuperar, apresentando, em certos casos, produtividade elevada.

Outra adversidade enfrentada pela cultura na última safra foi a estiagem verificada em regiões de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul que durou quase 90 dias. Isso também contribuiu para diminuir a produção total.

Até novembro (dia 22) eram as seguintes as compras efetuadas pelo Departamento de Comercialização de trigo do Banco do Brasil (CTRIN/BB):

Paraná	1.048.484
Rio Grande do Sul	190.000
Mato Grosso do Sul	104.453
São Paulo	94.764
Minas Gerais	21.357
Santa Catarina	300

Mato Grosso	236
Goiás	28
TOTAL	1.459.622

Nos últimos anos, a produção nacional de trigo evoluiu, segundo os dados apresentados na tabela 112.

Tabela 112

PRODUÇÃO NACIONAL DE TRIGO, 1974 A 1984

ANO	ÁREA (1.000 ha)	PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1974	2.471	2.859	1.157
1975	2.932	1.788	610
1976	3.540	3.216	908
1977	3.153	2.066	655
1978	2.811	2.691	957
1979	3.831	2.927	764
1980	3.122	2.702	865
1981	1.920	2.209	1.151
1982	2.827	1.815	642
1983	1.884	2.257	1.198
1984 (*)	1.753	1.777	1.013

(*) Estimativa IBGE/CEPAGRO - out/84

Fonte: IBGE/CEPAGRO

A produção mundial na safra 1984/85 deverá atingir 507 milhões de toneladas, levemente superior às 496 milhões da safra passada. Esse aumento na produção se deve à maior colheita nos países da Comunidade Econômica Européia onde houve um aumento na produtividade. Além disso, ocorreram crescimentos nos EUA, China, Índia e Europa Oriental. Por outro lado, houve redução na produção de outros países, como Canadá, URSS, Argentina e Austrália.

No que tange ao comércio mundial do cereal, a situação da oferta e da demanda pode ser visualizada na tabela 113.

Tabela 113

OFERTA E DEMANDA MUNDIAIS DE TRIGO -
SAFRAS DE 1983/84 E 1984/85

(em milhões de t)

DISCRIMINAÇÃO	1984/85		1983/84	
	13 Nov	12 Out	13 Nov	12 Out
<u>Oferta</u>				
. Estoque	101,2	101,8	96,9	96,8
. Produção	505,7	500,4	489,1	488,8
. Improtação	107,1	107,0	104,0	104,1
. Oferta Total	714,0	709,2	690,0	689,7
<u>Demanda</u>				
. Ração	98,5	97,6	90,0	89,3
. Consumo Doméstico	502,2	499,9	484,8	483,9
. Exportação	111,4	111,7	109,7	109,1
. Demanda Total	613,6	611,6	594,5	593,0
. Estoque Final	104,7	102,3	101,2	101,8

Fonte: USDA

As cotações do trigo no mercado futuro para 1ª entrega, na Bolsa de Chicago, em 1984, foram os que estão na tabela 114.

Tabela 114

COTAÇÕES DO TRIGO NO MERCADO FUTURO
- BOLSA DE CHICAGO - 1984

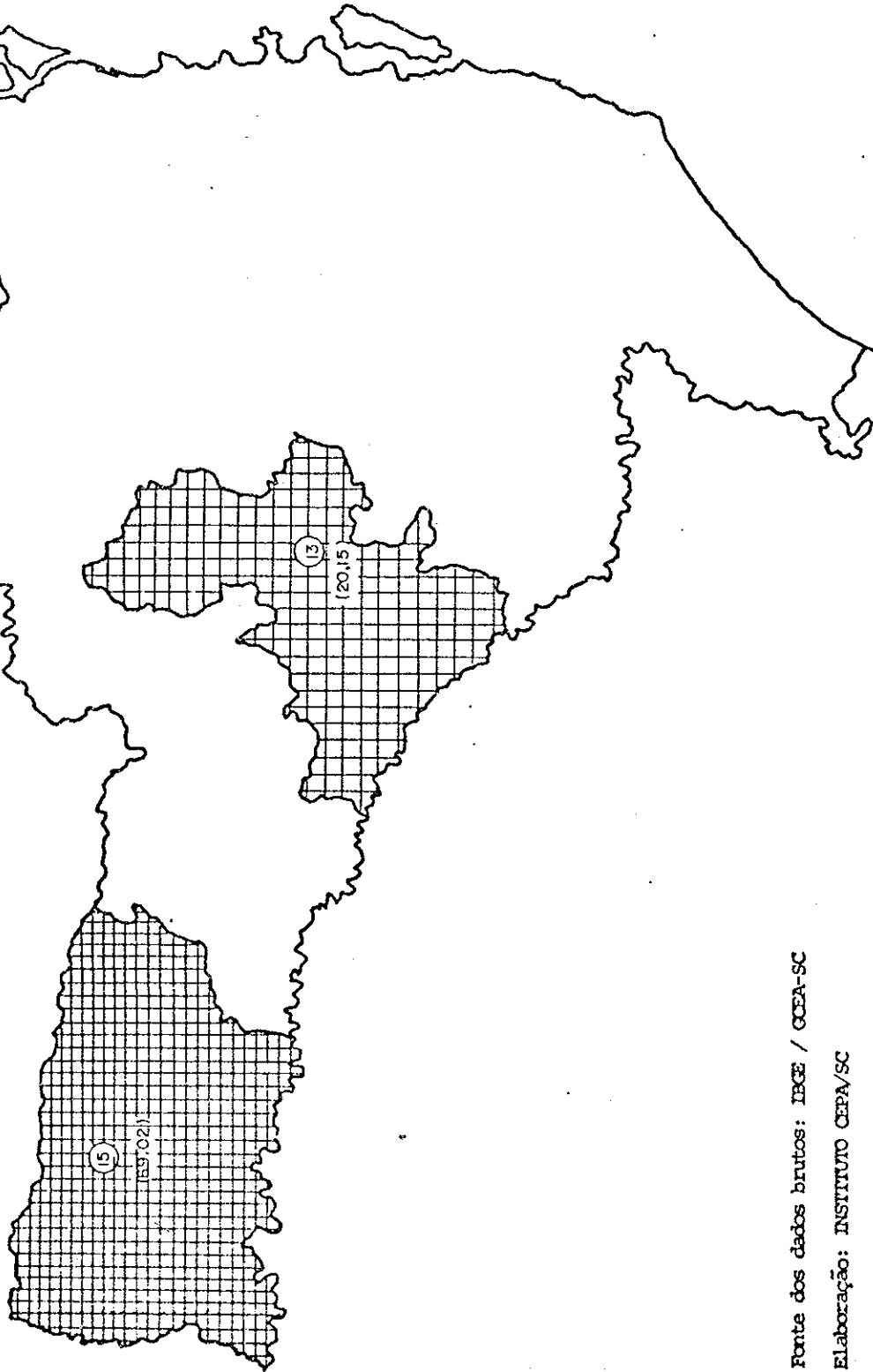
MÊS	US\$/t (*)	MÊS	US\$/t (*)
Janeiro	130,08	Julho	126,73
Fevereiro	123,24	Agosto	127,32
Março	129,52	Setembro	126,87
Abril	133,97	Outubro	130,28
Maiο	537,26	Novembro	132,28
Junho	129,07	Dezembro	127,59

(*) Os preços representam a média aritmética mensal

Fonte: Bolsa de Chicago

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Mapa 17 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MEH NA PRODUÇÃO DE TRIGO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84



Fonte dos dados brutos: IBGE / CCEA-SC
Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

3.15: Uva

A viticultura brasileira caracteriza-se por ser uma atividade agrícola desenvolvida em pequenas propriedades, utilizando, predominantemente, a mão-de-obra familiar.

A produção de uva adquire maior importância econômica no estado do Rio Grande do Sul, que apresenta 67,53% da produção nacional, como pode-se observar na tabela 115. Santa Catarina é o terceiro produtor nacional, representando 7,63% da quantidade produzida e 8,11% da área colhida no país.

Tabela 115

DISTRIBUIÇÃO DA CULTURA DA VIDEIRA NAS DIVERSAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO EM 1980

ESTADOS	ÁREA		PRODUÇÃO		RENDIMENTO (kg/ha)
	(ha)	(%)	(t)	(%)	
R.Grande do Sul	32.049	68,37	288.074	67,53	8.988
São Paulo	8.244	17,59	83.437	19,56	10.121
Santa Catarina	3.802	8,11	32.565	7,63	8.565
Paraná	1.806	3,90	14.418	3,38	7.983
Pernambuco	355	0,76	4.536	1,06	12.777
Minas Gerais	548	1,17	3.215	0,75	5.867
Demais estados	74	0,16	353	0,08	4.770
TOTAL	46.878	100,00	426.598	100,00	9.100

Fonte: Fundação IBGE - Censo Agropecuário/1980

Elaboração: Instituto CEPA/SC.

A produção de uvas no estado de São Paulo e Pernambuco, principalmente, são destinados ao consumo "in natura". Já no Rio Grande do Sul e Santa Catarina o destino principal da uva é a vinificação.

No Paraná a uva produzida no sul do estado é destinada à vinificação e também ao consumo "in natura"; já a produzida no norte do estado é endereçada ao consumo "in natura".

O estado de Pernambuco consegue elevados rendimentos (a proximadamente 50% a mais que Santa Catarina em 1980) por se tratar de cultura altamente tecnificada e com irrigação artificial. O destino da produção é o consumo "in natura", e já observa-se um início de exportação do produto.

Segundo o IBGE, existem em Santa Catarina 25.000 estabelecimentos que cultivam a videira. A mesma fundação estima para safra 1984/85 uma produção de 78.790 toneladas, tendo em conta que o clima foi favorável à videira, principalmente na fase de brotação, e continua sendo o fator determinante da boa safra que se está prevendo.

Em relação à safra 1983/84, as expectativas foram superadas. Esperava-se uma produção de 64.800 toneladas contra as 72.474 obtidas. Comparando-se a safra 1983/84 com a safra 1982/83, vê-se que houve um aumento de 32,4% e 25,3% na produção e rendimento, respectivamente. Isto ocorreu porque a cultura não apresentou problemas durante seu ciclo.

Tabela 116

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA VIDEIRA EM SANTA CATARINA
SAFRAS DE 1977/78 A 1984/85

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1977/78	4.043	57.323	14.178
1978/79	4.946	65.104	13.163
1979/80	5.086	44.428	8.735
1980/81	5.255	75.383	14.345
1981/82	5.080	80.530	15.852
1982/83	5.322	54.747	10.287
1983/84	5.623	72.474	12.889
1984/85 (*)	5.684	78.790	13.862

(*) Estimativa: IBGE/GCEA-SC

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Em Santa Catarina, o cultivo da videira se concentra na microrregião Colonial do Rio do Peixe que representa 62,72% da área e 73,24% da produção obtida no estado. A segunda microrregião em importância econômica é a Colonial do Oeste Catarinense que apresenta 17,73% da área plantada e 14,36% da quantidade produzida.

Os principais municípios produtores são Videira, Caçador, Pinheiro Preto, Tangará, Fraiburgo, Rio das Antas e Urussanga, onde se concentram os estabelecimentos que industrializam a uva. A representatividade das demais microrregiões produtoras acha-se na tabela 117.

Tabela 117

DISTRIBUIÇÃO DA CULTURA DA VIDEIRA NAS DIVERSAS MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA		PRODUÇÃO		RENDIMENTO (kg/ha)
	(ha)	(%)	(t)	(%)	
Col. de Blumenau	18	0,32	227	0,31	12.611
Col. do Alto Itajaí	248	4,41	2.098	2,89	8.460
Col. Serrana Catarinense	154	2,74	1.091	1,51	7.084
Carbonífera	326	5,80	2.593	3,58	7.954
Col. Sul Catarinense	54	0,96	276	0,38	5.111
Campos de Lages	49	0,87	490	0,68	10.000
Campos de Curitibanos	151	2,69	1.452	2,00	9.616
Col. do Rio do Peixe	3.527	62,72	53.083	73,24	15.050
Col. Oeste Catarinense	997	17,73	10.405	14,36	10.436
Plan. de Canoinhas	99	1,76	759	1,05	7.667
SANTA CATARINA	5.623	100,00	72.474	100,00	12.889

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

A produção de uva tem sido cíclica nos últimos sete anos. Isto ocorre porque os produtores encontram grandes dificuldades na comercialização, tais como, o baixo preço mínimo fixado pelo governo, a falta de um seguro agrícola que garanta realmente

a produção e o trabalho dos viticultores, além da demora no pagamento por parte das cantinas. Isto tem levado à estagnação da área cultivada com a uva, cuja quantidade colhida muda basicamente em função do clima.

O descaso ao setor mostrou-se evidente quando o governo vetou o projeto de lei que criava a SEGURUVA, sistema de seguros para a videira e o Conselho Nacional de Vitivinicultura (CONAVIN), ao qual competiria analisar as peculiaridades do setor. A falta de uma definição política para o mesmo desestimulará o produtor, provocando uma retração da atividade.

Conforme informações da CFP, para a safra 1984/85, as variedades de uvas destinadas à industrialização receberam preços-base que serão corrigidos de acordo com a variação mensal da ORTN nos meses de janeiro, fevereiro e março.

O preço-base estabelecido varia de acordo com a variedade da uva e o grau glucométrico apresentado pelo produto. O preço fixado para a uva comum (grupo IV) com 15 graus glucométricos foi de Cr\$ 210,00/quilo, preço que desagradou aos viticultores, pois reivindicavam Cr\$ 324,00/quilo.

Para as uvas viníferas nobres (grupo I) tintas, o preço-base foi de Cr\$ 483,00 e para as brancas foi de Cr\$ 546,00/quilo. As uvas classificadas como viníferas superiores (grupo II) tintas tiveram o preço fixado em Cr\$ 357,00/quilo, enquanto as brancas receberam o preço-base de Cr\$ 378,00. Para as uvas tintas classificadas como viníferas especiais (grupo III) o preço-base determinado foi de Cr\$ 315,00/quilo, enquanto as brancas receberam o preço de Cr\$ 336,00.

Como agora o preço-base para uva sofre correções mensais, os sistemas AGF (Aquisição do Governo Federal) e EGF (Empréstimo do Governo Federal) para esta cultura também mudaram. No AGF o preço válido será aquele em vigor no mês da entrega do produto. No EGF, o contrato só poderá ser feito mediante a comprovação do pagamento do preço-base corrigido até março, independente do mês de recebimento da uva por parte das cantinas.

O preço fixado não era o esperado, mas satisfará aos produtores caso o pagamento seja realizado à vista. Estes, porém temem que o mesmo seja efetuado em parcelas. Caso isto ocorra, os viticultores serão prejudicados, pois receberão um preço corroído pela inflação. Na safra 1983/84, o preço mínimo fixado pela CFP foi de Cr\$ 75,00/quilo para uva comum, com 15 graus glucométricos, foi pago com atraso, segundo os produtores que, na maioria, receberam das cantinas em junho e setembro.

A correção feita sobre o preço da uva comum foi de 186,67% que, na safra 1983/84, era de Cr\$ 75,00, passando para Cr\$ 210,00 na safra 84/85 - uma correção aquém da inflação do período. Apesar de os preços serem corrigidos em janeiro, fevereiro e março pelas variações das ORTNs, a inflação dos referidos meses irá contrabalançar com o reajuste recebido.

Em Santa Catarina, predomina o cultivo de videiras americanas. Na tabela 118 apresentam-se as variedades de uva utilizadas para o fabrico de vinhos e suco de uva.

De acordo com a Delegacia Federal de Agricultura, 39 cantinas receberam uva. Tais estabelecimentos se concentram na região de Videira e Urussanga, sendo que grande parte da produção de vinho de Urussanga é de uvas compradas no Rio Grande do Sul. Conforme o mesmo órgão, foram produzidos, em 1984, 17.460.000 litros de vinho e 1.375.693 litros de suco de uva. Com produções cíclicas conforme os problemas citados, principalmente climáticos, e que afetam a produção da uva, presente-se nas tabelas 119 e 120, a produção de vinho e suco de uva no estado de Santa Catarina.

A produção catarinense de uva "in natura", de suco e de vinho é consumida pela região produtora, litorânea, e pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

No período de janeiro a setembro/84, exportaram-se 72.610 kg de suco de uva, no valor de US\$ FOB 90.446, para Arábia Saudita, Finlândia e Panamá.

Tabela 118

VARIEDADES DE UVAS INDUSTRIALIZADAS EM SANTA CATARINA
- SAFRA 1983/84 (*)

VARIEDADE	COMUM (kg)	VINÍFERA (kg)
Bordeaux	2.012.184	-
Isabel	10.744.590	-
Couderc	1.400.372	-
Couderc 13	600.475	-
Niagara	3.968.970	-
Niagara Rose	13.273	-
Cabernet	-	331.691
Moscato	-	368.768
Seibel	962.955	-
Herbemont	180.715	-
Barbera	-	96.680
Cerezata	12.054	-
Merlot	-	796.363
Lapasset	-	149.249
Trebiano	-	38.220
Pinot Blanc	-	12.440
Petit Syrah	-	214.796
Jacques	47.285	-
Martha	153.948	-
Bailey	9.705	-
Syrah	-	24.545
Piróvano Branco	-	4.010
Concord	13.575	-
Goethe	233.483	-
Terci	10.863	-
TOTAL	20.364.445	2.036.762

(*) Somatório dos municípios da região de Videira e Urussanga
Fonte: SERPV/DFA-SC

Tabela 119

PRODUÇÃO DE VINHOS EM SANTA CATARINA (*) -
1978 A 1984

(1.000 litros)				
ANO	BRANCO	TINTO	ROSADO	TOTAL
1978	2.549	12.272	395	15.216
1979	2.117	16.697	919	19.733
1980	1.535	14.337	835	16.707
1981	3.635	16.516	928	21.079
1982	3.680	14.803	702	19.185
1983	2.614	8.462	1.471	12.547
1984	4.289	12.486	685	17.460

(*) Dado dos municípios da região de Videira e Urussanga
Fonte: MA/DFA-SC (SERPV)

Tabela 120

PRODUÇÃO DE SUCO DE UVA EM SANTA CATARINA
- 1977 A 1984 -

ANO	SUCO INTEGRAL (ℓ)	SUCO CONCENTRADO (kg)
1977	2.525.296	-
1978	1.973.701	-
1979	2.910.994	104.560
1980	1.994.617	-
1981	2.112.701	41.600
1982	2.447.576	-
1983	1.556.032	-
1984	1.375.693	-

Fonte: MA/DFA-SC (SERPV)

3.16. Produção Florestal

Santa Catarina apresentava, originalmente, ao redor de 80% de seu território coberto com florestas. Isso fez com que aproximadamente dois terços da área do estado tivessem seu desenvolvimento econômico baseado na atividade madeireira, representada por indústrias de serrarias, laminação, móveis e, atualmente, celulose.

As matas naturais, principalmente as de pinheiro, imbuia e canela, eram os principais sustentáculos dessas indústrias. Essas florestas estão sendo gradativamente extintas, embora o estado ainda apresente um percentual relativamente regular de cobertura florestal nativa.

Segundo o Inventário Nacional das Florestas Nativas, o estado apresentou, no ano de 1982, um total de 3.194.897,9 ha de florestas remanescentes, ou seja, 33,5% da área total do estado (9.548.300 ha). Dessa área de remanescentes, 142.910,6 ha são de Araucária e 3.051.987,3 ha são de latifoliadas (tabela 121).

A microrregião com maior área de florestas de Araucária é a Colonial do Rio do Peixe, seguida do planalto de Canoinhas, com 37.949,7 ha e 36.634,71 ha, respectivamente, ou seja, 26,6% e 25,6% do total de florestas de Araucária remanescentes.

Para florestas de latifoliadas, a microrregião Planalto de Canoinhas é a que apresenta maior área, com 519.713,95 ha - representando 17,1% - seguida da microrregião Colonial do Oeste Catarinense com 345.964,14, ou seja, 11,4% das latifoliadas.

Quanto ao total de Araucária e latifoliadas remanescentes a microrregião Planalto de Canoinhas é a que apresenta maior área com 556.348,66 ha (17,4%), seguida da microrregião Colonial do Oeste Catarinense com 365.218,14 ha (11,4%).

Os reflorestamentos já substituem quase que integralmente a madeira de florestas nativas para o abastecimento das in-

dústrias de celulose e papel. Nas serrarias, a substituição está sendo aumentada, à medida que se detêm torças com diâmetros maiores.

A política de reflorestamento através de incentivos fiscais acelerou esse processo de substituição e já liberou o país da dependência externa de celulose, caminhando para consolidar a auto-suficiência na siderurgia a carvão vegetal. Esta política foi dirigida inicialmente pela Lei 5.106 seguida pela Lei 1.134 e após várias portarias, como descreve-se a seguir:

A política incentivadora foi iniciada em 1966, quando o Governo Federal percebeu que, devido à demora no retorno do capital, os investimentos em reflorestamento eram pouco atraentes e criou a Lei 5.106 incentivando o plantio de florestas, mediante o abatimento do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas.

Do total da área de projetos de reflorestamento que deram entrada no IBDF desde 1967 até 10 de julho de 1984, essa lei representou 31,47%, ou seja, 136.624,69 ha (tabela 122) e a média de execução dos projetos era estimada em aproximadamente 93%.

Em 1970, foi publicado o Decreto Lei 1.134 que previa a dedução do Imposto de Renda para as pessoas jurídicas, observando-se determinados limites do Imposto de Renda devido na declaração de rendimentos para aplicação em empreendimentos florestais, cujos projetos tivessem sido aprovados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF.

A média de execução dos projetos que dão entrada no IBDF com incentivos fiscais baseados na lei 1.134 é de aproximadamente 100%. Esta lei representou 41,74% da área total dos projetos que deram entrada no IBDF de 1967 a 10 de julho de 1984, ou seja, 181.233,21 ha (tabela 123).

A portaria normativa 001/IBDF/DR de 1979 sistematizou a aplicação dos Incentivos Fiscais ao florestamento e reflorestamento, definindo todos os aspectos ligados ao encaminhamento le-

gal das solicitações de incentivos.

Paralelamente à legislação que regulamenta e sistematiza a utilização dos Incentivos Fiscais, as Portarias 784, 707, 1.283, 1.384 e 1.683 regulamentam a reposição florestal a que estão obrigadas, pelos artigos 20 e 21 do Colégio Florestal (Lei 4.771/65), as empresas que consomem matéria-prima florestal.

As portarias representam 26,79% do total da área dos projetos que deram entrada no IBDF de 1967 a 10 de julho de 1984, ou seja, 116.336,78 ha (tabela 124). A média de execução dos projetos, através de portarias, é de aproximadamente 66%.

Santa Catarina, estado com longa tradição nas atividades florestais, também se utilizou desta política para implantar grandes maciços florestais. As áreas aumentaram ano a ano, desde a criação dos Incentivos Fiscais, até atingirem, aproximadamente, 41.000 ha em 1973. Desse ano até 1978, mantiveram-se entre 30.000 e 40.000 ha ano, tendo, a partir daí, começado a declinar de forma considerável.

Em 1984, a área total dos projetos que deram entrada no IBDF foi de apenas 7.336 ha (tabela 125) com perspectivas de maior retração. Entre os fatores que contribuíram para a diminuição da área reflorestada, pode-se citar a revogação da Lei 5.106, o aumento da área mínima exigida, o aumento dos preços da terra e a diminuição na concessão de cartas-consulta.

Nos maciços florestais implantados foram usadas, predominantemente, as espécies pinheiro americano (*Pinus elliotti* e *Pinus tarda*), eucalipto (*Eucalyptus* sp), pinheiro brasileiro (*Araucária angustifolia*) e palmiteiro (*Euterpe edulis*).

As espécies *Pinus elliottii* e *Pinus tarda* são utilizadas na quase totalidade dos reflorestamentos; seu uso foi incrementado por apresentar crescimento rápido, rusticidade, facilidade de pagamento, abundância de sementes e técnicas silviculturais conhecidas. Os *Pinus* participam com 74,8% (329.037 ha) da área total dos reflorestamentos programados para Santa Catarina (ta-

bela 126).

Do gênero *Eucalyptus*, muitas espécies têm apresentado um crescimento muito rápido, inclusive ultrapassando os de *Pinus*. Porém, várias espécies de *Eucalyptus* introduzidas são susceptíveis a danos causados por geadas e preferidos pelos ataques de formigas cortadeiras. Estes fatores têm contribuído para a formação de povoamentos irregulares e heterogêneos quanto à produção volumétrica. Provavelmente, os setores acima mencionados são responsáveis pelos reduzidos reflorestamentos de *Eucalyptus* ocorridos no estado. Da área total projetada para reflorestamento no estado, o gênero *Eucalyptus* representa apenas 8,4% (36.800 ha).

A *Araucária angustifolia* tem sido a principal espécie florestal nativa utilizada, embora o reflorestamento com ela esteja sendo feito de maneira insatisfatória, tanto em quantidade quanto em qualidade.

Dada a exigência legal do plantio de 1% de nativas nos projetos beneficiados pelos Incentivos Fiscais, e devido à utilização generalizada de *Araucárias angustifolia* para cumpri-la, muitos plantios foram estabelecidos em locais não indicados tecnicamente. Além disso, o mau armazenamento e estratificação das sementes, a falta de tratamentos culturais adequados e os ataques de roedores e formigas contribuem para a heterogeneidade de muitos plantios.

Até 1984 foi projetada uma área em Santa Catarina de 44.343 ha para plantio com *Araucária angustifolia*, representando 10,1% do total da área projetada.

Além das espécies acima relacionadas, o palmitreiro apresenta uma área reflorestada de algum valor, como também as frutíferas (ambas com 1,9%); com a crise energética, a bracinga (*Mimosa Scabrella*) começa a ganhar importância como espécie reflorestadora.

Composição e Distribuição das Empresas do Setor Industrial

Na Delegacia Estadual do IBDF estão registradas 3.034

empresas, distribuídas por 39 diferentes atividades, das quais se destacam as Serrarias (1.474), Indústrias de Beneficiamento e Transformação de Madeira (631), Indústrias de Aglomerados, Pressados e Laminados (117), Fábricas de Móveis (115) e Comerciantes de Madeira em geral (300). Os consumidores de lenha em geral estão registrados em número de 36 e os de carvão em número de 7. Das fábricas de celulose e derivados, registrados, são cinco. Os produtores e extratores de madeira, compreendendo os extratores de toras de óleo de sassafrás, de xaxim, de erva-mate, de carvão vegetal, de resinas, de tanino e postos mecânicos, são 229.

Quanto às microrregiões, destacam-se, em termos de concentração destas empresas, as MRHs Colonial do Oeste Catarinense com 21,79%; Planalto de Canoinhas, 13,91%; Colonial do Rio do Peixe, 10,42%; Campos de Lages, 9,00% e Colonial de Joinville com 7,88% do total das empresas do estado.

Setor Celulósico-Papeleiro

Santa Catarina detém a 3ª colocação na produção de papéis de todos os tipos; 1ª na produção de celulose de fibra longa; 4ª no contexto geral de celulose e 2ª na produção de pasta mecânica.

No setor papeleiro, a maior parte da produção repousa nos papéis para embalagem, cartões e cartolina e papéis sanitários. A produção de papéis do estado foi de 388.326 t em 1981 e 430.404 t em 1982, representando, respectivamente, 12,52% e 12,93% da produção nacional de papéis de todos os tipos.

O estado de Santa Catarina está na 4ª colocação na produção brasileira de celulose de todos os tipos, produzindo 323.812 t em 1981 e 340.032 t em 1982, representando, respectivamente, 11,58% e 11,75% da produção nacional.

Quanto à fabricação de pasta mecânica, Santa Catarina ocupa a 2ª posição, com 31.331 t em 1981 e 42.526 t em 1982, o que representou, respectivamente, 15,95% e 20,73% da produção brasileira.

Tabela 121

ÁREA DE FLORESTAS REMANESCENTES - POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA E POR ESPÉCIE EM
SANTA CATARINA - 1982

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA DE FLORESTAS NATIVAS					
	Araucária		Latifoliadas		Total	
	ha	%	ha	%	ha	%
Colonial de Joinville	-	-	253.857,64	8,3	253.857,64	7,9
Colonial de Itajaí	-	-	28.575,09	0,9	28.575,09	0,9
Colonial de Blumenau	3.326,95	2,3	332.913,99	10,9	336.240,94	10,5
Col. de Itajaí Norte	37,34	0,0	103.993,95	3,4	104.031,29	3,3
Col. do Alto Itajaí	252,2	0,2	166.626,28	5,5	166.878,48	5,2
Florianópolis	-	-	156.631,96	5,1	156.631,96	4,9
Col. Serrana Catarinense	-	-	298.859,37	9,8	298.859,37	9,4
Litoral de Laguna	-	-	14.723,37	0,5	14.723,37	0,5
Carbonífera	6,01	0,0	114.314,90	3,7	114.320,91	3,6
Lit. Sul Catarinense	-	-	6.791,25	0,2	6.791,25	0,2
Col. Sul Catarinense	1.012,41	0,7	76.833,19	2,5	77.845,6	2,4
Campos de Lages	17.433,60	12,1	239.905,23	7,9	257.249,83	8,1
Campos de Curitibanos	27.092,62	19,0	214.809,84	7,0	241.902,46	7,6
Col. do Rio do Peixe	37.949,7	25,6	177.473,61	5,8	215.423,31	6,7
Col. do Oeste Catarinense	19.254,0	13,5	345.964,14	11,4	365.218,14	11,4
Plan. de Canoinhas	36.634,71	25,6	519.713,95	17,1	556.348,66	17,4
TOTAL	142.910,6	100,0	3.051.987,3	100,0	3.194.897,9	100,0

Fonte: Inventário Nacional de Florestas Nativas, 1983

Tabela 122

ÁREA PROJETADA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MRH E POR ESPÉCIE, ATRAVÉS DE
INCENTIVOS FISCAIS - LEI 5.106, 1967 A 17 DE MARÇO DE 1982

MRH	ESPÉCIE	(ha)						TOTAL
		PINUS	ARAUCÁRIA	EUCALYPTUS	PALMITOS	FRUTÍFERAS	OUTRAS	
Colonial de Joinville		7.126,25	533,20	1.262,46	850,08	225,00	168,01	10.165,00
Colonial de Itajaí		743,00	5,00	-	150,00	-	53,61	951,61
Colonial de Blumenau		3.495,87	138,98	305,73	526,10	-	48,80	4.516,48
Col. de Itajaí do Norte		6,63	-	-	-	-	-	6,63
Col. do Alto Itajaí		945,65	29,22	9,21	-	-	0,11	984,19
Florianópolis		2.479,73	1,85	36,60	-	-	23,16	2.541,34
Col. Serrana Catarinense		2.084,00	206,80	-	-	-	-	2.290,80
Litoral de Laguna		446,00	-	45,20	-	-	5,00	496,20
Carbonífera		0,30	-	503,70	-	-	6,00	510,00
Lit. Sul Catarinense		396,70	-	1.264,25	-	-	22,05	1.683,00
Col. Sul Catarinense		-	12,00	9,90	-	-	2,10	24,00
Campos de Lages		22.824,80	952,50	6,10	-	103,60	-	23.887,00
Campos de Curitibanos		28.143,80	2.694,88	12,00	-	60,00	96,00	31.006,18
Col. do Rio do Peixe		20.864,12	4.806,30	862,96	-	241,00	88,00	26.862,38
Col. do Oeste Catarinense		3.724,12	1.481,97	473,06	-	-	350,70	6.029,45
Planalto de Canoinhas		21.795,00	2.434,97	299,30	-	-	140,66	24.669,93
TOTAL		115.075,95	13.298,27	5.090,47	1.526,18	629,60	1.004,10	136.624,69

Fonte: IBDF

Tabela 123

ÁREA PROJETADA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MRH, E POR ESPÉCIE, ATRAVÉS
DE INCENTIVOS FISCAIS - LEI 1.134 DE 1967 A 10 DE JULHO DE 1984

MRH	ESPÉCIES	(ha)						TOTAL
		PINUS	ARAUCÁRIA	EUCALYPTUS	PALMITOS	FRUTÍFERAS	OUTRAS	
Colonial de Joinville		14.283,00	11,20	2.523,00	660,00	851,90	235,56	18.564,96
Colonial de Itajaí		-	-	905,00	-	-	-	905,00
Colonial de Blumenau		1.993,00	6,50	450,00	466,84	-	-	2.916,34
Col. de Itajaí do Norte		-	-	-	-	-	-	-
Col. do Alto Itajaí		1.122,00	9,00	-	-	-	-	1.131,20
Florianópolis		475,00	-	1.377,30	-	-	-	1.852,30
Col. Serra da Catarinense		3.824,40	43,60	675,00	-	-	1,00	4.544,00
Litoral de Laguna		567,00	-	300,00	892,00	-	6,23	1.765,23
Carbonífera		-	-	-	-	-	-	-
Lit. Sul Catarinense		2.504,38	-	540,00	-	-	10,00	3.054,38
Col. Sul Catarinense		-	-	-	-	-	-	-
Campos de Lages		35.402,00	352,40	2.199,00	-	-	-	37.953,40
Campos de Curitiba		35.718,50	1.400,00	1.801,30	-	1.299,90	3,72	40.223,42
Col. do Rio do Peixe		10.567,30	1.269,68	371,00	-	1.181,00	-	13.388,98
Col. do Oeste Catarinense		100,00	109,00	943,00	-	4.032,50	1.083,00	6.267,50
Planalto de Canoíhas		46.004,80	307,73	2.178,80	-	104,00	71,17	48.666,50
TOTAL		152.561,58	3.509,11	14.263,70	2.018,84	7.469,30	1.410,68	181.233,21

Fonte: IBDF

Tabela 124

ÁREA PROJETADA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MRH E POR ESPÉCIE, ATRAVÉS
DE PORTARIAS - 1967 A 10 DE JULHO DE 1984

MRH	ESPÉCIE	(ha)						TOTAL
		PINUS	ARAUCÁRIA	EUCALYPTUS	PALMITO	FRUTÍFERAS	OUTRAS	
Colonial de Joinville		3.525,13	289,2	1.149,96	2.891,3	-	3.531,31	11.386,90
Colonial de Itajaí		302,8	23,12	211,7	169,9	-	64,9	772,42
Colonial de Blumenau		3.998,67	566,93	2.110,41	894,55	-	2.181,47	9.352,03
Col. de Itajaí do Norte		3.338,20	320,66	427,90	-	-	246,66	4.333,42
Col. do Alto Itajaí		4.564,18	1.770,84	331,70	135,90	-	693,84	7.496,46
Florianópolis		327,15	68,60	1.502,09	260,00	-	108,89	2.266,73
Col. Serra da Catarinense		2.039,28	683,25	1.196,62	50,07	-	269,07	4.238,29
Litoral de Laguna		107,10	7,70	405,90	-	-	95,65	616,35
Carbonífera		646,95	143,80	3.168,40	-	-	245,76	4.204,91
Lit. Sul Catarinense		8,00	-	566,52	-	-	1,79	576,31
Col. Sul Catarinense		314,40	-	1.496,00	90,00	-	102,50	2.002,90
Campos de Lages		8.917,70	3.585,40	25,46	-	-	161,00	12.688,96
Campos de Curitiba		9.804,80	5.415,33	660,48	-	-	105,70	15.986,31
Col. do Rio do Peixe		7.106,39	6.190,02	577,39	-	2,61	748,52	14.624,93
Col. do Oeste Catarinense		5.764,06	4.435,85	1.161,69	-	-	779,84	12.141,44
Plan. de Canoíhas		7.978,2	4.428,2	45,31	-	-	796,71	13.248,42
TOTAL		58.742,41	27.928,9	15.037,53	4.491,72	2,61	10.133,61	116.336,78

Fonte: IBDF

Tabela 125

ÁREA TOTAL REFLORESTADA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MRH E POR ESPÉCIE,
ENGLobANDO TODAS AS LEIS E PORTARIAS 1967 A 10 DE JULHO DE 1984

MRH	ESPÉCIE	(ha)					TOTAL	
		PINUS	ARAUCÁRIA	EUCALYPTUS	PALMITO	FRUTÍFERAS		OUTRAS
Colonial de Joinville		24.934,38	833,6	4.935,72	4.401,38	1.076,9	3.934,88	40.116,86
Colonial de Itajaí		1.045,8	28,12	1.116,7	319,9	-	118,51	2.629,03
Colonial de Blumenau		9.487,54	713,41	2.866,14	1.887,49	-	2.230,27	17.184,85
Col. de Itajaí do Norte		3.344,83	320,66	427,9	-	-	246,66	4.340,05
Col. do Alto Itajaí		6.632,03	1.809,06	340,91	135,9	-	693,95	9.611,85
Florianópolis		3.281,88	70,45	2.915,99	260,0	-	132,05	6.660,37
Col. Serrana Catarinense		7.947,68	933,65	1.871,62	50,07	-	270,07	11.073,09
Litoral de Laguna		1.120,1	7,7	751,1	892,0	-	106,88	2.877,78
Carbonífera		647,25	143,8	3.672,1	-	-	251,76	4.714,91
Lit. Sul Catarinense		2.909,08	-	2.370,77	-	-	33,84	5.313,69
Col. Sul Catarinense		314,4	12,0	1.505,9	90,01	-	104,60	2.026,9
Campos de Lages		67.143,9	4.890,3	2.230,56	-	103,6	161,00	74.529,36
Campos de Curitiba		73.667,1	9.510,21	2.473,78	-	1.359,9	205,42	87.216,41
Col. do Rio do Peixe		38.537,81	12.266,0	1.811,35	-	1.424,61	836,52	54.876,29
Col. do Oeste Catarinense		9.588,18	6.026,42	2.577,75	-	4.032,5	2.213,54	24.438,39
Planalto de Caroinhas		75.778,0	7.170,9	2.523,41	-	104,0	1.008,54	86.584,85
TOTAL - Absoluto		326.379,96	44.736,28	34.391,7	8.036,74	8.101,51	12.548,49	434.194,68
- Relativo		75,18	10,38	7,98	1,98	1,98	2,98	100%

Fonte: IBDF

Tabela 126

ÁREA TOTAL PROJETADA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR ANO DE PLANTIO E POR ESPÉCIE,
ENGLobANDO TODAS AS LEIS - ATÉ 1967, 1967/80 E 1981 A 1984

ANO	(hectares)					TOTAL
	ESPÉCIES EXÓTICAS		ESPÉCIES NATIVAS		OUTRAS ESPÉ- CIES EXÓTICAS E NATIVAS	
	Pinus Spp	Eucaliptus Spp	Araucária Angustilófia	Enterpe Edulis		
Até 1967	2.657	2.408	-	243	432	5.740
1967/1980	290.600	19.576	42.584	7.866	18.963	379.589
1981	11.063	2.859	941	20	725	15.608
1982	10.887	4.218	424	33	615	16.177
1983	10.579	4.035	685	43	143	15.485
1984	3.251	3.704	102	75	204	7.336
TOTAL	329.037	36.800	44.736	8.280	21.082	439.935

Fonte: IBDF

4 - DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL

**Avicultura, Bovinos de corte,
Bovinos de leite, Mel de abelha,
Pescado e Suínos**

4. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL

4.1. Avicultura

4.1.1. Produção e Mercado Mundiais

A avicultura mundial nos anos 70 teve crescimentos superiores ou próximos a 5,0% anuais. A partir de 1981 tendeu a apresentar crescimentos menores, porém a taxas maiores do que as carnes vermelhas. Esses índices menores nos anos 80 tiveram como causas principais as quedas no consumo e o comprometimento no abastecimento de grãos, que impediram a continuidade do avanço da avicultura, à semelhança da década anterior, em muitos países de avicultura adiantada (tabela 127).

O comércio mundial de carne de aves aparentemente baixou no ano de 1984, comparando-se com os níveis de 1983. A diminuição do ritmo econômico mundial incentivou o início da auto-suficiência em alguns mercados do oriente médio, reduzindo as importações em muitos países e estabilizando o comércio internacional nos quatro maiores produtores mundiais, Estados Unidos, Comunidade Econômica Européia, Brasil e França.

A maior movimentação do comércio mundial de carne de aves se dá nos limites da Comunidade Econômica Européia, onde só em 1984 suas exportações significam quase 48,0% do total transacionado no mundo. Pelas suas participações vêm logo a seguir o Brasil com 16,0%, e os Estados Unidos com 13,5%. Entre os países que compõem a Comunidade Econômica Européia, a França é o maior exportador, facilitado principalmente por subsídios diretos à venda de frangos congelados. No quadro do comércio mundial, além do Oriente Médio e Extremo Oriente, a União Soviética se destaca como o maior importador líquido de carne de aves.

Como a União Soviética é o principal país importador, tem crescido a concorrência entre os exportadores para lá colocar o seu produto, escapando, assim, da instabilidade acentuada de preços no Oriente Médio devido ao aumento da produção interna, e pelo aviltamento internacional dos preços do petróleo. Esses fatores levaram os exportadores a diversificar os produtos e os mercados, visando a atingir outros países que normalmente não im-

portavam, como é o caso da Alemanha, Espanha, Suíça, etc.

Os Estados Unidos, são o maior produtor e consumidor mundial. Sua participação no comércio mundial marca presença de vendas de aves em partes, sendo pouco agressivo nas transações de frangos inteiros. A partir de 1984, a hegemonia americana começou a ser ameaçada pela penetração do Brasil nos mercados característicos de frango em partes, como Japão, Cingapura e Hong Kong. Essa nova estratégia mercadológica adotada pelos exportadores brasileiros serviu para amenizar as quedas nas receitas com as exportações do produto em carcaça. De qualquer forma, a abertura que houve naqueles mercados foi facilitada pelas restrições sanitárias ao produto americano, após o surto de "influenza aviária", como também pelo encarecimento dos custos de produção, que diminuíram a competitividade frente às produções brasileira e francesa, esta subsidiada.

A Arábia Saudita, que foi um grande importador líquido, buscou, nos últimos cinco anos aumentar a produção interna, visando reduzir a sua dependência para no máximo 20% de suas necessidades. Também, a maioria dos países do Oriente médio e Norte da África estão seguindo na mesma trilha. Apenas a União Soviética não tem mostrado nos seus planos plurianuais, intenções de ampliar a sua produção avícola. Por isso, nos dois últimos anos, ocorreu uma gradual perda da mobilidade do mercado mundial de carne de aves, centrada no declínio do consumo interno dos países em continuada recessão econômica e na tendência de paulatina auto-suficiência nos principais países compradores.

4.1.2. Produção e Mercado Nacionais

Nos anos 70 a avicultura brasileira deixou de ser uma atividade de subsistência, para se tornar uma exploração de características agroindustriais. Utilizando-se de tecnologias mais avançadas aumentou a produtividade dos plantéis e melhorou comercialmente a qualidade do frango. Os melhores desempenhos conseguidos pela atividade se deram até 1980. De lá para cá manteve um ritmo de crescimento menos acelerado, desenvolvendo-se apenas nos estados brasileiros mais preparados tecnologicamente e que tive-

ram o cuidado de organizar a produção e adequá-la às novas exigências da demanda. Com o comprometimento dos custos e a retração do consumo, cresceu quem tinha melhor controle do processo produtivo. Após 1980, tornou-se um empreendimento que exigiu contínuas remodelações, provocando a saída do mercado de muitos avicultores e indústrias, fato mais sentido em 1983. Apesar disso, a avicultura nacional entrou na década de 80 como a terceira do mundo em produção e exportação.

A dependência de importação do material genético e de alguns insumos indispensáveis à manutenção da tecnologia adotada, a importância assumida pelo mercado externo a partir de 1980 e a instabilidade no abastecimento de grãos contribuíram para o menor crescimento nos anos seguintes. Em 1981 se expandiu 7,3%, e em 1982 apenas 6,3%. A tendência persistiu com maior clareza em 1983, quando o comportamento da produção entrou numa fase de estagnação. Com o esvaziamento real dos salários ocasionando queda no consumo interno, a estabilização do volume das exportações, a queda nos preços internacionais do frango e a elevação dos custos acabaram por esvaziar os planos de expansão para 1984, com a produção decrescendo em aproximadamente 9%. Isto fica evidenciado pela análise das informações divulgadas pela Associação Brasileira de Produtores de Pintos de Corte, onde se constata uma ociosidade do parque avícola nacional de ordem de 23,72%, pois ao se considerar como referência o alojamento de pintos controlados por aquela instituição, a sua estimativa, em vez de situar-se no 1,35 milhão de toneladas, deveria fixar-se próxima a 1,78 milhão de toneladas em 1984.

Mesmo com o retrocesso da produção avícola nacional nos últimos dois anos, não resta a menor dúvida que a avicultura no país absorveu tecnologias e equipamentos modernos e atualizou as práticas de manejo e controle sanitário. Isto permitiu um crescimento acelerado, que levou tanto produtores como o governo a criarem mecanismos comerciais, creditícios e fiscais, visando à consolidação do produto no mercado interno, e a fomentar as exportações com a finalidade de a avicultura também contribuir na recuperação do déficit da balança de pagamentos.

As exportações foram incipientes na segunda metade da década de 70, mas após solucionados alguns entraves nas áreas comerciais e de transporte, essa fatia do mercado entrou nos anos 80 consolidada, em razão do melhor preparo dos exportadores, da qualidade e da apresentação do frango brasileiro e dos incentivos governamentais decisivos. Esses subsídios tornaram-se importantes a partir de 1981, pois, de um lado, as exportações precisavam crescer para escoar os excedentes da retração interna do consumo, por outro os preços internacionais entraram em declínio devido à maior oferta mundial, à concorrência internacional, ao aumento da produção e à perda do poder de compra nos principais países compradores. Mesmo com uma conjuntura desfavorável no mercado externo, a política de estímulo à atividade via facilidades governamentais para incremento das exportações foi sendo retirada a partir de 1981, com a finalidade de reduzir o déficit público e atender às exigências do Fundo Monetário Internacional. Essas modificações consistiram na elevação gradual das taxas de juros das cartas de crédito, na retirada dos subsídios na aquisição de milho e na suspensão da isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Com isso a avicultura perdeu algumas de suas sustentações econômicas, pressionando a saída do mercado de muitos avicultores e empresários que não tinham absorvido bem tanto as modernas tecnologias como o processo de gerência avícola.

No período 80/84 a produção que mais evoluiu foi a catarinense, pois as dificuldades da avicultura brasileira frente à recessão econômica não a atingiram de forma contundente por ser a mais evoluída e a que mais facilmente se adaptou à nova realidade dos mercados. De 19,0% da produção brasileira em 1980 pulou para 28,0% em 1984. Nos mesmos quatro anos passa de 259,0 mil toneladas para 409,0 mil toneladas produzidas; enquanto a nacional cresce 10%, a catarinense evolui 57,9% no volume produzido de carne de aves.

De uma participação de 14,5% do mercado interno e 45,0% das exportações no ano de 1980, atingiu, em 1984, 24,5% das vendas internas e 61,0% das externas, consolidando-se como o mais importante estado produtor e que maior fatia de mercado possui (tabela 129).

A participação da carne de frango, na demanda global, em relação às outras carnes, aumentou de forma preponderante nos últimos anos. O seu consumo tem potencial para ser aumentado, desde que a economia seja reativada e seus preços, no varejo, não se aproximem da carne bovina, sua principal concorrente. Conquanto o consumo por habitante/ano no Brasil, tenha aumentado significativamente desde o surgimento da avicultura industrial, nos anos de 83 e 84 entrou numa fase de desaquecimento, pois a diminuição da venda afetou os níveis de demanda. O consumo catarinense de carne de aves é um dos mais altos do Brasil, por ser um tipo de alimento muito consumido pelas populações rurais e por estar se constituindo numa tradição alimentar (tabela 129).

Ao iniciar 1984 o mercado avícola que vinha em baixa desde outubro do ano anterior, começou a se movimentar após o escoamento dos estoques remanescentes de 1983 e a menor produção de janeiro. Por outro lado, o intenso calor dos dois primeiros meses do ano foi desfavorável aos plantéis, causando mortalidade e atraso no desenvolvimento, bem como menor oferta em março. Com isso, os preços reagiram acima da inflação, mas ainda no 1º trimestre do ano a queda no consumo maior do que a oferta, não permitiu uma sustentação de preços em níveis compatíveis com os custos de produção, pois os insumos foram majorados a índices superiores aos preços recebidos pelo avicultor. Todavia, para 90% dos avicultores catarinenses, por estarem integrados às indústrias, houve melhor garantia de mercado e rentabilidade, em detrimento do desempenho daqueles produtores fora do eixo industrial.

A estabilização dos preços da carne bovina, as exportações se processando mais lentamente e o consumo sem respaldo para crescer, provocaram recuos nos preços do frango, em abril e maio. Essa queda observada nas cotações, principalmente de frango vivo, compensaram-se com a estabilização dos preços dos insumos. Em junho os preços do frango em todos os níveis reagiram. A alta acentuada nos preços da carne bovina estimulou levemente o consumo de carne de aves. Como a oferta de frango sofreu um aumento em julho, os preços, em todos os níveis, apresentaram aumentos moderados, já que em termos nominais atingiram o mesmo patamar de março.

A avicultura também iniciou o ano de 1984 dependente dos níveis salariais da população, da disponibilidade de milho e das exportações, mas o desestímulo econômico de 1983 foi decisivo para a menor produção avícola nacional no 1º semestre de 1984. Os aumentos nos preços nos primeiros meses do ano evoluíram acima da inflação, mas em seguida passaram a declinar, em termos reais, com alguma reação nos meses de setembro e outubro, apresentando-se, ao final do ano, com uma evolução em torno de 119% contra uma inflação superior a 223%. Por outro lado, os resultados dos avicultores catarinenses foram superiores na medida que tiveram insumos a preços mais favoráveis, e participaram de uma fatia maior dos mercados interno e externo, o que permitiu uma certa recuperação dos prejuízos de 1983.

A menor oferta em agosto, os insumos a preços estabilizados, os baixos estoques internos e a intensificação das exportações tornaram o mercado do frango firme. Os atacadistas conseguiram repassar os custos para os varejistas e estes para os consumidores, pois as vendas e as cotações permaneceram aquecidas, acompanhando os movimentos da carne bovina. Nos quarenta e cinco dias seguintes, o mercado manteve-se ágil e fortemente aquecido, com os preços remunerando todos os segmentos. A nível de produtor houve recuperação econômica, ocorrendo o retorno de muitos produtores que estavam fora do mercado. Nas duas últimas semanas de outubro o maior volume ofertado fez com que os preços do frango no atacado sofressem recuo. Como sempre ocorre nesses casos, os preços recebidos pelos avicultores foram aviltados, mas no varejo os preços tiveram uma queda proporcionalmente menor.

A fase descendente das cotações do frango persistiu durante novembro e boa parte de dezembro. O mercado operou frouxo, com o produto sempre tendendo a baixar. Os preços foram contidos no segmento atacadista, onde a maioria dos supermercados fizeram promoções de vendas no varejo, a preços inferiores aos praticados em outubro. Por outro lado, a forte contenção das cotações e a maior oferta de carne bovina impediram uma maior mobilidade do mercado de aves vivas e abatidas. Nos dois últimos meses do ano os insumos sofreram majorações que, apesar da preocupação tanto dos produtores como industriais, não chegaram a causar prejuízos

que pudessem desestimular a atividade.

A menor produção da avicultura em 1984 teve a compensação de um mercado bem mais ágil do que em 1983. O abastecimento de grãos esteve garantido. Os preços dos insumos preocuparam no início e final do ano, porém os custos na maioria dos meses foram inferiores aos preços de mercado. A oferta de carnes de frangos foi menor no 1º semestre do que no segundo, mas os altos preços das demais carnes se fez sentir no 2º semestre, com a demanda reaquescendo-se. As exportações, embora menores do que em 1983, mostraram uma receita cambial crescente; o volume embarcado esteve ao redor de 280 mil toneladas e a receita em US\$ 263,0 milhões de dólares, superando o montante obtido em 1983 em mais de US\$ 20,0 milhões FOB, porém parcela dessa maior renda foi auferida com as exportações de frangos em partes.

As perspectivas para 1985 se configuram no sentido de a avicultura voltar a crescer. O alojamento ao redor de 10,0 milhões de matrizes no país indica um potencial de produção de pintos semelhante ao de 1984; isto deve adequar a produção à potencialidade da demanda aparente (consumo interno mais exportações). Como essas matrizes alojadas podem ser melhor aproveitadas, poderá ocorrer uma moderada recuperação da oferta em 1985. Por outro lado, a existência de um razoável estoque de milho e as possibilidades de uma certa recomposição salarial são indicadores de que a avicultura terá alguma sustentação econômica. Todavia, uma eventual expansão da avicultura estará mais condicionada ao fortalecimento do mercado interno, pois os mesmos entraves de 1984 nas exportações deverão persistir. Há ainda que se considerar as possibilidades de a carne bovina perder o seu ritmo de alta em 1985. Com isso a demanda de carne de aves estará condicionada aos preços mais competitivos da carne bovina no varejo.

Tabela 127

PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CARNE DE AVES, MÉDIA DE 1973 A 1977 E ANUAL DE 1978 A 1984

PAÍS	MÉDIA 1973-77	1978	1979	1980	1981	1982	1983 (a)	1984 (b)	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL (EM 1984)	VARIAÇÃO ANUAL
										(b-a) x 100 a
E.U.A.	5.116	5.880	6.507	6.629	6.985	7.046	7.230	7.380	32,35	2,07
U.P.S.S.	1.391	1.902	2.017	2.103	2.300	2.500	2.600	2.800	12,28	7,69
Itália	851	896	908	953	950	973	965	971	4,26	0,67
França	844	963	1.034	1.122	1.252	1.322	1.322	1.346	5,90	1,81
Japão	791	1.027	1.109	1.145	1.131	1.210	1.279	1.307	5,73	2,18
Grã-Bretanha	688	783	752	754	743	801	814	826	3,62	1,47
Espanha	662	755	748	771	886	890	820	845	3,70	3,04
Brasil	534	858	1.096	1.330	1.485	1.490	1.480	1.400	6,14	-5,40
Canadá	455	484	539	530	543	538	529	535	2,34	1,13
México	328	388	404	476	522	564	506	516	2,26	1,97
Ruanda	328	332	383	377	381	382	392	392	1,72	0
Holanda	327	347	359	376	399	410	385	385	1,69	0
Alemanha	290	350	364	374	380	377	353	355	1,55	0,56
Índia	273	315	313	325	350	405	385	380	1,66	-1,29
Polónia	257	380	421	445	454	190	100	160	0,70	60,00
Argentina	232	181	193	231	234	218	214	219	0,96	2,33
África do Sul	222	279	324	342	361	374	412	430	1,88	4,36
Austrália	196	245	271	313	303	277	295	308	1,35	4,40
Iugoslávia	192	254	267	276	290	295	290	295	1,29	1,72
Venezuela	150	188	191	232	264	304	360	290	1,27	-19,44
TOTAL	14.127	16.837	18.200	19.103	20.213	20.566	20.731	21.140	92,68	1,97
TOTAL OUTROS PAÍSES	1.320	1.613	1.708	1.777	1.834	1.656	1.653	1.670	7,32	1,03
TOTAL MUNDO	15.447	18.450	19.908	20.880	22.047	22.222	22.384	22.810	100,00	1,90

Fonte: USA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 128

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE CARNE DE FRANGO, 1980 A 1984

PAÍS/MERCADO	(mil t métricas)													
	1980		1981		1982		1983 (a)		1984 (b)		PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL (EM 1984)		VARIAÇÃO ANUAL (b-a) x 100	
	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.
E.U.A.	316	-	375	-	261	-	237	-	247	-	13,54	-	4,21	-
C.E.E.	676	425	818	383	832	385	859	401	872	395	47,80	35,55	1,51	-1,49
Leste Europeu	208	13	242	12	263	17	322	103	320	73	17,54	6,57	-0,62	-29,12
U.R.S.S.	-	159	-	253	-	240	-	260	-	260	-	23,40	-	0
Japão	-	72	-	98	-	112	-	106	-	107	-	3,63	-	0,94
Brasil	171	-	280	-	305	-	382	-	351	-	19,24	-	-8,11	-
Canadá	6	22	5	28	2	30	2	30	2	32	0,1	2,88	0	6,66
Hong-Kong	1	88	1	88	1	104	1	105	2	110	0,1	9,90	100,00	4,76
Egito	-	55	-	77	-	-	-	86	-	75	-	6,75	-	-12,79
TOTAL	1.378	834	1.721	939	1.664	868	1.803	1.091	1.794	1.052	98,35	94,66	-0,49	-0,08
TOTAL OUTROS PAÍSES	57	65	38	91	29	71	33	59	30	59	1,64	5,31	-9,09	0
TOTAL PAÍSES SELECIONADOS	1.435	899	1.759	1.030	1.693	939	1.836	1.150	1.824	1.111	100,00	-3,39	-0,65	-3,39

Fonte: USDA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 129

PRODUÇÃO E MERCADO DE CARNES DE AVES, BRASIL E SANTA CATARINA, 1982 A 1984

SITUAÇÃO	(1.000 toneladas)									
	ANO	BRASIL			SANTA CATARINA			PARTICIPAÇÃO % DE SC EM RELAÇÃO AO BRASIL		
		1982	1983	1984 ^(*)	1982	1983	1984 ^(*)	1982	1983	1984 ^(*)
Produção	1.604	1.584	1.440	367,0	375,0	409,0	23,0	24,0	28,0	
Exportação	301,8	289,3	280,0	146,5	156,5	170,0	48,0	54,0	61	
Comerc. Nacional	1.302,2	1.294,7	1.160,0	265,2	250,0	283,9	20,4	19,3	24,5	
Consumo										
. Interno	1.302,2	1.294,7	1.160,0	111,0	102,0	106,0	8,3	7,7	8,8	
. Per Capita/kg/ano	10,4	9,9	8,7	28,7	25,7	26,2	-	-	-	

(*) Estimativa

Fonte: APINCO, Instituto CEPA/SC, FGV e IBGE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 130

ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO E ABATE DE CARNE DE FRANGOS, BRASIL, DE 1981 A 1984^(*)

MÊS	ABATE (1.000 cab.)				PRODUÇÃO DE CARNE (t)				VARIACÃO % (b/a)
	1981	1982	1983	1984	1981	1982	1983 (a)	1984 (b)	
Janeiro	77.269	90.584	98.385	77.008	104.314	124.644	132.942	105.962	- 20,29
Fevereiro	71.970	84.371	94.966	74.123	97.159	116.094	124.879	101.992	- 18,33
Março	78.820	84.596	90.573	74.413	106.609	116.404	122.386	102.393	- 16,34
Abril	77.200	88.872	89.401	71.648	103.220	122.258	114.158	98.587	- 13,64
Mai	79.188	89.717	80.622	80.864	106.904	123.450	124.538	111.269	- 10,66
Junho	88.221	90.392	91.023	82.300	119.098	124.379	124.986	113.243	- 9,40
Julho	90.963	92.392	90.181	84.164	122.800	127.131	126.799	115.809	- 8,67
Agosto	94.709	93.286	91.031	83.797	127.857	128.361	125.904	115.305	- 8,42
Setembro	95.305	92.106	90.519	85.797	128.662	126.738	126.809	118.056	- 6,90
Outubro	94.796	92.010	88.110	90.984	127.974	126.605	126.036	125.194	- 0,67
Novembro	95.305	92.453	84.371	87.147	128.662	127.215	121.475	119.914	- 1,29
Dezembro	94.914	92.117	85.314	93.161	127.932	126.753	117.392	128.190	9,20
TOTAL	1.038.660	1.082.590	1.083.596	995.406	1.402.191	1.490.062	1.489.875	1.355.914	- 8,96

(*) Para chegar-se às estimativas de Abate e Produção Nacional de carne de frango, levou-se em consideração o alojamento efetivo de pintos de corte, decrescido de uma taxa de mortalidade (4%), pelas perdas de matança (3%) e pelo médio das carcaças (1,376 kg).

Fonte dos dados básicos: APINCO

Fonte dos dados analisados: Instituto CEPA/SC

Tabela 131

ABATE TOTAL DE AVES (SIF, NÃO SIF E AUTO-CONSUMO),
SANTA CATARINA, 1981 A 1984

ANO MÊS	(1.000 cabeças)					VARIACÃO ANUAL (a/b)
	1980	1981	1982	1983 (a)	1984 (b)	
Janeiro	13.870,3	17.401,2	19.540,4	21.345,1	21.798,2	2,12
Fevereiro	12.875,8	15.940,0	18.678,3	19.527,4	21.647,8	10,86
Março	13.217,8	16.493,4	21.161,4	22.726,8	22.152,7	- 2,53
Abril	12.837,2	16.778,4	20.262,7	19.567,8	20.716,0	5,54
Maió	13.797,1	17.287,4	20.668,0	19.897,0	23.542,9	18,32
Junho	13.394,9	17.354,2	20.318,0	20.443,0	22.554,2	10,33
Julho	14.742,0	18.473,2	20.991,0	19.580,0	22.641,0	15,64
Agosto	14.206,1	18.107,2	20.357,0	22.168,0	23.720,2	7,00
Setembro	14.888,2	18.371,3	19.730,0	21.114,0	21.176,4	0,30
Outubro	15.925,4	18.530,0	21.410,0	21.182,0	24.495,0	15,64
Novembro	16.062,5	18.952,9	21.394,0	19.200,0	23.290,0	21,30
Dezembro	16.704,8	19.603,4	25.388,0	21.966,0	23.000,0	4,71
TOTAL	172.522,1	213.292,6	245.898,8	248.717,1	270.573,4	8,4

(*) Estimativa

Fonte: Instituto CEPA/SC

Tabela 132

PREÇOS NOMINAIS E REAIS RECEBIDOS PELOS AVICULTORES DE SANTA CATARINA, DE 1980 A 1984

ANO MÊS	1980		1981		1982		1983		1984	
	Corrente	Real (*)	Corrente	Real (*)	Corrente	Real (*)	Corrente	Real (*)	Corrente	Real (*)
Janeiro	29,00	1.855	59,00	1.790	85,00	1.324	180,00	1.369	735,00	1.785
Fevereiro	32,50	1.995	57,60	1.611	95,00	1.385	185,00	1.321	950,00	2.055
Março	31,00	1.786	63,00	1.641	102,00	1.387	215,00	1.394	980,00	1.928
Abril	31,00	1.689	61,50	1.519	95,00	1.226	230,00	1.366	800,00	1.445
Maió	33,00	1.690	58,00	1.349	95,00	1.155	280,00	1.558	850,00	1.410
Junho	33,90	1.640	59,30	1.320	98,00	1.104	295,00	1.462	950,00	1.442
Julho	34,00	1.517	64,00	1.356	117,00	1.242	310,00	1.356	980,00	1.349
Agosto	37,00	1.544	80,00	1.589	113,00	1.134	356,00	1.414	1.200,00	1.493
Setembro	42,30	1.676	84,00	1.567	135,00	1.307	540,00	1.902	1.580,00	1.779
Outubro	44,00	1.620	84,00	1.521	135,00	1.248	530,00	1.648	1.750,00	1.750
Novembro	52,00	1.780	85,00	1.461	145,00	1.276	550,00	1.577	1.550,00	1.410
Dezembro	54,60	1.765	85,00	1.408	157,00	1.302	600,00	1.600	1.515,00	1.247
TOTAL ANUAL	37,85	1.703	79,03	811	114,33	1.254	355,92	1.533	1.153,00	1.549

(*) Corrigidos a preços de outubro de 1984 - ICP, col.2 da revista Conjuntura Econômica da FGV

Fonte: Instituto CEPA/SC e FGV

Tabela 133

ABATE DE AVES SOB INSPEÇÃO FEDERAL EM SANTA CATARINA,
DE 1975 A 1984

ANO	TOTAL ABATIDO (cabeças)	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE DE CRESCI- MENTO DA PRO- DUÇÃO
1975	49.686.513	69.561	100
1976	62.000.000	84.150	121
1977	81.557.494	111.733	161
1978	98.984.266	139.047	200
1979	115.911.011	162.275	233
1980	136.025.376	197.749	284
1981	182.340.000	244.500	351
1982	216.359.800	354.773	510
1983	224.349.100	356.659	513
1984	244.813.362	369.913	532

Fonte: MA/SERPA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 134

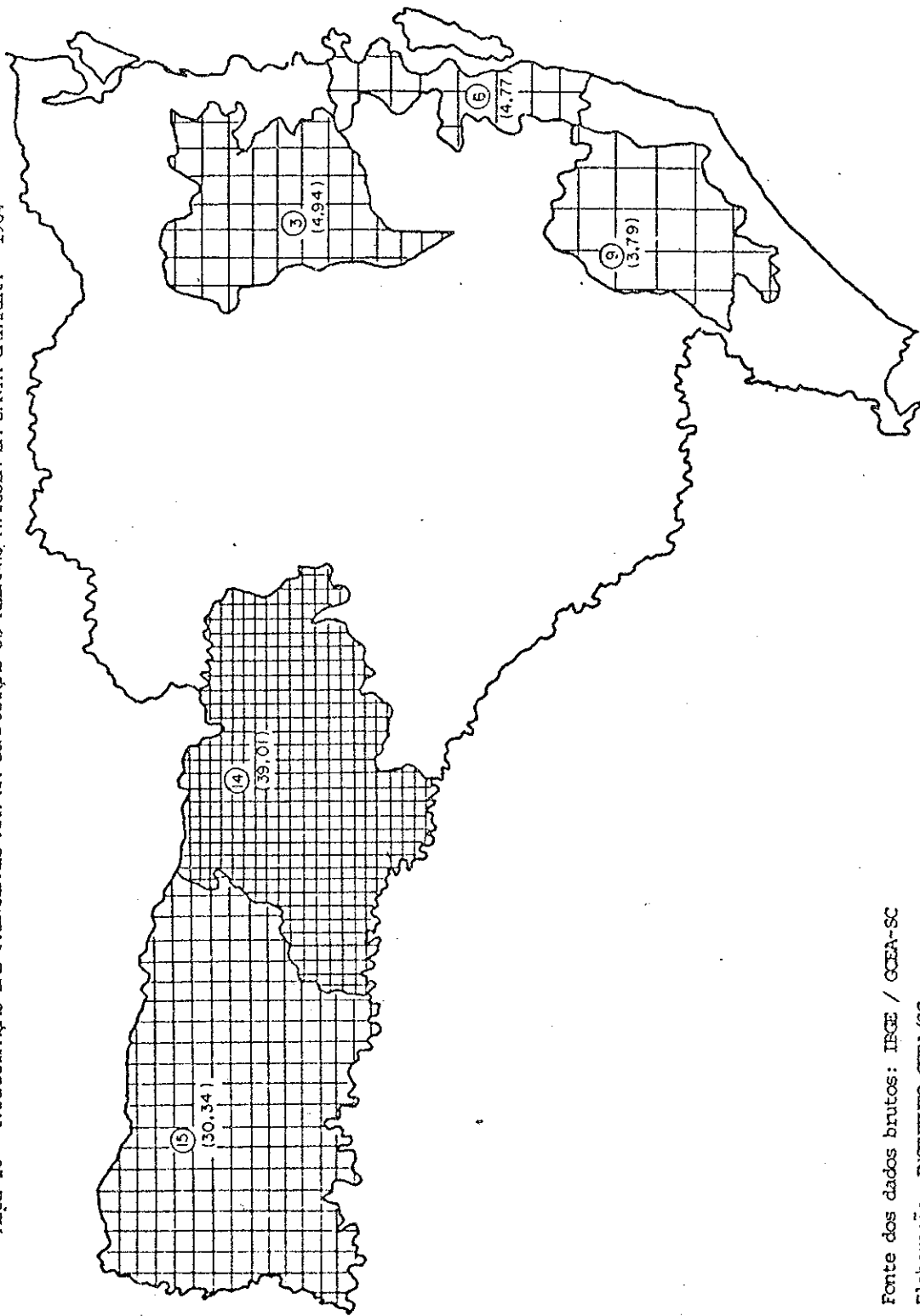
VOLUME E VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE CARNES DE FRANGO, BRASIL E
SANTA CATARINA, MÉDIA DE 1975 A 1977 E ANUAL DE 1978 A 1984

ANO	EXPORTAÇÃO BRASILEIRA (t)	VALOR FOB (US\$)	EXPORTAÇÃO CATARINENSE (t)	VALOR FOB (US\$)	PARTICIPAÇÃO DE SC NO TOTAL DO BRASIL (%)
1975-77	55.934	54.426.880,00	37.402	36.190.584,00	67
1978	50.805	46.871.775,00	31.975	29.457.050,00	63
1979	81.095	81.148.255,00	52.305	52.338.475,00	65
1980	170.400	209.315.136,00	68.156	83.726.055,00	40
1981	290.000	350.900.000,00	100.159	121.192.390,00	35
1982	301.792	285.475.700,00	146.481	138.778.200,00	49
1983	289.301	242.144.937,00	167.575	140.260.275,00	57
1984	281.171	264.081.427,00	168.703	158.449.232,00	60

Fonte: Associação Brasileira de Exportadores de Frango - ABEF

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Mapa 18 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MSH NA COMPOSIÇÃO DO REBANHO AVÍCOLA EM SANTA CATARINA - 1984



Fonte dos dados brutos: IEGE / OCEA-SC
Elaboração: INSTITUTO CEARA/SC

4.2. Bovinos de Corte

A produção mundial de carne bovina, após apresentar aumentos até 1981, entrou num período de quase estabilização, principalmente nos países onde grande contingente de animais são criados em sistema de confinamento e arraçoados com grãos. A oferta mundial sofreu uma queda, em 1982, de 2,12%, devido principalmente ao declínio da produção na Comunidade Econômica Européia e URSS. Em 1983, apresentou um moderado crescimento de 1,33%, com a produção crescendo nos Estados Unidos, na URSS, na França, na Grã-Bretanha e na Itália. Para 1984 as estimativas apontam para um moderado decréscimo na produção mundial de carne bovina, não só pelo movimento cíclico da pecuária bovina nos países de criação extensiva, mas também devido a problemas de ordem climática, que impediram uma melhor produtividade dos rebanhos.

O mercado internacional que se manteve decrescido até 1979, reativou-se a partir de 1980. A maior movimentação no comércio mundial deu-se basicamente em cima do incremento das vendas dos EUA, Brasil, Canadá e França. O aumento do volume transacionado por esses países foi mais uma consequência da depressão do consumo interno do que dos excedentes exportáveis. No entanto, a maior oferta nos países importadores pressionou quedas significativas nas cotações internacionais em 1983 e 1984. Por outro lado, a elevação dos estoques na Comunidade Econômica Européia, bem como os subsídios oferecidos aos exportadores dos países componentes daquela organização, resultaram numa forte pressão baixista das cotações internacionais de carne bovina. Dessa forma, apesar de a produção ter sido praticamente a mesma de 1983 e o comércio moderadamente aquecido, o volume ofertado foi bem superior ao potencial das compras.

A reativação gradativa do comércio internacional a partir de 1979 coincidiu com a fase recessiva da economia mundial, onde o achatamento do poder de compra das populações impediu o avanço do consumo. Assim, os preços médios dos diferentes tipos de carne bovina exportada declinaram no período 80/84. Esse declínio de preços se deu junto com uma fase de menor oferta na Ar-

gentina e Austrália, que paradoxalmente não neutralizou a influência do aviltamento dos preços proveniente da recessão econômica mundial. Assim, o preço médio de carne bovina "in natura" declinou de US\$ 3.200/t para aproximadamente US\$ 1.255/t em 1984.

O Brasil vem exportando mais carne bovina nos últimos anos, após ter sido importador líquido em 1979. Isto verificou-se porque o país entrou no ciclo de produção crescente em 1980. A partir daquele ano a política de arrocho salarial contribuiu para maiores excedentes. Em 1983, no entanto, começou a reversão do ciclo pecuário com menor produção, e as exportações continuaram se elevando, de forma mais nítida, porque havia excedentes devido à retração do consumo.

A pecuária de corte no Brasil, que vinha desestimulada desde 1980 via preços desajustados dos custos de produção, entrou num período de descompressão a partir de 1983. O aviltamento real dos preços nos anos de 81 e 82 desarticularam o processo produtivo do rebanho, devido ao aumento do abate de matrizes. Por outro lado, também, o aumento paralelo nos preços dos animais de reposição, o crescimento das exportações, a formação de pequenos estoques reguladores e as adversidades climáticas, contribuíram para a bovinocultura de corte entrar em um novo ciclo altista. Porém, esse novo ciclo pecuário deverá apresentar características diferenciadas dos anteriores, porque está coexistindo com a recessão econômica brasileira. Por isso, os atuais preços não deverão alcançar os picos das cotações do ciclo precedente, principalmente devido à diminuição do ritmo das exportações e o consumo fortemente contido. Também, a persistência do abate de matrizes acima do recomendado, mesmo em face de preços remuneradores, indica a possibilidade de o atual ciclo ter um período de duração mais amplo.

Ao acompanhar a curva do ciclo pecuário, a produção brasileira de carne bovina em equivalente carcaças totalizou, em 1982, o volume de 2,4 milhões de toneladas. A oferta nacional cai 2,1% em 1983 e praticamente mantém o mesmo recuo em 1984. As estimativas de 1983 indicavam uma produção superior a 2,4 milhões de toneladas, mas a continuidade dos fatores climáticos adversos,

notadamente na Região Sul do país, reverteram as tendências. Em 1984, a oferta tendeu a girar ao redor de 2,3 milhões de toneladas, fato esperado pois os preços do boi gordo e da carne bovina ao começarem a reagir em 83, já estavam refletindo uma menor produção em 84.

A demanda interna de 1,7 a 1,8 milhão de toneladas em 1984 indicou um consumo por habitante/ano de aproximadamente 13,0 kg, inferior em 38,0% aos 21,0 kg "per capita" calculado para 1977.

Essa queda vertiginosa no consumo de carne bovina, não teve conseqüências mais danosas para a pecuária de corte brasileira, porque nesse período a produção interna esteve em baixa e houve um razoável incremento nas exportações. Por outro lado, é bom destacar que nos anos 79, 80, 81 e 82, o mercado interno era considerado prioritário, sendo firmemente controlado pelo Governo, com o objetivo de manter baixos os preços ao consumidor. Para garantir o abastecimento durante a entressafra, o governo chegava a formar estoques de até 200 mil toneladas, pagando para mantê-las em uma rede crescente de frigoríficos. Em 1979, entretanto, começaram a ocorrer mudanças políticas significativas, como a suspensão do controle dos preços no varejo, modificações na política de estocagem até a sua quase completa extinção e eliminação gradual dos subsídios fiscais e creditícios. Estas mudanças coincidiram com a recessão, que reduziu a venda média ao brasileiro e nos últimos cinco anos o consumo da carne bovina caiu, dificultando os interesses expansionistas dos produtores.

Contudo, nesse período conturbado da economia, as exportações brasileiras assumiram um papel preponderante, na medida em que deram uma parcela de contribuição na sustentação dos níveis de ganho da pecuária e do parque de frigorificação da carne bovina. Esse tipo de mercado cresceu rapidamente nos últimos anos, a ponto de o Brasil começar a ocupar o lugar de tradicionais exportadores, como Argentina, Austrália e Uruguai. O esforço maior de exportação começou a partir do embargo da venda de cereais dos EUA e URSS, em 1980, que desviou os interesses argentinos para a exportação de grãos, relegando a segundo plano a carne

bovina. Também a guerra das Malvinas impediu que a Argentina cumprisse os seus contratos, e vários frigoríficos brasileiros conseguiram acertar vendas para substituí-los. Mais ou menos na mesma época a Austrália entrava num processo de diminuição de seu rebanho, pois por três anos consecutivos uma intensa seca dizimou as pastagens, fazendo com que crescesse o número de matrizes abatidas e, a médio prazo, se reduzisse o volume de carne disponível para a exportação.

Assim, com o mercado externo aberto, as vendas brasileiras atingiram em 83 o volume "record" de 515 mil toneladas de carne "in natura" e industrializada, num aumento superior a 150% em relação a 1980, quando haviam sido exportadas cerca de 200 mil toneladas. Esse crescimento em volume, no entanto, não correspondeu em dólares, pois os preços internacionais têm caído de ano para ano. Apesar disso, as exportações brasileiras atingiram, em 84, um volume próximo a 600 mil toneladas, pois, apesar de menores, os preços internacionais foram mais compensadores do que os internos na maioria dos meses do ano. A explicação desse fato está em que a cada Cr\$ 100,00 vendidos no mercado interno o vendedor recebeu Cr\$ 83,00, descontados os 17% de ICM. Mas para cada Cr\$ 100,00 exportados o exportador recebeu o total, já que não houve desconto de imposto, e mais Cr\$ 11,00 de crédito prêmio, ou seja, Cr\$ 111,00, o que significou 33,7% a mais do que a receita com o mercado interno.

De qualquer forma, o comportamento altista dos preços do boi gordo e da carne bovina, em 1984, ocorreu no sentido de forçar o ajuste da oferta e demanda. Essa defasagem é provocada pelo fato de os pecuaristas, incentivados pelos bons preços do boi nos picos de preços dos bovinos, investirem na pecuária. Porém, pela maneira extensiva como são produzidos, os bovinos, no geral, demoram de 4 a 5 anos para ficarem prontos para o abate; nessa oportunidade a oferta excessiva do produto força uma baixa dos preços. A última fase altista começou em 1977, passou por uma alta generalizada em 1979 e terminou nos anos de 81 e 82 com os preços baixos. O atual ciclo altista começou em 83, entrou numa estabilidade até abril/84. A partir daquele mês houve uma nova retomada no ritmo das altas, que sofreu uma recaída ao iniciar a

saфра de 1985.

A pecuária de corte catarinense pelas suas características, mesmo ligada à pequena propriedade, também acompanhou a curva ascendente ou descendente da produção nacional. Assim, o efetivo estadual deve ter retornado a um contingente de animais próximo a 2,6 milhões de cabeças, praticamente o mesmo rebanho levantado pelo Censo Agropecuário de 1980.

Como o maior contingente de animais não é explorado de forma racional, os níveis de produtividade do rebanho estadual são baixos. O acompanhamento do rebanho, nos últimos seis anos, indica uma taxa de abate de aproximadamente 12,0% para o efetivo de corte e de 6,3% para o restante. Porém, para o exame desses índices de produtividade deve ser considerada a divisão do rebanho quanto à sua exploração. A parcela mais significativa, representando 39,2% do efetivo total, é chamada de colonial por ser geralmente destinada à subsistência familiar (leite e tração). As outras duas parcelas economicamente mais exploradas, são separadas em corte e leite, mas no geral não apresentam padrões raciais muito definidos. Do rebanho total 26,3% são classificados como gado de corte, e 14,5% estão presentes em propriedades que visam à venda de leite.

O crescimento nominal do rebanho foi maior no período de 1970 a 1975 (19,52%) do que nos anos de 1975 a 1980. A partir de 1980 o rebanho se estabilizou. Os índices de produtividade caíram como um reflexo imediato do desestímulo via preços mais baixos nos anos de 81 e 82, bem como devido às adversidades climáticas de 1983, que causaram alta mortalidade, principalmente em vacas e animais novos. Assim como no resto do Brasil, em 1984 foi observado a menor oferta de boi e carne bovina, também em Santa Catarina. A produção catarinense situou-se ao redor de 38,0 mil toneladas, acusando apenas um leve crescimento, devido à desarticulação do processo produtivo, ocorrido nos anos de 81, 82 e 83. As importações foram avaliadas em 16,2 mil toneladas-12,42% menores do que em 1983-reflexo imediato da diminuição da demanda, estimada em apenas 54,2 mil toneladas, para 1984, ou 9,0 mil toneladas a menor do que o total consumido em 1982 (tabela 137).

Como pode ser observado, o estado tem-se caracterizado como importador líquido de carne bovina, pois a produção catarinense não é suficiente para atender até mesmo aos níveis baixos de consumo constatados em 1984. Nos anos de 1981 e 1982 essas importações começaram a declinar, notadamente pelo esforço de produzir na entressafra. Como esse programa teve suas metas prejudicadas, em 1983 as importações passaram de 26,0% para 33,0% de nossas necessidades; contudo, houve uma certa recuperação do programa em 1984, com as importações caindo para 30,0% do consumo previsto. Esse déficit na demanda teve custos sociais elevados, porque tornou mais cara a carne bovina a nível de consumidor, nas principais cidades catarinenses.

De janeiro a abril de 1984 a oferta se manteve muito baixa, propiciando a prática de preços crescentes. Após quatro meses de euforia dos preços, o mercado entrou numa fase de desaquecimento, apresentando um comportamento diferente em relação ao ano passado, quando os preços foram crescentes durante toda a safra. O equilíbrio da demanda com a oferta permitiu a prática de preços estáveis, não acompanhando sequer a inflação. Por outro lado, o afrouxamento do mercado teve como causa a fraca demanda de boi gordo pelos frigoríficos, que reduziram as compras devido à inexistência de recursos para estocagem, dificuldades nas exportações e à queda no consumo.

No início de junho os preços começaram a se recuperar da inflação dos meses precedentes. A menor oferta, a inexistência de estoques e a elevação dos custos de industrialização e manuseio da carne bovina forçaram novas altas. Porém, ao iniciar a entressafra, ocorreu um certo aumento na oferta de boi de abate. O comprometimento do valor nutritivo das pastagens pelas adversidades climáticas forçou uma "desova" dos estoques remanescentes da safra, fazendo com que os preços se estabilizassem, em julho.

A diminuição da disponibilidade interna de carne bovina permitiu, de certa forma, a prática de preços firmes na safra. Os preços no primeiro semestre não tiveram a mesma avidez do mesmo período de 1983, pois não foi possível afastar as variáveis negativas do contexto recessivo da economia, que puxaram no sentido

contrário à alta dos preços.

O mercado do boi gordo até o início de agosto vinha com os preços apenas acompanhando a inflação, mas sofreu uma majoração maior ao final do mês. A causa principal dessa elevação substancial dos preços esteve relacionada com as adversidades climáticas e as dificuldades com o escoamento da produção. O comércio de animais de cria e recria também se manteve aquecido, com as cotações dos terneiros encostando nos preços do boi magro, e estes nas cotações do boi gordo. Essa expectativa de preços mais altos foi revertida já ao início de setembro, com as exportações brasileiras se processando mais lentamente, e as notícias de importação de carne bovina estabilizando os preços.

As condições climáticas de umidade e temperatura durante o mês de outubro foram favoráveis às pastagens nativas na Região Sul do país. Com isso criou-se, no mercado, uma expectativa de antecipação da safra. Por outro lado, as notícias desencontradas quanto ao volume das importações e das exportações, a intensa seca nos estados de Goiás e Minas Gerais aumentando o volume ofertado no país e a paralização das atividades de alguns frigoríficos foram alguns dos muitos fatores que desestabilizaram as cotações do boi, fazendo com que o mercado operasse frouxo, em outubro, contrariando as expectativas mais otimistas.

No mercado a termo, as cotações fecharam alguns dias de outubro em limites abaixo do físico. A maioria dos contratos eram de pessoas físicas que não tinham condições para receber as mercadorias cujos contratos venciam naquele mês. A necessidade de liquidá-los fez com que as cotações despencassem, provocando uma situação inusitada. Outro fator que contribuiu para a queda nas cotações foi a ausência dos compradores, atribuído ao desinteresse dos frigoríficos em realizar negócios à vista por falta de liquidez, optando pelas compras no mercado físico com pagamento em 30 dias.

A oferta de boi de pastagens em Santa Catarina persistiu até a primeira quinzena de novembro. Depois, como era grande a oferta de carne no Paraná, algumas indústrias adquiriram o pro-

duto frigorificado, pois os custos de transporte eram mais baixos. Mesmo com a oferta maior de gado, os frigoríficos locais não puderam aproveitar a matéria-prima disponível por falta de mercado consumidor. Por outro lado, as pastagens nativas recuperadas, em grande parte, facilitaram a recuperação dos animais, que com um melhor acabamento começaram a ser ofertados. Assim, a maior oferta de animais e mais a persistência dos fatores baixistas de outubro, mantiveram os preços estáveis nos dois últimos meses do ano.

Os preços da carne bovina, em 1984, puderam ser considerados satisfatórios até meados de outubro. Se, por um lado, a queda do poder aquisitivo explica a retração do consumo, por outro as políticas para a atividade, nos últimos anos, confirmam a maioria dos aumentos nos preços da carne bovina. Se a inflação e as medidas governamentais forneceram os argumentos para justificar os aumentos, de outra parte, a estrutura cíclica da produção permite escassez ou abundância do produto durante o ano ou períodos mais longos.

A recomposição da oferta, observada a partir do final de setembro devido às boas condições climáticas na Região Sul do país, embora não suficiente para dar tranquilidade ao abastecimento, foi capaz de estabilizar os preços nos meses seguintes. Os estoques reguladores, apesar de pequenos, foram importantes para frear os preços e auxiliar na normalização do abastecimento. Do mesmo modo, a diminuição do ritmo das exportações e a autorização de importação de pequenos volumes de carne bovina do Uruguai, contribuíram para o afrouxamento do mercado tanto a nível nacional como estadual.

As perspectivas da bovinocultura de corte, a curto prazo, são de haver uma desaceleração dos aumentos de preços, seja devido ao consumo fortemente contido, como também à entrada da safra de 1985, pela qual a oferta maior impedirá aumentos substanciais dos preços. A médio prazo, na entressafra de 1985 poderá haver uma nova escalada nos preços do boi e da carne bovina. A longo prazo, no entanto, as previsões são de difícil dimensionamento, devido principalmente à instabilidade econômica do país.

Se a recessão econômica persistir em 1985, a retração no consumo será ainda mais profunda; em caso contrário, o ciclo de alta poderá persistir até a entressafra de 1986.

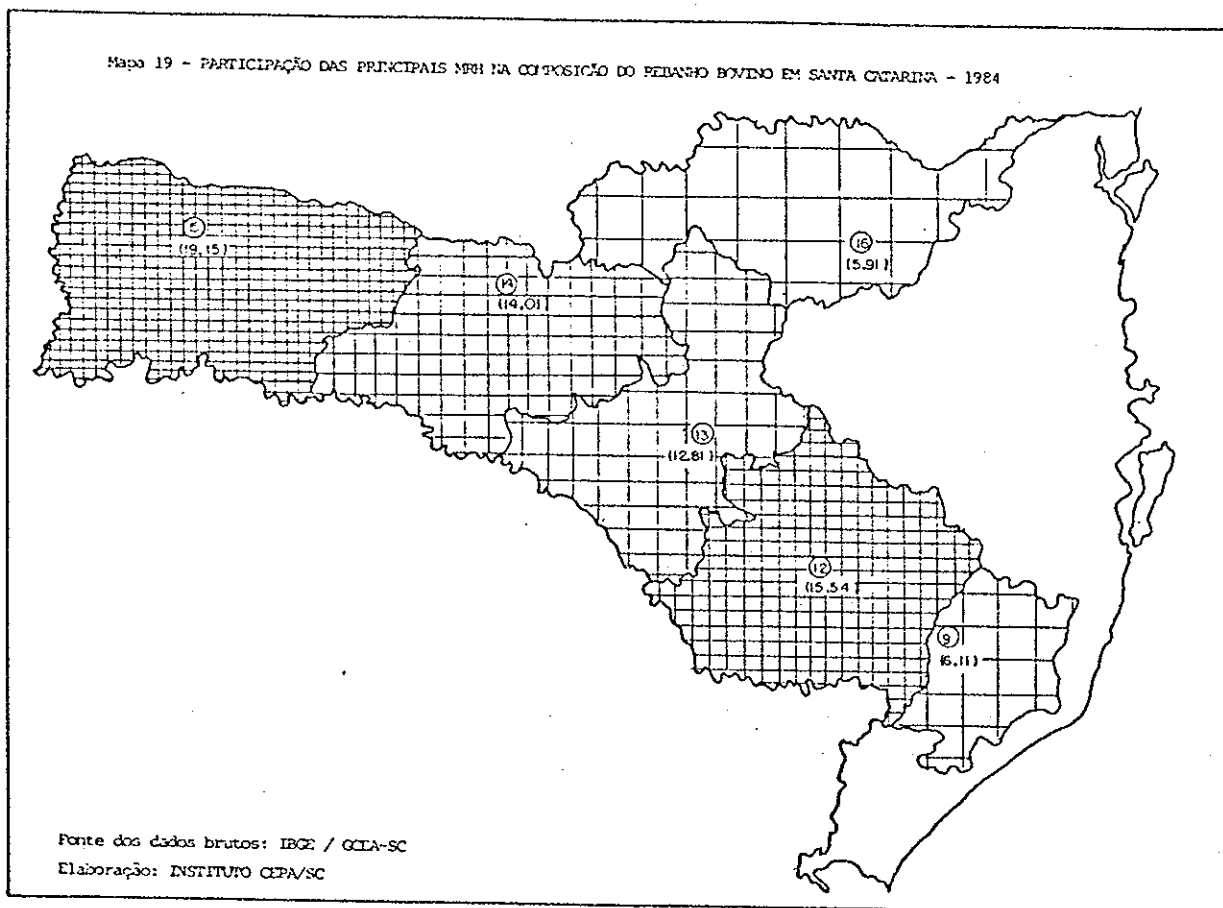


Tabela 135

PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CARNE BOVINA E VITELA, MÉDIA 1973-77 E ANUAL DE 1978-84

(em mil t métricas)

PAÍS	MÉDIA DE 1973-77	1978	1979	1980	1981	1982	1983		1984		PARTICI- PAÇÃO % (EM 1984)	VARIAÇÃO ANUAL (b/a)
							(a)	(b)	(a)	(b)		
EAU	11.162	11.283	9.925	9.999	10.353	10.425	10.705	10.303	25,84	- 3,75		
URUG	6.434	7.086	7.029	6.673	6.700	6.672	6.800	7.000	17,55	2,94		
ARGENTINA	2.495	3.193	3.092	2.876	3.000	2.515	2.300	2.300	5,76	0,00		
RUSIA	2.276	2.200	2.100	2.150	2.250	2.350	2.500	2.500	6,27	0,00		
INDONÉSIA	1.702	2.134	1.770	1.539	1.411	1.680	1.366	1.311	3,28	- 5,41		
FRANÇA	1.689	1.663	1.824	1.831	1.840	1.741	1.760	1.785	4,47	1,42		
AMÉRICA OCIDENTAL	1.353	1.435	1.519	1.564	1.535	1.470	1.460	1.500	3,70	2,73		
GRÁ-BRITANIA	1.043	1.028	1.042	1.102	1.014	970	1.010	980	2,45	- 2,97		
CANADÁ	1.039	1.060	946	971	1.020	1.035	1.035	1.015	2,54	- 1,93		
ITÁLIA	1.037	1.027	1.106	1.148	1.130	1.085	1.130	1.100	2,75	- 2,65		
MÉXICO	874	1.054	1.025	1.060	1.105	1.250	975	1.060	2,65	8,71		
HOLANDA	770	802	842	800	596	720	605	605	1,51	0,00		
ÁFRICA DO SUL	519	589	637	619	542	592	582	533	1,33	- 8,41		
NOVA ZELÂNDIA	509	562	512	505	490	500	500	480	1,20	4,00		
CHILE	477	570	614	654	721	677	653	620	1,55	5,05		
OSCELOQUÊLIA	419	421	432	436	413	428	410	425	1,06	5,65		
ESPAÑA	410	391	394	422	415	425	410	410	1,02	0,00		
ALFÂNIA ORIENTAL	409	410	400	386	401	391	425	425	1,06	0,00		
URUGUAI	346	354	266	336	407	385	418	380	0,95	9,09		
TURQUIA	311	338	341	335	323	330	342	345	0,86	0,87		
TOTAL	35.274	37.630	35.816	35.406	35.666	35.641	35.406	35.077	87,98	- 0,92		
TOTAL DE PAIS FAZENDAS	4.536	4.830	5.091	5.159	5.119	4.780	4.747	4.790	12,01	0,90		
TOTAL DE PAIS SELECIONADOS	39.810	42.430	40.907	40.565	40.785	39.921	40.153	39.857	100,00	- 0,71		

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

Elaboração: Instituto CPA/SC

Tabela 136

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE CARNE BOVINA E VITELA, 1980 a 1984

PAÍS/MERCADO	1980		1981		1982		1983 (a)		1984 (b)		PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL (EM 1984)		VARIAÇÃO ANUAL (b/a)	
	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.
CE	1.778	1.497	1.716	1.345	1.741	1.353	1.680	1.333	1.780	1.400	37,60	42,52	5,95	0,5
Leste Europeu	213	132	176	151	196	91	305	97	310	92	6,54	7,79	1,63	- 5,15
EAU	80	946	100	799	103	780	123	839	140	826	2,95	25,09	13,82	- 1,54
URUG	30	405	30	421	30	440	30	335	30	250	0,63	7,59	0	-25,37
Argentina	469	-	486	-	480	-	420	-	400	-	8,45	-	- 4,76	-
Brasil	169	46	285	55	330	25	450	20	600	15	12,67	0,45	33,33	-25,00
Canadá	65	80	82	81	84	81	95	95	88	100	1,85	3,03	- 7,36	5,26
NOVA ZELÂNDIA	344	-	335	-	320	-	355	-	330	-	6,97	-	- 7,04	-
Austrália	840	-	690	-	710	-	730	-	660	-	13,94	-	- 9,58	-
Japão	-	174	-	165	-	175	-	185	-	210	-	6,37	-	11,51
TOTAL	3.988	3.280	3.900	3.017	3.994	2.945	4.188	2.964	4.338	2.893	91,65	87,87	3,58	- 2,39
TOTAL OUTROS PAÍSES	244	138	352	188	328	172	404	404	395	399	8,34	12,12	- 2,22	- 1,23
TOTAL PAÍSES SELECIONADOS	4.282	3.418	4.252	3.205	4.322	3.117	4.592	3.368	4.733	3.292	100,00	100,00	3,07	- 2,25

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

Elaboração: Instituto CPA/SC

Tabela 137

PRODUÇÃO E MERCADO DE CARNE BOVINA NO BRASIL E SANTA CATARINA, 1982 A 1984

COMPORTAMENTO	(tonelada)								
	BRASIL			SANTA CATARINA			PARTIC. % DE SC EM RE LAÇÃO AO BRASIL		
	1982	1983	1984 (*)	1982	1983	1984 (*)	1982	1983	1984
1. Produção	2.400.000	2.350.000	2.300.000	46.040	37.655	37.990	1,92	1,60	1,65
2. Exportação	398.000	500.000	600.000	-	-	-	-	-	-
3. Importação Estadual	-	-	-	16.617	18.459	16.170	-	-	-
4. Comercialização									
. Interna	2.020.000	1.850.000	1.700.000	64.012	56.134	54.160	3,18	3,03	3,17
5. Consumo									
. Interno	2.020.000	1.850.000	1.800.000	64.012	56.134	54.160	-	-	-
. Per capita/kg	16,15	14,43	13,0	16,60	14,23	13,71	-	-	-

(*) Estimativas

Fonte: Instituto CEPA/SC

Tabela 138

REBANHO BOVINO CATARINENSE, POR FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO OS DADOS CENSITÁRIOS DE 1950 A 1980

CENSO	(cabeça)				
	INFORMAN- TES	MENOS DE 1 ANO	DE 1 A MENOS DE 2 ANOS	DE 2 ANOS E MAIS	TOTAL
1950	87.698	175.284	173.448	565.695	914.427
1960	132.576	163.464	212.583	825.946	1.201.993
1970	173.363	349.273	309.743	1.296.212	1.955.228
1975	179.280	413.657	314.639	1.508.534	2.236.830
1980	187.649	471.258	409.751	1.732.551	2.613.560

Fonte: IBGE (Aspectos da Evolução da Agropecuária Brasileira período de 1950 a 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 139

REBANHO BOVINO, TAXA DE ABATE E DESFRUTE, SANTA CATARINA SEGUNDO OS CENSOS DE 1970, 1975 E 1980

ANO	REBANHO (cabeças)	TAXA DE ABATE (%)	DESFRUTE (%)
1970	1.955.228	-	-
1975	2.336.830	8,5	24,8
1980	2.613.560	6,8	16,04

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 140

REBANHO BOVINO BRASILEIRO E CATARINENSE, E PARTICIPAÇÃO
DE SANTA CATARINA NO TOTAL, SEGUNDO DADOS CENSITÁRIOS
DE 1940 A 1980

CENSO	BRASIL	SANTA CATARINA	PARTICIPAÇÃO DE SC NO BRASIL (%)
1940	34.392.419	734.389	2,14
1950	44.600.159	914.377	2,05
1960	56.041.307	1.201.993	2,14
1970	78.562.250	1.955.228	2,49
1975	101.673.753	2.236.830	2,20
1980	117.755.923	2.613.560	2,22

Fonte: IBGE (Aspectos da Evolução da Agropecuária Brasileira,
período de 1940 a 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 141

PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA, SANTA CATARINA,
1974 A 1984

ANO	PRODUÇÃO EM CARCAÇAS (t)
1974	51.578
1975	54.107
1976	54.497
1977	53.341
1978	54.480
1979	58.520
1980 (*)	41.749
1981 (*)	42.263
1982 (*)	46.046
1983 (*)	37.655
1984 (*)	37.990

(*) Não considerada a importação de bovinos vivos

Fonte: MA/DFA-SC e Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 142

ABATE TOTAL DE BOVINOS (SIF, NÃO SIF E AUTOCONSUMO),
SANTA CATARINA, 1981 A 1984

(em mil cabeças)

MÊS \ ANO	1980	1981	1982	1983	1984	VARIACÃO ANUAL % (a/b)
				(a)	(b)	
Janeiro	25,3	26,9	24,4	25,2	20,8	-17,46
Fevereiro	21,2	23,8	23,0	24,8	20,7	-16,53
Março	22,5	25,8	26,2	26,0	22,3	-14,23
Abril	26,3	26,8	26,8	27,0	22,7	-15,93
Mai	27,4	27,0	25,6	26,6	24,4	- 8,27
Junho	19,6	20,6	20,3	20,3	17,9	-11,82
Julho	20,3	17,9	19,9	16,3	17,3	6,13
Agosto	16,6	18,3	19,8	15,9	16,2	1,89
Setembro	16,4	18,2	21,2	16,5	17,4	5,45
Outubro	18,3	18,3	21,4	17,6	17,4	- 1,13
Novembro	19,7	21,0	21,5	18,9	17,5	- 7,41
Dezembro	23,6	23,5	23,5	21,3	-	
TOTAL	257,2	268,1	273,6	256,2		

(*) Estimativa: Instituto CEPA/SC

Fonte: MA/DFA-SC (SERPA) e Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 143

CUSTO DE PRODUÇÃO DE TERNEIRO DE UM ANO, SANTA CATARINA (ÍNDICE DE NATALIDADE 85%),
1982 A 1984

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ANO	CUSTO POR BEZERRO
	Alimen- tação	Sanidade	Mão-de- Obra	Outros Cos- tos Variá- veis				
Março/82	806.160	60.185	215.343	14.700	1.096.388	308.368	1.404.756	12.715
Junho/82	1.057.716	76.383	298.944	15.960	1.449.003	366.990	1.815.993	18.400
Setembro/82	1.223.140	115.899	298.944	26.250	1.664.233	480.028	2.144.261	17.729
Novembro/82	1.565.786	161.659	424.224	26.250	2.177.919	551.289	2.729.208	26.238
Março/83	1.780.874	215.990	424.224	28.350	2.449.438	701.062	3.150.500	31.508
Junho/83	2.207.580	269.096	625.968	39.900	3.142.544	865.512	4.008.056	37.688
Setembro/83	3.315.070	515.173	625.968	69.300	4.525.511	1.205.470	5.730.981	46.234
Novembro/83	4.393.160	609.415	1.028.160	96.600	6.127.335	1.529.190	7.656.525	59.258
Fevereiro/84	5.422.992	807.707	1.028.160	130.200	7.389.059	2.395.654	9.784.714	71.511
Abril/84	6.402.916	832.211	1.028.160	136.500	8.399.787	2.663.476	11.063.264	87.550
Julho/84	8.819.910	1.275.315	1.749.168	170.100	12.014.493	3.663.849	15.678.342	138.662
Agosto/84	10.100.145	1.821.180	1.749.168	243.600	13.914.093	4.481.063	18.395.157	135.174
Outubro/84	12.351.597	1.878.440	1.749.168	336.000	16.315.205	6.335.988	22.651.193	143.925

Fonte: Instituto CEPA/SC

Tabela 144

CUSTO DE PRODUÇÃO DE TERNEIRO DE UM ANO, SANTA CATARINA, (ÍNDICE DE NATALIDADE 55%),
1982 A 1984

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ANO	CUSTO POR BEZERRO
	Alimen- tação	Sanidade	Mão-de- Obra	Outros Custos Variá- veis				
Março/82	276.685	55.939	212.343	14.700	559.667	296.757	856.424	9.587
Junho/82	340.216	71.163	298.944	15.960	726.283	352.043	1.078.326	15.712
Setembro/82	462.370	80.520	298.944	36.750	878.584	607.690	1.486.274	15.581
Novembro/82	581.944	79.885	424.224	26.250	1.112.303	526.092	1.638.395	21.014
Março/83	615.188	116.050	424.224	28.350	1.183.812	657.586	1.841.398	25.264
Junho/83	733.890	178.126	625.968	28.000	1.565.984	823.246	2.389.230	28.330
Setembro/83	1.143.660	242.719	625.968	35.000	2.047.347	1.190.220	3.237.567	16.627
Novembro/83	1.430.630	345.021	1.028.160	38.500	2.842.311	1.388.230	4.230.541	13.091
Fevereiro/84	1.594.445	415.702	1.028.160	49.000	3.087.307	2.485.928	5.573.235	13.044
Abril/84	1.911.045	443.118	1.028.160	59.500	3.441.823	2.714.610	6.156.434	24.873
Junho/84	2.696.205	666.975	1.749.168	66.500	5.178.848	4.047.886	9.226.734	86.526
Agosto/84	3.033.685	811.590	1.749.168	77.000	5.671.443	4.819.216	10.490.659	26.666
Outubro/84	4.039.231	872.311	1.749.168	105.000	6.765.710	7.003.958	13.769.668	11.774

Fonte: Instituto CEPA/SC

Tabela 145

CUSTO DE PRODUÇÃO DE TERNEIRO DE UM ANO, SANTA CATARINA, (BUBALINO), 1982 A 1984

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ANO	CUSTO POR BEZERRO
	Alimen- tação	Sanidade	Mão-de- Obra	Outros Custos Variá- veis				
Março/82	143.681	20.120	212.343	9.450	385.594	342.146	727.740	4.663
Junho/82	172.536	25.052	298.944	10.260	506.792	392.604	899.396	6.520
Setembro/82	229.440	28.712	298.944	63.750	620.846	367.214	988.060	4.174
Novembro/82	295.128	26.116	424.224	16.875	762.343	598.188	1.360.531	9.140
Março/83	322.072	41.140	424.224	18.225	805.661	690.835	1.496.496	10.293
Junho/83	379.510	42.162	625.968	25.650	1.073.290	924.322	1.997.612	12.955
Setembro/83	571.581	76.191	625.968	44.550	1.318.290	1.172.540	2.490.830	9.451
Novembro/83	712.386	76.401	1.028.160	62.100	1.879.047	1.346.530	3.225.577	9.888
Fevereiro/84	801.475	96.308	1.028.160	83.700	2.009.643	2.223.410	4.233.053	11.800
Abril/84	944.795	96.308	1.028.160	87.750	2.157.013	2.495.977	4.652.988	15.239
Junho/84	1.371.603	122.534	1.749.168	109.350	3.352.655	3.601.141	6.953.796	34.397
Agosto/84	1.534.165	188.240	1.749.168	156.600	3.628.173	4.346.025	7.974.198	22.803
Outubro/84	2.045.277	199.520	1.749.168	216.000	4.209.965	6.084.973	10.294.938	22.066

Fonte: Instituto CEPA/SC

Tabela 146

CUSTO DE PRODUÇÃO DE BOVINOS, SANTA CATARINA, 1981 A 1984

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ ANO	CUSTOS POR KG
	Alimen- tação	Sanidade	Mão-de- Obra	Outros Cus- tos Variá- veis				
Março/81								
Julho/81	757.430	88.400	152.352	36.450	1.034.632	465.096	1.499.728	55,55
Outubro/81	848.658	108.160	152.352	49.005	1.158.175	571.959	1.730.134	64,00
Dezembro/81	926.748	108.833	212.343	52.853	1.300.777	607.959	1.908.736	70,70
Março/82	1.077.604	112.675	212.343	51.705	1.454.327	621.778	2.076.105	76,90
Junho/82	1.252.724	141.685	298.944	56.025	1.749.378	695.622	2.445.000	90,55
Setembro/82	1.529.294	159.910	298.944	85.725	2.073.873	939.023	3.012.896	112,00
Novembro/82	1.888.588	161.725	424.224	85.725	2.560.262	1.025.593	3.585.855	132,81
Março/83	2.133.405	230.210	424.224	101.250	2.889.089	1.284.722	4.173.811	154,59
Junho/83	2.672.830	353.442	625.968	145.800	3.798.040	1.605.180	5.403.220	200,00
Setembro/83	4.002.840	481.826	625.968	371.250	5.481.884	3.211.360	8.693.244	321,97
Novembro/83	5.125.360	685.916	1.028.160	361.125	7.200.561	3.177.750	10.378.311	384,38
Fevereiro/84	6.408.575	823.702	1.028.160	472.500	8.732.937	5.532.903	14.265.839	528,36
Abril/84	7.682.025	879.740	1.028.160	472.500	10.062.425	5.796.711	15.859.136	587,38
Junho/84	10.576.336	1.327.740	1.749.168	627.750	14.280.994	8.923.767	23.204.761	859,44
Agosto/84	11.982.777	1.614.525	1.749.168	850.500	26.929.095	10.732.125	26.929.095	997,37
Outubro/84	14.689.323	1.732.000	1.749.168	1.215.000	19.385.491	15.856.243	35.241.734	1.305,25

Fonte: Instituto CEPA/SC

Tabela 147

PREÇOS NOMINAIS E REAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE BOVINOS PARA ABATE,
SANTA CATARINA, 1980 A 1984

ANO MÊS	1980		1981		1982		1983		1984 (*)	
	Preço Corrente	Preço (1) Real	Preço Corrente	Preço (1) Real	Preço Corrente	Preço (1) Real	Preço Corrente	Preço (1) Real	Preço Corrente	Preço (1) Real
Janeiro	34,50	2.207,29	54,00	1.638,05	76,66	1.194,47	140,00	1.064,57	633,33	1.537,71
Fevereiro	35,00	2.148,43	52,00	1.454,02	76,66	1.117,85	150,00	1.070,79	716,67	1.550,04
Março	34,50	1.987,10	53,00	1.380,42	76,66	1.042,53	166,67	1.080,79	666,67	1.311,40
Abril	35,00	1.906,84	53,00	1.308,80	78,33	1.011,04	196,67	1.167,91	666,67	1.203,78
Mai	36,50	1.869,40	52,30	1.216,11	82,33	1.001,37	216,67	1.205,85	800,00	1.326,96
Junho	41,00	1.983,65	52,90	1.177,52	86,66	976,08	286,67	1.420,91	933,33	1.417,04
Julho	50,00	2.230,55	62,80	1.330,28	114,00	1.210,64	316,67	1.385,25	1.166,67	1.605,65
Agosto	50,00	2.086,38	70,00	1.389,30	126,66	1.271,37	400,00	1.589,07	1.400,00	1.741,74
Setembro	49,16	1.948,17	72,60	1.371,57	135,00	1.307,25	533,33	1.878,45	1.666,67	1.876,32
Outubro	54,76	2.015,98	72,60	1.314,74	123,33	1.139,73	533,33	1.658,49	1.800,00	1.800,00
Novembro	58,30	1.995,76	75,00	1.289,01	127,00	1.117,74	550,00	1.577,28	1.733,33	1.577,53
Dezembro	55,00	1.777,75	78,34	1.297,71	130,00	1.077,94	633,33	1.688,61		
Média Anual	44,48	2.013,11	62,38	1.347,29	102,77	1.122,33	343,61	1.399,00	1.045,00	1.540,74

Em 1984, considerou-se a média dos meses de janeiro a novembro

(*) A média anual de 1984 é calculada sobre os 10 primeiros meses (até out)

(1) A preços de out/84 corrigidos através do índice geral de preços (coluna 2) da revista Conjuntura Econômica da FGV

4.3. Bovinos de Leite

O estado de Santa Catarina, em 1980, possuía um rebanho bovino de 2.613,6 mil cabeças, evoluindo para 2.638.117 cabeças em 1981, 2.652.851 em 1982 e para 2.733.930 cabeças em 1983, dados estes coletados junto ao IBGE. Para 1984, cujos números oficiais ainda não estão disponíveis, estima-se que o rebanho tenha evoluído para a casa dos 2.740.000 cabeças, enquanto em 1985 espera-se que atinja a cifra de 2.775.000 cabeças.

Na tabela 148 (rebanho bovino, número total de vacas, vacas ordenhadas, volume de leite produzido e produção vaca/ano) referente aos anos de 1982 e 1983, deve-se ressaltar que na mesma é apresentado o volume total da produção leiteira, enquanto adiante, será enfocado apenas o volume da produção destinado ao consumo humano.

Constata-se, na referida tabela, que a média de produção de leite/vaca/ano em Santa Catarina, quando se consideram as vacas em lactação, foi de 1.000 litros em 1982 e de 1.088 litros em 1983, destacando-se com melhor produtividade as bacias leiteiras das regiões Colonial Itajaí do Norte, Litoral de Itajaí, Colonial Rio do Peixe, Colonial Alto Itajaí, Colonial de Blumenau e Colonial de Joinville. Quanto à variação da produtividade leite/vaca/ano de 1983 sobre 1982, destacaram-se, pelo aumento que tiveram, as regiões: Litoral de Itajaí, com 30%; Campos de Curitibaanos, com 26%; Campos de Lages, com 13%; Colonial Oeste Catarinense, com 12%; Colonial Rio do Peixe e Carbonífera com 11%; e Colonial Serrana Catarinense com 10%.

As microrregiões com menor produtividade leite/vaca/ano são as de Litoral de Laguna (a qual, em 1983, inclusive, baixou em relação a 1982) e a de Campos de Lages. A primeira, em decorrência de ser uma região de solos pobres e de baixa fertilidade com pequena produção de pastagens; a segunda, por possuir um plantel orientado, principalmente, para a produção de carne.

Do rebanho bovino total, técnicos ligados à atividade

admitem que cerca de 55% possuem alguma aptidão leiteira, verificando-se, contudo, que apenas 14% dos bovinos existentes no estado localizam-se em propriedades que visam à venda do leite.

Segundo o IBGE/SC, em Santa Catarina foram produzidos 510.180 e 519.747 mil litros de leite, respectivamente, em 1982 e 1983 (tabela 148). Entretanto, nem todo esse leite foi destinado ao consumo humano, pois admite-se que 45% das vacas ordenhadas alimentam terneiros que consomem em média 450 litros cada. Assim sendo, em 1982, 229.525 terneiros consumiram cerca de 103.286 mil litros, restando 406.894 mil litros para consumo humano. Para 1983 chega-se a 214.923 terneiros que teriam consumido 96.720 mil litros, ficando 423.027 mil litros para o consumo humano. Em 1984, estima-se que tenham sido produzidos cerca de 436 milhões de litros destinados ao consumo humano, volume superior àqueles dos anos anteriores, bem como aos 405 milhões previstos em fins de 1983 para este ano.

A produção de 1983, superior em 4% à do ano anterior, não atingiu o aumento esperado (cerca de 15%) tendo em vista as adversidades climáticas que afetaram significativamente a atividade leiteira e ainda pela conjuntura desfavorável em que viveu o país naquele ano, quando os custos de produção subiram demasiadamente em função da alta desenfreada dos insumos, tornando o preço recebido pelo leite pouco compensador.

Em 1984, mesmo com o excesso de chuvas e enchentes que dificultaram a atividade leiteira, a produção aumentou 3% em relação à de 1983, face à introdução de vacas leiteiras no rebanho, estimulada através de projetos da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado e, também, face à correção trimestral do preço do leite que deixou os produtores mais estimulados. Some-se a esses fatores, principalmente, a ampliação da atividade no Oeste Catarinense.

Quanto ao volume recebido pelas usinas e destinado à pasteurização e produção de derivados, ocorreu no período de 1971-84 uma evolução de 20,6 para 105 milhões de litros. Esse aumento substancial ocorreu face à implantação de diversas usinas

de leite e postos de coleta e resfriamento em diversos pontos do estado.

Ainda que tenha ocorrido um significativo aumento do leite entregue às usinas, principalmente a partir de 1976, o percentual em relação ao volume produzido e destinado ao consumo humano é bastante pequeno, não chegando, nos anos 83/84, sequer a 25% (tabela 149).

Constata-se, pelos números da tabela 149, uma certa evolução da produção no período 1971/77, atingindo um aumento de 11,3%, para então estabilizar e, inclusive, decrescer até 1982, quando a produção ficou em 98% daquela de 1977. Este fato deveu-se - com exceção dos anos 1978 e 79 quando a seca diminuiu a produção - principalmente, ao desestímulo em que viveu a atividade, em decorrência da falta de uma política de longo prazo e conseqüente baixa rentabilidade conseguida na exploração do gado leiteiro.

Já em 1983, apesar das enchentes ocorridas em Santa Catarina, estímulos criados pelo Governo, como a fixação da correção trimestral para o leite e a criação da Comissão Consultiva Permanente do Leite (COMLEI), permitiram um aumento da produção em 4% em relação ao ano anterior.

Em 1984, quando deveria ter ocorrido um aumento por volta de 15% em relação ao ano anterior, o incremento não passou de 3%, face às enchentes de 1983 e de 1984.

O volume de leite entregue pelos produtores às usinas catarinenses em 1983 e em 1984 foi, respectivamente, de 101.464,0 e de 105.623,1 milhões de litros (tabela 150). Destes volumes, foram pasteurizados com 3,2% de gordura 79% em 1983 e 80,7% em 1984. O restante do leite, já pasteurizado ou apenas resfriado, foi transformado em derivados, ou vendido a outros estados, principalmente ao Paraná.

Ainda que em 1984 tenham sido canalizados cerca de 4,8 milhões de litros de leite para o Paraná (tabela 150), isto não

significa um excesso permanente da oferta em relação à demanda existente, e sim uma ampliação do mercado, visando a colocar o excesso da produção de verão.

Outro fato que comprova tal acertiva é a aquisição mensal de aproximadamente 700 mil litros de leite "in natura" naquele estado no período de maio a agosto, visando a atender a demanda catarinense, sem o que teria ocorrido uma significativa falta de leite pasteurizado para consumo da população naquele período de 1984.

A partir dos números apresentados, verifica-se que do volume total de leite produzido e destinado ao consumo humano, apenas 19,0% e 19,5%, respectivamente, em 1983 e 1984, foram pasteurizados, de onde se conclui que, além da população rural, grande parte da urbana vem consumindo leite não beneficiado.

Ainda que em Santa Catarina, salvo em alguns momentos de entressafra, não existam maiores problemas de abastecimento da população, deve-se considerar que esta aparente normalidade está mais ligada ao baixo poder aquisitivo da população que à oferta efetiva de leite para uma alimentação que satisfaça as mínimas exigências orgânicas.

Estas considerações se tornam mais claras e mais evidentes, quando se comparam os dados da tabela 151 com os 500 g/hab/dia indicados pela Organização Mundial de Saúde como o mínimo indispensável para uma alimentação humana.

Tabela 151

CONSUMO "PER CAPITA" DE LEITE EM SC, 1980 A 1984

ANO	CONSUMO APARENTE(*) (1.000 litros)	POPULAÇÃO CATARINENSE (hab)	DISPONIBILIDADE DE LEITE (g/hab/dia)
1980	414.586	3.687.659	308
1981	413.205	3.771.000 (*)	300
1982	406.894	3.856.200 (*)	289
1983	423.027 (*)	3.943.370 (*)	294
1984	436.000 (*)	4.045.628 (*)	295

(*) Estimativa do Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Do ponto de vista técnico, e visando a um abastecimento adequado de leite à produção catarinense, há que se promover mudanças estruturais na pecuária leiteira do estado e do país, pon-do em prática conceitos básicos, adotados em pecuárias leiteiras evoluídas, tais como:

a) alimentação adequada o ano todo, a partir de áreas produtivas e rentáveis;

b) controle dos rebanhos em níveis aceitáveis de doenças infecto-contagiosas e parasitárias;

c) exploração do leite a partir de um plantel especializado e adaptado à região de exploração.

As mudanças estruturais acima citadas, ainda que possam solucionar o problema sazonal da produção e do abastecimento da população, deverão estar acompanhadas de uma política de longo prazo, que além de reduzir os custos dos insumos, dê ao produtor confiança e segurança para investir na atividade.

Pelos percentuais apresentados, constata-se que, efetivamente, os produtores trabalharam desestimulados, ainda que em 1984 a atividade tenha recebido algum alento, com os preços do leite conseguindo correções trimestrais se bem que abaixo dos índices inflacionários, mas com os custos de produção aumentando

relativamente menos que em 1983. Mesmo assim, os custos de produção estão proibitivos, em função dos preços do milho, segurando alto os custos com alimentação, item que, efetivamente, aumentou sua participação no custo total da produção, a qual, em 1983, passou de 26,89% para 40,81% e, em 1984, de 41,33% para 43,93% (col. 1). Os demais itens, como regra geral, diminuíram sua participação no custo global da produção de leite, durante os últimos dois anos. Contudo, os custos de produção apresentados nesta tabela para os anos 1983 e 1984 foram sempre superiores aos preços efetivamente recebidos pelos produtores a nível de propriedade rural.

Um comparativo entre os custos de produção, os preços efetivamente recebidos pelos produtores a nível de propriedade e os preços estabelecidos pela SUNAB para o produto posto na plataforma da indústria é apresentado na tabela nº 153. Nesta tabela apresentam-se os preços efetivamente recebidos pelo produtor, a nível de propriedade (já descontado o frete - col. 1) os custos de produção calculados pelo Instituto CEPA/SC a partir de preços coletados junto a cooperativas de produtores de leite e técnicos ligados à atividade (col. 2) e os preços do leite posto na plataforma da indústria estabelecido pela SUNAB (col. 3).

Analisando-se esta tabela, constata-se que em 1982, no período apresentado, os preços recebidos pelos produtores subiram 46%, enquanto os custos de produção subiram 92% e o preço oficial da SUNAB 49%. Já em 1983 os preços recebidos pelos produtores subiram 130%, o custo de produção 195% e o preço estabelecido pela SUNAB 117%. Em 1984, a situação foi bastante diferente, pois o preço efetivamente recebido pelos produtores por um litro de leite, a nível de propriedade, subiu cerca de 195%, enquanto o custo de produção do produto catarinense subiu apenas 111%, e o preço oficial da SUNAB teve um acréscimo de 154%.

O menor crescimento do custo de produção e uma correção mais racional em 1984 são fatores alentadores e que podem garantir ao estado a condição de auto-suficiência neste produto.

No que se relaciona com a auto-suficiência do produto

no estado, os órgãos responsáveis pela produção leiteira não poderão deixar de estimular e fomentar esta atividade, visto que o produtor, principalmente o pequeno, em situações difíceis, via diminuição de tecnologia e menor uso de insumos, pode levar o estado a uma sensível queda na produção catarinense.

Tabela 142

REBANHO BOVINO, NÚMERO DE VACAS ORDENHADAS E LEITE PRODUZIDO, POR MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA, 1982 E 1983

MUNICÍPIO	1983				1984				LEITE/VACA/ANO (litro)		
	Rebanho Bovino	Nº Vacas	Vacas Ordenhadas	Leite Produzido (1.000 l)	Rebanho Bovino	Nº Vacas	Vacas Ordenhadas	Leite Produzido (1.000 l)	1982	1983	Varição da Produtiv. (83 ÷ 82)
Col. de Joinville	55.358	27.434	20.040	25.367	58.590	25.521	19.336	22.286	1.266	1.253	(-) 9
Lit. de Itajaí	26.497	9.144	6.657	6.677	28.729	8.598	4.541	5.902	1.003	1.300	30
Col. de Blumenau	131.850	55.947	44.476	53.926	133.502	53.364	42.842	52.385	1.212	1.223	1
Col. Itajaí do Norte	43.667	19.976	18.037	23.920	46.013	19.280	16.030	21.412	1.225	1.336	1
Col. Alto Itajaí	153.875	63.710	47.740	56.417	156.273	59.625	44.090	54.620	1.232	1.239	5
Florianópolis	66.506	23.520	13.593	14.058	66.218	19.839	11.630	11.662	1.034	1.003	(-) 3
Col. Serrana Cat.	103.549	38.268	23.215	21.734	108.555	37.874	22.825	23.412	936	1.026	10
Lit. de Laguna	27.252	11.759	5.172	3.679	32.220	12.230	3.737	2.538	711	679	(-) 4
Cartonífera	165.368	54.483	34.434	29.741	172.257	55.385	32.711	31.260	864	956	11
Lit. Sul Catarinense	74.014	18.476	13.088	10.258	77.785	23.296	10.430	8.871	784	851	9
Col. Sul Catarinense	48.655	10.295	8.075	7.011	51.440	14.717	8.690	7.878	868	907	5
Campos de Leões	379.714	124.581	37.270	25.093	417.520	139.339	36.170	27.386	673	757	13
Campos Curitibanos	343.524	131.012	49.154	35.622	339.844	125.987	35.431	32.264	725	911	26
Col. Rio do Peixe	377.868	115.984	65.393	75.578	382.163	122.299	65.346	83.630	1.156	1.280	11
Col. Oeste Cat.	497.932	140.106	100.786	98.149	504.971	147.594	101.300	109.852	974	1.084	12
Plan. Cascalheiras	157.022	53.201	22.925	22.950	157.950	55.917	22.438	24.389	1.001	1.087	9
TOTAL	2.652.851	897.896	510.055	510.180	2.733.930	925.665	477.627	519.747	1.000	1.088	9

Fonte: IBGE e Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 149

PRODUÇÃO LEITEIRA APARENTE E INDUSTRIALIZADA,
SANTA CATARINA, 1971 A 1984

ANO	PRODUÇÃO TOTAL APARENTE DE LEITE (*) (1.000 litros)	LEITE INDUSTRIALIZADO	
		1.000 litros	% sobre a Produção Total
1971	373.452	20.603	5,5
1972	371.594	30.948	8,3
1973	374.159	32.480	8,7
1974	379.666	32.059	8,4
1975	394.898	39.551	10,0
1976	409.350	73.245	17,9
1977	415.660	88.150	21,2
1978	385.558	93.219	24,2
1979	391.118	71.699	18,3
1980	414.586	83.676	20,2
1981	413.205	87.644	21,2
1982	406.894	96.249	23,7
1983	423.027	101.464	24,0
1984 (**)	436.000	105.623	24,2

(*) Destinada ao consumo humano

(**) Estimativa do Instituto CEPA/SC

Fonte: Instituto CEPA/SC e MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 150

LEITE RECEBIDO E PROCESSADO PELAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA, 1983 E 1984

MÊS	(1.000 litros)									
	RECEBIDO "IN NATURA"		PASTEURIZADO 3,2% DE GORDURA		APROVEITAMENTO COTIDIANO E COADENADO		VENDIDOS P/OUTROS ESTADOS		PRODUÇÃO DE QUEIJOS (1.000 kg)	
	1983	1984	1983	1984	1983	1984	1983	1984	1983	1984
Janeiro	9.682,0	9.946,7	7.640,8	7.715,8	344,2	351,1	218,0	369,1	141,6	138,5
Fevereiro	8.437,8	8.946,1	6.690,5	7.203,5	278,7	295,6	219,7	317,6	127,4	96,2
Março	8.451,8	8.772,6	6.829,8	7.191,0	216,5	210,0	223,2	317,6	102,7	67,4
Abril	7.718,6	7.215,5	6.132,4	6.341,9	174,1	118,0	219,7	264,0	57,3	54,8
Mai	7.005,7	6.957,7	6.131,6	6.462,6	143,3	146,7	198,6	274,3	52,2	49,4
Junho	7.154,4	7.078,8	6.239,1	6.659,2	100,5	147,4	203,6	316,2	50,2	52,0
Julho	6.600,7	8.096,3	5.471,3	7.024,8	150,0	169,1	100,0	329,2	40,0	67,7
Agosto	8.213,5	7.986,0	6.855,3	6.683,0	265,0	171,3	385,4	398,2	80,4	63,6
Setembro	9.689,2	8.776,4	6.899,2	6.895,1	261,0	221,3	388,1	396,5	126,1	63,0
Outubro	9.406,8	10.126,8	7.033,0	7.469,0	300,0	426,1	388,6	434,3	148,3	117,0
Novembro	9.422,0	10.720,2	7.055,8	7.440,1	268,4	419,8	385,5	995,4	143,1	180,5
Dezembro	9.681,5	11.000,0	7.424,6	7.500,0	341,5	450,0	395,6	400,0	138,6	125,0
TOTAL	101.464,0	105.623,1	80.403,4	84.596,0	2.843,2	3.126,4	3.326,0	4.812,4	1.207,9	1.075,1

OBS.: Dez/84 - Estimativas Instituto CEPA/SC

Fonte: MA/SERPA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

4.4. Mel de Abelha

A apicultura é uma das atividades mais antigas da terra, prestando significativa contribuição ao ser humano através da produção do mel, da geléia real, da própolis, do pólen, da cera, etc., bem como à agricultura, pelos serviços de polinização.

Essa atividade pode ser desenvolvida em qualquer tamanho de propriedade, ocupando um reduzido espaço físico, demanda para mão-de-obra, além de constituir-se numa excelente alternativa de oferta de renda para o agricultor, podendo ser executada conjuntamente com as culturas agrícolas. Além disso, algumas culturas, como a maçã, dependem fundamentalmente da ação das abelhas que garantem a produção de grãos e frutas.

Com a crescente preocupação do ser humano em se alimentar racionalmente, o mel de abelha vem se tornando bem mais procurado tendo em vista seu alto valor nutritivo.

Segundo a Confederação Brasileira de Apicultura, a produção nacional de mel atingirá, em 1984, 25.000 toneladas, devendo haver um excedente a ser vendido principalmente para os mercados do Chile, Peru e Iraque.

Cabe salientar que o consumo "per capita" do mel brasileiro é pouco expressivo, ficando em torno de 90 gramas/hab/ano para as regiões Norte/Nordeste e de 150 gramas/hab/ano para as demais regiões do país. Um dos fatores responsáveis pelo baixo consumo são os altos preços do produto praticado no mercado interno, fazendo com que grande parcela do povo brasileiro utilize o mel mais para fins medicinais.

Visando a incentivar a atividade apícola o Governo Federal, num esforço conjunto com os órgãos ligados à apicultura e Secretarias de Estado, vem realizando cursos e ministrando palestras, procurando conscientizar o produtor da importância desta atividade em sua propriedade.

Segundo informa a revista Agricultura de Hoje (1), "a exploração apícola visa não só à produção de mel, mas também a de cera, geléia real, própolis e proteína de larvas utilizada para fins alimentícios e industriais - na preparação de adesivos, polidores, impermeabilizadores de artefatos elétricos, cosméticos, etc. A apicultura apresenta outras vantagens que a tornam uma atividade atraente: não necessita de grandes áreas, exige pouco tempo (dispensável à criação) e baixo número de pessoas envolvidas com o manejo, tem venda assegurada de toda a produção, exige pouco capital inicial e proporciona retorno rápido do investimento, com amortização já no primeiro ano e, praticamente, só recebe a partir do segundo ano, uma vez que coberto os gastos com a instalação, as despesas com a manutenção são mínimas".

A apicultura pode ser desenvolvida através da utilização de apiários fixos na propriedade onde se produz o mel oriundo de floradas existentes na região, ou de apiários volantes, também conhecido como "apicultura migratória", cujas colméias são deslocadas para locais onde ocorram as floradas. Esse tipo de apicultura exerce papel importante no setor da produção agrícola, pois o deslocamento de colméias para áreas de pomares, lavouras, hortaliças e até de pastagens, nas épocas de floradas, resulta em um maior rendimento das culturas através da fecundação das flores.

Tabela 154

PRODUÇÃO DE MEL DE ABELHA EM SANTA CATARINA,
1979 A 1985

ANO	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE DE EVOLUÇÃO
1979	3.800	100
1980	4.500	118
1981	4.500	118
1982	3.600	95
1983	4.200	111
1984	4.500	118
1985 (*)	5.000	132

(1) FONSECA, Fernando Costa. Apicultura para principiantes. Agricultura de Hoje, Rio de Janeiro, 7(86): 17-20, 1983.

O setor apícola catarinense destaca-se no cenário nacional como sendo o que apresenta maior produtividade por área e melhor qualidade de mel, havendo uma excelente densidade de colméia por município.

O Instituto de Apicultura de Santa Catarina - IASC, órgão vinculado à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento é quem executa a política estadual da apicultura, atuando como unidade coordenadora do desenvolvimento deste setor no estado, congregando esforços junto ao setor público e à atividade privada na realização de pesquisa e de difusão da tecnologia.

As estimativas do IASC para 1984 são de uma produção de 4.500 toneladas, inferior em 11,11% ao volume avaliado em novembro de 1983 (5.000 t), prejudicada devido a ocorrência de chuvas durante os meses de outubro e novembro, época em que ocorre a principal fase de floração, impedindo a saída das abelhas de suas colméias na coleta do nectar (tabela 154).

Para 1985, se não ocorrer nenhuma anormalidade, a produção de mel deverá situar-se entre 5.000 e 5.500 toneladas, tendo em vista que foram implantados neste ano cerca de 1.500 novos apiários entre oficiais e de particulares.

A apicultura em Santa Catarina está concentrada nas MRH do Planalto de Canoinhas, Carbonífera, Colonial do Sul Catarinense, Colonial do Alto Itajaí, Campos de Curitibanos, Colonial Serrana Catarinense e Colonial do Oeste Catarinense.

Essa atividade é desenvolvida no estado por cerca de 7.500 apicultores, distribuídos entre amadores e profissionais, atingindo direta e indiretamente 35.000 propriedades, estando incluídas aquelas que se utilizam dos trabalhos da polinização.

Segundo o IBGE, em 1980, havia no estado um total de 75.167 colméias pertencentes a apicultores profissionais, distribuídas nas diversas MRH de Santa Catarina.

As atividades de produção e de comercialização do sub-

setor apícola, segundo o IASC, estão assim constituídas:

- Número de colméias existentes - 208.000
- Colméias utilizadas para polinização - 12.000
- Associação de apicultores - 20
- Entrepostos de mel e cera - 04
- Criadores de rainhas - 01

Além de mel e cera, são vendidos para o mercado consumidor produtos transformados como doces e geléias.

Quanto ao destino do mel catarinense, cerca de 40% da produção é consumido dentro do estado; 40% é vendido principalmente para os mercados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná; e os 20% restantes são colocados principalmente nos mercados dos Estados Unidos, Japão, Inglaterra, Alemanha Ocidental, França, Itália, Grécia, Chile e Peru.

O estado apresentou alguns problemas na comercialização do excedente, entretanto, num trabalho conjunto entre Secretaria da Agricultura e COBAL, o produto foi vendido através da rede Somar, propiciando normalidade no mercado estadual.

Quanto aos preços, a nível de produtor foram, em 1984, considerados bons, variando entre Cr\$ 5.000,00 e Cr\$ 6.000,00 por quilo de mel, dependendo da qualidade; a nível de consumidor variavam entre Cr\$ 7.000,00, Cr\$ 10.000,00 e Cr\$ 15.000,00, por quilo, dependendo do local de venda (feiras, supermercados, etc), da embalagem final, da qualidade e da origem do produto.

Deve-se salientar que o maior entrave para a exportação do mel para outros países são os baixos preços praticados nesses mercados, bastante inferiores aos verificados no mercado interno. Aliado a isso, não existe conscientização por parte da maioria dos produtores da necessidade de processar o produto de maneira adequada para atender as exigências do mercado externo.

O Brasil importou, no primeiro semestre de 1984, dos mercados da Argentina e do Uruguai, 315 toneladas de mel, importações essas que fazem parte de acordos bilaterais. Entretanto,

os produtores brasileiros não aceitam qualquer compra de outros países, pois acreditam que a mesma ameaça a produção nacional, devido ao reduzido consumo.

Nesse sentido, foi sugerido pela Confederação Brasileira de Apicultura que se discutissem os problemas referentes à comercialização do excedente e se criassem mecanismos de incentivos às exportações, possibilitando ao produtor uma maior participação no mercado externo.

Tabela 155

PRINCIPAIS PAISES PRODUTORES DE MEL, 1980/82

PAÍSES	(t)		
	1980	1981	1982
Mundo	821.965	897.568	910.643
Angola	15.000 ⁽¹⁾	15.000 ⁽¹⁾	15.000 ⁽¹⁾
Etiópia	20.500 ^(*)	20.700 ⁽¹⁾	20.820 ⁽¹⁾
Madagascar	12.500 ^(*)	12.800 ⁽¹⁾	13.052 ⁽¹⁾
Canadá	29.235	34.769	31.885
México	65.245 ^(*)	62.000 ^(*)	63.860 ⁽¹⁾
EUA	84.400 ^(*)	99.800 ^(*)	95.000 ⁽¹⁾
Argentina	37.600	38.000	33.000 ^(*)
China	80.764 ⁽¹⁾	115.600 ⁽¹⁾	117.605 ⁽¹⁾
Turquia	25.170	30.041	27.553
França	10.063	12.500	25.000
Alemanha Ocid.	11.000	14.000	15.000
Espanha	12.513	14.501	10.800
Austrália	24.954	19.548	24.794
URSS	183.000	180.000	185.000 ⁽¹⁾
Polônia	8.906	12.189	28.000
Romênia	14.421	13.807	15.000 ⁽¹⁾
Quênia	10.000 ^(*)	10.500 ⁽¹⁾	11.000 ⁽¹⁾
Tanzânia	9.500 ^(*)	10.000 ⁽¹⁾	10.500 ⁽¹⁾
Grécia	13.345	11.935	12.195
Hungria	13.624	14.812	14.200 ⁽¹⁾

(1) Estimativa da FAO

(*) Dados da FAO não oficiais

Fonte: FAO

Tabela 156

IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE MEL NATURAL, 1974 A 1983

ANOS	US\$ FOB	kg	P/MÉDIO
1974	249.332	230.873	1,080
1975	39.067	41.658	0,938
1976	154.099	219.654	0,702
1977	546.067	700.469	0,780
1978	262.489	269.397	0,974
1979	239.956	211.615	1,134
1980	208.087	188.213	1,106
1981	240.561	264.160	0,911
1982	483.672	476.678	1,015
1983	468.636	452.700	1,035

Fonte: MF/CIEF

Tabela 157

PRINCIPAIS PAISES EXPORTADORES DE MEL, 1980 A 1982

PAÍS	1980			1981			1982		
	US\$ mil	t	pm	US\$ mil	t	pm	US\$ mil	t	pm
MUNDO	249.134	209.403	1.190	265.969	247.383	1.075	247.457	236.659	1.046
China	50.150 ^(*)	49.296	1.017	58.200 ^(*)	61.805	942	49.000 ⁽¹⁾	52.000	942
Argentina	19.345	19.638	985	26.711	28.105	950	26.838	29.873	898
México	31.840	39.402	808	33.515	46.611	719	24.061	40.024	601
Alemanha Ocid.	16.361	8.296	1.972	20.321	12.986	1.565	19.733	12.960	1.523
Hungria	14.249	10.336	1.379	15.261	11.980	1.274	18.891	14.913	1.267
URSS	13.708	12.507	1.096	15.237	14.096	1.081	14.819	13.715	1.080
Canadá	13.678	10.894	1.256	10.865	8.250	1.317	12.325	9.786	1.259
Austrália	22.891	11.427	1.128	10.746	8.196	1.311	11.709	12.814	914
Cuba	11.158	7.486	1.491	10.157	11.884	855	7.200 ⁽¹⁾	9.000 ⁽¹⁾	800
EUA	6.661	3.932	1.694	7.244	4.236	1.710	6.451	3.947	1.634
Bulgária	5.600 ⁽¹⁾	3.846	1.456	5.100 ⁽¹⁾	3.894	1.310	6.000 ⁽¹⁾	4.573	1.312
Romênia	6.900 ⁽¹⁾	4.852	1.422	5.000 ⁽¹⁾	3.880	1.289	4.800 ⁽¹⁾	4.000 ^(*)	1.200
Espanha	5.594	2.486	2.250	4.282	4.173	1.026	3.300	3.000	1.100

(1) Estimativa da FAO

(*) Dados da FAO não oficiais

Fonte: FAO

Tabela 158

PRINCIPAIS PAISES IMPORTADORES DE MEL, 1980 A 1982

PAÍSES	1980			1981			1982		
	US\$ mil	t	pm	US\$ mil	t	pm	US\$ mil	t	pm
MUNDO	243.163	196.456	1.238	254.494	231.887	1.097	257.847	241.355	1.068
Alemanha Ocid.	78.575	65.597	1.213	75.448	74.723	1.010	75.114	75.830	991
EUA	21.095	22.263	948	32.171	35.070	917	37.241	41.715	893
Japão	20.435	20.104	1.016	25.660	25.468	1.008	27.540	25.146	978
Reino Unido	19.948	17.222	1.158	18.562	17.120	1.084	20.224	20.764	974
Itália	13.137	8.048	1.632	14.037	10.572	1.328	14.146	10.890	1.199
Países Baixos	9.368	6.074	1.542	9.886	7.887	1.253	9.994	8.242	2.213
França	9.439	6.870	1.374	9.155	7.496	1.221	9.814	8.255	1.189
Suíça	8.578	5.180	1.656	8.981	6.207	1.447	8.180	5.626	1.454
Bélgica-Luxemburgo	7.946	5.760	1.380	7.792	6.120	1.273	7.149	6.390	1.119
Iugoslávia	5.768	4.874	1.183	5.920	4.652	1.273	6.930	5.084	1.363
Áustria	8.316	6.664	1.248	5.869	5.706	1.033	5.241	5.360	978

Fonte: FAO

4.5. Pescado

Santa Catarina dispõe de 531 km de litoral com águas propícias para a exploração da pesca em toda a sua extensão, infraestrutura de estradas ligadas à BR 101, rede de telefone e de energia elétrica em todos os municípios costeiros, além de uma estrutura de produção junto aos portos e locais de desembarque de pescado em praticamente todo o litoral. Possui também uma estrutura de comercialização que está sendo implantada gradativamente com um trabalho voltado para a organização do produtor, sobretudo o artesanal.

O Estado incentiva a exploração também das águas de interior com aproveitamento dos mananciais de água doce, pretendendo intensificar, de maneira racional, a piscicultura junto aos rios, açudes, lagoas, represas, através da construção de viveiros para a distribuição de alevinos, assistência técnica ao piscicultor, a consorciação de vegetais com peixes, introdução da cultura de rãs, etc..

Visando a atingir os objetivos do subsetor pesqueiro estadual que é a melhoria do bem estar do pescador e de sua família, através de obtenção de melhores rendas, via maior produtividade e melhores preços, um trabalho educativo está sendo desenvolvido junto às famílias de pescadores, com jovens, clubes de mães e de assistência ao pescador e suas organizações, tais como cooperativas, sindicatos, federações.

Na comercialização da produção, estão sendo implantadas feiras de pescado, através do governo estadual, possibilitando que a produção seja vendida através da Cooperativa diretamente ao consumidor. Tenta-se, assim, eliminar o papel do intermediário, com garantia de mercado, preços e vendas à vista, dando mais segurança ao pescador, além de ter um produto disponível e com preços mais baixos ao consumidor.

Visando à preservação e a exploração mais racional das espécies foi criado o "defeso", baixado mediante portaria da

SUDEPE, e que estipula um prazo de proibição de captura para a sardinha nos meses de dezembro e janeiro, época em que a mesma se encontra em ciclo de desova. Portarias também foram baixadas, nesse sentido, para o camarão rosa, verdadeiro, sete barbas, vermelho e serrinha, durante os meses de março e abril para a região Sul e Sudeste do país, proibindo, inclusive, o uso de embarcações com potência acima de 22 HP, na captura destes crustáceos, possibilitando, desta maneira, a formação de novos estoques, além de atuar como medida cautelar de redução do esforço de pesca.

Outras portarias foram instituídas pela SUDEPE com o fim de disciplinar e determinar os locais de captura do camarão, bem como o uso de apetrechos de pesca junto a lagoas, baías, canais, desembarcadores de rios, etc., possibilitando a ocorrência normal do ciclo biológico das espécies, havendo, assim, nova reposição normal do estoque existente.

Santa Catarina participa, no contexto nacional, com 13% da produção de pescado, destacando-se como o segundo maior estado produtor. Toda a informação referente ao pescado desembarcado no estado em seus diferentes postos e locais de recepção é coletada e registrada através da 5ª Coordenadoria Regional da SUDEPE em Santa Catarina. As espécies que apresentam maior volume de movimentação são as sardinhas verdadeiras, castanhas, pescadas, pescadinhas, bonito, corvina, corvinotas, cações, além do camarão rosa e sete barbas.

Conforme a SUDEPE, em 1983, foram capturados 80.114 t de pescado "in natura", distribuídos entre 71.841 t de peixes, 7.004 t de crustáceos e 1.269 t de moluscos, apresentando no seu total um valor de produção da ordem de Cr\$ 79.398 bilhões (corrigidos a preços de outubro de 1984).

Em 1984, de janeiro a setembro, obteve-se uma quantidade de captura de 72.903 t, sendo 66.146 t pertencentes ao grupo dos peixes; 6.388 t ao dos crustáceos e 369 t ao grupo dos moluscos. Houve uma evolução no volume total de pescado, comparado com igual período de 1983 (jan/set) de 18,82%, (tabela 159).

Tabela 159

DESEMBARQUE DO PESCADO CONTROLADO EM SANTA CATARINA -
1979 A 1984

GRUPO	(toneladas)					
	1979	1980	1981	1982	1983	1984 ^(*)
Peixes	78.172	103.595	62.575	74.334	71.841	66.146
Crustáceos	7.583	9.997	7.278	7.668	7.004	6.388
Moluscos e Outros	5.750	4.513	445	823	1.269	369
TOTAL	91.505	118.105	70.298	82.825	80.114	72.903

(*) Até setembro

Fonte: SUDEPE/PDP

Entre as espécies que mais são comercializadas no estado, destacam-se aquelas de maior valor econômico como a sardinha, a anchova, o camarão, o cação, a tainha, a pescada e a corvina.

Ao analisar o comportamento das espécies capturadas de janeiro a setembro de 1984 e ao se comparar com igual período de 1983, observa-se, primeiramente na pesca industrial, os produtos que mais cresceram no mês de janeiro foram as espécies de corvinas e de pescadinhas, decorrentes do volume maior de desembarques oriundos da pesca com arrasto de parelha; em fevereiro, mantiveram-se as mesmas proporções de captura de 1983; já em março, houve uma queda na captura da sardinha e do camarão, sendo que a produção deste último, caiu em função do "defeso" (março/abril) que começou a vigorar a partir de 1984; em abril, o decréscimo na produção teve como fator responsável a baixa captura das espécies da sardinha e da cavalinha; em maio manteve-se a mesma situação de captura de 1983; entretanto, durante os meses de junho, julho, agosto e setembro o volume de pescado capturado apresentou crescimento positivo, em função, praticamente, da presença maciça da cavalinha no litoral catarinense.

Na pesca artesanal, comparada com igual período analisado, constatou-se um crescimento ascendente na captura do camarão, corvina e tainha, espécies mais representativas quantitativa e economicamente para o subsetor.

Quanto à evolução do pescado desembarcado no período de 1979 a 1984, tomando-se como referência o ano de 1979 (tabela 160), verificam-se índices de crescimento no total capturado, em 1980, de 129, enquanto os anos de 1981, 1982 e 1983 apresentaram índices negativos de 77,91 e 88, respectivamente. Em 1984, a situação até setembro, considerado igual período de 1979 (jan/set) apresentou um acréscimo na captura, com índice positivo na produção total de 109, na qual o grupo dos peixes obteve índice de 117 e o dos crustáceos 106.

Em 1983, o setor industrial participou com cerca de 75% da produção de peixes, tendo na sardinha verdadeira sua principal fonte de renda, enquanto na pesca artesanal, os crustáceos, constituídos principalmente pelo camarão sete barbas, rosa e legítimo, representou 80%, aproximadamente.

Conforme levantamento realizado na Coordenadoria Regional da SUDEPE em Santa Catarina, há no estado 95 empresas de pesca, distribuídas entre 35 indústrias e 60 armadores atuando em congelamento, conserva, semi-conserva, resfriamento, bem como na produção de óleo, farinha de peixe e gelo.

Estas empresas possuem 91 barcos que operam com redes de cerco; 87 de arrasto; 22 de combinado, e 7 traineiras. No seu conjunto, são 207 embarcações com capacidade acima de 20 toneladas.

O transporte de pescado capturado do local de embarque até a indústria e desta até o centro consumidor, quando feito por via rodoviária, é realizado através de caminhões frigoríficos e isotérmicos.

Os recursos humanos envolvidos pelas indústrias somam, em seu conjunto, um total de 4.231 pessoas, sendo 1.380 pescador-

res que operam, na área de captura, 331 em comercialização e 225 operários como mão-de-obra temporária, pois atuam somente em épocas de maior movimentação.

Essas empresas possuem a seguinte capacidade instalada de processamento de pescado:

DISCRIMINAÇÃO	CAPACIDADE INSTALADA	UNIDADE
BENEFICIAMENTO		
. Congelamento	967,6	t/dia
. Salga	3.668,4	t/dia
INDUSTRIALIZAÇÃO		
. Conservação	141,0	t/dia
. Farinha	40,0	t/dia
. Óleo	1.070,0	litro/dia
. Gelo	839,2	t/dia
ARMAZENAMENTO		
. Conserva	4.200,4	t
. Congelado	11.166,0	t
. Resfriado	2.756,0	t
. Salgado	1.050,0	t
. Gelo	2.393,0	t
. Outros	1.835,0	t

Fonte: SUDEPE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

A distribuição do produto capturado na pesca industrial é feita através das próprias indústrias ao mercado comprador, e deste às cadeias e redes distribuidoras, começando um novo processo junto aos entrepostos de revenda, tais como mercados públicos, peixarias, supermercados, restaurantes, atingindo, assim, o consumidor final.

O papel do intermediário é pouco significativo na pesca industrial, pois as indústrias, em sua maioria, obtêm matéria-prima diretamente dos barcos, seja de frota própria, ou de terceiros.

A pesca artesanal possui um contingente de recursos hu-

manos (permanente ou eventual), atuando na captura de produtos pesqueiros, conforme dados da Federação dos Pescadores de Santa Catarina, e da Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina - ACARPESC, da ordem de 23.000 pescadores profissionais, pertencentes ao quadro de associados das 17 colônias de pesca implantadas ao longo do litoral catarinense.

Conforme dados da ACARPESC, o sub-setor tem disponível um contingente de 6.000 embarcações, com capacidade bruta para operar de 3 a 10 t distribuídas entre baleeiras, botes, canoas e bateiras.

Na pesca artesanal a intermediação exerce forte influência no processo de comercialização, onerando sobremaneira o produto. No entanto, o pescador percebe pelo produto capturado em determinadas situações, importâncias pouco expressivas em dinheiro, variando os níveis de preços de comunidade para comunidade, uma vez que, na maioria dos casos, assume o compromisso de entregar toda a sua produção ao comprador, recebendo, em troca, suprimentos para manutenção e conservação dos instrumentos de pesca, bem como alimentação e remédios para sua família, ficando na dependência total do intermediário.

Existe no estado, operando na área de produção e comercialização de pescado, com sede no município de Porto Belo, a Cooperativa de Pesca Porto Belo - COOPERBELO, atuando também junto aos municípios de Araranguá, Garopaba, Palhoça, Florianópolis e Governador Celso Ramos, com perspectivas de abranger todo o litoral catarinense. Seu objetivo é a comercialização da produção de pescado obtida através dos associados, além do fornecimento de insumos básicos à pesca e produtos necessários ao consumo familiar dos associados.

A comercialização do pescado via Cooperativa ocorre através de duas modalidades:

- 1) Diretamente ao consumidor, através das feiras de pescado promovidas pela SAA e executadas pela ACARPESC e COOPERBELO, e ainda diretamente no entreposto central da coopera-

tiva em Porto Belo;

2) Venda a intermediários, nas praças de São Paulo e Rio de Janeiro, além de cobrir parte do mercado interno, junto aos municípios de Florianópolis, Tijucas, Blumenau, São José, Rio do Sul, Lages, São Bento do Sul e Gaspar, com perspectivas de atingir outras praças.

A cooperativa conta, atualmente, com 245 associados, sendo 134 de produção e 111 de consumo. Cabe salientar que o número de associados diminuiu em relação à publicação da síntese anterior, em função das mudanças dos objetivos da cooperativa, havendo uma vinculação do setor de consumo ao de produção eliminando a figura do sócio isolado.

A COOPERBELO possui a seguinte infraestrutura de armazenagem e conservação:

MUNICÍPIO	DISCRIMINAÇÃO	CAPACIDADE INSTALADA	UNIDADE
Porto Belo	. Fábrica de gelo	6	t/dia
	. Câmara para peixe resfriado	40	t
	. Tunel de congelamento	10	t/dia
	. Câmara para peixe congelado	40	t
Garopaba	. Fábrica de gelo	6	t/dia
Palhoça (Pinheira)	. Câmara para peixe fresco	15	t
Florianópolis (Barra da Lagoa)	. Câmara para peixe fresco	15	t
Governador Celso Ramos (Armação da Piedade)	. Câmara para peixe fresco	4	t

Fonte: SUDEPE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

A cooperativa conta também, para recepção e entrega do produto, com três caminhonetas F-4.000 de carroceria isotérmica com capacidade total para transporte de 7,5 t, dois caminhões

Mercedes-Benz frigoríficos, com capacidade para 24 toneladas, além de uma caminhoneta Toyota com carroceria aberta.

Em 1983, a Cooperativa obteve uma receita através de vendas de 994,3 milhões de cruzeiros (a preços de out/84).

Em 1984, de janeiro a outubro as vendas de pescado resultaram num montante de 1.238,7 milhões de cruzeiros (a preços de out/84), representando um percentual de aumento no valor de 81,5%, comparado com igual período de 1983 (tabela 164).

Quanto aos preços praticados junto aos associados, em 1984, foram considerados satisfatórios, uma vez que toda a produção entregue na cooperativa foi comercializada, garantindo ao cooperativista pagamento imediato.

Conforme levantamento feito junto ao Serviço de Inspeção do Produto Animal, órgão vinculado à Delegacia Federal da Agricultura, o setor pesqueiro catarinense produziu em 1983, na forma de produtos resfriados, 97.904,68 t; congelados, 45.231,67 t; salgados, 4.508,29 t; enlatados, 7.142,13 t e outros, 6.911,16 t. Destes produtos, 40.148,22 t foram industrializadas (tabela 166).

Em 1984, de janeiro a setembro, o parque pesqueiro estadual, observado igual período de 1983, apresentou uma retração em sua produção nos produtos resfriados (-46,02%) e salgados (-5,74%), enquanto que os itens congelados e enlatados apresentaram-se satisfatórios com crescimento de 66,28% e 47,62%, respectivamente. Ainda, segundo a mesma fonte, foram comercializadas por estas mesmas indústrias (set/out) 103.802,79 t, contra 99.812,51 t, verificados em igual período de 1983 (tabela 167).

Os principais mercados compradores são os de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, representando uma fatia de 79,08% do total comercializado, sendo que os restantes 20,92% são consumidos no mercado de Santa Catarina (tabela 168).

As vendas de produtos da pesca para o mercado interna-

cional vêm-se firmando no transcorrer dos anos, observando-se uma evolução de 18,12% em 1983, comparado com 1982 (tabela 170).

Em 1984, de janeiro a agosto, foram vendidas 7.010,32 t de produtos pesqueiros, destacando-se os produtos congelados e enlatados, principalmente as espécies do camarão e da sardinha.

Os principais mercados compradores do produto catariense são os Estados Unidos, Argentina, França, Japão e Portugal. Santa Catarina vem mantendo seu nível de vendas nos últimos anos, demonstrando que a demanda internacional se apresenta receptiva para esse tipo de produto, (tabela 170).

Tabela 160

ÍNDICE DE CRESCIMENTO DO PESCADO DESEMBARCADO NOS
PRINCIPAIS PORTOS E LOCAIS DE SANTA CATARINA,
1980 A 1984

GRUPO	(base: 1979)				
	1980	1981	1982	1983	1984 (*)
Peixes	136	80	95	92	117
Crustáceos	132	96	101	92	106
Moluscos e Outros	78	8	14	22	9
TOTAL	129	77	91	88	109

(*) Considerou-se igual período de jan a set/79

Fonte: Tabela 159

Tabela 161
VALOR BRUTO DO PESCADO DESEMBARCADO "IN NATURA" EM SANTA CATARINA,
1979 A 1984

GRUPO	(a preços correntes - Cr\$ 1.000,00)					
	1979	1980	1981	1982	1983	1984 ^(*)
Peixes	692.765	1.350.781	1.928.972	4.954.887	12.177.253	27.959.771
Crustáceos	319.153	677.232	866.529	2.549.873	6.161.268	14.029.055
Moluscos e Outros	54.456	114.871	25.915	55.997	89.809	199.222
TOTAL	1.066.374	2.142.884	2.871.416	7.560.757	18.428.330	42.188.048

(*) Até setembro

Fonte: SUDEPE/PDP

Tabela 162
VALOR BRUTO DO PESCADO DESEMBARCADO "IN NATURA", EM SANTA CATARINA
1979 A 1984

GRUPO	(a preços de out/84 - Cr\$ 1.000,00)					
	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Peixes	62.388.779	60.763.878	41.346.337	54.336.455	52.465.319	42.257.007
Crustáceos	28.742.165	30.464.777	18.573.520	27.962.506	26.545.633	21.202.816
Moluscos e Outros	4.904.179	5.167.386	555.472	614.076	386.940	301.094
TOTAL	96.035.123	96.396.041	60.475.329	82.913.037	79.397.892	63.760.917

Fonte: Tabela 161 e FVG

Tabela 163

ÍNDICE DE CRESCIMENTO DO VALOR BRUTO DO PESCADO
DESEMBARCADO "IN NATURA" EM SANTA CATARINA,
1980 A 1984

GRUPO	(1979 = 100)				
	1980	1981	1982	1983	1984 ^(*)
Peixes	97	66	87	84	124
Crustáceos	106	65	97	92	117
Moluscos e Outros	105	11	13	8	10
TOTAL	100	63	86	83	115

(*) Considerou-se igual período de janeiro a setembro de 1979

Fonte: Tabela 161

Tabela 164

VALOR DAS VENDAS DO PESCADO REALIZADO PELA COOPERBELO,
1983 E 1984

(Cr\$ 1.000,00)

MES	1983		1984	
	Nominal	Real (*)	Nominal	Real
Janeiro	4.088	31.085,5	25.418	61.714,1
Fevereiro	4.986	35.593,1	8.737	18.896,7
Março	7.722	50.074,5	17.439	34.304,0
Abril	6.933	41.171,0	38.023	68.656,3
Maiο	25.192	140.202,4	92.147	152.844,6
Junho	14.410	71.425,0	98.111	148.958,8
Julho	18.328	80.174,6	142.793	196.519,4
Agosto	21.394	84.991,9	89.133	110.890,4
Setembro	22.467	79.131,4	156.424	176.100,4
Outubro	32.887	102.268,5	151.394	151.394,0
Novembro	37.610	107.857,1	-	-
Dezembro	34.758	92.673,6	-	-
TOTAL	230.775		819.619	-

(*) A preços de outubro/84, corrigidos através dos Índices Gerais de Preços, coluna 2 da revista Conjuntura Econômica da FGV
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 165

PRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE PESCADO
INSPECIONADOS EM SANTA CATARINA, 1982

(tonelada)

DISCRIMINAÇÃO	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	TOTAL
Produção	90.102,37	38.319,47	3.767,88	4.897,23	14.275,90	-
Transf. Industrial	50.549,10	-	-	-	-	50.549,10
Comercialização	46.596,48	36.253,28	3.546,72	4.921,18	6.061,40	97.379,06

Fonte: MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 166

PRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE PESCADO
INSPECIONADOS EM SANTA CATARINA, 1983

(tonelada)

DISCRIMINAÇÃO	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	TOTAL
Produção	97.904,68	45.231,67	4.508,29	7.142,13	6.911,26	-
Transf. industrial	40.148,22	-	-	-	-	40.148,22
Comercialização	44.489,34	37.414,49	4.585,98	9.003,87	4.318,83	99.812,51

Fonte: MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 167

PRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE PESCADO
INSPECIONADOS EM SANTA CATARINA, 1984 (*)

DISCRIMINAÇÃO	(tonelada)					TOTAL
	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	
Produção	40.145,88	48.784,18	3.656,35	7.730,03	2.407,70	-
Transf. industrial	19.708,12	-	-	-	-	19.708,12
Comercialização	38.770,12	50.531,32	4.502,60	6.481,89	3.516,87	103.802,79

(*) Situação de setembro

Fonte: MA/DFA-SC (SERPA)

Tabela 168

EXPORTAÇÃO CATARINENSE DE PESCADO PARA O MERCADO INTERESTADUAL, 1981 A 1984

ANO	(tonelada)					TOTAL
	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	
1981	29.871,05	21.842,61	5.673,35	3.752,16	5.793,99	66.933,16
1982	37.105,30	29.169,69	3.494,73	4.632,90	2.944,43	77.347,05
1983	37.261,60	31.366,62	4.323,47	7.529,79	2.129,86	82.611,34
1984 (*)	29.242,43	40.766,67	4.194,94	5.516,84	2.372,17	82.093,06

(*) Situação até setembro

Fonte: MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 169

COMÉRCIO ESTADUAL DE PESCADO, 1981 A 1984

ANO	(tonelada)					TOTAL
	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	
1981	7.139,59	4.696,01	126,16	376,53	1.868,70	14.206,99
1982	9.491,18	7.083,59	51,99	288,28	3.116,97	20.032,01
1983	7.227,74	6.047,87	262,49	1.474,08	2.188,97	17.201,15
1984 (*)	8.779,65	10.118,76	307,02	789,61	1.116,15	21.111,20

(*) Situação até setembro

Fonte: DFA (SERPA)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 170

EXPORTAÇÃO CATARINENSE DE PESCADO PARA O MERCADO INTERNACIONAL, 1981 A 1984

ANO	(tonelada)					TOTAL	
	EUA	ARGENTINA	FRANÇA	JAPÃO	PROTUGAL		
1981	6.184,12	2.959,93	37,49	24,58	-	230,02	9.436,14
1982	5.351,20	1.951,45	-	100,41	475,10	36,10	7.914,26
1983	4.343,73	2.833,11	-	1.727,25	371,50	73,18	9.348,77
1984 (*)	2.118,60	261,45	-	641,45	330,00	3.658,82	7.010,32

(*) Situação até agosto

Fonte: DFA/SC (SERPA)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

4.6. Suínos

4.6.1. Produção e Mercado Mundiais

A produção mundial de carne suína teve um comportamento crescente nos anos 70, motivada pelo bom desempenho econômico que a atividade mostrou naquela década, chegando a atingir, em 1981, o expressivo volume ofertado de 38,0 milhões de toneladas. A partir de 1982 comportou-se em baixa. O volume produzido de 36.329 mil toneladas métricas em 1981 acusou uma redução de 4,4%. Em 1983 a produção mundial voltou a se expandir 2,2% em relação aos baixos níveis do ano anterior. Naquele ano, ocorreram decréscimos significativos na Polônia, México, Alemanha Oriental e Checoslováquia. Entretanto, a diminuição da produção nesses países foi compensada pelos acréscimos no volume ofertado de carne suína nos Estados Unidos, URSS e CEE, pois os estoques reduzidos de animais, em 1982, tornaram os preços mais favoráveis, a ponto de estimularem a produção no ano seguinte.

As informações disponíveis apontam um recuo moderado na produção mundial de carne suína em 1984. Mesmo com o rápido crescimento dos suínos alojados na União Soviética, a redução do efetivo americano determinou menor oferta de animais em 1984. Esse recuo nas estimativas mundiais de aproximadamente 0,44% se veiculou à redução de 5,0% no rebanho suíno geral e de 10% no plantel de reprodutores dos Estados Unidos. Os altos preços dos insumos combinados com a grande produção de 1983 e o declínio dos preços dos suínos dão razão à queda na produção daquele país.

A produção na Comunidade Econômica Européia, desestimulada pelo alto preço dos insumos e as baixas cotações dos suínos, permaneceu estável. Na Europa Oriental, houve alguma recuperação na produção suína, especialmente na Polônia e Alemanha Oriental. No Canadá, a produção permaneceu aos níveis de 1983, devido à expectativa de um maior mercado de exportação. Na Grã-Bretanha e México, a produção decresceu, não só pela depressão econômica com diminuição da demanda, mas também pelos preços desestimulantes de 1983.

O comércio mundial de carne suína, a partir de 1982, apresentou mudanças significativas, crescendo a expectativa de sua ampliação. A causa principal do aquecimento do mercado mundial esteve centrada na melhoria das condições econômicas dos países ricos, dando um certo impulso no comércio de suínos e derivados nos últimos dois anos.

Em 1983, as exportações cresceram 2,0% e as importações 5,0%, reflexos imediatos dos estoques baixos, apesar de o consumo ter continuado em depressão. Basicamente, o incremento das importações se deu pelo maior volume comprado pelo EUA e Leste Europeu. No entanto, grande parte do aumento do comércio mundial se deu na Comunidade Econômica Européia, pois as transações com os países do terceiro mundo foram sustadas, devido às restrições em relação às exportações dinamarquesas, desde a eclosão da febre aftosa.

As transações comerciais internacionais de carne suína, em 1984, permaneceram inalteradas. As políticas de subsídios às exportações oferecidas pela Comunidade Econômica Européia e a suspensão das restrições às importações dos produtos dinamarqueses forçaram a participação daqueles países no mercado mundial no decorrer do ano. Todavia, o baixo consumo nos principais países importadores barrou as intenções mais otimistas, em que pese o expressivo decréscimo da produção americana. Nesse particular, o fator mais positivo que influenciou no mercado foi a recuperação econômica americana que determinou, com a diminuição da produção interna, um incremento das importações. Por outro lado, isto também permitiu uma certa abertura de espaços em mercados tanto tradicionais como não tradicionais, para a penetração do Brasil com pequenos volumes, mas importantes para desafogarem os excedentes oriundos da retração interna do consumo. No entanto, essa situação favorável para as exportações nacionais foram ressentidas, ao final de 1984, quando os países importadores exigiram inexistência de febre aftosa num raio de 100 km.

4.6.2. Produção e Mercado Nacionais

O efetivo nacional vem num processo de redução física

desde 1975. As estimativas, para 1984, apontam para um rebanho aproximado de 29,0 milhões de cabeças. Com o menor efetivo e o desestímulo econômico dos últimos três anos, a produção e a produtividade tenderam a ser menores, perdendo o impulso ascendente do desempenho produtivo que a atividade teve até 1981, quando o rebanho obteve os melhores índices de produtividade.

Por coexistir com uma bovinocultura extensiva e depender de um mercado intermediário oligopolizado, o seu crescimento tem sido cíclico. No entanto, por estar ligada à pequena propriedade, resulta em uma atividade que tem se adaptado a essas circunstâncias estruturais. De qualquer forma, a produtividade da suinocultura brasileira deu um salto no lustro 75/80, amparada pelo crédito farto e por uma política agroindustrial e cooperativista. Se não fossem os problemas sanitários de 1978, as exigências sanitárias internacionais, as crises no abastecimento de grãos e a retração no consumo, a atividade entraria nos anos 80 estabilizada economicamente. (tabela 174).

A recessão econômica, a maior competitividade com as demais carnes, principalmente a de aves, as exportações sendo suspensas, o comprometimento dos custos e a retração do consumo forçaram quedas na produção de 6,6%, 5,9% e 8,3%, respectivamente, nos anos de 82, 83 e 84. O alto índice de eliminação de matrizes que ocorreu no país nos dois últimos anos influenciaram nos níveis de oferta de carne suína e derivados em 1984. Mesmo assim, o Brasil permaneceu como o sétimo maior produtor mundial, não perdendo a sua importância ao produzir apenas 0,96 milhão de toneladas. A este patamar a produção suinícola brasileira retorna aos níveis obtidos em 1975, num volume inferior à produção recorde de 1981.

O rebanho suíno, na maioria dos estados produtores, entrou em fase de liquidação com maior intensidade a partir de setembro/83. O alto custo de produção, pelo encarecimento do milho e do farelo de soja, não foi coberto através dos preços recebidos pelos suinocultores, o que impediu a manutenção das matrizes e gerou a desistência de muitos criadores. Com isso os frigoríficos no Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais operaram com uma

ociosidade considerável, em alguns casos de até, 50,0%. Como a produção de suínos naqueles estados fora mais duramente castigada pelos problemas econômicos vividos pela atividade até o final de 1983, a oferta para abate foi pequena frente às necessidades de matéria-prima para abastecer as indústrias locais. Por outro lado, os suinocultores, naqueles estados, não reativaram o setor, porque os preços nessas regiões foram considerados pouco satisfatórios, pois as cotações do suíno vivo remuneraram menos a produção, quando comparados com os custos dos produtores do Paraná e Santa Catarina.

Os abates de suínos em Santa Catarina, que evoluíram em 1983 o equivalente a 11,7%, decresceram 3,0% em 1984. A princípio, essa diminuição do volume de suínos abatidos estaria indicando uma ociosidade nas indústrias de forma prejudicial aos interesses expansionistas das mesmas, tal como ocorreu em outros estados. No caso particular dos frigoríficos catarinenses, com uma capacidade instalada de abate de 3,4 milhões de cabeças, mas que poderiam chegar a 3,7 milhões de cabeças, a ociosidade calculada de 5% não chegou a afetar a rentabilidade das indústrias. Isto se deu, em primeiro lugar, pelas boas condições de mercado, principalmente para os produtos de salsicharia e salgados, cujos preços garantiram uma boa rentabilidade a essas indústrias. Secundariamente, as agroindústrias, na sua maioria, mantiveram em paralelo a frigorificação de aves em expansão, com utilização racional do capital investido, da administração e da mão-de-obra.

Apesar de o rebanho, na maioria dos estados, ter apresentado indicadores de estar em redução física, a exceção é para Santa Catarina onde o efetivo tem-se mantido praticamente estável. Com uma participação no ano de 1975 de 9,0% sobre o efetivo nacional, o rebanho catarinense passou a representar, em 1984, 12,01%, tornando-se referência pelos altos índices de produtividade nos últimos cinco anos. A produção catarinense de carne suína em equivalentes carcaças passou de 19,0% para 28,8% da produção nacional. No mesmo período, pela melhor qualidade tanto da carne como dos derivados, conquistou fatias consideráveis do mercado e consolidou-se como o principal fornecedor a nível nacional. Mesmo com a produção menor em 1984, a sua participação no

mercado brasileiro tornou-se superior a 20% (tabela 173).

A diminuição da oferta de suínos, em Santa Catarina, segundo as informações disponíveis, esteve próxima às 400 mil cabeças, mas o volume total produzido atingiu um potencial de 3,9 milhões de cabeças. Com isso a fatia do mercado para a produção catarinense mais prejudicada foi o comércio interestadual de suínos vivos. Normalmente, as exportações de animais vivos atingiam de 600 a 700 mil suínos por ano. Este tipo de comércio, em 1984, restringiu-se pelo acirramento das compras internamente. Mesmo com os frigoríficos locais adquirindo animais nos estados vizinhos, ainda assim, as exportações atingiram, aproximadamente, 800 mil cabeças, pois a existência de uma estrutura de compra e venda estabelecida e um mercado garantido ainda permitiram a negociação de tal volume. Ainda com relação a essa modalidade de mercado, os frigoríficos catarinenses adquiriram um percentual ao redor de 10% de seus abates nos estados vizinhos. Por outro lado, as indústrias do Paraná e Rio Grande do Sul também adquiriram animais em Santa Catarina, o que caracteriza uma expressiva comercialização de animais vivos entre os três estados sulinos.

Algumas empresas catarinenses localizadas no Vale do Rio do Peixe adquiriram um volume maior de animais fora do estado. A causa centrou-se no fato de que aquela região sempre foi tradicional importadora de outras regiões de Santa Catarina e do Paraná. Apesar de ter ocorrido uma anormalidade (maior importação) o volume transacionado permite avaliar a produção catarinense de suínos para 1984 em, aproximadamente, 3,9 milhões de cabeças - descontadas das exportações o volume esperado de importação que foi de 300 mil cabeças. Assim, 3,4 milhões de cabeças foram abatidas pelas grandes indústrias, 150 mil pelos pequenos abatedouros e 400 mil consumidas nas propriedades.

No tocante ao rebanho suíno catarinense, a sua recomposição foi lenta, processando-se às custas do próprio plantel dos criadores, pois a comercialização de reprodutores selecionados, embora se tenha mantido firme, não refletiu uma maior expansão do rebanho. Assim, o rebanho se estabilizou no intervalo entre 3,5 e 3,6 milhões de cabeças, apresentando uma produtividade das mais

baixas dos últimos três anos, com a produção de apenas 276 mil toneladas em equivalentes carcaças. Esse menor desempenho produtivo teve como causas o desestímulo aos investimentos na atividade nos anos de 82 e 83, as dificuldades no abastecimento de grãos e a pouca renovação dos plantéis com animais mais produtivos.

O consumo nacional de carne suína, após atingir o nível recorde de 9,5 kg "per capita" em 1981, entrou em fase de declínio, não só como reflexo natural da diminuição da oferta, mas também pela retração do consumo. As características recessivas da economia brasileira nos últimos anos foram decisivas para a queda do consumo que caiu 8,4%, 8,0% e 13%, respectivamente, nos anos de 82, 83 e 84. O consumo catarinense por habitante/ano, considerado um dos mais altos do Brasil, passou de 19,9 kg em 1982 para 18,7 kg em 1984. Essa queda, a nível estadual de apenas 6%, não foi tão profunda, pois a carne suína é muito consumida pela população rural (tabela 173).

O mercado, após manter-se parado ao final de 1983, fato atípico para aquele período do ano, movimentou-se nas primeiras semanas de 1984. A desova dos estoques remanescentes e as notícias de exportações se refletiram positivamente nos preços a nível de produtor, mas nos segmentos à frente os preços não evoluíram com o mesmo vigor. O maior aumento, no entanto, se deu nas cotações da banha, pois os estoques vinham muito baixos.

O mercado, que durante o mês de janeiro e primeira quinzena de fevereiro se manteve movimentado, a partir dessa última data entrou em fase de desaquecimento, com aviltamento e posterior estabilização dos preços recebidos pelos suinocultores. Os preços dos cortes nobres não evoluíram tão substancialmente, a ponto de sustentarem preços crescentes para o produtor. Todavia, a banha em março sofreu novos reajustes. Como os preços do dianteiro bovino estiveram com as suas cotações inferiores ao pernil e à paleta industrial, as pequenas indústrias de São Paulo e Rio de Janeiro que fabricam alguns embutidos e frescais passaram a utilizar carne bovina. A mudança no comportamento desses importantes demandadores de cortes nobres de suínos explicou a firmeza do mercado da banha, pois as citadas indústrias adquiriram as

gorduras para dar o sabor de carne suína.

Após a elevação sensível dos preços, no primeiro bimestre, o mercado entrou numa fase de baixa em março. Porém, a configuração de uma oferta mais reduzida nos primeiros dias de abril facilitou uma nova escalada dos preços em todos os níveis. Mereceram destaque, no restante daquele mês, a alta generalizada dos preços do suíno vivo e a firmeza das cotações dos produtos de salsicharia, salgados e defumados.

A oferta de suínos, em maio, teve um comportamento ascendente. Para algumas indústrias, os abates não absorveram toda a disponibilidade de animais. A causa principal do maior volume ofertado residiu no apronte mais rápido dos animais, devido à maior disponibilidade de grãos, fato que não vinha ocorrendo no início do ano. Apesar disso, os preços a nível de produtor reagiram, pois a reduzida oferta de mercadorias, no atacado, manteve as cotações aquecidas.

A oferta, em junho, foi moderadamente inferior ao mês anterior. Os preços permaneceram estabilizados, devido ao segmento atacadista ter permanecido com pouca mobilidade. A paralisação do mercado para o pernil e a paleta forçaram a formação de estoques. A queda que se verificou nas cotações dos principais cortes e alguns subprodutos vinculou-se ao movimento grevista nacional de junho, quando muitos restaurantes industriais deixaram de funcionar em plena capacidade. Com isso, os principais intermediários de carne suína e derivados pressionaram uma baixa repentina nas cotações. Essa situação, e mais a estabilização dos preços da carne bovina, levou o mercado do produtor a entrar num quadro de instabilidade.

As incertezas que pairaram no mercado, em junho, agravaram-se em julho, quando o governo autorizou a importação de toucinho e outras gorduras, deprimindo os preços internos desses subprodutos e impedindo uma melhor remuneração do suinocultor. Apesar da depressão dos preços nos segmentos atacadistas e varejistas das gorduras suínas, as cotações, a nível de produtor, sofreram uma leve reação pelo acirramento da procura de animais por

parte das indústrias. Também, com a intensificação do inverno, o mercado tornou-se mais firme para os cortes nobres.

Os altos e baixos do mercado, nos seis primeiros meses do ano, não afetaram a rentabilidade da atividade, pois os preços dos suínos evoluíram bem mais do que os preços dos insumos. O milho teve suas cotações estáveis por boa parte do primeiro semestre, e os suinocultores, na sua grande maioria, estiveram auto-abastecidos. O farelo de soja também com os preços desaquecidos, garantiu uma contenção nos preços dos concentrados, o que permitiu custos mais baixos para o arraçamento dos animais. Por outro lado, a falta de suínos para abater, notadamente na Região Sul do país, acirrou a procura de suínos entre as indústrias, fazendo com que os preços, de certa forma, fossem sustentados.

O quadro de uma oferta espremida garantiu um mercado bastante aquecido desde agosto até a primeira quinzena de outubro, principalmente porque os preços da carne bovina deram um salto significativo permitindo altas quase que semanais para a carne suína. As cotações dos suínos, a partir dessa data, entraram numa fase de baixa. O mercado apresentou três justificativas para essa reversão de tendência dos preços. Primeiramente, os frigoríficos alegaram que não estavam conseguindo repassar os custos para os consumidores. A segunda explicação esteve centrada no fato de que, quando os preços começam uma escalada vertiginosa, os produtores tendem a segurar a produção à espera de cotações mais altas; nesse momento, os frigoríficos diminuem os preços de compra para forçar uma desova dos estoques em mãos dos produtores. A terceira justificativa apresentada pelos operadores do mercado foi de que tal ocorrência não seria uma exigência do mercado consumidor, mas sim de algumas indústrias que estariam forçando uma baixa para realizar um lucro maior, na hora da formação dos estoques por parte dos atacadistas e supermercados.

Parte dessas justificativas se confirmaram. A oferta de suínos foi maior para os abatedouros que praticaram preços mais altos e, houve uma maior desova dos estoques diante do iminente aviltamento dos preços. No entanto, um volume preocupante de animais foi comercializado fora do peso recomendado, o que se tradu-

ziu em uma oferta mais escassa em novembro. Com a queda nas cotações das gorduras, os frigoríficos não conseguiram repassar os preços dos suínos para os consumidores. Por outro lado, a firmeza do mercado para os cortes nobres e industrializados garantiu uma margem remuneradora para as indústrias. Também, em outubro e início de novembro, ocorreram as maiores altas do ano nos principais insumos, sem, no entanto, afetar os ganhos dos produtores.

A menor movimentação das vendas e o maior volume ofertado de animais, em novembro, mantiveram os preços estabilizados a nível de produtor. O mercado da carne suína e derivados apresentou um panorama estável para as gorduras e salgados e operou frouxo para o pernil, paleta e lombo. O volume de negócios não foi significativo e os preços praticados no atacado atingiram um patamar baixo, quando comparados com o mês anterior.

Ao final do ano, o mercado tornou-se ágil com os atacadistas e supermercados esquentando o comércio, com a formação de estoques. Os frigoríficos conseguiram repassar os custos nos cortes nobres, embutidos e frescais por atingirem consumidores de renda alta. Nos subprodutos de consumo mais popular, os reajustes encontraram dificuldades em serem absorvidos no varejo, até que houve uma certa recomposição do poder de compra, após os reajustes salariais de novembro. Na baixa do mercado das gorduras residiu o maior empecilho para a melhor remuneração dos suínos, pois a banha, principalmente, representa um percentual muito alto nos custos industriais. Esses fatores, mais a maior competitividade entre os frigoríficos mantiveram firmes os preços recebidos pelos produtores, ocorrendo algumas altas estratégicas, visando a atrair maior número de fornecedores de matéria-prima.

Os níveis em que se situaram os preços ao longo de 1984 confirmam o bom desempenho econômico da suinocultura, para todos os segmentos envolvidos, tanto nos processos produtivos como comerciais. O abastecimento tranqüilo dos cereais e a pouca oferta de suínos, no geral, permitiram uma razoável margem de lucro para todos os envolvidos na atividade. Mesmo com a recuada nos preços dos suínos, quando os preços do milho se elevaram, não houve um comprometimento mais sério dos custos de produção. Se compararmos

a evolução dos preços do milho em 1984 com as cotações dos suínos no mesmo ano, verifica-se que a relação entre esses dois preços favoreceu aos suinocultores, na medida em que remunerou, concomitantemente, a produção de milho e de suínos. Aos níveis das cotações dos dois produtos, a relação milho/suíno permaneceu superior ao valor de compra de 6 kg de milho, com um quilo de suíno vivo (relação mínima para economicidade da suinocultura).

O comportamento do mercado para os suínos e derivados facilitou uma razoável recuperação econômica em 1984. O comércio de reprodutores, embora menor em número, e a maior procura por animais selecionados indicaram o interesse dos suinocultores em procederem a um melhoramento zootécnico dos plantéis. Os principais insumos tiveram um abastecimento folgado, pois, apesar de os preços do milho terem dado um grande salto nos meses de agosto, setembro e outubro, os custos de produção dos suínos não foram comprometidos.

Assim, por todos os fatores enumerados acima, estima-se, em Santa Catarina, um moderado crescimento da oferta de suínos em 1985, mas não se acredita ainda numa recuperação dos níveis de produtividade perdidos em 1984, uma vez que a desarticulação do rebanho em 1983 foi de graves conseqüências. Apesar da persistência de alguns fatores, como a não disponibilidade de insumos para as propriedades, que dificultam a muitos produtores o retorno às atividades ou lhes influenciam as decisões, ainda assim a tendência da produção é estabilizar-se, podendo até mesmo sofrer uma pequena expansão em relação aos baixos níveis de 1984.

Tabela 171

PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CARNE SUÍNA, MÉDIA DE 1973-77 E ANUAL DE 1978 A 1984

(em mil t métricas)

PAÍS	MÉDIA	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	PARTICIPAÇÃO % EM 1984	VARIACÃO % (b/a)
	1973-77									
EUA	5.921	6.075	7.008	7.537	7.200	6.454	6.843	6.500	17,92	- 5,00
URSS	5.108	5.302	5.289	5.092	5.200	5.100	5.600	5.700	15,74	1,78
Alemanha Ocidental	2.389	2.618	2.688	2.726	2.700	2.655	2.700	2.750	7,33	1,85
Polónia	1.765	1.843	1.855	1.768	1.430	1.455	1.285	1.323	3,52	2,95
Franga	1.467	1.609	1.686	1.691	1.742	1.607	1.610	1.622	4,32	0,74
Almanha Oriental	1.075	1.139	1.168	1.253	1.355	1.251	1.220	1.270	3,38	4,09
Japão	1.039	1.284	1.430	1.476	1.396	1.430	1.450	1.480	3,94	2,06
Grã-Bretanha	919	910	968	947	960	1.001	1.037	996	2,65	- 3,95
Holanda	848	989	1.045	1.062	1.134	1.157	1.195	1.200	3,20	0,41
Hungria	824	882	918	920	932	974	1.033	1.034	2,75	0,09
Reúna	763	852	925	977	925	820	875	880	2,34	0,57
Brasil	761	850	900	1.000	1.183	1.105	970	970	2,58	0
Dinamarca	742	812	899	971	980	970	990	992	2,64	- 0,20
Itália	739	873	933	981	990	995	1.005	1.010	2,69	0,49
Checoslováquia	724	830	828	854	858	782	777	777	2,07	0
Espanha	657	803	939	986	1.050	1.075	1.273	1.274	3,39	0,07
Iugoslávia	655	814	781	740	784	796	755	720	1,92	- 4,63
Canadá	564	620	750	877	865	850	850	850	2,26	0
Rep. da China	452	568	686	677	658	665	588	588	1,56	0
México	384	425	1.163	905	1.088	1.200	1.075	1.070	2,85	- 0,46
TOTAL	27.795	30.098	32.859	33.440	33.430	32.235	33.131	32.906	89,16	- 0,68
TOTAL DE PAÍSES PAÍSES	3.777	4.066	4.382	4.515	4.577	4.093	3.998	4.060	10,83	1,55
TOTAL PAÍSES SELECIONADOS	31.572	34.164	37.241	37.955	38.007	36.329	37.129	36.966	100,00	- 0,44

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

Elaboração: Instituto CEPA/EC

Tabela 172

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE CARNE SUÍNA, 1980 A 1984

(em mil t métricas)

PAÍS/MERCADO	1980		1981		1982		1983		1984		PARTICIPAÇÃO REL. EM 1984 (%)	VARIACÃO % (b/a)		
	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.				
	(a)	(b)	(a)	(b)	(a)	(b)	(a)	(b)	(a)	(b)				
CEE	1.798	1.692	1.967	1.652	1.894	1.724	1.880	1.781	1.899	1.786	65,64	72,57	1,01	0,28
Leste Europeu	450	26	472	96	389	36	560	46	603	60	20,84	2,44	7,67	30,43
EUA	114	249	139	246	97	278	92	309	91	315	3,14	12,80	-1,08	1,94
URSS	-	100	-	115	-	115	-	100	-	90	-	3,66	-	-0,10
Canadá	118	18	125	21	190	14	170	11	170	15	5,87	0,61	0	36,36
Japão	-	155	-	262	-	205	-	210	-	190	-	7,72	-	-9,52
TOTAL	2.480	2.240	2.703	2.392	2.570	2.372	2.702	2.457	2.763	2.456	95,50	99,80	2,25	-0,04
TOTAL OUTROS PAÍSES	70	58	29	46	132	45	136	8	130	5	4,49	0,20	-4,41	-37,5
TOTAL PAÍSES SELECIONADOS	2.550	2.298	2.732	2.438	2.702	2.417	2.838	2.465	2.893	2.461	100,00	100,00	1,93	-0,16

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

Elaboração: Instituto CEPA/EC

Tabela 173

PRODUÇÃO E MERCADO DE CARNE SUÍNA^(*) EM EQUIVALENTE CARCAÇAS, NO BRASIL E SANTA CATARINA, 1982 A 1984

COMPORTAMENTO	(em tonelada)									
	ANO	BRASIL			SANTA CATARINA			PARTICIPAÇÃO % DE SC EM RELAÇÃO AO BRASIL		
		1982	1983	1984 ^(**)	1982	1983	1984 ^(**)	1982	1983	1984 ^(**)
1. Produção	1.105.000	1.040.000	960.000	282.134	286.554	276.000	25,5	27,6	28,8	
2. Comercialização Nacional	1.105.000	1.040.000	960.000	205.393	209.774	200.000	18,6	20,2	20,8	
3. Consumo										
. Interno	1.105.000	1.040.000	960.000	76.741	76.780	75.000	7,0	7,4	7,8	
. Per capita/kg	8,7	8,0	6,95	19,9	19,5	18,7	-	-	-	

(*) Não estão considerados os componentes necessários para a fabricação dos embutidos, salgados e defumados. Se fossem incluídos, iriam mascarar o desenho da produção.

(**) Estimativas Preliminares

Fonte: Instituto CEPA/SC

Tabela 174

SUÍNOS EXISTENTES NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO, CONFORME OS DADOS CENSITÁRIOS DE 1940 A 1980

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	SUÍNOS EXISTENTES					
	1940	1950	1960	1970	1975	1980
BRASIL	16.839.192	22.970.814	25.579.851	31.523.640	35.151.668	32.569.586
Norte	372.265	377.534	537.347	909.237	1.245.282	1.643.002
Roraima	-	3.166	4.638	13.189	133.513	361.725
Acre	29.859	50.427	33.447	103.125	109.625	123.298
Amazonas	69.078	62.014	95.520	139.770	127.473	247.586
Roraima	-	7.268	9.684	21.451	22.548	40.749
Pará	273.328	251.277	385.106	603.659	804.355	1.055.479
Amapá	-	3.382	8.952	28.043	47.766	14.165
Nordeste	3.889.770	6.019.404	5.281.688	7.094.856	9.466.986	7.307.099
Maranhão	880.995	1.779.279	1.819.314	2.760.863	3.242.043	2.676.201
Piauí	577.390	811.766	473.967	1.194.526	1.861.079	1.240.255
Ceará	574.224	834.599	518.958	649.050	1.200.848	830.671
Rio Grande do Norte	113.402	130.679	108.944	61.243	124.666	91.691
Paraíba	215.920	296.226	212.751	154.977	243.239	187.463
Pernambuco	324.662	369.155	366.656	296.472	459.251	273.254
Alagoas	97.120	72.507	97.126	50.639	82.153	68.767
Fernando de Noronha	-	-	-	36	24	40
Sergipe	60.614	64.949	64.837	31.173	56.235	53.288
Bahia	1.045.443	1.661.244	1.619.135	1.901.877	2.197.448	1.745.469
Sudeste	6.006.422	7.408.144	6.494.409	5.797.048	6.461.784	5.815.732
Minas Gerais	2.574.415	3.773.867	3.521.158	3.277.723	3.629.614	3.211.514
Espírito Santo	421.458	594.108	456.702	489.469	522.366	432.240
Rio de Janeiro	339.411	369.357	230.677	172.572	260.038	281.300
São Paulo	2.671.138	2.670.812	2.285.872	1.857.284	2.049.766	1.690.678
Sul	5.770.714	7.843.918	11.578.962	15.211.991	15.006.998	14.950.414
Paraná	1.477.428	2.040.411	3.630.659	6.215.147	5.888.873	5.643.540
Santa Catarina	1.124.426	1.639.037	2.393.474	3.145.337	3.505.778	3.686.928
Rio Grande do Sul	3.168.860	4.164.470	5.554.829	5.851.507	5.612.347	5.419.946
Centro-Oeste	800.021	1.321.814	1.687.445	2.510.508	2.970.618	2.653.339
Mato Grosso do Sul	146.484	287.468	443.560	815.740	473.461	399.069
Mato Grosso	146.484	287.468	443.560	815.740	459.403	531.879
Goiás	653.537	1.034.346	1.240.381	1.680.387	2.015.394	1.691.411
Distrito Federal	-	-	3.504	14.381	22.360	30.980

Fonte: IBGE - Censos Econômicos de 1940 e 1950; Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970 e 1975 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980.

Tabela 175

TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE INCREMENTO ANUAL DOS SUÍNOS EXISTENTES NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO CONFORME OS DADOS CENSITÁRIOS DE 1940 A 1980

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE INCREMENTO ANUAL DOS SUÍNOS EXISTENTES				
	1940/1950	1950/1960	1960/1970	1970/1975	1975/1980
BRASIL	3,15	1,08	2,11	2,20	- 1,51
Norte	0,14	3,59	5,40	6,49	8,15
Roraima	-	3,89	11,02	58,88	22,65
Acre	5,38	- 4,02	11,92	1,23	2,35
Amazonas	- 1,07	4,41	3,88	- 1,83	14,23
Roraima	-	2,91	8,28	1,00	12,55
Pará	- 8,84	4,36	4,60	5,91	5,55
Amapá	-	10,22	12,10	11,24	-21,55
Nordeste	4,46	- 1,30	3,00	5,94	- 5,65
Maranhão	7,28	0,22	4,26	3,27	- 4,20
Piauí	3,47	- 5,24	9,68	9,27	- 7,65
Ceará	3,21	- 4,64	2,26	13,09	- 7,11
Rio Grande do Norte	1,43	- 1,80	- 5,60	15,28	- 5,55
Paraíba	3,21	- 3,26	- 3,12	9,43	- 5,68
Pernambuco	1,27	- 0,04	- 2,30	9,59	0,60
Alagoas	- 2,88	2,97	- 6,31	10,16	- 3,49
Fernando de Noronha	-	-	-	- 7,79	10,75
Sergipe	0,69	- 0,02	- 7,06	12,52	- 1,07
Bahia	4,74	- 0,26	1,62	2,93	- 4,55
Sudeste	2,12	- 1,31	- 1,13	2,19	- 2,65
Minas Gerais	3,90	- 0,69	- 0,71	2,06	- 2,42
Espírito Santo	3,49	- 2,60	0,70	1,31	- 3,72
Rio de Janeiro	0,85	- 4,60	- 2,86	8,55	1,55
São Paulo	0,00	- 1,54	- 2,05	1,99	- 1,60
Sul	3,12	3,97	2,77	- 0,27	- 0,65
Paraná	3,28	5,93	5,52	- 1,07	- 0,85
Santa Catarina	3,84	3,86	2,77	2,19	2,59
Rio Grande do Sul	2,77	2,92	0,52	- 0,83	- 0,70
Centro-Oeste	5,15	2,47	4,05	3,42	- 2,23
Mato Grosso do Sul	6,97	4,43	6,28	2,72	- 3,35
Mato Grosso	6,97	4,43	6,28	2,72	2,97
Goiás	4,70	1,83	3,08	3,70	- 3,44
Distrito Federal	-	-	15,17	9,23	6,74

Fonte: IBGE - Censos Econômicos de 1940 e 1950; Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970 e 1975 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980.

Tabela 176

REBANHO SUÍNO^(*), ABATE, TAXA DE ABATE E PRODUÇÃO DE CARNE EM EQUIVALENTE CARÇAÇA NO BRASIL, 1970, 1975 E 1980 A 1984

DISCRIMINAÇÃO	1970	1975	1980	1981	1982	1983	1984
Rebanho (milhões cab.)	31,5	35,2	32,6	32,1	31,6	30,3	29,0
Abate (milhões cab.)	11,2	13,2	17,7	18,2	17,0	15,3	13,9
Taxa de Abate (%)	35,5	37,5	54,3	56,7	54,0	50,2	48,0
Produção de Carne (1.000 t)	728	884	1.150	1.183	1.105	1.040	960

(*) Analisadas a partir dos dados censitários, levantados nos meses de fevereiro de cada ano, onde não foram levados em consideração o comportamento conjuntural da produção. Estão cotejados com o acompanhamento da produção e do mercado nos respectivos anos estudados.

Fonte: IBGE (Aspectos da Evolução da Agropecuária Brasileira 1940 a 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 177

ABATE SUÍNO, PRODUÇÃO, TAXA DE ABATE E DESFRUTE EM SANTA CATARINA, 1977 A 1985

ANO	REMANHO (1.000 cab)	PRODUÇÃO ^(*) (1.000 cab)	TAXA DE ABATE ^(*) (%)	DESFRITE (%)
1977	3.242	2.643	81,5	-
1978	3.200	3.001	93,8	92,5
1979	3.400	3.352	98,6	104,5
1980	3.600	3.882	107,8	113,4
1981	3.600	4.175	116,8	116,7
1982	3.550	4.045	113,9	112,5
1983	3.600	4.277	118,8	118,8
1984	3.500	3.950	112,9	110,0
1985	3.600	4.060	112,8	115,6

(*) Abate SIF e não SIF, auto-consumo e comercialização de suínos vivos para o mercado interestadual

(**) Estimativa: Instituto CEPA/SC

Fonte: MA/DFA-SC (SERPA), CIDASC e Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 178

SUÍNOS ABATIDOS E COMERCIALIZADOS PARA OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO, SANTA CATARINA, 1975 A 1984

ANO	(cabeça)				
	PRODUÇÃO REGISTRADA		PRODUÇÃO ESTIMADA		
	Abate SIF	Comércio Interestadual de Suínos	Auto-Consumo	Abate não SIF	Total
1975	1.335.400	700.000	369.000	118.000	2.522.400
1976	1.552.318	700.000	375.000	124.000	2.751.318
1977	1.499.592	633.162	380.000	130.000	2.642.754
1978	1.999.346	480.000	386.000	136.000	3.001.346
1979	2.297.505	520.000	392.000	142.000	3.351.505
1980	2.912.027	500.000	304.426	165.260	3.881.733
1981	3.045.446	650.000	308.255	172.160	4.175.861
1982	2.951.793	600.000	309.732	174.275	4.035.800
1983	3.494.641	350.000	299.171	133.164	4.276.916
1984	3.290.641	300.000	400.000	150.000	4.140.641

Fonte: MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 179

ABATE TOTAL DE SUÍNOS (SIF, NÃO SIF E AUTO-CONSUMO), SANTA CATARINA, 1980 A 1984

ANO MÊS	(1.000 cabeça)					
	1980	1981	1982	1983 (a)	1984 (b)	VARIAÇÃO (b/a)
Janeiro	243,2	273,5	256,7	282,7	267,2	- 5,48
Fevereiro	223,7	259,4	246,8	260,4	307,0	17,90
Março	255,1	257,5	291,9	330,6	273,4	-17,30
Abril	255,5	284,5	262,9	299,5	277,4	- 7,38
Mai	246,4	289,8	275,7	325,1	330,0	1,51
Junho	295,1	314,5	282,0	340,3	316,0	- 7,14
Julho	314,5	310,4	332,6	327,3	337,0	2,96
Agosto	321,7	338,4	305,1	356,3	353,4	- 0,81
Setembro	335,1	387,5	312,2	341,7	312,0	- 8,70
Outubro	302,5	296,9	299,3	354,8	345,9	- 2,76
Novembro	297,6	289,9	297,8	355,0	332,0	- 6,48
Dezembro	296,6	286,7	316,8	354,0	312,5	- 7,05
TOTAL	3.387,0	3.589,0	3.479,8	3.927,7	3.758,4	- 9,70

Fonte: MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 180

PREÇOS MÉDIOS MENSIS RECEBIDOS PELOS SUINOCULTORES DE SANTA CATARINA, 1980 A 1984 (A PREÇOS CORRENTES E A PREÇOS DE COTURA/EA (*) Cr\$/kg

MÊS	1980		1981		1982		1983		1984	
	Preços Correntes	Preços Reais (*)	Preços Correntes	Preços Reais (*)	Preços Correntes	Preços Reais (*)	Preços Correntes	Preços Reais	Preços Correntes	Preços Reais (*)
Janeiro	37,52	2.400,51	48,49	1.470,91	102,20	1.592,42	226,00	1.710,51	1.000	2.427,97
Fevereiro	37,25	2.286,54	50,30	1.406,48	124,30	1.808,16	228,00	1.627,61	1.130	2.444,01
Março	38,10	2.194,45	55,75	1.439,03	122,80	1.667,00	237,00	1.536,86	1.040	2.045,77
Abril	36,30	1.977,66	65,28	1.612,05	125,00	1.613,42	244,00	1.448,97	1.150	2.076,50
Mai	37,33	1.911,91	58,40	1.357,95	133,70	1.626,18	247,00	1.374,64	1.210	2.007,03
Junho	36,70	1.775,61	57,45	1.279,02	142,00	1.599,39	268,00	1.328,37	1.220	2.852,20
Julho	37,85	1.688,53	55,30	1.171,41	160,00	1.699,15	320,00	1.399,82	1.300	1.789,14
Agosto	38,00	1.585,65	65,20	1.294,04	153,00	1.535,76	418,00	1.660,58	1.470	1.828,83
Setembro	38,85	1.539,59	65,34	1.234,41	156,00	1.510,60	607,30	2.138,98	1.730	1.947,61
Outubro	39,35	1.448,66	70,66	1.279,61	165,00	1.524,81	760,00	2.363,36	2.050	2.050,00
Novembro	40,85	1.398,40	77,78	1.336,79	181,00	1.593,00	710,00	2.036,12	-	-
Dezembro	48,80	1.577,35	89,30	1.479,26	188,00	1.558,87	710,00	1.893,04	-	-
MÉDIA ANUAL	38,91	1.815,41	63,23	1.363,41	146,06	2.860,98	414,61	1.710,57	1.330	2.046,91

(*) A preços de outubro

(**) Utilizou-se o IGP - Vol.2 da Revista Conjuntura Econômica da FGV

Fonte: Instituto CEPA/SC (Acompanhamento Conjuntural da Agricultura Catarinense)

Tabela 181

PREÇOS RECEBIDOS PELOS SUINOCULTORES DA REGIÃO SUL, 1982 A 1984

MÊS	1982			1983			1984		
	RS	SC	PR	RS	SC	PR	RS	SC	PR
Janeiro	87,34	102,20	94,00	209,38	226,00	201,00	803	1.000	692
Fevereiro	140,00	124,00	109,80	218,15	228,00	214,00	1.062	1.130	1.070
Março	122,20	122,80	123,40	231,12	237,00	226,00	1.098	1.040	1.060
Abril	124,17	125,00	121,60	244,55	244,00	226,00	1.175	1.150	1.100
Mai	131,58	133,70	126,20	252,25	247,00	234,00	1.301	1.210	1.200
Junho	144,00	142,00	138,00	276,52	268,00	249,00	1.251	1.200	1.200
Julho	146,20	160,00	157,00	313,01	320,00	267,00	1.220	1.300	1.200
Agosto	145,00	153,00	153,00	361,20	418,00	300,00	1.337	1.470	1.400
Setembro	155,00	156,00	156,00	579,15	607,30	468,00	1.574	1.730	1.700
Outubro	159,00	165,00	170,00	763,00	760,00	681,00	1.973	2.050	2.000
Novembro	168,00	181,00	179,00	728,05	710,00	660,00	2.044	2.100	2.050
Dezembro	191,50	188,00	202,00		710,00				

Fonte: CEPA/RS, CEPA/PR e Instituto CEPA/SC

Elaboração: Insituto CEPA/SC

Tabela 182

RELAÇÃO DE PREÇOS MENSIAIS DO MILHO / PREÇOS DO SUÍNO PRATI
CADOS NA REGIÃO SUL, 1982 A 1984

ANO	MILHO			RELAÇÃO PREÇOS DO MILHO/ PREÇOS DO SUÍNO (1)		
	RS	SC	PR	RS	SC	PR
1982						
Janeiro	13,67	15,89	13,25	6,39	6,43	7,09
Fevereiro	14,72	16,66	13,32	7,47	7,44	8,24
Março	17,14	18,39	13,98	7,13	6,68	8,83
Abril	17,14	16,50	15,34	7,24	7,58	7,93
Maiο	17,50	17,17	15,24	7,52	7,79	8,28
Junho	17,13	17,13	15,88	8,41	8,29	8,69
Julho	18,45	17,13	15,88	7,92	9,34	9,89
Agosto	18,58	17,13	15,88	7,80	8,93	9,63
Setembro	18,33	17,15	16,33	8,46	9,10	9,55
Outubro	23,00	20,00	18,16	6,91	8,25	9,36
Novembro	25,83	25,00	21,83	6,50	7,24	8,20
Dezembro	27,44	28,33	27,38	6,98	6,64	7,37
1983						
Janeiro	30,04	33,33	29,46	6,97	6,78	6,82
Fevereiro	31,34	33,33	30,65	6,96	6,84	6,98
Março	33,35	34,17	33,15	6,93	6,94	6,81
Abril	35,55	35,00	34,57	6,88	6,97	6,53
Maiο	43,69	48,33	39,92	5,77	5,11	5,86
Junho	56,62	60,00	54,41	4,88	4,47	4,57
Julho	66,77	68,33	62,38	4,69	4,67	4,28
Agosto	80,23	83,33	74,90	4,50	5,02	4,27
Setembro	105,44	166,67	141,33	5,49	3,64	3,31
Outubro	157,60	150,00	160,75	4,84	5,07	4,23
Novembro	150,09	150,00	154,53	4,58	4,73	4,52
Dezembro	154,00	150,00	145,00	4,51	4,73	4,74
1984						
Janeiro	167,73	133,33	139,50	4,79	7,50	4,96
Fevereiro	154,33	133,33	130,50	6,88	8,48	8,20
Março	143,02	133,33	128,17	7,68	7,80	8,27
Abril	148,52	150,00	131,67	7,91	7,67	8,35
Maiο	156,67	163,33	131,67	8,30	7,41	9,11
Junho	156,88	161,67	131,67	7,97	7,42	9,11
Julho	154,05	166,67	143,33	7,92	7,80	8,37
Agosto	158,32	216,67	166,67	8,44	6,78	8,40
Setembro	191,20	239,63	201,67	8,23	7,22	8,45
Outubro	262,75	275,00	238,33	7,51	7,45	8,39
Novembro	291,47	300,00	266,67	7,01	7,00	7,69

(1) Baseado na relação prática de um quiloaroma do suíno vivo para comprar 6,0 Kg de milho

Fonte: CEPA/RS, CEPA/PR, e Instituto CEPA/SC

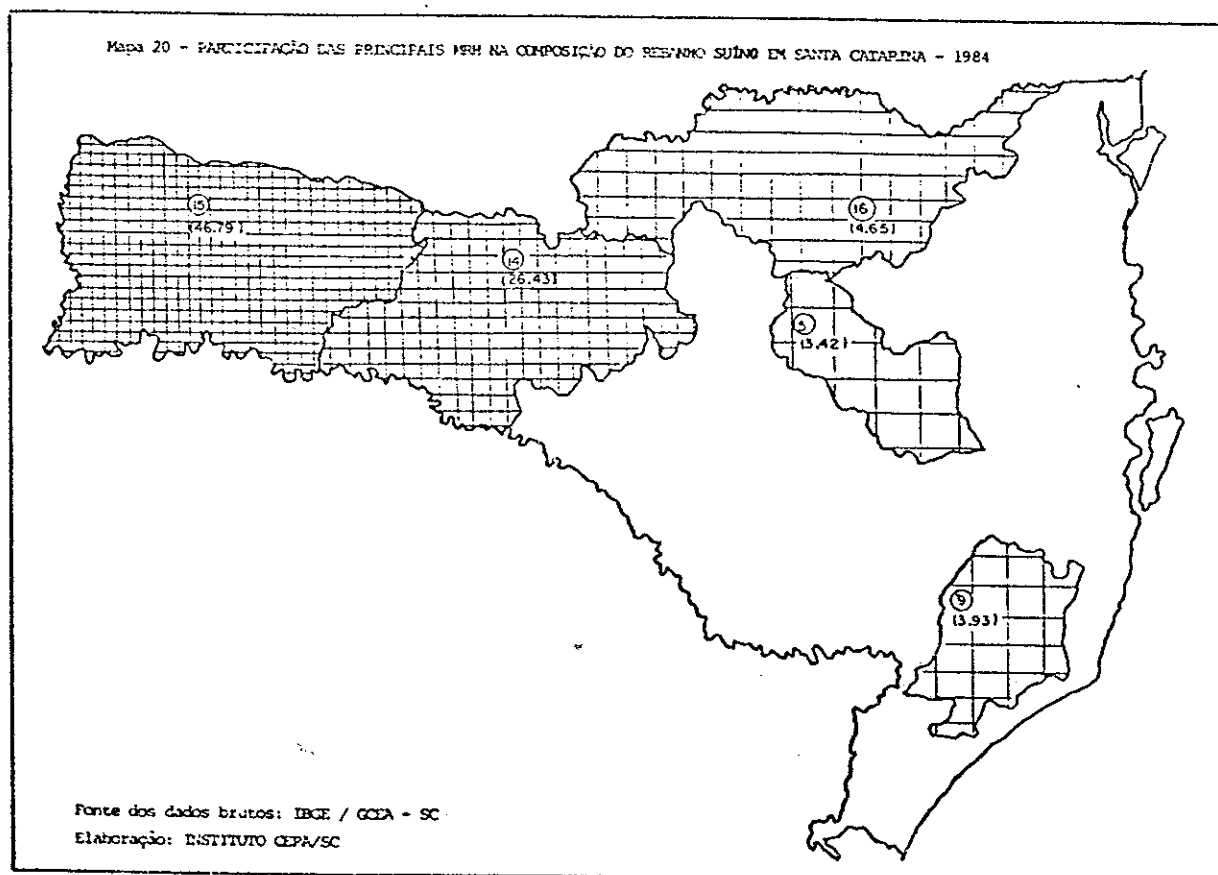
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 183

CUSTO DE PRODUÇÃO DE SUINOS, SANTA CATARINA, 1982, 1983 E 1984

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS			TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ANO	CUSTOS P/KG
	ALIMENTAÇÃO	SANIDADE	OUTROS CUSTOS VARIÁVEIS				
Março/82	1.689.500	49.590	424.549	2.163.639	211.875	2.375.514	119,55
Junho/82	1.869.215	46.920	506.542	2.422.677	265.808	2.688.485	135,30
Setembro/82	1.965.476	44.360	536.579	2.546.415	309.370	2.855.785	143,72
Novembro/82	2.542.010	52.932	819.104	3.414.046	370.422	3.784.468	190,46
Março/83	3.476.051	59.914	914.509	4.450.474	496.677	4.947.152	248,98
Junho/83	5.354.360	71.122	1.261.470	6.686.950	553.692	7.240.650	364,40
Setembro/83	10.465.000	92.490	2.020.780	12.578.300	712.857	13.291.100	668,90
Novembro/83	13.647.400	95.830	3.023.970	16.767.200	873.001	17.640.200	887,78
Fevereiro/84	15.015.169,00	167.770,00	3.434.865,54	18.617.804,54	1.312.394,60	19.930.199,15	1.003,03
Abril/84	15.015.169,00	183.930,00	3.580.811,03	18.779.910,03	1.350.345,00	20.130.255,03	1.013,10
Junho/84	15.861.334,00	387.307,00	4.027.386,00	20.276.027,00	1.684.507,00	21.960.534,00	1.105,21
Agosto/84	99.895.121,00	499.387,00	4.727.247,00	25.121.755,00	2.135.963,00	27.258.718,00	1.371,85
Outubro/84	28.019.626,00	582.472,00	5.993.314,00	34.595.412,00	2.938.798,00	37.534.211,00	1.888,99

Fonte: Instituto CEPA/SC



5- INFORMAÇÕES BÁSICAS

Tabela 184

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MUN. SANTA CATARINA, SAFRA 1977/78

PRODUTO	MUN.	(ha)															
		COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DE ALTO ITAJAI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRA OESTE	COLONIAL DE LAGUNA	CANTAREIRA	LITORAL SUL CANTAREIRA	COLONIAL SUL CANTAREIRA	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL RIO DO PEIXE	Ocidental OESTE CAT.	PIAUMBUZINHO
Alho	-	-	-	2	-	28	-	15	4	15	11	1	21	61	10	-	93
Arroz	12.630	3.542	15.424	810	8.827	1.914	594	985	985	7.774	9.680	17.156	647	4.083	5.260	27.390	16.614
Batata	340	-	580	81	2.999	414	1.660	10	10	2.424	66	29	1.180	1.280	1.058	1.990	1.754
Cana-de-açúcar	3.552	4.586	1.815	-	-	2.697	2.359	75	75	1.442	510	686	-	-	573	2.568	-
Cebola	-	-	35	11	3.120	27	1.448	25	25	204	209	8	55	71	149	70	292
Furo	154	220	6.466	5.975	20.921	679	5.108	350	350	8.435	6.600	12.485	1.300	2.831	1.450	12.191	5.362
Feijão	20	277	1.825	831	5.574	1.004	2.275	730	730	7.310	3.080	3.454	5.500	21.978	8.949	100.219	32.080
Palmito	3.256	523	3.884	1.709	16.183	2.132	1.980	2.820	2.820	11.905	11.750	2.192	-	355	1.355	10.249	7.035
Milho	7.245	499	13.092	6.240	31.820	1.205	10.752	530	530	16.484	4.730	15.500	17.006	73.960	221.300	513.500	69.670
Soja	-	-	75	45	880	-	4	116	116	-	320	-	3.170	45.400	66.985	276.000	15.790
Tomate	26	27	48	-	89	98	95	-	-	181	5	2	246	52	42	24	62
Trigo	-	-	-	-	23	-	-	-	-	5	5	120	170	589	1.991	7.362	950

Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal, 1978)
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 185

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MUN. SANTA CATARINA, SAFRA 1978/79

PRODUTO	MUN.	(ha)															
		COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DE ALTO ITAJAI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRA OESTE	LITORAL DE LAGUNA	CANTAREIRA	LITORAL SUL CANTAREIRA	COLONIAL SUL CANTAREIRA	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL RIO DO PEIXE	Ocidental OESTE CAT.	PIAUMBUZINHO
Alho	-	-	-	-	-	40	2	26	4	42	13	4	37	249	24	-	80
Arroz	15.575	3.750	17.793	947	7.597	1.885	926	990	990	6.745	10.800	19.938	290	977	2.856	14.278	12.757
Batata	382	-	847	120	3.246	460	2.256	6	6	2.497	73	37	1.940	1.720	1.515	2.701	2.149
Cana-de-açúcar	3.300	3.844	1.730	-	-	2.911	2.445	85	85	1.513	590	516	-	10	660	2.520	-
Cebola	-	-	110	37	5.344	64	3.569	20	20	265	253	21	340	151	170	-	322
Furo	458	214	6.455	5.199	17.463	575	5.034	433	433	8.759	5.772	9.787	906	1.273	2.094	3.646	7.897
Feijão	350	246	1.895	1.182	5.621	1.119	2.157	1.040	1.040	7.264	4.450	5.962	2.950	20.870	9.890	127.797	36.733
Medicinal	3.492	773	3.875	1.450	12.980	2.050	2.018	2.760	2.760	11.471	10.730	2.251	-	755	934	7.700	4.190
Milho	7.100	469	14.596	8.190	32.770	1.480	12.635	563	563	15.997	4.600	12.550	8.040	49.630	214.090	514.285	71.510
Soja	-	-	40	90	865	-	4	134	-	140	340	-	2.870	51.140	71.910	321.760	26.130
Tomate	86	25	34	15	64	152	134	-	-	209	23	3	130	96	76	-	58
Trigo	-	-	-	-	9	-	-	-	-	5	70	66	170	160	400	2.442	1.265

Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal, 1979)
Elaboração: Instituto CEPA/SC

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MUN. SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80

PRODUTO	(ha)															
	MUN. JOINVILLE	LITORAL DE ITAUNÁ	COLONIAL DE REJONÓU	COLONIAL DE ITAUNÁ NORTE	COLONIAL DE ALTO ITAUNÁ	FLORIANÓPOLIS	ORIENTAL SERRANA OMT.	LITORAL DE LAGUNA	CORRUPITIBA	LITORAL SUL CATARINENSE	CENTRAL SUL CATARINENSE	OMTOS DE LAGES	OMTOS DE CURITIBANOS	COLONIAL RIO DO PEDE	COLONIAL OESTE OMT.	PLANALTO OVINHAS
Alvo	3	-	16	5	118	10	40	4	30	14	4	121	778	25	-	91
Arroz	17.707	4.175	17.764	1.130	11.423	2.773	1.079	2.900	7.439	11.977	20.205	410	4.461	11.427	26.772	12.570
Batata	508	19	757	162	2.470	533	2.417	11	2.217	156	71	1.414	1.048	2.451	3.350	1.832
Canola-de-óleo	3.800	4.203	1.795	-	-	2.943	2.610	95	1.871	403	530	-	15	1.178	3.150	-
Canola	-	-	208	39	6.150	93	3.922	20	290	196	5	510	119	396	45	147
Feijão	591	374	2.579	1.665	9.446	1.242	2.669	845	9.940	4.326	4.287	5.840	30.410	13.242	115.579	36.315
Puro	471	247	5.943	5.658	17.107	552	4.977	436	10.178	6.145	9.677	980	1.285	1.590	3.127	2.174
Misturas	3.417	333	3.805	1.860	11.874	1.815	1.854	2.040	0.442	11.420	1.309	-	271	1.415	6.375	4.205
Milho	8.465	498	16.890	8.425	41.215	1.890	13.070	410	21.154	6.300	16.392	18.400	76.450	243.670	574.579	79.582
Soja	-	-	160	222	1.315	-	3	-	50	333	-	4.200	50.000	79.080	351.100	11.970
Tomate	-	18	68	-	57	241	130	-	170	46	3	140	85	91	35	65
Trigo	-	-	-	-	56	-	-	-	-	50	-	130	1.540	1.705	22.421	2.767

Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal, 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MUN. SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

PRODUTO	(ha)															
	MUN. JOINVILLE	LITORAL DE ITAUNÁ	COLONIAL DE ELSENERU	COLONIAL DE ITAUNÁ NORTE	COLONIAL DE ALTO ITAUNÁ	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA OMT.	LITORAL DE LAGUNA	CORRUPITIBA	LITORAL SUL CATARINENSE	CENTRAL SUL CATARINENSE	OMTOS DE LAGES	OMTOS DE CURITIBANOS	COLONIAL RIO DO PEDE	COLONIAL OESTE OMT.	PLANALTO OVINHAS
Alvo	-	-	16	5	98	14	66	8	49	17	8	57	2.651	292	123	141
Arroz	17.094	4.250	16.463	1.025	10.852	2.641	979	2.400	8.317	10.585	18.700	410	4.002	10.825	25.265	12.068
Batata	189	-	567	116	2.130	716	2.307	5	3.647	106	42	1.340	1.220	1.852	2.835	1.245
Canola-de-óleo	3.454	4.203	1.225	-	-	3.943	3.123	105	828	320	15	-	15	778	150	-
Canola	350	-	-	135	8.857	127	5.142	16	270	317	7	585	140	378	173	375
Feijão	634	417	3.364	1.940	14.915	1.255	2.370	502	10.186	4.800	4.320	6.610	27.925	16.234	144.032	42.240
Puro	339	163	4.702	3.931	15.036	410	3.719	352	9.723	4.849	7.517	651	662	307	3.057	6.241
Misturas	3.136	493	4.300	1.945	13.450	3.846	2.690	2.545	9.430	15.550	1.985	120	344	1.116	9.430	5.641
Milho	7.070	800	18.210	8.700	41.020	2.180	13.620	410	20.970	7.270	17.500	22.850	84.200	244.550	579.200	81.450
Soja	50	-	185	-	748	2	4	-	48	405	-	3.560	45.550	72.429	324.200	36.700
Tomate	88	10	37	-	52	219	184	8	212	25	3	133	170	115	35	75
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-	30	1.610	226	8.924	1.480

Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal, 1981)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 188

ÁREA COLHEITA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MUN. SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

PRODUTO	MUN.	(ha)												PLANTIO QUANTAS			
		COL. DE JORNAL	LITORAL DE ITAJAI	COL. DE RUMENAU	COL. DE ITAJAI NORTE	COL. DE ALTO ITAJAI	FLORIANO POLIS	COL. SER. CA TARENSE	LITORAL DE LAGANA	LITORAL DE CARONITEIRA	LIT. SUL CA TARENSE	COL. SUL CA TARENSE	CAMPOS DE LAGES		CAMPOS DE CURITIBANS	COL. RIO DO PEDE	COL. OESTE CATARENSE
Alho	-	-	-	21	-	67	12	89	36	18	16	31	1.686	315	49	140	
Arroz	17.650	4.555	17.860	901	10.328	2.750	1.094	2.809	7.595	10.710	20.330	155	2.960	9.615	22.895	10.910	
Betate Inglesas	447	30	625	95	2.120	956	2.470	7	2.835	145	98	1.210	1.222	1.794	2.275	2.275	
Cana-de-açúcar	3.406	4.203	1.685	-	-	3.713	2.895	90	851	316	290	-	12	800	1.380	-	
Cebola	-	-	285	44	5.750	95	3.875	21	170	189	25	155	96	351	100	245	
Feijão	598	466	3.370	4.176	29.966	1.317	4.115	560	11.570	5.150	4.170	8.470	31.600	18.735	200.116	46.670	
Fumo	331	399	5.349	5.208	16.447	377	4.338	216	10.469	6.655	9.335	944	636	1.201	3.507	6.121	
Mandioca	3.258	485	3.790	2.950	16.805	4.131	3.720	1.885	8.332	14.430	1.550	-	315	1.514	11.060	4.808	
Milho	5.800	510	17.990	8.300	37.530	2.305	13.520	370	21.090	7.250	14.900	23.020	72.700	234.340	571.800	75.770	
Soja	-	-	6	200	314	-	-	40	40	360	-	3.560	42.100	69.210	292.100	37.030	
Tomate	93	92	43	-	51	186	256	-	180	25	3	152	100	62	6	144	
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350	259	7.504	835	

Fonte: INGE/OCEA-SC
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 189

ÁREA COLHEITA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MUN. SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83

PRODUTO	MUN.	(hectare)												PLANTIO QUANTAS			
		COL. DE JORNAL	LITORAL DE ITAJAI	COL. DE RUMENAU	COL. DE ITAJAI NORTE	COL. DO ALTO ITAJAI	FLORIANO POLIS	COL. SER. CA TARENSE	LITORAL DE LAGANA	LITORAL DE CARONITEIRA	LIT. SUL CA TARENSE	COL. SUL CA TARENSE	CAMPOS DE LAGES		CAMPOS DE CURITIBANS	COL. RIO DO PEDE	COL. OESTE CATARENSE
Alho	-	-	-	-	-	76	10	114	30	47	9	170	1.584	310	92	120	
Arroz	17.618	4.635	17.805	855	9.694	2.274	1.299	2.810	7.705	10.690	21.380	182	3.316	9.779	22.065	10.651	
Betate	180	750	222	220	1.404	524	2.258	13	2.156	68	81	1.603	1.170	1.666	2.180	2.085	
Cana-de-açúcar	2.423	4.255	1.635	-	-	3.088	2.600	122	868	326	290	-	12	820	2.320	-	
Cebola	-	-	195	62	6.310	98	4.210	11	245	195	27	116	90	383	95	271	
Feijão	535	369	2.557	3.930	28.790	1.222	3.837	880	14.067	5.790	4.460	6.846	35.700	25.676	171.490	44.769	
Fumo	442	355	6.642	5.800	17.073	511	5.817	645	13.669	9.238	11.585	1.230	934	1.968	5.846	7.520	
Mandioca	3.228	472	4.147	2.800	14.325	3.650	2.650	2.696	8.591	14.048	3.640	-	330	1.416	11.760	4.821	
Milho	65.825	560	16.575	8.100	34.690	2.356	13.270	390	19.915	5.200	10.360	13.570	54.000	233.940	571.500	72.195	
Soja	-	-	-	-	140	-	-	-	20	640	65	2.080	35.790	60.700	231.900	28.120	
Tomate	69	87	42	-	23	375	248	6	209	40	3	103	109	88	7	100	
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	40	320	84	5	2.212	525	13.686	362	

Fonte: INGE/OCEA-SC
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 190

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MUN. SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84

MUN. PRODUÇÃO	CUL. DE JOEI VILLE	LITORAL DE ITUNAÍ	CELOVAL DE BELMORUM	CUL. DO ITA JAI NORDE	COL. DO RATO ITUNAÍ	FLORIANO POLIS	COL. SER. CA TARDENSE	LITORAL DE LAGOA	CROQUIEIRA	LIT. SUL CA TARDENSE	COL. SUL CA TARDENSE	CANGOS DE CURITIBANOS	Dectares		PLAN. DE CA HORRAS	
													COL. RIO DO FEIJE	COL. CESTE CATARINENSE		
Alho	-	-	21	-	81	10	114	8	36	18	5	168	1.230	251	84	123
Arroz	18.275	4.693	17.197	885	9.708	2.695	1.345	3.717	8.347	10.860	22.050	422	3.135	7.620	18.270	10.012
Batata	95	20	179	240	1.495	501	2.125	5	2.510	35	115	2.070	995	1.901	2.485	2.265
Canva-de-açúcar	2.317	4.422	1.514	-	-	4.422	2.883	122	918	341	290	-	20	890	2.110	-
Casaia	-	-	140	60	6.225	105	4.130	9	201	138	27	245	125	407	90	255
Feijão	625	483	3.755	3.710	27.240	1.428	4.274	882	12.918	5.050	5.764	7.810	40.120	26.955	211.595	41.189
Fava	334	124	6.782	6.829	18.919	420	4.623	356	12.866	6.665	10.967	1.472	1.051	2.104	7.850	9.977
mandioca	3.485	395	3.885	3.050	14.410	4.205	3.879	4.033	9.276	15.520	1.770	25	310	1.431	13.870	3.558
Milho	4.577	659	14.705	8.325	28.215	1.955	11.640	730	17.835	6.160	15.250	20.670	59.230	206.480	480.650	59.950
Soja	-	-	-	-	135	-	-	-	6	825	90	2.450	36.330	66.020	277.750	36.610
Tronca	70	95	34	-	62	379	246	6	210	35	5	91	114	115	2	106
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	30	40	604	1.343	11.995	825

Fonte: IBGE/CCEA-SC

Elaboração: Instituto CIPA/SC

Tabela 191

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MUN. DE SANTA CATARINA, SAFRA 1977/78

PRODUTO	MUN.	(em toneladas)															
		COLÔNIA DE JORNALDE	LITORAL DE ITAJAI	COLÔNIA DE BELMONTA	COLÔNIA DE ITAJAI NORTE	COLÔNIA DO ALTO ITAJAI	FLORIANÓPOLIS	COLÔNIA SERRANA CAT.	LITORAL DE LAVINIA	LITORAL DE CAMBORTA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLÔNIA SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLÔNIA DO RIO DO PEVE	COLÔNIA DO OESTE CAT.	PLANALTO DE CASIMIRAS
Alho		-	-	6	-	93	-	34	14	73	40	3	54	404	30	-	177
Arroz		37.339	12.056	52.784	1.749	26.209	5.113	1.072	2.095	19.374	26.580	36.621	599	3.286	3.836	41.506	8.613
Batata		1.980	-	3.867	350	20.578	3.448	15.226	60	15.124	560	193	14.116	12.171	6.216	8.955	13.133
Cana-de-açúcar		180.025	332.640	95.030	-	-	140.978	127.301	1.800	44.090	15.420	18.512	-	-	14.330	76.490	-
Cebola		-	-	290	58	28.101	133	11.666	190	1.622	1.667	32	330	380	635	245	1.620
Favo		235	302	8.441	8.093	29.435	929	6.866	405	13.824	10.912	21.720	1.930	3.830	2.113	12.365	8.939
Fenilão		5	193	1.033	639	5.706	582	1.614	376	4.340	2.059	1.800	3.585	9.685	6.731	67.899	16.725
Mandioca		59.920	9.910	68.182	35.773	317.402	28.480	33.640	31.629	140.700	115.250	25.640	-	6.285	23.690	204.337	107.240
Milho		14.373	715	23.921	9.247	54.138	3.252	17.979	1.095	33.760	9.931	38.488	30.428	78.110	388.245	813.214	71.106
Soja		-	-	72	45	1.155	-	7	-	164	529	-	3.906	43.797	59.193	222.849	22.974
Tronco		838	675	1.034	-	1.574	3.807	3.696	-	5.847	50	24	7.404	1.814	804	120	642
Trigo		-	-	-	15	-	-	-	-	-	3	54	138	413	913	2.229	507

Fonte: IBGE/GCEA
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 192

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MUN. DE SANTA CATARINA, SAFRA 1978/79

PRODUTO	MUN.	(em toneladas)															
		COLÔNIA DE JORNALDE	LITORAL DE ITAJAI	COLÔNIA DE BELMONTA	COLÔNIA DE ITAJAI NORTE	COLÔNIA DO ALTO ITAJAI	FLORIANÓPOLIS	COLÔNIA SERRANA CAT.	LITORAL DE LAVINIA	LITORAL DE CAMBORTA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLÔNIA SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLÔNIA DO RIO DO PEVE	COLÔNIA DO OESTE CAT.	PLANALTO DE CASIMIRAS
Alho		-	-	-	-	105	10	89	20	152	48	8	215	807	66	-	182
Arroz		52.159	13.140	63.836	671	22.490	5.182	1.148	2.875	16.192	24.838	40.663	253	804	1.220	7.873	6.450
Batata		2.773	-	7.889	640	26.960	4.729	21.982	36	20.012	506	252	28.146	15.925	10.887	16.752	15.128
Cana-de-açúcar		218.225	250.861	89.550	-	-	215.411	148.760	2.050	47.951	21.670	14.192	-	300	18.055	57.755	-
Cebola		-	-	964	242	52.047	597	29.727	141	1.757	2.159	141	2.155	936	924	-	2.229
Favo		866	386	11.251	9.010	29.315	1.065	8.828	811	18.875	11.703	19.104	1.572	2.086	3.356	7.439	14.189
Fenilão		203	153	1.564	1.066	5.878	887	1.849	531	4.779	2.956	4.297	1.534	18.345	9.314	111.225	27.202
Mandioca		64.440	15.140	79.010	29.450	286.250	27.340	36.100	28.970	135.495	118.810	29.832	-	11.975	16.565	143.120	78.470
Milho		16.241	682	35.112	11.180	54.239	2.616	20.723	893	27.095	7.164	22.095	15.616	48.319	321.922	1.066.982	57.760
Soja		-	-	36	45	1.323	-	-	-	214	524	-	2.556	40.827	48.491	302.457	28.738
Tronco		1.752	500	591	185	1.490	4.522	3.702	-	5.686	500	24	7.959	3.599	1.659	-	770
Trigo		-	-	-	-	11	-	-	-	-	53	69	146	175	421	1.836	1.077

Fonte: IBGE/GCEA
Elaboração: Instituto CEPA/SC

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MUN. SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80

PRODUTO	(toneladas)															
	MUN. JOINVILLE	LITORAL DE ITAÚN	COLONIAL DE RUISENU	COLONIAL DE ITAÚN NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAÚN	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA OCU.	LITORAL DE LAGUNA	COARACETINA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEDE	COLONIAL DO OESTE CAT.	FLAVIATO DE CANDIAS
Alho	5	-	92	30	442	59	118	18	198	52	12	223	3.083	97	-	195
Arroz	67.844	14.300	72.492	2.725	38.925	6.642	2.175	7.435	21.560	35.129	57.573	492	7.287	21.865	49.277	23.070
Batata	3.721	144	5.817	934	17.971	5.314	30.548	72	18.299	1.640	404	13.929	8.877	15.281	17.943	11.982
Canola-de-açúcar	242.100	295.080	90.375	-	-	209.635	155.080	2.275	55.486	11.810	15.470	-	600	35.650	66.850	-
Cebola	-	-	1.572	320	56.889	831	32.285	148	1.467	1.481	20	3.910	786	2.117	210	1.569
Fumo	859	404	10.012	8.558	27.177	888	8.057	741	19.439	11.938	17.305	1.508	2.608	2.354	3.625	12.608
Feijão	351	158	2.174	1.395	8.502	844	2.120	487	7.310	3.089	2.609	4.139	18.891	7.426	36.985	23.432
Mandioca	61.260	6.895	74.935	39.020	237.480	25.000	35.130	25.140	113.375	134.000	20.280	-	5.315	22.430	111.945	83.090
Milho	19.851	1.021	42.937	20.160	114.525	5.079	28.626	726	56.007	14.860	43.329	36.664	130.768	702.780	1.623.950	174.950
Soja	-	-	193	349	2.259	-	4	-	79	637	-	6.300	72.052	92.805	482.382	61.704
Tomate	2.994	432	1.680	-	1.066	8.350	3.450	-	4.725	955	24	5.600	2.475	2.421	140	885
Trigo	-	-	-	-	23	-	-	-	-	45	-	117	3.774	855	11.535	2.515

Fonte: IBGE/GCEA
Elaboração: Instituto CPA/SC

Tabela 194

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MUN. SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

PRODUTO	(toneladas)															
	MUN. JOINVILLE	COLONIAL DE ITAÚN	COLONIAL DE RUISENU	COLONIAL DE ITAÚN NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAÚN	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA OCU.	LITORAL DE LAGUNA	COARACETINA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEDE	COLONIAL DO OESTE CAT.	FLAVIATO DE CANDIAS
Alho	-	-	56	20	330	37	161	28	192	56	31	166	4.443	637	361	202
Arroz	63.376	14.868	63.424	2.605	36.083	7.437	1.974	6.565	21.971	29.783	47.723	700	7.103	23.759	55.255	24.832
Batata	1.772	-	5.148	692	14.548	7.682	23.025	22	24.754	876	323	13.880	8.930	14.205	17.909	18.010
Canola-de-açúcar	190.470	251.530	63.425	-	-	252.687	181.398	2.815	27.680	9.450	450	-	375	17.140	4.500	-
Cebola	-	-	3.550	1.285	82.949	1.231	46.183	115	2.090	2.368	7	4.640	1.064	2.416	1.950	2.625
Feijão	369	239	3.215	1.573	16.911	1.087	2.795	316	9.118	4.773	3.416	6.862	24.800	14.101	113.250	43.475
Fumo	625	323	7.789	6.320	23.693	743	5.857	620	16.325	8.570	12.350	799	934	1.386	3.731	10.238
Paiz de mandioca	48.225	9.249	83.900	41.640	311.100	53.602	48.240	32.625	121.240	202.600	25.770	3.600	3.560	17.955	160.460	91.160
Milho	16.506	1.752	43.045	20.530	104.365	5.556	36.013	780	57.319	18.273	52.554	47.110	133.000	697.675	1.760.853	167.362
Soja	-	-	67	327	1.196	2	6	-	61	818	-	5.358	81.417	82.901	423.297	64.550
Tomate	2.715	300	666	-	1.187	6.370	5.201	96	5.085	355	45	5.220	8.205	3.274	175	1.110
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	27	2.889	179	5.128	790

Fonte: IBGE/GCEA
Elaboração: Instituto CPA/SC

Tabela 195

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MUN. SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

PRODUTO	(toneladas)														
	MUN. JOINVILLE	COLONIA DE HELGOLAND	COLONIA DE BLUMENAU	COLONIA DE ITAJAI NORTE	COLONIA DE ALTO ITAJAI	FLORIANÓPOLIS	COLONIA SEPANA CAT.	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIA DO RIO DO PEDE	COLONIA DO OESTE CAT.	PIARUATO DE CANDIAS
Alho	-	-	72	-	226	39	283	45	144	48	116	5.235	1.030	188	431
Arroz	66.807	17.273	72.669	1.458	32.424	8.262	1.709	11.060	22.561	31.385	156	3.087	9.227	21.476	16.564
Batata	2.318	360	5.516	720	16.716	7.229	21.541	47	26.826	1.352	11.990	10.646	13.505	17.165	24.052
Canola-de-óleo	144.150	279.080	80.325	-	-	220.645	181.620	2.100	23.040	6.950	-	240	18.250	59.000	-
Cebola	-	-	2.710	337	59.110	859	39.720	164	1.193	1.640	1.255	722	2.486	1.500	1.569
Fumo	640	391	9.892	8.968	30.808	724	7.994	448	20.450	13.442	1.591	875	2.242	5.418	11.162
Feijão	461	258	2.730	3.241	29.431	1.090	1.664	307	9.259	4.538	5.979	25.980	18.775	185.386	46.250
mandioca	41.805	6.510	57.035	52.800	315.135	51.177	46.280	22.620	114.114	178.540	-	3.475	19.053	150.270	83.562
Milho	13.440	879	44.663	18.568	88.693	5.725	32.271	756	56.200	18.087	37.416	104.745	515.000	1.511.649	145.264
Soja	-	-	7	336	568	-	-	-	44	825	5.358	55.447	55.672	353.457	62.336
Tomate	2.651	2.760	597	-	1.270	5.556	7.165	-	5.172	375	5.220	4.430	1.720	120	1.808
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	575	260	7.075	756

Fonte: IBGE/CEEA
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 196

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MUN. SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83

PRODUTO	(toneladas)														
	MUN. COL. DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLONIA DE HELGOLAND	COL. DE ITAJAI NORTE	COL. DE ITAJAI SUL	FLORIANÓPOLIS	COL. SERRA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LIT. SUL CAT. CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COL. RIO DO PEDE	COL. OESTE CATARINENSE	PLAN. DE CA. NOROCC.
Alho	-	-	-	-	248	39	387	32	113	49	657	6.251	1.259	403	302
Arroz	59.298	18.020	71.868	2.086	42.448	6.967	2.517	6.980	18.396	27.302	57.427	5.291	16.459	42.544	17.771
Batata	1.234	3.000	1.305	1.509	7.963	3.225	15.934	93	17.823	548	968	17.034	6.628	14.392	12.092
Canola-de-óleo	103.685	266.925	66.850	-	-	148.699	136.893	4.080	21.060	7.600	6.010	240	16.130	60.630	-
Cebola	-	-	1.740	450	66.460	919	45.568	94	1.911	1.650	235	670	2.679	950	1.660
Feijão	310	224	1.402	1.322	13.274	837	2.882	356	6.097	2.368	3.729	21.873	14.550	64.537	26.773
Fumo	871	646	10.489	7.942	23.773	927	8.780	997	21.486	14.150	1.516	1.626	3.296	6.564	11.903
mandioca	33.656	4.858	44.713	43.400	231.522	32.550	28.520	29.562	107.070	159.167	39.880	43.366	353.338	1.014.895	63.803
Milho	86.717	663	30.120	7.821	38.247	4.608	20.754	661	31.276	7.301	21.476	13.245	18.900	181.480	89.718
Soja	-	-	-	-	151	-	-	-	6	1.273	143	3.570	40.575	260.594	40.163
Tomate	2.267	2.300	697	-	540	5.016	6.155	89	5.260	950	45	3.060	1.071	150	1.098
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	24	142	4	1.991	463	6.820	376

Fonte: IBGE/CEEA-SC
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 197

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MUNICÍPIO, SANTA CATARINA, SAFRA 1983/84

MUNICÍPIO	COL. DE JOIAS VILAS	LITORAL DE ITAÚNA	CERVAL DE BELÉM	COL. DO EST. DE SÃO NORTE	COL. DO ALTO ITAÚNA	FLORESTA DE FLORES	COL. SERRA CAPOENSE	LITORAL DE LAGUNA	CANGALETAS	LIT. SUL DE ITAÚNA	COL. SUL DE ITAÚNA	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CORINTIANS	TOTAL		PLAN. DE C. NOROCCIDENTAL
														COL. RIO DO PEDE	COL. OESTE CATARINENSE	
Alto	-	-	63	-	243	18	330	24	108	44	15	668	5.815	995	336	334
Arroz	74.272	16.371	80.084	2.058	46.806	9.118	2.676	12.218	25.950	37.148	75.450	662	4.927	13.405	35.945	13.377
Batata	565	240	1.329	1.905	11.296	4.263	19.144	40	27.659	348	1.315	21.120	8.755	18.027	22.400	22.286
Cana-de-açúcar	98.145	279.275	59.450	-	-	272.555	159.197	4.080	21.660	8.000	5.950	-	400	16.215	51.510	-
Cebola	-	-	1.120	555	59.500	975	37.840	54	1.526	1.254	255	1.465	1.090	2.942	900	1.640
Frijolo	454	319	2.967	3.259	23.585	1.266	4.284	604	11.098	4.542	4.458	6.007	35.592	23.161	148.194	40.571
Fumo	567	212	14.090	11.211	30.742	724	7.675	628	21.632	11.611	19.136	2.411	1.648	3.313	12.860	16.178
Mandioca	36.620	4.346	42.670	45.300	235.839	30.229	44.278	44.374	116.330	178.999	21.250	250	2.860	16.785	215.039	48.697
Milho	9.613	1.322	36.171	19.980	81.519	5.155	27.105	1.153	44.577	11.220	43.706	43.495	120.816	534.560	1.245.241	119.576
Soja	-	-	-	-	159	-	-	-	14	1.587	207	4.410	58.404	72.891	388.661	52.430
Tomate	1.675	2.375	668	-	1.540	14.952	7.855	180	6.345	950	90	2.195	5.095	2.900	40	1.365
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	05	-	27	02	682	1.349	9.087	663

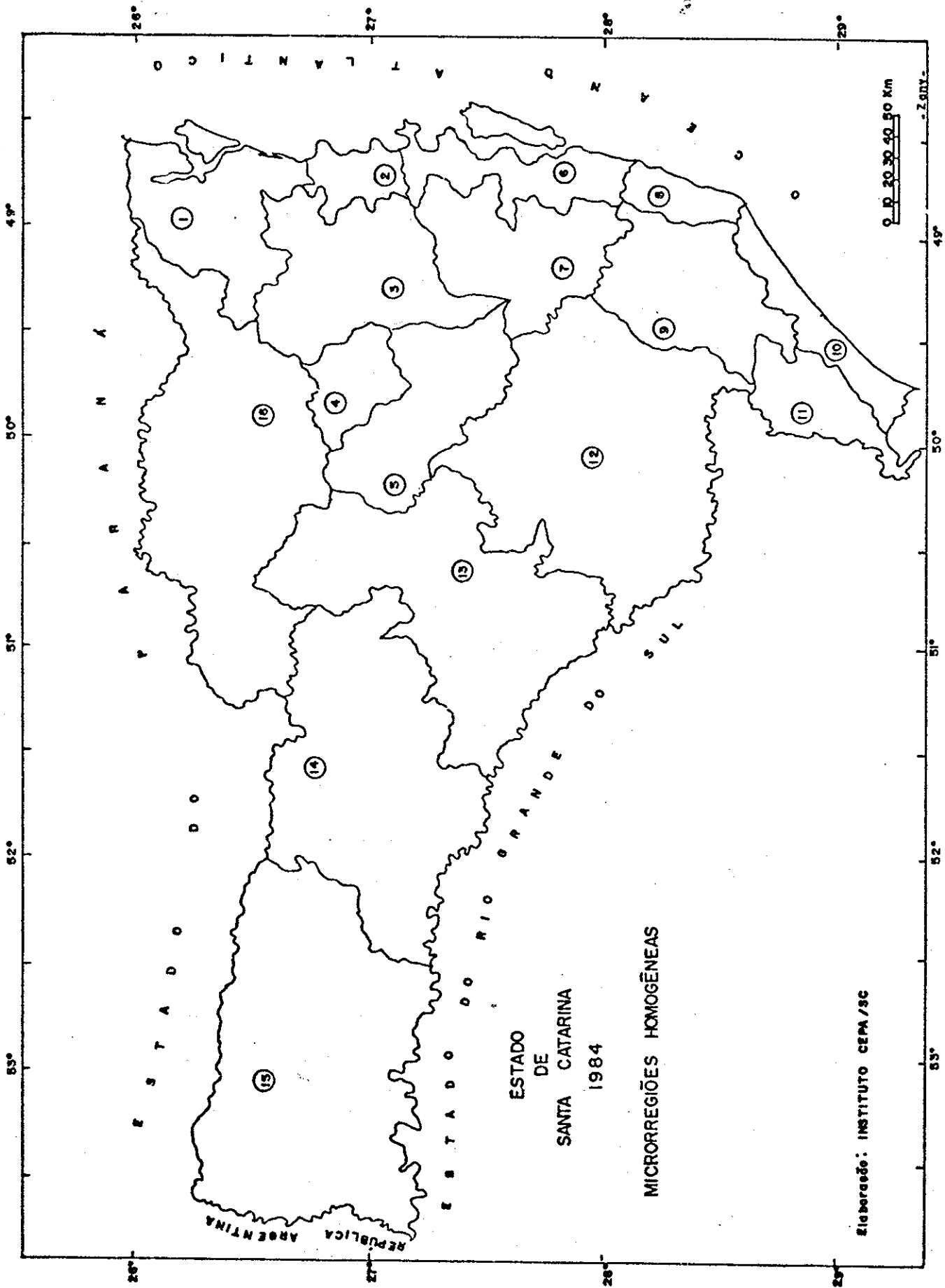
Fonte: IPGE/OCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPAN/SC

CALENDÁRIO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA

PRODUTO	FASE	MÊS											
		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
ALHO	PLANTIO												
	COLHEITA												
	COMERC.												
ARROZ IRRIGADO	PLANTIO												
	COLHEITA												
	COMERC.												
ARROZ SEQUEIRO	PLANTIO												
	COLHEITA												
	COMERC.												
BATATA 1ª SAFRA	PLANTIO												
	COLHEITA												
	COMERC.												
BATATA 2ª SAFRA	PLANTIO												
	COLHEITA												
	COMERC.												
CANA DE AÇÚCAR	PLANTIO												
	COLHEITA												
	COMERC.												
CEBOLA	PLANTIO												
	COLHEITA												
	COMERC.												
FEIJÃO 1ª SAFRA	PLANTIO												
	COLHEITA												
	COMERC.												
FEIJÃO 2ª SAFRA	PLANTIO												
	COLHEITA												
	COMERC.												
FUMO	PLANTIO												
	COLHEITA												
	COMERC.												
MANDIOCA	PLANTIO												
	COLHEITA												
	COMERC.												
MILHO	PLANTIO												
	COLHEITA												
	COMERC.												
SOJA	PLANTIO												
	COLHEITA												
	COMERC.												
TRIGO	PLANTIO												
	COLHEITA												
	COMERC.												
TOMATE	PLANTIO												
	COLHEITA												
	COMERC.												
MAÇÃ	PLANTIO												
	COLHEITA												
	COMERC.												

Fonte: Instituto CEPIS/SC



COMPOSIÇÃO MUNICIPAL DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA

- 1 (292)-COLONIAL DE JOINVILLE - Araquari, Barra Velha, Corupá, Garuva, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Joinville, São Francisco do Sul, Schroeder.
- 2 (293)-LITORAL DE ITAJAÍ - Balneário de Camboriú, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itape ma, Navegantes, Penha, Piçarras.
- 3 (294)-COLONIAL DE BLUMENAU - Ascura, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Luiz Alves, Massaranduba, Pomerode, Presidente Nereu, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó, Vidal Ramos.
- 4 (295)-COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE - Dona Emma, Ibirama, Presidente Getúlio, Witmarsum.
- 5 (296)-COLONIAL DO ALTO ITAJAÍ - Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Imbuia, Ituporanga, Laurentino, Lontras, Petrolândia, Pouso Redondo, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Taió, Trombudo Central.
- 6 (297)-FLORIANÓPOLIS - Biguaçu, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Porto Belo, Santo Amaro da Imperatriz, São José, Tijucas.
- 7 (298)-COLONIAL SERRANA CATARINENSE - Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antonio Carlos, Canelinha, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Rancho Queimado, São Bonifácio, São João Batista.
- 8 (299)-LITORAL DE LAGUNA - Imaruí, Imbituba, Laguna.
- 9 (300)-CARBONÍFERA - Armazém, Braço do Norte, Criciúma, Grão Pará, Gravatal, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Orleans, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Siderópolis, Treze de Maio, Tubarão, Urussanga.
- 10 (301)-LITORAL SUL CATARINENSE - Araranguá, Içara, Jaguaruna, Maracajá, São João do Sul, Sombrio.
- 11 (302)-COLONIAL DO SUL CATARINENSE - Jacinto Machado, Meleiro, Nova Veneza, Praia Grande, Timbê do Sul, Turvo.
- 12 (303)-CAMPOS DE LAGES - Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Lages, São Joaquim, Urubici, Correia Pinto, Otacílio Costa.
- 13 (304)-CAMPOS DE CURITIBANOS - Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Campos Novos, Curitibanos, Lebon Regis, Ponte Alta, Santa Cecília, São José do Cerrito.
- 14 (305)-COLONIAL DO RIO DO PEIXE - Água Doce, Arroio Trinta, Caçador, Capinzal, Cantanduvas, Concórdia, Erval Velho, Fraiburgo, Herval D'Oeste, Ibicaré, Ipira, Ipu mirim, Iraní, Itá, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Ouro, Peritiba, Pinheiro Preto, Piratuba, Ponte Serrada, Presidente Castelo Branco, Rio das Antas, Salto Veloso, Seara, Tangará, Treze Tílias, Videira, Xavantina.
- 15 (306)-COLONIAL DO OESTE CATARINENSE - Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Anchieta, Caibi, Campo Erê, Caxambú do Sul, Chapecó, Coronel Freitas, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Fachinal dos Guedes, Galvão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Itapiranga, Maravilha, Modelo, Mondai, Nova Erechim, Palma Sola, Palmitos, Pinhalzinho, Quilombo, Romelândia, São Carlos, São Domingos, São José de Cedro, São Lourenço D' Oeste, São Miguel D'Oeste, Saudades, Vargeão, Xanxerê, Xaxim.
- 16 (307)-PLANALTO DE CANOINHAS - Campo Alegre, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Matos Costa, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Negro, São Bento do Sul, Três Barras.

6 - LISTA DE GRÁFICOS

6. LISTA DE GRÁFICOS

	p.
1. Comportamento dos preços a nível de atacado e varejo, constatados na CEASA/SC, 1984	46
2. Preços da cebola a nível de produtor, atacado e varejo, constatados na CEASA/SC, 1984	105
3. Preço mensal do feijão, a nível de produtor catarinense, 1984	122
4. Preço mensal do feijão no atacado de São Paulo, 1984 ..	122
5. Comercialização da maçã na CEASA/SC - volume do produto nacional e importado ofertados anualmente - 1979 a 1984	150
6. Comparativo entre a produção brasileira de maçã e os volumes do produto importado, 1977 a 1984	151
7. Preço do milho - a nível de produtor e atacado em SC - 1984	187
8. Cotações mensais do complexo soja - mercado nacional - 1984	208

7 - LISTA DE MAPAS

7. LISTA DE MAPAS

	P.
1. Participação das principais MRH na produção de alho em Santa Catarina - safra 1983/84	45
2. Participação das principais MRH na produção de arroz irrigado em Santa Catarina - safra 1983/84	62
3. Participação das principais MRH na produção de arroz sequeiro em Santa Catarina - safra 1983/84	62
4. Participação das principais MRH na produção de banana em Santa Catarina - safra 1983/84	72
5. Participação das principais MRH na produção de batata inglesa (1ª safra) em Santa Catarina - safra 1983/84 .	85
6. Participação das principais MRH na produção de batata inglesa (2ª safra) em Santa Catarina - safra 1983/84 .	86
7. Participação das principais MRH na produção de cana-de-açúcar em Santa Catarina - safra 1983/84	92
8. Participação das principais MRH na produção de cebola em Santa Catarina - safra 1983/84	106
9. Participação das principais MRH na produção de feijão (1ª safra) em Santa Catarina - safra 1983/84.....	123
10. Participação das principais MRH na produção de feijão (2ª safra) em Santa Catarina - safra 1983/84	123
11. Participação das principais MRH na produção de fumo em Santa Catarina - safra 1983/84.....	131
12. Participação das principais MRH na produção de maçã em Santa Catarina - safra 1983/84	149
13. Participação das principais MRH na produção de mandioca em Santa Catarina - safra 1983/84	166
14. Participação das principais MRH na produção de milho em Santa Catarina - safra 1983/84	187
15. Participação das principais MRH na produção de soja em Santa Catarina - safra 1983/84	208

16. Participação das principais MRH na produção de tomate em Santa Catarina - safra 1983/84	220
17. Participação das principais MRH na produção de trigo em Santa Catarina - safra 1983/84	230
18. Participação das principais MRH na composição de reba <u>n</u> ho avícola em Santa Catarina - 1984	260
19. Participação das principais MRH na composição do reba <u>n</u> ho bovino em Santa Catarina - 1984	269
20. Participação das principais MRH na composição do reba <u>n</u> ho suíno em Santa Catarina - 1984	319

8 - LISTA DE TABELAS

8. LISTA DE TABELAS

	p.
1. Preços médios unitários recebidos pelos agricultores de SC, 1977 a 1984 (preços correntes)	21
2. Preços médios unitários recebidos pelos agricultores de SC, 1977 a 1984 (a preços médios de out/84)	21
3. Índice de crescimento dos preços dos principais produtos agrícolas de SC, 1977 a 1984	22
4. Evolução dos custos reais de produção dos principais produtos agrícolas catarinenses, de jul/81 a jun/84 (a preços de out/84)	22
5. Crédito rural concedido a produtores e cooperativas de SC, 1970 a 1984 (a preços de out/84)	23
6. Valor médio real dos contratos de crédito rural concedido a produtores e cooperativas catarinenses, 1970 a 1984 (a preços de out/84)	23
7. Variação dos VBCs dos principais produtos agrícolas de SC, em valores absolutos e relativos, safras de 1981/82 a 1984/85	24
8. Participação dos produtores rurais catarinenses, classificados por faixa de produtividade nos VBCs - safras de 1982/83 a 1984/85	25
9. Comparativo entre VBCs e custos variáveis de produção, SC, - safras de 1983/84 e 1984/85	26
10. Preços mínimos reais (base) dos principais produtos agrícolas de SC, safras de 1981/82 a 1984/85 (a preços correntes)	26
11. Preços mínimos reais (base) e índice de crescimento dos principais produtos agrícolas de SC - safras de 1981/82 a 1984/85	27
12. Área plantada dos principais produtos agrícolas de SC - safras de 1976/77 a 1984/85	27

13. Evolução da cultura do alho em SC - safras de 1979/80 a 1984/85	32
14. Evolução das importações brasileiras de alho, 1978 a 1984	33
15. Evolução da cultura de alho no Brasil - safras de 1977/78 a 1984/85	34
16. Plantio, produção e rendimento médio do alho nos estados do Brasil - safra 1984/85	35
17. Distribuição da cultura do alho em SC, por MRH - safra 1984/85	36
18. Evolução de escoamento de alhos em SC para o mercado nacional, 1979 a 1984	39
19. Volume comercializado e preços médios praticados no mercado da CEASA/SC em 1984	40
20. Evolução da cultura do arroz, em SC-safras de 1979/80 a 1984/85	48
21. Área, produção e rendimento médio do arroz nas MRH de SC - safra 1983/84	51
22. Principais estados produtores de arroz-safra 1983/84.	58
23. Produção mundial de arroz em casca - safras 1982/83 e 1984/85	60
24. Evolução da cultura da banana - safras de 1978/79 a 1984/85	65
25. Área colhida, produção e rendimento da cultura da banana no Brasil, 1973 a 1983	69
26. Área colhida e produção, por região do Brasil e participação de cada região na área e na produção, 1982 ..	69
27. Exportação mundial de banana, 1977 a 1981	70
28. Participação do Brasil nas exportações mundiais de banana, 1934/39, 1951/55, 1960/61 e 1962 a 1983	70
29. Importação mundial e consumo "per capita" de banana, 1977 a 1981	70

30. Preços médios nominais da banana, a nível de atacado e produtor, constatados na CEASA/SC, 1982, 1983 e 1984	71
31. Preços médios da banana, a nível de atacado e varejo, constatados na CEASA/SC, 1982, 1983 e 1984 (a preços de out/84)	71
32. Volume mensal de banana comercializada na CEASA/SC, Santa Catarina, 1982 a 1984	72
33. Evolução da cultura da batata em SC - safra de 1975/76 a 1984/85	74
34. Cultura da batata em SC - área plantada, produção obtida e rendimento médio alcançado, por MRH - safra 1983/84	76
35. Evolução da cultura da batata no Brasil - área plantada, produção obtida e rendimento alcançado - safra 1969/70 a 1983/84	84
36. Produção brasileira de batatas - safra 1983/84	85
37. Volume de batata comercializado na CEASA/SC, em 1984, e preços médios de comercialização, em 1983 e 1984 ..	80
38. Estimativas de plantio e produção da batata em SC - safra das águas, ano agrícola 1984/85	82
39. Perspectiva nacional de produção de batatas, plantio das águas, ano agrícola 1984/85	83
40. Área, produção e rendimento e seus índices de crescimento da cultura da cana-de-açúcar, Brasil e SC, 1970 a 1984	93
41. Percentagem do pessoal ocupado nos estabelecimentos classificados como sendo o principal gênero da atividade econômica, segundo os principais estados produtores da cana-de-açúcar, 1980	94
42. Produção catarinense de cana-de-açúcar, por MRH - safra 1983/84	94
43. Evolução da cultura da cebola em SC - safra de 1979/80 a 1984/85	95

44. Comportamento da área e produção de cebola no Brasil - safra de 1979/80 a 1983/84	98
45. Área prevista para ser implantada e produção esperada de cebola - safra 1984/85	101
46. Ofertas mensais de cebola na CEASA/SC - 1984	104
47. Evolução da cultura do feijão em SC - safras de 1976/77 a 1984/85	109
48. Área e produção do feijão (1 ^a e 2 ^a safras), Brasil, por região - safras de 1981/82 a 1983/84	120
49. Área, produção e rendimento, segundo os principais países produtores e total mundial, 1974 a 1983.....	120
50. Importação e Exportação de feijão, Brasil, 1980 a 1984	119
51. Preço mensal do feijão a nível de produtor catarinense e no atacado de São Paulo, 1984	121
52. Evolução da cultura do fumo em SC - safras de 1976/77 a 1984/85	124
53. Produção de fumo na região sul - safra 1982/83	126
54. Área e produção brasileira de fumo em folha seca - safra 1983/84	127
55. Composição do preço do cigarro ao consumidor no Brasil, 1981 a 1984	128
56. Consumo doméstico de cigarros no Brasil, 1978 a 1984	128
57. Evolução do mercado de cigarros, por categorias de preços, 1981 a 1984	129
58. Evolução da cultura da maçã em SC - safras de 1976/77 a 1984/85	132
59. Evolução anual da área de plantio de macieiras no Brasil, de 1970 a 1984 (plantio no período)	134
60. Evolução anual da área de plantio de macieiras no Brasil, de 1970 a 1984 (plantio acumulado)	135
61. Evolução das importações e produções brasileiras de maçã, 1970 a 1984	136

62. Crescimento anual da produção brasileira de maçãs- sa fra de 1976/77 a 1984/85	137
63. Volume comercializado e preços médios da maçã nacio- nal e importada, no atacado e no varejo no ano de 1984	142
64. Produção brasileira de maçãs - safra 1983/84	143
65. Evolução anual da área de plantio da macieira em SC, 1970 a 1984	145
66. Extratificação dos pomares catarinenses em relação à idade das plantas, 1977 a 1984	147
67. Disponibilidade de armazéns frigoríficos para a maçã, por MRH produtora - safra 1984/85	148
68. Estimativas de produção de maçãs no Brasil - safra 1984/85	148
69. Escalonamento previsto para a colheita da maçã - sa fra 1984/85	149
70. Evolução da cultura da mandioca em SC - safras de 1974/75 a 1984/85	152
71. Destino da mandioca colhida nas MRH de SC, 1980	153
72. Tecnologia utilizada pelos produtores de mandioca em SC, 1980	155
73. Área cultivada com mandioca em SC - safras de 1981/82 a 1984/85	156
74. Distribuição da lavoura de mandioca nas MRH de SC - safra 1983/84	164
75. Preços médios da raiz de mandioca em SC - safras de 1979/80 a 1983/84	158
76. Comparativo entre preços mínimos de farinha, fécula e raiz de mandioca - SC - safras de 1981/82 a 1983/84 .	159
77. Volume total classificado e volume de EGF dos deriva- dos de mandioca em SC, 1977 a 1983	160
78. Valores básicos de custeio para a cultura da mandioca - safras de 1981/82 a 1984/85	161

79. Custo de produção da mandioca - tração animal - com rendimento médio previsto para 25.000 kg/ha, SC, 1983 e 1984	165
80. Custo de produção da mandioca - tração animal - com rendimento médio previsto para 18.000 kg/ha, SC, 1983 e 1984	165
81. Participação relativa dos estados na produção nacional de mandioca, 1984	163
82. Série reajustada da evolução da cultura do milho em SC - safras de 1969/70 a 1984/85	168
83. Produção de milho no Brasil, por regiões - safras de 1980/81 a 1983/84	171
84. Produção de milho nos seis principais estados produtores - safras de 1980/81 a 1983/84	171
85. Valores básicos de custeio do milho - safras de 1982/83 a 1984/85	174
86. Produção mundial de milho - safras de 1980/81 a 1984/85	175
87. Oferta e demanda americanas de milho - temporadas 1982/83 a 1984/85	176
88. Oferta e demanda mundiais de milho - temporada 1983/84 e 1984/85	177
89. Destino da produção de milho, nas principais microrregiões produtoras de SC, 1980	186
90. Exportação brasileira de milho, por país de destino, 1982 a 1984	181
91. Preços do milho, a nível de produtor e atacado em SC, na bolsa de mercadorias e cereais em SC, e na bolsa de cereais de Chicago	186
92. Evolução da cultura da soja em SC - safras de 1976/77 a 1984/85	189
93. Produção brasileira de soja, por estado - safras de 1980/81 a 1984/85	192

94. Área, produção e rendimento de soja no Brasil - safras de 1972/73 a 1983/84	194
95. Valores básicos de custeio para as safras de 1982/83 a 1984/85	195
96. Agentes de comercialização da soja em SC - percentagem do total produzido - 1975 e 1980	196
97. Produção mundial de soja - safras de 1981/82 a 1984/85	197
98. Oferta e demanda mundiais de soja e derivados - safras de 1983/84 a 1984/85	198
99. Complexo soja, Brasil, comércio exterior, 1981 a 1985	199
100. Oferta e demanda de derivados de soja, Brasil - ano comercial de 1984/85 e previsão para 1985/86	100
101. Cotações mensais do complexo soja - bolsa de Chicago-1984 (1 ^a entrega)	207
102. Cotações mensais do complexo soja - mercado nacional-1984	207
103. Evolução da cultura do tomate em SC - safras de 1975/76 a 1984/85	209
104. Área cultivada e produção obtida com tomate, por MRH - SC - safra 1983/84	210
105. Produção brasileira de tomate - safra 1983/84	213
106. Volume de tomate comercializado na CEASA/SC . 1984 e preços médios de comercialização obtidos-1983 e 1984.	215
107. Previsão de área e produção da cultura do tomate em SC - safra 1984/85	218
108. Evolução da cultura do trigo em SC-safras de 1976/77 a 1984/85	222
109. Valores básicos de custeio para a cultura do trigo - safras de 1983/84 e 1984/85	223
110. Preço do trigo em 1984	224
111. Área e produção de trigo, por estado - safras de 1983/84 e 1984/85	227

112. Produção nacional de trigo, 1974 a 1984	228
113. Oferta e demanda mundiais de trigo - safras de 1983/84 e 1984/85	229
114. Cotações do trigo no mercado futuro - bolsa de Chicago - 1984	229
115. Distribuição da cultura da videira nas diversas unidades da federação em 1984	231
116. Evolução da cultura da videira em Santa Catarina - safras de 1977/78 a 1984/85	232
117. Distribuição da cultura da videira nas diversas MRH de SC - safra 1983/84	233
118. Variedades de uvas industrializadas em SC - safra 1983/84	236
119. Produção de vinhos em SC - 1978 a 1984	237
120. Produção de suco de uva em Santa Catarina - 1977 a 1984	237
121. Área de florestas remanescentes - por MRH e por espécie em SC - 1982	243
122. Área projetada no estado de SC - por MRH e por espécie, através de incentivos fiscais - lei 5.106, 1967 a 17 de mar/82	243
123. Área projetada no estado de SC, por MRH e por espécie, através de incentivos fiscais - lei 1.134 a 10 de jul/84	244
124. Área projetada no estado de SC, por MRH e por espécie, através de portarias - 1967 a 10 de jul/84	244
125. Área total reflorestada no estado de SC, por MRH e por espécie, englobando todas as leis e portarias - 1967 a 10 de jul/84	245
126. Área total projetada no estado de SC, por ano de plantio e por espécie, englobando todas as leis - até 1967, 1967/80 e 1981 a 1984	245
127. Principais países produtores de carne de aves - média de 1973 a 1977 e anual de 1978 a 1984	256

128. Comércio internacional de carne de frango, 1980 a 1984	256
129. Produção e mercado de carnes de aves, Brasil e Santa Catarina, 1982 a 1984	257
130. Estimativa de produção e abate de carne de frangos, Brasil, 1981 a 1984	257
131. Abate total de aves (SIF, não SIF e auto-consumo), SC, 1981 a 1984	258
132. Preços nominais e reais recebidos pelos avicultores de SC, 1980 a 1984	258
133. Abate de aves sob inspeção federal em Santa Catarina, 1975 a 1984	259
134. Volume e valor das exportações de carnes de frango, Brasil e SC, média de 1975 a 1977 e anual de 1978 a 1984	259
135. Principais países produtores de carne bovina e vitela, média de 1973 a 1977 e anual de 1978 a 1984	270
136. Comércio Internacional de carne bovina e vitela, 1980 a 1984	270
137. Produção e Mercado de carne bovina no Brasil e Santa Catarina, 1982 a 1984	271
138. Rebanho bovino catarinense, por faixa etária, segundo os dados censitários de 1950 a 1980	271
139. Rebanho bovino, taxa de abate e desfrute, SC, segundo os dados censitários de 1970, 1975 e 1980	271
140. Rebanho bovino brasileiro e catarinense, e participação de SC no total, segundo os dados censitários de 1940 a 1980	272
141. Produção de carne bovina, SC, 1974 a 1984	272
142. Abate total de bovinos (SIF, não SIF e auto-consumo), SC, 1981 a 1984	273
143. Custo de produção de terneiro de um dia, SC (índice de natalidade 85%), 1982 a 1984	273

144. Custo de produção de carneiro de um ano, SC, (índice de natalidade 55%), 1982 a 1984	274
145. Custo de produção de carneiro de um ano, SC, (Bubalino), 1982 a 1984	274
146. Custo de produção de bovinos, SC, 1981 a 1984	275
147. Preços nominais e reais recebidos pelos produtores de bovinos para corte, SC, 1980 a 1984	275
148. Rebanho bovino, número de vacas ordenhadas e leite produzido, por MRH de SC, 1982 e 1983	282
149. Produção leiteira aparente e industrializada, SC, 1971 a 1984	283
150. Leite recebido e processado pelas indústrias de SC, 1983 a 1984	283
151. Consumo "per capita" de leite em SC, 1980 a 1984	280
152. Custo de produção do leite produzido em SC, 1983 a 1984	284
153. Comparativo entre preços do leite e o custo de produção, SC, 1982 a 1984	284
154. Produção de mel de abelha em SC, 1979 a 1985	286
155. Principais países produtores de mel, 1980 a 1982	289
156. Importação brasileira de mel natural, 1974 a 1983 ...	289
157. Principais países exportadores de mel, 1980 a 1982 ..	290
158. Principais países importadores de mel, 1980 a 1982 ..	290
159. Desembarque do Pescado controlado em SC, 1979 a 1984	293
160. Índice de crescimento do pescado desembarcado nos principais portos e locais de SC, 1980 a 1984	299
161. Valor bruto do pescado desembarcado "in natura" em Santa Catarina, 1979 a 1984 (a preços correntes)	300
162. Valor bruto do pescado desembarcado "in natura" em Santa Catarina, 1979 a 1984 (a preços de out/84)	300
163. Índice de crescimento do Valor Bruto do pescado desembarcado "in natura" em Santa Catarina, 1980 a 1984 ..	300

164. Valor das vendas do pescado realizado pela Cooperbelo, 1983 e 1984	301
165. Produção, transformação e comercialização das indústrias de pescado inspecionados em SC, 1982	301
166. Produção, transformação e comercialização das indústrias de pescado inspecionados em SC, 1983	301
167. Produção, transformação e comercialização das indústrias de pescado inspecionados em SC, 1984	302
168. Exportação catarinense de pescado para o mercado interestadual, 1981 a 1984	302
169. Comércio estadual de pescado, 1981 a 1984	302
170. Exportação catarinense de pescado para o mercado internacional, 1981 a 1984	302
171. Principais países produtores de carne suína, média de 1973 a 1977 e anual de 1978 a 1984	313
172. Comércio internacional de carne suína, 1980 a 1984 ..	313
173. Produção e mercado de carne suína em equivalente carcaças, no Brasil e SC, 1982 a 1984	314
174. Suínos existentes nos estabelecimentos agropecuários, segundo as grandes regiões e unidades da federação, conforme os dados censitários de 1940 a 1980	314
175. Taxa média geométrica do incremento anual dos suínos existentes nos estabelecimentos agropecuários segundo as grandes regiões e unidades da federação, conforme os dados censitários de 1940 a 1980	315
176. Rebanho suíno, abate, taxa de abate e produção de carne em equivalente carcaça no Brasil, 1970, 1975 e 1980 a 1984	315
177. Abate suíno, produção, taxa de abate e desfrute em SC, 1977 a 1985	316
178. Suínos abatidos e comercializados para outros estados da federação, Santa Catarina, 1975 a 1984	316
179. Abate total de suínos (SIF, não SIF e autoconsumo), SC, 1980 a 1984	316

180. Preços mínimos mensais recebidos pelos suinocultores de SC, 1980 a 1984	317
181. Preços recebidos pelos suinocultores da região Sul, 1982 a 1984	317
182. Relação de preços mensais do milho/preços do suíno praticados na região sul, 1982 a 1984	318
183. Custo de produção de suínos, SC, 1982, 1983 e 1984 ..	319
184. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1977/78.....	323
185. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1978/79.....	323
186. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1979/80.....	324
187. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1980/81.....	324
188. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1981/82.....	325
189. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1982/83.....	325
190. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1983/84.....	326
191. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1977/78.....	327
192. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1978/79.....	327
193. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1979/80.....	328
194. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1980/81.....	328
195. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1981/82.....	329
196. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1982/83.....	329
197. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1983/84.....	330

9 - FONTES CONSULTADAS

1. AGROANALYSIS. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 8(1-10) jan-out, 1984.
2. APICULTURA NO BRASIL. Florianópolis, CBA. 1(4,5) set/out-nov/dez, 1984.
3. EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL/EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Sistemas de produção para a videira; válido para as regiões do Vale do Rio do Peixe, Planalto, Vale do Itajaí e parte do Litoral de Santa Catarina. Florianópolis, 1982. 70 p. (EMBRAPA, Sistemas de produção, 146)
4. FONSECA, Fernando Costa. Apicultura para principiantes. Agricultura de Hoje, Rio de Janeiro, 7(86): 17-20, 1983.
5. FOREIGN AGRICULTURE CIRCULAR. Washington (abr, jul, out) 1984.
6. LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro, IBGE, out. 1984.
7. MELO, Fernando Homem de. Bases para uma política alimentar de emergência. s.n.t. (apostila)
8. _____. O problema alimentar no Brasil; a importância dos desequilíbrios tecnológicos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 226 p. (Estudos Brasileiros, 65)
9. PROGNÓSTICO 82/83. São Paulo, IEA, 1982.
10. _____. 83/84. São Paulo, IEA, 1983.
11. PROGNÓSTICO; Região Centro Sul 82/83. São Paulo, IEA, 1982.
12. _____. 83/84. São Paulo, IEA, 1983.
13. SANTA CATARINA. Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Região Vitícola do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Estudo do custo da produção da uva comum - safra - 1983/84. Garibaldi, 1983. 58 p.
14. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BENTO GONÇALVES. Estudo do custo de produção da uva comum 1979/80. Bento Gonçalves, RS, s.d. 56 p.
15. SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA. Florianópolis, Instituto CEPA/SC, 1983-84. 2 v.
16. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. Análise do Setor industrial florestal - Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1984. 222 p.

INSTITUTO CEPA/SC
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

CONSELHO DELIBERATIVO

Secretário da Agricultura e do Abastecimento	Presidente
Delegado Federal de Agricultura em SC	Vice-Presidente
Secretário-Chefe do GAPLAN	Membro
Presidente da FETAESC	Membro
Presidente da FAESC	Membro

SECRETARIA EXECUTIVA

Walter Antonio Casagrande	Secretário Executivo
Hugo Gustavo Hadrich	Secretário Executivo Adjunto

APOIO

Joares A. Segalin — Fil.
José Alberto Rossi — Méd. Vet.
Zelia Alves Silvestrini — Edit.

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Engº Agrº Luiz Toresan — COORDENADOR
Engº Agrº Cesar Augusto Freyesleben Silva
Econ. Daniel Vilani
Engº Agrº Hélio de Oliveira Filho
Engº Agrº Ingo Jordan
Econ. Jesiel De Marco Gomes
Engº Agrº José Carlos Madruga da Silva
Engº Agrº José Maria Paul
Engº Agrº Júlio Alberto Rodigheri
Econ. Luiz Marcelino Vieira
Econ. Vitório Manoel Varaschin

COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE CONJUNTURAL

Engº Agrº Osmar Alcides da Conceição — COORDENADOR
Engº Agrº Geraldo Buógo
Engº Agrº Guido Boeing
Méd. Vet. Jurandi Soares Machado
Engº Agrº Simão Brugnago Neto

COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAÇÃO

Est. Gilberto de Oliveira — COORDENADOR
Aux. Técnico Cláudio Cesar Reiter
Bibl. Édina Nami Régis
Téc. Agrícola Francisco Carlos Heiden
Téc. Agrícola Imenésio de Souza
Aux. Técnico Luiz Lima
Engº Agrº Tabajara Marcondes
Bibl. Telmelita Maria Senna Ronsoni

UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Méd. Vet. José Eláudio Della Giustina — COORDENADOR
Econ. Custódio Horácio da Silveira
Contador Ademir Ribeiro da Rocha
Alcemir Luiz Lessa
Aldo Cesar Machado Cruz
Daniel Gomes Caldeira
Elisete Maria da Cunha
Janice Maria Waituch
João Manoel Anderson
Jocenir Miriam Cardoso de Souza
José Souza Filho
Magali Fernandes Machado
Manoel de Aguiar Pereira
Manoel Rodrigues Júnior
Margarete Ramos Bento